

# Elementos da Economia

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)

# Elementos da Economia

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38	Elementos da economia / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-015-5 DOI 10.22533/at.ed.155182012  1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca.  CDD 330.2
-----	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Antes de efetuar a apresentação do volume em questão, deve-se considerar que por ser a Economia uma ciência que consiste na análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, tendo como escopo uma linhagem social, pois estuda as relações de eficiência através da escolha dos agentes econômicos (unidades familiares, unidades empresariais, governo e resto do mundo) os quais observam e analisam as restrições que estes enfrentam.

Por não levarem em conta os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, muitas falhas podem surgir, provenientes de decisões políticas oriundas de estudos econômicos. Em seu amplo estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas acabam estendendo-se para outras partes do contexto social os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Percebe-se que é de extrema relevância a inserção de questões que englobem aspectos sociais e setor público, no sentido de constituir uma sociedade que possua justiça, igualdade, bem-sucedida e deste modo organizada.

Diante dos contextos apresentados, o objetivo deste livro é a condensação de extraordinários estudos envolvendo a sociedade e o setor público de forma conjunta através de ferramentas que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos de Economia, através da apresentação do tratamento de políticas públicas, agricultura familiar, economia solidária e fundos de investimento, destacando as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A seleção efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Deve-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas apresentadas, são os mais abrangentes, o que promove um olhar diferenciado na ótica da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos temas abordados.

A relevância ainda se estende na abordagem de teorias inerentes à gestão pública, envolvendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando questões sociais e de cunho do setor público.

Finalmente, esta coletânea visa colaborar ilimitadamente com os estudos Econômicos, Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos extraordinários referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema.

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EXTRAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES DE SALTO DO JACUÍ/RS	
Carine Dalla Valle Andrea Cristina Dorr	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA EM LAGES, (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES	
Geraldo Augusto Locks João Eduardo Branco de Melo Juliano Branco de Moura Maria Aparecida da Fonseca Elisângela de Oliveira Fontoura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
A MANTEIGA DE OVOS DE TARTARUGA UM PRODUTO RENTAVEL NO ALVORECER DA PROVINCIA DO AMAZONAS 1822 – 1856	
Michele Lins Aracaty Silva Raimundo Alves Pereira Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
DIFERENÇAS NOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE POR FAIXA ETÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS DE AMARTYA SEN	
Amanda Guareschi Indaia Dias Lopes Alessandra Biavati Rizzotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
DO EU PARA O NÓS: A ECONOMIA COMPARTILHADA/ COLABORATIVA E O FUTURO DA PROPRIEDADE INDIVIDUAL	
Michele Lins Aracaty Silva Rute Holanda Lopes Matheus Teixeira de Almeida Francilene da Silva Franco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
EM MEIO AO SEMIÁRIDO, GOTEJOS DE ESPERANÇA: OLHARES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR IRRIGADA NA COMUNIDADE DOS COLONOS, NO MUNICÍPIO DE CRUZETA – RN (2014).	
Kayck Danny Bezerra de Araújo Fernando Bastos Costa Vinícius Klause da Silva Fernanda Ferreira Lemos do Nascimento	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>98</b>
O IMPACTO DOS GASTOS DISCRICIONÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO NA TAXA DE JURO	
<a href="#">Wagner Eduardo Schuster</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820127</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>113</b>
O VALOR ECONÔMICO DE UM BANCO DE TEMPO: UMA ANÁLISE DO BANCO DE TEMPO - FLORIANÓPOLIS	
<a href="#">Michele Romanello</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820128</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>125</b>
OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PARALISAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE – SC	
<a href="#">Rosani Losi</a>	
<a href="#">Márcia Fuchter</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1551820129</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>140</b>
PROGRESSO TÉCNICO INDUZIDO E A RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO CRESCIMENTO	
<a href="#">Ediane Canci</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15518201210</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>158</b>
RELAÇÕES ENTRE A TAXA DE JUROS E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	
<a href="#">Wagner Eduardo Schuster</a>	
<a href="#">Marcos Paulo Albarello Friedrich</a>	
<a href="#">Marco Antonio Montoya</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15518201211</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>173</b>
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA: BERÇO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS QUE INFLUENCIARAM TODA A HUMANIDADE	
<a href="#">Eduardo Cezar de Carvalho Souza</a>	
<a href="#">Michele Lins Aracaty e Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15518201212</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>192</b>
VANTAGENS E DESVANTAGENS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO BRASIL	
<a href="#">Michel Richard Costa de Quadros</a>	
<a href="#">Nelson Guilherme Machado Pinto</a>	
<a href="#">Daniel Arruda Coronel</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15518201213</b>	
<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>205</b>
AMBIENTE EXTERNO E INTERNO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO SUL	
<a href="#">Luis Augusto Araújo</a>	
<a href="#">Claudimir Rodrigues</a>	
<a href="#">Elizabeth Catapan</a>	
<a href="#">Reney Dorow</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15518201214</b>	

**CAPÍTULO 15 ..... 228**

MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo  
Antônio Marcos Feliciano  
Marcelo Alexandre de Sá,  
Léo Teobaldo Kroth,

**DOI 10.22533/at.ed.15518201215**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 242**

## A EXTRAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES DE SALTO DO JACUÍ/ RS

### **Carine Dalla Valle**

Universidade Federal de Santa Maria,  
Departamento de Educação Agrícola e Extensão  
Rural do Centro de Ciências Rurais  
Santa Maria - RS

### **Andrea Cristina Dorr**

Universidade Federal de Santa Maria,  
Departamento de Educação Agrícola e Extensão  
Rural do Centro de Ciências Rurais  
Santa Maria - RS

**RESUMO:** Devido à grande diversidade existente de pedras preciosas no solo brasileiro, a indústria de beneficiamento constitui um amplo mercado no Brasil. Ao verificar as práticas agrícolas existentes, bem como as atividades de geração de renda em comunidades quilombolas destaca-se, em determinados casos, a exploração de recursos naturais. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar informações que possibilitem a construção de um quadro situacional sobre a Comunidade Júlio Borges, mais precisamente a relação da Comunidade com a extração de pedras preciosas nela desenvolvida, e as possíveis alternativas de diversificação produtiva e obtenção de renda para auxiliar no desenvolvimento socioeconômico desta Comunidade. A metodologia utilizada foi à pesquisa exploratória e bibliográfica a fim

de identificar trabalhos já realizados sobre o tema estudado e para a coleta dos dados da pesquisa foram realizadas entrevistas abertas com famílias. Através do trabalho foi possível constatar que a extração de pedras preciosas está presente na Comunidade Júlio Borges desde seus primeiros moradores, muito mais que uma atividade econômica, a extração faz parte da história das famílias quilombolas. Portanto, a construção de uma estrutura de governança, com vista a convergir iniciativas, harmonizar e integrar conjunto de projetos executados na região, certamente contribuiria para potencializar as ações de promoção de desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunidades quilombolas, pedras preciosas, extração.

**ABSTRACT:** Due to the great diversity of precious stones in Brazilian soil, the processing industry constitutes a large market in Brazil. When verifying the existing agricultural practices, as well as the activities of income generation in quilombola communities, in some cases the exploration of natural resources stands out. In this sense, the objective of this work is to present information that allows the construction of a situational picture about the Júlio Borges Community, more precisely the relationship of the Community with the extraction of precious stones in it, and the possible alternatives

of productive diversification and income generation to assist in the socio-economic development of this Community. The methodology used was to the exploratory and bibliographic research in order to identify works already done on the studied subject and for the collection of the data of the research were conducted open interviews with families. Through the work it was possible to verify that the extraction of precious stones is present in the Júlio Borges Community since its first inhabitants, much more than an economic activity, the extraction is part of the history of the quilombola families. Therefore, the construction of a governance structure, with a view to converging initiatives, harmonizing and integrating a set of projects executed in the region, would certainly contribute to enhancing actions to promote development.

**KEYWORDS:** Quilombola communities, precious stones, extraction.

## 1 | INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombo são um seguimento étnico que cada vez mais é reconhecido em todo o Brasil, não só por sua grande diversidade cultural como também pelo crescente número de identificações e titulações.

Comumente, o território das comunidades quilombolas é usufruído de forma coletiva, de tal modo que este pode ser utilizado por toda uma família ou pelos membros da comunidade. A forma de utilização do território pelas comunidades quilombolas destaca-se como uma característica peculiar se comparada com outros grupos como fazendeiros, posseiros, colonos, etc. por não apresentar o caráter da particularidade, do privado, do exclusivo. Assim, os remanescentes de quilombo precisam de um território que abrigue não só sua esfera econômica e habitacional, mas também que abrigue seus costumes, cultura, lazer, cultos religiosos, cemitério, recursos naturais. A particularidade do uso dos recursos naturais que assegura a identidade dos povos tradicionais proporciona uma nova realidade jurídica que a difere das normas contidas no Código Civil (TRECCANI, 2006).

Destarte, observa-se que a análise da atividade agrícola torna-se bastante complexa por combinar diferentes recursos à disposição do produtor com um diversificado conjunto de práticas agrícolas. Nesta visão também estão inseridas as comunidades negras rurais ou remanescentes de quilombo que são todas aquelas que possuem “história própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Instrução Normativa 49, INCRA).

Ao verificar as práticas agrícolas existentes, bem como as atividades de geração de renda em comunidades quilombolas destaca-se, em determinados casos, a exploração de recursos naturais. A exploração de recursos minerais tem uma estreita relação com o crescimento econômico de um país ou região, de modo a garantir muitas vezes o sustento das famílias envolvidas no processo de extração. A comunidade Quilombola Júlio Borges situada no município de Salto do Jacuí é um exemplo da

importância da extração de pedras preciosas para a manutenção de sua comunidade.

Entre os recursos minerais de destaque em reservas e extração no Brasil estão as pedras preciosas. As pedras preciosas hoje encontradas são resultado de processos diversos que ocorreram em alguns bilhões de anos, da união de distintos elementos químicos em um local próprio para este feito, de temperatura apropriada e pressão adequada (LAMACHIA, 2006).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC e Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos-IBGM (2005), há séculos a ampla variedade das pedras preciosas brasileiras é conhecida e apreciada mundialmente. O estado do Rio Grande do Sul (RS) é o maior produtor de pedras preciosas em volume, destacando-se a ametista e a ágata. Embora apresentar as características de um grande produtor em volume, por outro lado, muitas empresas brasileiras de lapidação possuem processos pouco eficientes, apresentando, por exemplo, dificuldades para fornecer gemas com tamanhos e formas padronizados para atender a qualidade requerida pela indústria de joias e folheados.

A lapidação e a fabricação das peças e dos artefatos são feitas manualmente por pequenas empresas ou pelos próprios garimpeiros e artesões, em suas indústrias de “fundo de quintal”. Contudo, a legislação de preço de transferência no Brasil estabelece a necessidade de comparar o preço efetivamente praticado nas exportações com um preço-parâmetro, determinando um percentual fixo de margem de lucro, dessa forma a terceirização ainda tem sido a grande saída para que estas empresas consigam comercializar seus produtos de acordo com as tendências de mercado.

Existe cerca de 2.000 empresas de lapidação, de joalheria, de artefatos de pedras e de folheados de metais preciosos, sendo que o segmento de empresas fabricantes de joias é integrado, basicamente, por empresas de menor porte, com grande número de empresas informais e artesãos, que vivem à margem do mercado, tanto no que se refere à produção quanto à comercialização de seus produtos (IBGM, 2010; APRENDENDO A EXPORTAR, 2011).

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar informações que possibilitem a construção de um quadro situacional sobre a Comunidade Júlio Borges, mais precisamente a relação da Comunidade com a extração de pedras preciosas nela desenvolvida, e as possíveis alternativas de diversificação produtiva e obtenção de renda para auxiliar no desenvolvimento socioeconômico desta Comunidade.

## **2 | DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A Extração de Pedras Preciosas no Brasil**

Devido à grande diversidade existente de pedras preciosas no solo brasileiro, a indústria de beneficiamento constitui um amplo mercado no Brasil. O país é considerado

o maior produtor mundial de pedras preciosas e um dos principais exportadores do setor. Os Estados de maior produção são Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Pará e Tocantins.

Estima-se que o Brasil responde por cerca de 1/3 da produção mundial de gemas, exceto diamante, rubi e safira. Na sua grande maioria a produção de pedras preciosas brasileiras é realizada por garimpeiros e pequenas empresas de mineração. O parque industrial é bastante diversificado, calcula-se que existam aproximadamente 3500 empresas de beneficiamento de pedras preciosas no país (PICOLOTTO, 2013).

Contudo, além dos estabelecimentos formalizados, existem vários empreendimentos informais e artesãos. São os primeiros elos da cadeia, garimpo e lapidação, considerados como “fundo que quintal” que apresentam o maior nível de informalidade e, dessa forma, maiores entraves para o desenvolvimento (PICOLOTTO, 2013).

Cerca de 80,00% da produção brasileira é exportada, todavia, mesmo com toda a abundância de insumos e matéria-prima o Brasil não consegue desenvolver todo o seu potencial. A maior parte dos produtos exportados é de baixo valor agregado, chegando a ser exportadas pedras em bruto, ou seja, sem nenhum tratamento (BATISTI, TATSCH, 2012).

## **2.2 Extração de Pedras Preciosas no Rio Grande do Sul e em Salto do Jacuí**

O Estado gaúcho é considerado um dos maiores produtores de pedras preciosas do país, em especial pedras ágata e ametista, correspondendo pela quase totalidade das exportações nacionais. As principais jazidas de extração encontram-se no Médio e Alto Uruguai com a produção de ametista e no centro do Estado na região de Salto do Jacuí e Soledade com a principal produção de pedras ágata.

O setor de pedras preciosas no Rio Grande do Sul é considerado um dos cinco principais aglomerados do país e envolve desde atividades de extração, na maioria em garimpos, até a produção final dos produtos, como joias, folhados, gemas lapidadas, entre outros. O setor se destaca ao oferece importantes fontes de empregos para as regiões que se localiza (PICOLOTTO, 2013).

Significativa parcela da produção nacional é destinada para a exportação, sendo que a maioria são pedras em bruto com baixo valor agregado, apenas 5,00% a 10,00% do total produzido fica para o mercado interno. Os principais destinos da produção gaúcha são os pontos de venda nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, por apresentarem maior afluência turística e mais recentemente para os Estados do Paraná e Santa Catarina (COSTENARO, 2005).

As pedras que são exportadas são enviadas em estágio inicial de beneficiamento e recebem o processamento final nos países detentores de tecnologia adequada. Após receber o procedimento adequado, as matérias-primas podem chegar a um valor 50 vezes superior se comparadas com o valor em bruto (COSTA, 2007).

O Rio Grande do Sul apresenta um significativo número de pequenas empresas no setor e um número reduzido de empresas de médio e grande porte as quais competem entre si. Geralmente as maiores indústrias do setor atuam em todo o segmento da produção, possuem garimpos para a extração, ou possuem agentes que comprem as pedras em bruto diretamente nos garimpos, também possuem locais de beneficiamento em suas próprias empresas bem como, comprem material manufaturado ou semimanufaturado de empresas pequenas e ou de empresas informais (COSTENARO, 2005).

O município de Salto do Jacuí no Rio Grande do Sul abrange as maiores jazidas de pedras ágata do mundo, as quais estão localizadas à beira do Rio Jacuí, o município autodenomina capital mundial das pedras ágata. A extração de pedras iniciou com a chegada dos imigrantes alemães que se instalaram no município e começaram o processo de extração das pedras.

O ciclo de extração, beneficiamento e comercialização movimenta a economia da cidade. A maioria das pedras extraídas é destinada para a exportação, principalmente para países como Japão, Alemanha, Estados Unidos, França e Itália. Já as pedras que não são comercializadas para o exterior são destinadas para a confecção de objetos de adorno como cinzeiros, vasos, talheres e para a indústria de joalheria. No município instalaram-se pequenas indústrias que serram as pedras para posteriormente vender para os grandes compradores, que realizam o beneficiamento e o acabamento final do produto.

A extração ocorre em céu aberto ou através da escavação de túneis que podem chegar a 100 metros de comprimento. O principal tipo de pedra encontrado no município de Salto de Jacuí é o tipo pedra Ágata Umbu, a qual apresenta coloração cinza e que após o tingimento pelo lapidador pode revelar suas estruturas vivas e obter colorações homogêneas.

O trabalho de extração de pedras ágata nas pedreiras é realizado através de máquinas, das quais são utilizadas para a escavação. Para poder encontrar a camada produtora de pedras ágata é necessário cavar aproximadamente 20 metros de profundidade, para assim, poder atingir a zona de produção.

### **2.3 Regulamentação Para Legalização da Extração de Pedras Preciosas**

As atividades de mineração e de garimpo são fundamentais para o desenvolvimento econômico, os minérios extraídos da natureza são utilizados como matéria-prima ou como parte do processo industrial de muitos dos produtos utilizados pelas pessoas.

Pelo que se observa na legislação, a legalização da atividade garimpeira está relacionada a uma série de outras exigências legais colocadas pelo Estado, como a de caráter laboral, em que o Ministério do Trabalho realiza a fiscalização sobre as relações de trabalho existentes no garimpo, e também as de caráter ambiental, fiscal e de autorização. Com relação à ambiental, o garimpo tem que possuir licença

ambiental para poder executar a pesquisa da lavra e essa deve ser concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. Esse órgão também é encarregado de realizar a fiscalização e conceder a autorização do garimpo, no caso a pedreira.

No programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável no Plano Plurianual de Investimentos 2008-2011, foram levantados os principais problemas no que concerne à mineração, dentre eles pode-se destacar às altas taxas de informalidade, o que dificultaria a regularização da atividade, principalmente da pequena mineração e das cooperativas de garimpeiros, a ausência de capacitações voltadas para questões técnicas e gerenciais nos pequenos empreendimentos, o nível de investimento em pesquisa mineral, lavra e formas de agregação das matérias-primas precárias. Além desses, somam-se os conflitos entre as atividades de mineração próximas às áreas urbanas, a carência de controle dos impactos ambientais da atividade e o altíssimo número de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais da atividade (BRASIL, 2008a).

A figura do garimpeiro sempre foi associada à informalidade, em razão do contexto de marginalidade e ilegalidade que envolve essa forma de extração. Diferentemente dos chamados “mineradores” sempre relacionados a um processo formal de trabalho, com empresas legalizadas frente ao governo. Assim, enquanto historicamente a garimpagem associa-se a informalidade, em oposição a ela, a mineração sempre foi sinônima de legalidade. Neste sentido, Guanes destaca que “a garimpagem é entendida como um setor informal, autônomo e menos atrelado às leis e normas que controlam a produção mineral do Brasil” (GUANES, 2001, p. 71).

Pela sua própria natureza, a exploração dessas atividades sempre esteve relacionada com a degradação do meio ambiente. A regularização ambiental da cadeia produtiva de pedras preciosas dá credibilidade nacional e internacional aos produtores, e para a exportação do material, a origem legal das cargas deve ser comprovada através de diversos documentos desde a extração nas lavras até a chegada ao porto ou destino final.

Conforme o Art. 21, Inciso XXV da Constituição de 1988, compete a União “estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa”. No Art. 174, demonstra que pretende apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo (§ 2.º). Também se refere ao processo de organização da atividade garimpeira em cooperativas e destaca a necessidade de proteção ao meio ambiente. De acordo com o § 3.º do Art. 174 “O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros”. Com isso, as cooperativas garimpeiras ainda passaram a ter prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando (Art. 174, § 4.º). Mais recentemente, a ênfase ao cooperativismo no garimpo foi reforçada com a publicação do Estatuto do Garimpeiro (Lei Nº 11.685, de

2 de junho de 2008).

## 2.4 Políticas Públicas Para Extração de Pedras Preciosas

Acredita-se que seja fundamental o estudo de criação de políticas públicas direcionadas para a extração de pedras preciosas, podendo torna-se menos burocrático o processo de regulamentação da atividade, principalmente por parte dos agricultores, em específico para a comunidade quilombola.

Segundo o Relatório do Programa Raízes (2006, p. 3) sua importância se faz pela devida: “efetivação de uma política pública de valorização étnica, inovadora e pioneira na federação de estados brasileiros”.

Embora o setor seja considerado, historicamente, um grande gerador de divisas, somente nos últimos anos passou a promover, de forma sistemática e com estratégias definidas, produtos de maior valor agregado. Isso se tornou possível com a implementação do Programa Setorial Integrado de Apoio às Exportações de Gemas e Joias, que consiste em um projeto conjunto do governo brasileiro e da iniciativa privada, representados respectivamente pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX Brasil) e pelo Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos - IBGM (IBGM, 2011).

O desenvolvimento é resultado da cooperação entre governos, empresas, população, produtores, associações e instituições locais. Através dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o Governo do Estado assumiu sua responsabilidade em construir políticas públicas de parcerias com as regiões para o desenvolvimento local.

Assim, uma das alternativas apresentadas pelo governo como forma de política pública atualmente é através da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), que apoia diretamente o fortalecimento do APL Pedras, Gemas e Joias. Os recursos para governança em parceria com a APPESOL, para Extensão Produtiva e Inovação e em parceria com a UPF, são investimentos públicos para aumentar a capacidade local de promover o seu próprio desenvolvimento.

Outro aspecto destacado refere-se à implementação de políticas públicas, tecnológicas e industriais que estimulem o crescimento e, conseqüentemente a sustentabilidade dos projetos de cooperação. Essas medidas objetivam o desenvolvimento produtivo baseado na vocação regional, esta já considerada uma vantagem competitiva (PORTER, 1998).

## 3 | METODOLOGIA

Nesta seção torna-se necessário apresentar os principais delineamentos metodológicos adotados na presente pesquisa, a fim de atingir o objetivo geral do estudo que consiste em compreender a relação da Comunidade Júlio Borges com o processo de extração de pedras preciosas. Para obter maior familiaridade com o tema

de estudo e para avaliar uma situação por partes desconhecida pelos autores, partiu-se de uma pesquisa exploratória. Pode-se classificar como pesquisa exploratória aquela em que se busca o aprimoramento de ideias ou a descoberta de elementos que oportunizam a observação de diversos elementos relativos ao fato estudado (GIL, 2008).

Primeiramente fez-se uma pesquisa bibliográfica a fim de identificar trabalhos já realizados sobre o tema estudado e entender como outras comunidades trabalham a extração de minerais. Esta técnica consiste em colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto de interesse (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Após a parte inicial de estudos, fez-se a visita a Comunidade Júlio Borges no município de Salto de Jacuí/RS. As pesquisadoras ficaram dois dias junto à comunidade, neste período foi possível conhecer a localidade, conversar com os moradores, fazer dinâmicas de grupos, e compreender a realidade das pessoas que lá vivem.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas abertas com famílias que trabalham com a extração de pedras preciosas na Comunidade Júlio Borges, neste momento as famílias puderam falar livremente sobre o assunto. Por meio da entrevista o pesquisador consegue obter informações contidas na fala dos atores sociais, bem como dados objetivos e subjetivos que se queira identificar (MINAYO, 2001).

Como complementariedade do trabalho, buscou-se também juntamente com órgãos como a Emater/RS e Cooperativa de Garimpeiros do Médio Alto Uruguai Ltda – COOGAMAI informações sobre a formalização do setor, quais os principais desafios em legalizar a extração e casos de comunidades que já legalizaram.

## **4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Percepções dos Atores Envolvidos**

Através de pesquisas e entrevistas realizadas com profissionais para avaliar como funciona o processo de regulamentação da extração de pedras preciosas, identificou-se muitos problemas, principalmente com as inúmeras legislações ambientais, econômicas e sociais acerca da legalidade dessa atividade.

Por meio das informações e dados coletados durante a visita técnica realizada com profissionais da área, pode-se observar que a partir da criação de cooperativas é viável a legalização da extração da pedra preciosa, visto o caso da COOGAMAI - Cooperativa de Garimpeiros do Médio Alto Uruguai Ltda, localizada no município de Ametista do Sul/RS. Conforme relatos dos cooperados e presidente, a regulamentação dessa atividade foi possível após 20 anos de luta e reivindicações junto aos órgãos responsáveis, e mesmo assim, é necessário estar sempre atualizando as documentações.

De acordo com os representantes da Coogamai (2016), para legalidade da extração da pedra, a cooperativa tem o dever de oferecer o respaldo jurídico aos associados, respondendo com responsabilidade aos diversos órgãos vinculados a atividade minerária: DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental, referente ao estado do Rio Grande do Sul), Exército Brasileiro, Ministério do Trabalho, Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral da República, junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e o CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) do estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, os garimpos ou locais de extração de pedras preciosas estão sofrendo uma série de mudanças nas suas atividades, onde diversos procedimentos e adequações estão sendo realizadas, isso vem ao encontro das exigências feitas pelos órgãos licenciadores e fiscalizadores que atuam na área.

A consolidação como polo estadual também está relacionada ao fato de mais de 70,00% das empresas estarem associadas ao Sindicato das Indústrias de Joalheria, Mineração, Lapidação, Beneficiamento e Transformação de Pedras Preciosas do Rio Grande do Sul (SINDIPEDRAS, 2014). Além do Sindipedras, existe, em Soledade/RS, a Associação dos Pequenos Pedristas de Soledade (APESOL), constituída por empresas beneficiadoras de ágatas que se caracterizam como empresas que prestam serviços terceirizados como serragem, tingimento e polimento para grandes empresas do setor.

Apesar de toda a riqueza mineral presente na região, a grande maioria das empresas utilizam processos de beneficiamento de gemas e materiais gemológicos tecnologicamente ultrapassados, o que compromete a produtividade e limita a competitividade. A questão ambiental é outro desafio reconhecido. A legalização das empresas associadas à APESOL nos órgãos ambientais competentes, para a obtenção das licenças ambientais, e a gestão dos efluentes e resíduos oriundos do beneficiamento, principalmente da ágata, são medidas destacadas para serem cumpridas. É chamada a atenção para outra demanda relevante para o setor que é o mapeamento dos garimpos de basalto e de pedras preciosas na região e a organização da atividade extrativa.

Conforme dados da Emater de Salto do Jacuí/RS (2016), o Ministério Público de Soledade firmou nas últimas semanas termos de ajustamento de conduta com 40 empresários do setor pedrista da cidade, a fim de regulamentar essas empresas à legislação ambiental, de ligá-las à estação de tratamento de efluentes e adequar às transações comerciais e a devida emissão de notas fiscais.

Um dos principais objetivos é a formalização do setor, que encontra grande resistência dos quilombolas. De acordo com profissionais da Emater (Regional de Frederico Westphalen/RS) a criação de uma cooperativa poderia auxiliar nas condições de negociações com os compradores de pedras e formalização do trabalho, porém pode ser vista com desconfiança por trabalhadores que têm uma longa história de

exploração, escolaridade baixa e que, muitas vezes, vivem em situação de miséria.

Percebe-se assim, a necessidade de regulamentação do setor para um melhor funcionamento do mesmo, contudo, conforme técnicos da Emater/RS (2016), a regulamentação da atividade de extração da pedra preciosa é muito burocrática e demorada, devido ao número excessivo de licenças, regulamentos e demais documentos acerca da liberação de funcionamento desta atividade. Por isso, grande parte das pedreiras, hoje, funcionam clandestinamente sem o cuidado e a proteção ao trabalhador que ali desempenha as suas funções.

#### **4.2 A Extração de Pedras na Comunidade Quilombola Júlio Borges**

Os primeiros moradores negros da Comunidade Júlio Borges que chegaram da Linha Fão, comunidade vizinha, tinham uma realidade na qual trocavam sua força de trabalho por alimentação e moradia. Ao chegar em Júlio Borges encontraram na extração de pedras ágata uma oportunidade de garantia de geração de renda contínua.

Um dos grandes desafios da Comunidade nos primeiros períodos era a falta de terra para poder plantar e sobreviver, assim muitos quilombolas trabalhava em sociedade tendo que dar 50,00% do arrendamento a outros. Os quilombolas que não plantavam em sociedade viviam com suas famílias em um espaço de terra muito restrito e, como o grupo familiar era constituída em torno de 5 a 6 pessoas, a reprodução destas famílias apresentava muitas dificuldades.

Devido esta situação a Comunidade reivindicou a ocupação das terras vizinhas ocupada pela Comunidade Indígena Kaingang, como uma forma de poder garantir o sustento das famílias e o desenvolvimento da Comunidade Júlio Borges.

Em virtude de algumas adversidades, este território que agora pertencia ao Estado, ficou vagos por alguns anos, o que proporcionou aos quilombolas extraírem as pedras do local. Foi através da extração das pedras que os quilombolas conseguiram trabalhar, sustentar suas famílias e adquirir os primeiros implementos agrícolas, bem como comprar pequenos espaços de terras que eram divididos com seus filhos, que futuramente constituiriam suas casas formando a atual Comunidade Júlio Borges.

A extração das pedras caracteriza-se como uma das principais atividades desenvolvidas em Júlio Borges e está intrínseca em sua história. Desenvolvido desde muitos anos, o trabalho com pedras pode ser considerada uma peculiaridade da Comunidade. É comum encontrar pedras na beira das casas, nos pátios, como está representado na Figura 1, as quais são destinadas para a comercialização ou até mesmo usadas para decoração das próprias casas.



Figura 01: Pedras ágata depositadas no quintal de uma casa para poderem ser classificadas.

Fonte: Arquivo pessoal

Em visita a Comunidade, percebeu-se a existência de duas formas distintas de extração de pedras ágatas. A primeira forma de extração é através das pedreiras que ficam localizadas no interior da Comunidade, neste caso são utilizadas máquinas retroescavadeiras que quebram os morros e as pedras se soltam, bem como extraem as pedras em superfícies mais profundas, onde estão localizadas as maiores pedras e de maior valor.

A contratação dos trabalhadores da Comunidade é realizada pelos próprios donos das pedreiras. Nesta forma de extração os trabalhadores ficam ao lado das máquinas coletando as pedras que as retroescavadeiras não conseguem pegar, estas pedras eles podem levar para suas casas para posteriormente vendê-las.

O segundo caso é caracterizado por um trabalho mais manual, no qual toda a extração é realizada por meio de uma ferramenta chamada “picão” (Figura 2), é representado por famílias que não estão vinculadas as pedreiras e realizam todo o trabalho de extração no rio situado próximo as suas casas. Por se tratar de um trabalho realizado manualmente as pedras extraídas são de superfície rasa devido à impossibilidade de atingir as superfícies mais profundas, geralmente estas pedras são menores se comparadas com as pedras retiradas com as máquinas nas pedreiras e de baixo valor comercial.



Figura 02: Picão - ferramenta utilizada para a extração das pedras

Fonte: Arquivo Pessoal

Nos relatos dos agricultores que trabalham individualmente na extração, fica clara a preocupação com a baixa comercialização de suas pedras. Após a instalação das pedreiras maiores e a utilização de retroescavadeiras a procura pelas pedras pequenas, extraídas manualmente, reduziu significativamente. A grande busca encontra-se nas pedras maiores de maior valor comercial que é possível extrair somente através da utilização de máquinas.

Devido à baixa demanda e a grande demora em surgir um comprador na localidade que se interesse pelas pedras de baixo valor comercial, os trabalhadores se submetem a vender ao primeiro comprador que ir até suas casas, de modo que acabam por comercializar por valores inferiores aos que realmente deveriam receber.

Juntamente com a extração de pedras as famílias também plantam milho, feijão, amendoim, entre outros cultivos, contudo, são culturas de subsistência, toda a renda familiar é dependente do trabalho das pedras. Frente à esta situação, a falta de compradores de pedras e o preço baixo pago pelas mesmas acabam por se tornar um problema sério que coloca em risco a sobrevivências das famílias envolvidas nesta realidade.

Em ambas as formas a ausência de equipamentos de segurança faz a extração de pedras constituírem-se em um trabalho perigoso, ao se posicionar ao lado das retroescavadeiras, os trabalhadores correm o risco de serem soterrados por deslizamentos. Vários relatos confirmam os inúmeros acidentes ocorridos na extração de pedras, e muitas vezes, a impossibilidade do produtor voltar a trabalhar após os acidentes devido às sequelas apresentadas.

O acesso aos direitos trabalhistas é outra questão que merece destaque, por se

tratar de um trabalho não regulamentado que não pode ser comprovado pelo Bloco de Produtor Rural, os quilombolas quando se acidentam no local de trabalho não conseguem auxílios como aposentadoria por invalidez e auxílio doença.

A comercialização das pedras também é afetada por não possuir a devida regulamentação. Nesta situação os quilombolas não podem emitir notas fiscais das pedras vendidas, o que ocasiona vendas por preços inferiores ao de valor de mercado para poder garantir a comercialização.

Em seu trabalho Triginelli e Cunha (2011), observaram as relações de trabalho no setor de extração de granito no município de Vila Pavão/ES e constataram a mesma realidade presente em Júlio Borges. A extração de pedras teve início quando os colonos identificaram nela uma oportunidade econômica, visto que, até então trabalhavam para os proprietários de terra e recebiam apenas uma pequena parcela da produção. Os agricultores proprietários de terra se tornaram empresários de rochas, já que as jazidas se encontram em suas propriedades, e os colonos tornam-se trabalhadores assalariados. Esta realidade é semelhante à encontrada na Comunidade Júlio Borges, onde os quilombolas viram no trabalho das pedras uma alternativa de geração de renda e começaram a trabalhar nas pedreiras.

Outro aspecto semelhante entre as duas comunidades é o conhecimento adquirido pelos trabalhadores ao longo dos anos. Na Vila Pavão/ES os trabalhadores começaram a trabalhar sem saber como era realizada a extração de granito e foi ao longo dos anos que se desenvolveram e adquiriram conhecimento. Na comunidade Júlio Borges a realidade não é diferente, os quilombolas adquiriram um “saber fazer” que proporciona um conhecimento sobre os diferentes tipos e formas de pedras existentes na região. Os trabalhadores quilombolas conseguem identificar o tipo de pedra somente ao tocá-la e pela espessura, antes mesmo de quebrá-la.

Ao longo dos anos a extração se tornou umas das principais fontes de geração de renda no município de Vila Pavão/ES, contudo, a falta de regulamentação, capacitação e formalização dos trabalhadores acabam por tornar a extração um processo muito precário e perigoso ao passo que, não tomar as medidas corretas de segurança pode trazer danos irreversíveis.

Percebe-se em ambas as comunidades o risco inerente ao processo de extração, todavia, a dependência econômica faz com que estes trabalhadores tenham que continuar neste trabalho de modo a conseguir garantir o sustento de suas famílias.

No caso de Júlio Borges, a regularização das pedreiras e a capacitação adequada são vistas como alternativas que reduziria os riscos intrínsecos à extração e ao mesmo tempo possibilitaria os acessos aos direitos trabalhistas necessários em caso de acidentes. Entretanto, a regularização caracteriza-se por um processo burocrático e demorado que despense muito empenho para conseguir adequar-se as normas exigidas pela lei.

#### 4.2.1 Alternativas de Diversificação na Comunidade Júlio Borges

Através de visitas “*in loco*”, foi possível compreender de maneira mais clara a realidade da Comunidade Júlio Borges e pensar em ações que possam ser desenvolvidas junto a mesma a fim de ajudar em sua reprodução. Em Júlio Borges a extração de pedras faz parte do cotidiano, muito mais do que um trabalho, mas sim como uma particularidade histórica de constituição da Comunidade. A extração das pedras fez parte do passado da Comunidade, está fazendo parte do presente e a indagação que fica é: A extração de pedras estará no futuro da Comunidade Júlio Borges?

Uma alternativa que pode minimizar os riscos de comercialização e garantir os direitos dos trabalhadores das pedreiras é a regulamentação do setor. Contudo, frente aos grandes desafios e entraves presentes no processo de regulamentação da extração de pedras e, aliado ao pouco interesse dos donos das pedreiras em regularizar a situação, acredita-se que a formalidade das pedreiras da Comunidade Júlio Borges é um fato que não ocorrerá em um futuro próximo.

Ao perceber o trabalho arriscado que se constitui a extração, por presenciar vários acidentes que trouxeram danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores, e que colocam em risco à sua segurança, bem como por se caracterizar por um trabalho ilegal, a juventude de Júlio Borges sonha futuramente em se tornar independente da extração de pedras. Contudo percebe-se que num futuro próximo a extração ainda estará presente na Comunidade.

Aliado às necessidades de subsistência dos agricultores, não se pode deixar de considerar aqui os laços com os antepassados, uma vez que se trata de práticas aprendidas e rotinizadas no decurso das décadas de ocupação daquele território. Para o entendimento destas escolhas produtivas de seu desenvolvimento, considera-se que o olhar para o passado é fundamental para, compreender a sua relação com a transformação do espaço a partir da ação do homem (MARQUES, 2010).

Diante disso, as ações de extensão rural pensadas para a Comunidade tornam-se limitadas, de modo que, para conseguir desenvolver alternativas efetivas deve-se compreender a realidade dos trabalhadores quilombolas, bem como suas trajetórias de vida naquela comunidade e, principalmente, sua relação com a extração de pedras. De modo geral, pensou-se em duas alternativas que possam auxiliar os trabalhadores levando em consideração as aspirações apresentadas pelos próprios moradores da Comunidade.

A primeira refere-se à agroindustrialização, em conversa com os moradores ficou claro o desejo em construir uma agroindústria para conseguir processar e agregar valor aos seus produtos. As mulheres da Comunidade demonstraram interesse em produzir produtos coloniais como pães, bolos, bolachas como uma alternativa de geração de renda. Assim, ao trabalhar na fabricação destes produtos as mulheres desvinculam-se do trabalho com as pedras, de maneira a não depender totalmente da renda oriunda

das extrações.

Ao levar em consideração a situação atual da Comunidade estudada e sua dependência com a extração de pedras preciosas, sugere-se que sejam desenvolvidos e realizados projetos voltados para a diversificação produtiva, com isso se obtém outras alternativas de renda que possam utilizar a terra para plantações não dependendo somente da extração de pedras. Ao mesmo tempo em que poderão destinar seus produtos para a comercialização, poderão plantar mais variedades para sua subsistência. Deste modo, pensar em alternativas de diversificação produtiva que reduzam o risco da comercialização com baixo valor, fato que ocorre na Comunidade, e alternativas que minimizem os riscos à saúde, pode caracterizar escolhas que garantam a manutenção da Comunidade Júlio Borges.

Vale destacar que o estudo apresenta limitações para propor alternativas específicas de diversificação, visto não ter conhecimento detalhado sobre o clima, o relevo, solo, fatores estes essenciais ao se pensam em alternativas de diversificação produtiva.

## 5 | CONCLUSÃO

Através do trabalho foi possível constatar que a extração de pedras preciosas está presente na Comunidade Júlio Borges desde seus primeiros moradores, muito mais que uma atividade econômica, a extração faz parte da história das famílias quilombolas. Foi por meio da atividade extrativista que as primeiras famílias se instalaram em Júlio Borges e conseguiram constituir suas moradias.

Mesmo com os riscos existentes na extração de pedras e sem os direitos trabalhistas garantidos, devido ao fato de não ser uma atividade regularizada, não percebe-se nos próximos anos o fim da atividade extrativista na região. Os moradores, principalmente os jovens da Comunidade manifestam o desejo de futuramente não depender da extração, contudo no presente momento não vislumbram outra atividade que possa substituí-la.

A construção de uma estrutura de governança, com vista a convergir iniciativas, harmonizar e integrar conjunto de projetos executados na região, certamente contribuiria para potencializar as ações de promoção de desenvolvimento, além de dar o caráter estruturante aos projetos. Isso evitaria a pulverização de esforços e recursos. Geraria, também, além dessa busca de eficiência, as condições básicas para criação do embrião de um arranjo produtivo, que abrangesse toda região.

Ao se alternativas produtivas para Comunidade é imprescindível refletir sobre os elementos que caracterizam essas alternativas a exemplo de ações que visem à sustentabilidade cultural, social e econômica, cujas articulações entre essas ações são fundamentais para que mudanças qualitativas aconteçam e contribuam para a permanência dos moradores nas suas comunidades.

Como alternativas econômicas para a Comunidade o trabalho propôs a criação

de uma agroindústria visto que os moradores, principalmente as mulheres têm o desejo que produzir e comercializar produtos agroindustrializados. Outra alternativa proposta foi a diversificação produtiva, de modo que as famílias reduziriam a dependência com a extração de pedras e o risco de trabalho. Ressalta-se que este estudo não identificou as reais capacidades da comunidade em aderir estas alternativas, o que torna-se uma limitação.

Sugere-se para trabalhos futuros o aprofundamento da viabilidade das alternativas aqui propostas e identificação de novas alternativas que garantam o fortalecimento da identidade quilombola e a manutenção dessa Comunidade, bem como políticas públicas de auxílio neste processo.

## REFERÊNCIAS

APRENDENDO A EXPORTAR. 2011. **Gemas, joias e afins**. 2011. Disponível em <<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/gemasejoias/>> Acesso em 11/07/ 2016.

BATISTI, V. S.; TATSCH, A. L. O Arranjo Produtivo Local (APL) gaúcho de gemas e joias: estruturas produtiva e comercial, arranjos institucional e educacional e relações interorganizacionais. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 513-538, nov. 2012.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA. Acessado em julho de 2016. <http://www.coogamai.com.br/>

COSTA, M. **Beneficiamento de pedras preciosas no Vale do Taquari: Diagnóstico e modelo para análise e redução de pedras nos processos produtivos**. 2007. 130 f. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2007.

COSTENARO, A. **Indústria de pedras preciosas: um estudo dos fatores competitivos em empresas de Soledade (RS)**. 2005. 96 f. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GUANAES, Senilde Alcântara. **Nas trilhas dos Garimpeiros de Serra: Garimpo e Turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina-BA**. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Campinas. Maio, 21.

INCRA. Disponível em: <http://incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/231-instrucao-normativa-n-49-29092008>. Acesso em 28/07/2016.

LAMACHIA, Fábio. **Pedras preciosas do Brasil**. São Paulo: Editora do Autor, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Carlos Eduardo. **De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico etnográfico**; 2010. Disponível em: [http://WWW.cedefes.org.br/index.php?p=afro\\_detalhe&id\\_afro=2224](http://WWW.cedefes.org.br/index.php?p=afro_detalhe&id_afro=2224) Acesso em 11/08/2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Disponível em: <[http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/consulta\\_nova/resultadoConsulta.asp](http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/consulta_nova/resultadoConsulta.asp)> Acesso em 22/07/2016.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM). **Políticas e Ações para a Cadeia Produtiva de Gemas e Joias**. Brasília: Brista, 2005.

PORTER, Michael E. **Clusters and the new economics of competition**. Harvard Business Review, v. 76, no. 6, 1998.

PICOLOTTO, G. **Proposta de produção mais limpa aplicada em uma empresa de beneficiamento de pedras preciosas em Soledade/RS**. 2013. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (curso de Engenharia Ambiental) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

SILVA, Vanessa Pacheco (org). **Quilombo do Morro do Boi em Balneário Camboriú/SC: relação histórica entre a comunidade e o meio ambiente**. Revista Identidade: São Leopoldo, RS, v. 15, n. 2, jul-dez-/2010.

TRECCANI, Girólomo Domênico. **Terras de quilombo: entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

## A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA EM LAGES, (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES

### **Geraldo Augusto Locks**

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)  
Lages – Santa Catarina

### **João Eduardo Branco de Melo**

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)  
Lages – Santa Catarina

### **Juliano Branco de Moura**

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)  
Lages – Santa Catarina

### **Maria Aparecida da Fonseca**

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)  
Lages – Santa Catarina

### **Elisângela de Oliveira Fontoura**

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC)  
Lages – Santa Catarina

**RESUMO:** O objetivo deste texto é colocar em cena a feira de economia solidária e a correspondente política pública no município de Lages, Santa Catarina, tendo como referência de análise a percepção dos feirantes agricultores familiares que comercializam seus produtos na Feira Municipal de Economia Solidária. Contextualiza-se brevemente a

economia solidária em âmbito de Brasil, Santa Catarina e a região do Planalto Catarinense, seguido da caracterização da feira municipal destacando sua relevância e lógica mercantil distinta do mercado capitalista. Busca-se saber as motivações para participar da feira, a sua importância e os conhecimentos relativos à economia solidária e à política pública. A relevância desta investigação reside no fato de Lages, desde 2014, ter uma Lei Municipal e um Conselho de Economia Solidária, portanto, desenvolve-se uma política pública colocando a feira num lugar de proeminência por materializar e publicizar empreendimentos e os produtos gerados pela economia solidária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Para alcançar seus objetivos metodologicamente realiza-se uma pesquisa bibliográfica e de campo no qual aplica-se um questionário semiestruturado para realização de entrevistas com os feirantes. Dos resultados esperados, a expectativa é de que esta reflexão proporcione maior visibilidade desta “outra economia”, fortaleça a presença da feira e estimule o engajamento dos entes que compõem e desenvolvem a política pública municipal: empreendimentos econômicos solidários, entidades apoiadoras e o poder público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia solidária; Feira de economia solidária; Política Pública.

**ABSTRACT:** The objective of this text is to put on the scene the fair of solidarity economy and the corresponding public policy in the municipality of Lages, Santa Catarina, having as reference of analysis the perception of the farmers family farmers who market their products in the Municipal Fair of Solidary Economy. The solidarity economy in the context of Brazil, Santa Catarina and the region of Planalto Catarinense is briefly contextualized, followed by the characterization of the municipal fair, highlighting its the distinct mercantile relevance and logic of the capitalist market. It seeks to know the motivations to participate in the fair, its importance and knowledge regarding solidarity economy and public policy. The relevance of this research lies in the fact that since 2014 Lages has a Municipal Law and a Solidarity Economy Council, therefore, a public policy is developed placing the fair in a place of prominence for materializing and publicizing enterprises and products generated by the economy solidarity. It is a qualitative, descriptive and exploratory research. In order to achieve its objectives methodologically, a bibliographical and field research is carried out in which a semi-structured questionnaire is applied to conduct interviews with the marketers. Of the expected results, this reflection is expected to provide greater visibility of this “other economy”, to strengthen the presence of the fair and to stimulate the engagement of the entities that compose and develop the municipal public policy: solidary economic enterprises, supporting entities and the public power.

**KEYWORDS:** Solidarity economy; Solidarity economy fair; Public policy.

## 1 | INTRODUÇÃO

A economia solidária surge no Brasil, a partir da década de 1980, quando emergiram profundas e aceleradas transformações no mercado de trabalho geradas pela política econômica neoliberal implementada pelo governo vigente. Diante da recessão econômica, alta inflação, desemprego estrutural, subemprego, os trabalhadores passaram a reagir e encontrar alternativas geradoras de trabalho e renda. Pelo país afora, foram surgindo grupos formais e não formais, constituídos de homens e mulheres, que passaram a ser denominados de empreendimentos econômicos solidários (EES). Estas organizações orientavam-se pelos princípios da economia solidária, ou seja, autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, cooperação, solidariedade, geração de trabalho e renda, distribuição equitativa dos resultados do trabalho e responsabilidade com o entorno social.

Conforme Arcanjo e Oliveira (2017) citando a SENAES (2016), compreendem

*Economia Solidária (ES):* o conjunto de atividades econômicas [...] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as sob a forma coletiva e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da ES: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica” (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 232)

No Estado de Santa Catarina não foi diferente, com estímulo de setores comprometidos das Igrejas Católicas e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no

Brasil (IECLB), pastorais sociais (Comissão Pastoral Operária (CPO), Comissão Pastoral da Terra (CPT) , particularmente, a atuação da Cáritas Regional por meio da disseminação de Mini Projetos Alternativos (MPA) desenvolvido em todo o país, e ainda com o desenvolvimento de projetos de desenvolvidos e implementados por organizações não governamentais, foram emergindo EES por todas as regiões do Estado.

Na região do Planalto Catarinense é também na década de 1980 que estimulados pelas mesmas organizações citadas acima, com mais a participação do então, Centro Viane de Educação Popular - uma organização não governamental - de assessoria político-pedagógica e técnico-agronômica, orientada a partir dos princípios da educação popular e da agroecologia, emergiram no meio rural e urbano inúmeros empreendimentos econômicos solidários. São grupos não formais ou formais (associações de agricultores familiares agroecológicos, grupos de mulheres, ex-operários da construção civil e empresa recuperada).

Mais recentemente, inspirado em políticas públicas voltadas para o meio ambiente e ações contundentes do movimento nacional de catadores, no universo destes trabalhadores catadores de materiais recicláveis organizam-se cooperativas de trabalho de catadores, com o apoio de novas organizações públicas e universidades. Portanto, a economia solidária já escreveu uma história de quase quatro décadas no Planalto Catarinense.

Se em âmbito de país, somente em 2003 é que o movimento social de economia solidária conquista *status* de política pública, fato antecedido pela organização da sociedade civil organizada em movimentos sociais, a condição tardia de política pública, também foi fato no Planalto Catarinense. No município de Lages somente no ano de 2014 é que ocorreu a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária e Fomento à Agricultura Familiar. Fundamentalmente, esta política pública se alicerça em quatro sujeitos coletivos: a atuação proativa dos Empreendimentos Econômicos Solidários, o Conselho Municipal, Entidades Apoiadoras, Poder Público e o Fórum Regional de Economia Solidária.

Algumas informações são úteis para situar o contexto de nosso objeto e campo empírico de investigação. Foi em 2001 que aconteceu a primeira feira estadual de economia solidária em Lages. Ela foi deflagradora das feiras em Lages e região. Brevemente, podemos citar a “Feira Agroecológica do Coral” que por dez anos ocorreu todos os sábados de cada mês, com participação de feirantes de diferentes municípios da região. Teve o apoio da Associação dos Moradores do bairro Coral ao disponibilizar sua sede localizada em lugar estratégico no centro do bairro, um dos mais antigos da cidade.

Devido a inexistência da política pública e a ação de órgãos fiscalizadores do Estado, sob pressão do comércio local, o Ministério Público determinou seu fechamento. A “Feira da Uniplac” que iniciou em 2006, encontra-se em funcionamento até hoje; outras feiras em âmbito regional ocorreram e se consolidaram, a saber, nos

municípios de Otacílio Costa, Correia Pinto, São José do Cerrito e Anita Garibaldi. Em Lages, a feira de economia solidária teve cronologicamente uma regularidade variada. Inicialmente, foi anual, mensal, quinzenal e há um ano vêm ocorrendo semanalmente por decisão coletiva dos feirantes movidos pela instituição da política pública e de novas entidades apoiadoras que entraram em cena, somando com antigos parceiros.

Durante a Administração Pública do Município de Lages (2013-2016), a Secretaria de Agricultura e Pesca, teve como secretário um agrônomo, cujo mandato priorizou o desenvolvimento da agricultura familiar. Destaque-se entre suas ações, a disseminação de feiras de agricultores familiares pela cidade acompanhadas de infraestrutura, apoio à aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária e Fomento à Agricultura Familiar. Dentre estas feiras, a única que é identificada como “economia solidária” é a localizada no Terminal Urbano da cidade. Isto ocorreu com a participação das organizações históricas que desenvolveram a economia solidária na região, sobremaneira, com a atuação do Fórum Regional.

É deste contexto histórico que emerge esta reflexão: analisar a percepção dos sujeitos feirantes acerca de sua compreensão sobre a feira, economia solidária e sua relação com a política municipal de economia solidária.

## 2 | DAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um dos objetivos da economia solidária é a geração de trabalho e renda, mas nem sempre é o principal. Ferrarini (2016), citando Souza Santos, reflete sobre a emergência de uma sociedade-providência, que ele define como

redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreaajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss (1995:1). (FERRARINI, 2016, p. 453).

Obviamente que o público preferencial dos EES são classes populares, que via de regra, são constituídas de sujeitos empobrecidos econômico, social e politicamente. Como afirma Ferrarini (2016), e confirma-se no campo empírico desta pesquisa, são pequenos grupos onde se mesclam laços de parentesco e de vizinhança, movidos pela lógica da reciprocidade. De outro ponto de vista, contraditoriamente, Souza (2017, p. 90), afirma que “na base da nova hierarquia social moderna está a luta entre indivíduos e classes sociais pelo acesso a capitais, ou seja, tudo aquilo que funcione como facilitar na competição social de indivíduos e classes por todos os recursos escassos”.

Este sociólogo, referenciado no sociólogo francês, Pierre Bourdieu, sintetiza as necessidades básicas no capital econômico, social e cultural. O capital econômico é o mais visível e efetivamente o mais importante dado a necessidade da reprodução material de existência humana, como demonstra a teoria do materialismo histórico e

dialético. É o capital mais concentrado e determinante na produção da desigualdade social. Outro capital é o cultural, muito próximo do capital anterior. Para conquistar e garantir direitos, fazer escolhas, situar-se no mundo, provisionar o futuro, ter um pensamento prospectivo, é fundamental, o conhecimento útil ou de prestígio. Trata-se da formação pessoal, humana, ético, moral e profissional fincado na vida e no estudo, na escolarização. O terceiro capital mais importante, segundo Souza (2017, p. 91), “é dependente da existência anterior desses dois que acabamos de falar: o capital social de relações pessoais”. É o âmbito da vida social, do estabelecimento de vínculos sociais, autoestima, reconhecimento social, prestígio, construção ou ingresso em redes sociais.

Classes sociais empobrecidas apresentam profundas lacunas ou são desprovidas destes três capitais. São economicamente pobres, culturalmente analfabetos funcionais, abandonaram a escola pela necessidade do trabalho e são socialmente desprezados e excluídos. Sofrem preconceitos, são vítimas de estereótipos ou estigmatizados pela sociedade. Alguns setores, como por exemplo os catadores de materiais recicláveis, segundo, Zigmunt Bauman (2005), em seu livro *Vidas Desperdiçadas*, são vistos como “redundantes” pois foram dispensados da vida social, por serem considerados “refugos”, uma vez que a sociedade não somente os excluiu, mas os rejeitou.

A economia solidária engendra-se a partir das lacunas dos três capitais concomitantemente. Ela tem uma potência para responder aquelas demandas: gerar trabalho e renda; abrir oportunidade para o acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento de uma profissão acompanhada de um saber específico; e no estabelecimento de vínculos interpessoais, uma vez que esta “outra economia” está alicerçada no princípio humano fundante de nossa condição existencial: a interdependência, conforme reflete Gaiger (2016). Ou seja, é a solidariedade, a compaixão (sentir a dor do outro), a cooperação, a partilha de conhecimentos e saberes, que se constituem em valores e princípios da existência de um empreendimento de trabalho associado.

Diferentemente da lógica da empresa capitalista, um EES existe para si e para os outros. No campo empírico desta pesquisa encontramos empreendimentos que, para além das necessidades de seus integrantes, estão permanentemente atentos às necessidades econômicas, sociais e culturais de seu entorno social. Contudo, ele tem uma necessidade premente: realizar o comércio de seus produtos, mas de uma forma justa. Daí deriva a necessidade da existência da feira de economia solidária. Um espaço de comercialização?

Sim. Mas não se pode cair num reducionismo econômico quando um EES se propõe a vender seus produtos. Antes de tudo, a feira é um espaço de sociabilidade. Homens e mulheres saem de casa, deslocam-se para o próprio meio social ou para outro espaço no meio urbano ou rural. Às vezes o deslocamento é de um município para outro, de uma cidade para outra, de uma região para outra.

Além de encontrarem seus pares, os feirantes conhecem novas pessoas. Estabelecem vínculos afetivos, inclusive conquistam aquele princípio que o mercado

capitalista denomina de “fidelidade” ou “fidelização” quando o consumidor tem até a hora certa de chegar e realizar suas compras, às vezes desejando encontrar o mesmo vendedor. Isto ocorre, não pelo mero desejo de lucro e multiplicação de vendas ao mesmo consumidor, mas pelas relações de empatia e pela qualidade dos produtos da economia solidária. Laços de amizade, de confiança mútua são estabelecidos pela relação direta neste tipo de comércio.

Outro aspecto que pode ser verificado numa feira de economia solidária, como demonstra nosso campo empírico, é o comportamento entre os feirantes e consumidores mediado pela comercialização. De um lado está o vendedor consciente, por exemplo, o agricultor familiar pensando em seus produtos agroecológicos que aprendeu a produzir, considerados produtos orgânicos originados do trabalho associado, desprovidos de qualquer elemento nocivo à saúde. De outro, está o consumidor consciente que busca produtos saudáveis e sustentáveis. Trata-se de uma mediação extremamente educativa, pois difere da compra imediatista e utilitarista que ocorre na busca do lucro. Embora as duas formas de comercialização se pareçam similares, a diferença reside no seu significado e nas suas consequências.

Um caso exemplar observado em nosso campo de pesquisa, pode ser ilustrativo. Um consumidor adquiriu na feira de economia solidária uma dúzia de ovos. Na feira subsequente veio devolvê-la afirmando que “não eram ovos caipiras, observados pela cor da casca e da gema”. A feirante, constrangida, recebeu os ovos sabendo que havia adquirido o produto de terceiros que perambulam pela cidade vendendo “gato por lebre”. O fato, embora muito singelo, indica a importância do comércio eticamente consciente, indicando constituir-se numa mediação pedagógica capaz de superar as contradições existentes também no interior da economia solidária.

As considerações feitas acima nos remetem para caracterizar a relevância da feira municipal de economia solidária de Lages. Ela passou a ser organizada na segunda metade de 2015. Inicialmente participavam empreendimentos urbanos e agricultores familiares sob a chancela do Fórum Regional, de Entidades Apoiadoras, da participação da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Agricultura do município. De uma vez ao mês, passou a ser quinzenal. Atualmente, acontece semanalmente, às sextas-feiras, das 8hs às 17hs, sem interrupção.

Convém registrar todavia que o espaço no qual a feira se localiza é extremamente simbólico, ou seja, na Praça do Terminal Urbano, antiga Praça do Mercado Público, local onde se realizava a comercialização de produtos oriundos da região para a cidade. Os produtos como feijão, milho, queijo, charque, banha de porco, eram trazidos por tropeiros que por meio da tração animal - mulas encilhadas com cargueiros ou carroças puxadas por cavalos - ao longo do séculos XIX e durante as quatro primeiras décadas do século XX quando a cidade não contava com 8.000 habitantes. A praça conforme pode ser visualizado em mostra fotográfica nos museus da cidade, durante dias era povoada de vendedores e compradores, movimentando intensamente a pequena cidade. Resgatar e valorizar esta história e as formas de trocas de bens é também

interesse da feira de economia solidária contemporânea.

Durante a feira realiza-se quinzenalmente ou quando há necessidade “a roda de conversa”, uma metodologia popular facilitadora da participação dos integrantes, feirantes e educadores sociais, em geral, são membros do Fórum Regional de Economia Solidária. A “roda de conversa” é valorizada por permitir uma comunicação próxima, dinâmica e produtiva. Ela pode ser realizada entre os feirantes ou com a mediação de um membro do Fórum Regional.

Os temas disparadores das “rodas de conversas” são variados, buscando atender necessidades internas da feira, como organização, comercialização, avaliação do empreendimento, a formação em diferentes áreas do conhecimento, inclusive articulações com o movimento social da economia solidária, a participação no Fórum Catarinense de Economia Solidária ou em outras feiras que podem estar no calendário no Estado ou fora dele. Um tema recorrido e frequente é a política pública de economia solidária, tendo em foco as esferas que estruturam esta política: os EES, o Fórum e o Conselho Municipal de Economia Solidária.

### 3 | METODOLOGIA

Para elaboração desta pesquisa desenvolveu-se um estudo de campo utilizando-se de uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 188) pesquisas de campo que se utilizam de estudos exploratório-descritivos combinados “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

Deste modo, Triviños (2013, p. 133) enaltece

[...] o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico. Este, repetimos, deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação.

Quanto à técnica utilizada para a coleta de dados, define-se como bibliográfica e de campo. Gil (2008, p. 50) caracteriza que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Ainda de acordo com Triviños (2013, p. 154) refletindo sobre as anotações de campo

[...] “anotações de campo”. Pode ser entendida como todo o processo de coleta e análise de informações, isto é, ela compreenderia descrições de fenômenos sociais e físicos, explicações levantadas sobre as mesmas e a compreensão da totalidade da situação em estudo. Este sentido tão amplo faz das anotações de campo uma expressão quase sinônima de todo o desenvolvimento da pesquisa.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas individuais a partir de um questionário semiestruturado para coleta de dados, no período de agosto à setembro de 2017. Deste modo foram entrevistados quatro feirantes, submetendo três tópicos para cada entrevistado, para uma melhor visualização de sua identidade como feirante. Para estes utilizamos codinomes para a preservação de sua identidade, tais como “Solidariedade”, “Sustentabilidade”, “Preço Justo” e “Igualdade”. Foram aplicados os devidos termos de consentimento livre e esclarecido, reafirmando a preservação das respostas e a identidade dos mesmos.

Para Gil (2008, p. 57) “os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

A partir dos dados coletados em anotações de campo, foi possível a elaboração de uma tabela para melhor identificar os feirantes entrevistados e outros dados, conforme abaixo:

Nome do feirante	Número de membros da família	Quanto tempo participa na Feira	Quais produtos comercializa
Solidariedade	03	03 anos	Cucas, bolachas e pão caseiro
Sustentabilidade	00	03 anos	Alface, couve, repolho, beterraba e hortaliças em geral
Preço justo	02	02 anos	Produtos orgânicos e hortaliças em geral
Igualdade	04	03 anos	Bolachas, pães, hortaliças e frutas de época

Tabela 1 - Identificação dos feirantes entrevistados

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Desta forma, identificamos os quatro feirantes entrevistados, o número de membros de suas famílias, quanto tempo participam na feira e quais os produtos são comercializados por eles, sendo possível identificar a comercialização de produtos olerícolas e da panificação caseira envolvendo no trabalho homens e mulheres do meio rural.

Um conjunto de questões constituíram o questionário semiestruturado para realização das entrevistas: como conheceu e ingressou na feira? Você conhece a economia solidária? Quando ouviu falar em economia solidária? O que é para você a economia solidária? Vocês praticam a economia solidária aqui na feira? De que modo? O que esta economia representa para você? Você conhece a política pública de economia solidária do município de Lages? Você participa desta política? De que modo?

## 4 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico apresentamos os questionamentos e suas respostas, posteriormente elaboramos uma pequena análise desses dados coletados durante as entrevistas que foram realizadas a partir do questionário semiestruturado.

### 4.1 Conhecimento e ingresso na feira municipal de economia solidária

Ao perguntar acerca do conhecimento e ingresso na feira municipal de economia solidária os entrevistados responderam:

**Solidariedade afirmou que**

Foi através da Secretaria de Agricultura, que nós tinha cozinha, tinha selo. Através da Ana, convidou para participar da feira. Nós já participava da outra feira.

**Sustentabilidade disse que**

Através da agricultura familiar.

**Preço Justo lembrou que foi**

Através da Ana que trabalhava na Secretaria da Agricultura que fez o convite que a gente participou da primeira feira da ecosol.

**Igualdade reiterou que**

Através da Ana que trabalhava na Secretaria da Agricultura.

As percepções dos entrevistados demonstram nitidamente que a porta de entrada para o conhecimento e ingresso na feira foi por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, o que corrobora nossas informações sobre a atuação do secretário à época em que atuou na política de estímulo a organização da agricultura familiar e de feiras na cidade de Lages.

Os relatos afirmam a importância do trabalho realizado pela secretaria, aproximando e incentivando a agricultura familiar na comercialização direta de sua produção. Ingressar na feira de economia solidária para agricultores familiares que residem no meio rural à uma distância de 20 a 80 quilômetros da cidade de Lages, deve ter um grande significado. Afinal, remete para a conquista de um espaço público no meio urbano, lugar de trabalho e geração de renda. Os ganhos não se reduzem ao econômico, tampouco à unidade familiar envolvida, mas ao desenvolvimento da política pública da agricultura familiar no município. Neste sentido, podemos avaliar a importância do Estado indutor do desenvolvimento socioeconômico, aqui analisado sob o ângulo de uma Secretaria de Governo em esfera municipal.

### 4.2 Conhecimentos de economia solidária

Diante da questão de quando começou a ouvir e conhecer a economia solidária:

O entrevistado Solidariedade, respondeu

Mais ou menos

### Sustentabilidade, afirmou que

A gente conheceu depois que a gente venho pra feira

### Preço justo, reiterou que

A partir do momento que comecei a participar da Feira em Lages.

### Já, a entrevistada Igualdade, reiterou que

Não conheço

Em outras palavras, os feirantes não conheciam a economia solidária antes de participarem da feira. Alguns fatores explicam o fato. Primeiro, estes trabalhadores familiares, historicamente vivem sob a ausência de políticas públicas, por não terem lugar proeminente na economia municipal ou regional como por exemplo ocorre no oeste catarinense; a opção pelo agronegócio tem sido prioridade e projeto dominante, ganhando toda atenção da administração pública.

A feira de economia solidária nasce com o apoio do Fórum Regional, entidades apoiadoras e no contexto de uma Lei Municipal de Economia Solidária. Logo, o Fórum teve a preocupação de proporcionar os conhecimentos básicos desta “outra economia”, elaborar critérios de ingresso e permanência dos feirantes no intuito de preservar a “marca” deste empreendimento econômico-social. A tematização da economia solidária, mediou as primeiras “rodas de conversas”, realizadas desde o início da feira. A presença de EES urbanos, também é fator importante para disseminar o conhecimento da economia solidária na feira. Se os agricultores familiares não tinham conhecimento, diferentemente acontecia com os EES, alguns deles com mais de dez anos de existência.

## 4.3 O que você compreende por economia solidária?

### Solidariedade diz

Eu acho que é assim ter os produtos para vender e se ajudar uns com os outros quando precisa.

### Sustentabilidade afirma que

Pra mim ela ajuda na renda da família, a gente faz mais amizade, com contato com as pessoas né, porque a gente só ficava no interior, agora a gente sai prá cá é outra coisa.

### Para Preço Justo

é o grupo participando sendo solidário com o outro, todo mundo na mesma função, na mesma situação em busca de uma socialização, de uma sociedade mais justa e de igualdade para todos.

### Igualdade pontua que

Representa bastante coisa porque a gente tem que estar se preocupando com o entorno da gente, com o meio ambiente e com outras pessoas, né. Vai acabando fazendo a diferença lá no final.

Os entrevistados indicaram alguns valores e princípios da economia solidária, como: a preocupação com o entorno social, geração de renda, ajuda-mútua, solidariedade grupal, preocupação e cuidado com o meio ambiente e com as relações entre os próprios feirantes. Identifica-se. Há um valor teleológico a ser destacada como o sonho de “uma sociedade mais justa e de igualdade para todos”. Considerando este último destaque, pensamos que não podemos ser adeptos de uma visão ingênua que aposta nas micro-organizações, ou seja, nos EES, como por exemplo, a feira em investigação neste texto, como portadores de uma transformação estrutural da sociedade, ao superar e hegemonizar-se como economia solidária frente à economia capitalista. Profundamente problematizadora é a reflexão realizada por Wellen (2012) demonstrando que a economia solidária não tem a força revolucionária de mudar o sistema do capital. Contudo, Adams, tendo uma visão realista, mas apaixonada de engajamento, asseverando que:

Cabe valorizá-las (micro-organizações) como catalizadoras de energias que, com novas formas de produzir, podem somar-se a outros movimentos e organizações da sociedade para produzir um ethos individual e coletivo com distintos processos de produção de sentidos, diferentes daqueles presentes nas relações capitalistas (ADAMS, 2010, p. 12).

Pode-se afirmar que os conhecimentos acerca da economia solidária expresso pelos entrevistados apresentam lacunas significativas, contudo, a feira é considerada pelo Fórum Regional como um EES em processo de incubação, estando em contínuo aprendizado.

#### 4.4 Vocês praticam economia solidária na feira? De que modo?

**Solidariedade** comenta que:

A gente vem aqui somente vender os produtos, às vezes algum que pede um pacote de bolacha, eu dou né, assim, o pessoal da rua né.

**Sustentabilidade** pondera que

Eu vendendo meus produtos, ajudo os outros nós. Nós somos sempre amigos, um é pra ajudar o outro quando um não pode estar na feira, outro tá sempre aqui pra ajudar.

**Preço justo** caracteriza

No meu ponto de vista sim, não através de doações simultânea, mas sim através da própria comercialização, um ajudando o outro na hora que um precisa se deslocar.

**Para Igualdade**

Tudo que a gente produz lá no sítio, a gente traz pra vender aqui na feira, as bolachas e os pães também sou eu que faço né, aí eu tenho o sim.

Nossas observações do campo da economia solidária permitem afirmar que pessoas ou grupos informais praticam valores da economia solidária às vezes

inconscientemente. Isto pode ser constatado em práticas sociais no meio urbano (bairros de periferia), entre vizinhança ou comunidades rurais. O fenômeno ocorre por força da necessidade de acessos a determinados bens ou pela condição social de interdependência humana. Os depoimentos dos entrevistados sobre o entendimento da prática da economia solidária ainda é bastante opaco, mas alguns indicativos são sinalizados. Entendem que a comercialização expressa solidariedade entre vendedor e consumidor pois este ato é permeado por vínculos de “amizade”. Outra expressão de prática solidária reside na substituição na ausência de um feirante por outro; finalmente é observado a comercialização colocando frente a frente vendedor consumidor também é um fato da economia solidária.

#### **4.5 Você sabe que existe a política pública de economia solidária no município de Lages?**

Solidariedade diz

Não.

Sustentabilidade, de outro modo, sinaliza que

Já ouvi falar.

Preço justo comenta

Alguma coisa, não muito.

Igualdade caracteriza

Não! Eu tenho conhecimento a partir que eu comecei a trabalhar na feira né, que a gente sabe que tem a Lei que a gente tá se inserindo, tendo mais conhecimento né.

Na questão do conhecimento acerca da política pública de economia solidária, os entrevistados, com exceção de um, mostraram extremo desconhecimento. O agricultor familiar é pragmático, o concreto é seu chão de vida. Disto podemos inferir que este sujeito tende a vislumbrar a política pública por meio de ações concretas, de iniciativas que possam ser sentidas, observadas, incluindo medidas que lhe tragam benefícios esperados, às vezes, imediatamente. Claro, que podemos também identificar as lacunas de conhecimento nas ações de formação promovidas pelo Fórum Regional. Como tem sido a tematização da política pública de economia solidária junto ao coletivo de feirantes? Vimos a importância das “rodas de conversa”, cabe problematizar a participação dos feirantes e também o trabalho da mediação deste diálogo, pois vê-se que a política pública todavia não faz parte do cotidiano dos feirantes. Os representantes da feira no Conselho Municipal representando o EES tem repassado as informações ou decisões tomadas naquele espaço de formulação da

política? Por que entre os quatro entrevistado, um deles mostra-se mais conhecedor e os demais quase indiferentes? São questões que não tem respostas nesta análise.

#### 4.2 4.6 Você participa desta política? De que modo?

Solidariedade informa que

Não

Para Sustentabilidade

Eu já vi, mas não vi funcionar, só quando a gente tem reunião quando discute sobre ela, eu gosto de participar nas reuniões porque a gente vê o que se passa nas reuniões e que está se passando em roda da gente.

Preço justo coloca que

Eu participo nas feiras

Igualdade pondera

Eu faço parte do Conselho, a gente se reúne uma vez por mês, vê o que tem para enviar de ofícios

Os depoimentos revelam uma discrepância significativa na compreensão do que significa participar e não participar da política pública. A percepção vai desde o “não participo”, até a participação no Conselho Municipal de Economia Solidária. Uma pergunta não feita e nem respondida é o entendimento de “política pública”. Aí pode estar um tema de estudo a ser desenvolvido entre o integrantes da feira. Na política pública de economia solidária, necessariamente são sujeitos coletivos atuantes no Conselho Municipal, que no caso de Lages, é tripartite segundo a Lei: representantes dos EES, representantes das Entidades Apoiadoras do Fórum Regional e representantes do Poder Público. Mas, não é tudo. Como verbalizou um entrevistado, “participo da política pública participando da feira”. Este depoimento é bom para pensar em alargar a ideia de que a política pública não se restringe aos espaços formais ou oficiais, tampouco nas esferas organizadas da sociedade civil, mas deve incluir o chão da vida, ali onde estão os sujeitos demandando ações do Estado.

Chama atenção o depoimento que caracteriza a reunião do Conselho Municipal “para enviar ofícios”. É a expressão da burocracia que governos tecnocráticos e de gabinetes praticam. As discussões infundáveis não alcançam a prática, por indisposição, por disputa de projeto. Pode-se perguntar qual a compreensão que o governo municipal em questão tem de economia solidária? Qual seu interesse em transformar as demandas que chegam no Conselho em respostas concretas? Qual a força política dos representantes da sociedade civil, e no caso de Lages o Conselho é tripartite, constituído por duas representações da sociedade civil e uma da sociedade política? Como se preparam os representantes dos EES e do Fórum tendo em vista uma atuação pró ativa e politicamente eficaz?

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi colocar em cena a feira de economia solidária e a correspondente política pública no município de Lages, SC, tendo como referência de análise a percepção dos feirantes agricultores familiares. Contextualiza-se brevemente a economia solidária em âmbito de Brasil, Santa Catarina e da região do Planalto Catarinense, seguido da caracterização da feira municipal destacando sua relevância e lógica mercantil distinta do mercado capitalista. Na sequência explicita-se os dados e análise das entrevistas realizadas com quatro feirantes, de um total de oito, que compõem o EES feira.

Partindo do reflexão desenvolvida, pode-se destacar a feira de economia solidária do município de Lages, como um fato social, econômico e político relevante e consolidado. Isto por diversas razões: identifica-se uma interesse e uma vontade de praticá-la pelos seus principais protagonistas que são os EES, particularmente os empreendimentos constituídos por agricultores familiares, sem excluir os EES urbanos que tem uma participação mais irregular; existe uma Lei Municipal que estrutura a política pública por meio da criação do Conselho Municipal e institui o Fundo Municipal de Economia Solidária. Os depoimentos dos entrevistados demonstraram que o Conselho tem pouca visibilidade ou impacto sobre suas ações, enquanto que o Fundo nem é citado. O mais importante das instâncias, é o Fórum Regional constituído por três instâncias de representações: os EES, as Entidades Apoiadoras e o Poder Público, este espaço tem estado presente e garantido o movimento social da economia solidária em Lages e região. A feira tem sido uma de suas bandeiras de atuação.

Do ponto de vista da percepção dos feirantes acerca da *feira, economia solidária e a política pública* podemos resumir e destacar o que segue.

Segundos os entrevistados, *conheceram e ingressaram* na feira por meio da política à época desenvolvida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca por intermédio de um Secretário que priorizou ações voltadas para a agricultura familiar, sendo as feiras, um de seus destaques. A análise ponderou a importância de políticas indutoras do desenvolvimento a partir dos agricultores familiares analisadas aqui desde a ação de uma Secretaria em esfera municipal. Para os feirantes representou a conquista de um espaço público podendo atingir o topo da cadeia produtiva, ou seja, a comercialização de seus produtos da economia solidária.

Sobre os *conhecimentos relativos à economia solidária*, os feirantes demonstraram acessar a conhecimentos sobre economia solidária a partir do ingresso na feira. Fator que é explicado pelo fato de a feira ser acompanhada por vários sujeitos coletivos, entre eles, o Fórum Regional de Economia Solidária, um dos disseminadores deste campo do conhecimento. Neste contexto, pode-se avaliar a importância das “rodas de conversa” realizadas na feira como metodologia e mediação pedagógica onde ensino e aprendizagem se associam.

Diante da pergunta *o que vocês compreendem sobre economia solidária*, os

entrevistados indicaram alguns valores e princípios da economia solidária, como: a preocupação com o entorno social, geração de renda, ajuda-mútua, solidariedade grupal, cuidado com o meio ambiente e com as relações entre os próprios feirantes. Identificou-se um valor teleológico a ser destacada como o sonho de “uma sociedade mais justa e de igualdade para todos”. Considerando este último destaque, refletiu-se sobre o fato de se cair na armadilha de sermos adeptos de uma visão ingênua que aposta nas micro-organizações, ou seja, nos EES, como por exemplo, a feira em investigação neste texto, como portadora de uma transformação estrutural da sociedade, ao superar e hegemonizar-se como economia solidária frente à economia capitalista. Pode-se afirmar que os conhecimentos acerca da economia solidária expresso pelos entrevistados apresentam lacunas significativas, mas os valores assimilados afirmam a trajetória iniciada há pouco tempo neste campo, sabendo que a feira é também um espaço de formação continuada.

E, quando interrogados *se vocês praticam e de que modo a economia solidária na feira*, as percepções dos entrevistados mostraram-se bastante opacas, mas alguns indicativos são sinalizados. Entendem que a comercialização expressa solidariedade entre vendedor e consumidor pois este ato é permeado por vínculos de “amizade”; é observado a comercialização colocando frente a frente vendedor e consumidor direto também é um fato da economia solidária. Outra expressão de prática solidária reside na substituição na ausência de um feirante por outro; nossa observação em campo permite afirmar que muitas atitudes, gestos e comportamentos orientados por valores de reciprocidade são praticados na feira ou em outros empreendimentos se serem percebidos ou conscientes, mas que denotam práticas solidárias.

Na questão do *conhecimento acerca da política pública de economia solidária*, os entrevistados, com exceção de um, mostraram desconhecimento. Neste ponto pode-se problematizar o saber e o fazer pragmático do agricultor, o papel do Fórum ao tematizar a política pública nas “rodas de conversa”. Como se explica a discrepância de conhecimento entre os quatro entrevistados, sendo um deles mais conhecedor e os demais desconhecerem ou mostrarem indiferentes? Questões sem resposta nesta análise.

Perguntou-se ainda *se você participa desta política? De que modo?* Os depoimentos revelaram outra discrepância significativa na compreensão do que significa participar e não participar da política pública. A percepção foi desde o “não” participo, até a participação no Conselho Municipal de Economia Solidária. Nesta questão levantou uma pergunta anterior que seria a compreensão de “política pública”. Qual a ideia que os feirantes fazem quando se discute política pública? A economia solidária tem um formato próprio de política pública estruturado nos EES, no Conselho Municipal (incluído o Poder Público) e no Fórum Regional. Pode-se imaginar que os integrantes da feira não tenham apreendido este círculo dinâmico e a fundamental importância desta política. Uma percepção chamou atenção, quando um entrevistado disse “participo da política pública participando da feira”. Um ideia que vem alargar o

conceito de política pública de economia solidária, para além dos espaços oficiais ou públicos, pois há de se considerar na política pública a concretude da existência, onde os sujeitos demandam suas necessidades frente ao Estado.

Em suma, espera-se que este trabalho cujo objetivo foi trazer à luz a feira municipal de economia solidária de Lages tendo como referência a percepção dos feirantes, possa gerar maior visibilidade desta “outra economia”, fortalecer a presença da feira e estimule o engajamento de agentes públicos ou organizações da sociedade civil que compõem e desenvolvem a política pública municipal: empreendimentos econômicos solidários, entidades apoiadoras e o poder público.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

ARCANJO, Maria Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. **A Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária**: Avanços e Retrocessos. 2017. Disponível em < <https://fpabramo.org.br/csbs/wcontent/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu13.ARCANJOLIVEIRA.pdf> > Acesso em 09/11/2017.

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade**. São Leopoldo: ED. Unisinos, 2016.

FERRARINI, Adriane Vieira. **O Ethos da Inovação Social: implicações éticopolíticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes**. Contemporânea. v. 6, n. 2 p. 447-466. Jul.–Dez. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed; São Paulo: Atlas, 2013.

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. 2009. Disponível em: < [http://www.nuredam.com.br/files/livros/tecnologia\\_social.pdf](http://www.nuredam.com.br/files/livros/tecnologia_social.pdf) > Acesso em 10/03/2018.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo, Outras Expressões, 2012.

## A MANTEIGA DE OVOS DE TARTARUGA UM PRODUTO RENTAVEL NO ALVORECER DA PROVINCIA DO AMAZONAS 1822 – 1856

### **Michele Lins Aracaty Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional/ UNISC.  
Docente do Curso de Ciências Econômicas/  
UFAM. E-mail: michelearacaty@ufam.edu.br;

### **Raimundo Alves Pereira Filho**

Bacharel em Ciências Econômicas pela  
Universidade Federal do Amazonas. E-mail:  
dinhoalves7@gmail.com1

**RESUMO:** presente artigo sistematiza a produção da manteiga de ovos de tartaruga no início da Província do Amazonas. Sua utilização foi destacada na culinária como azeite para fritura, conservante, combustível na iluminação das casas e produto terapêutico. Para analisar a cadeia produtiva foi necessário demonstrar o produto, a utilização, o processo produtivo e a distribuição da manteiga de tartaruga, para isso fora preciso descrever o produto e sua utilização pela população amazonense no início do Império no Amazonas; bem como apresentar a cadeia produtiva ou processo produtivo através do conhecimento da matéria-prima, os utensílios, a mão-de-obra e o tempo necessário para a produção; e finalmente verificar a distribuição do produto, sua tributação e exportação para a Província do Pará. Foi delimitado o tempo compreendido de 1822 a 1856, tendo como

espaço a Província do Amazonas. A presente pesquisa foi descritiva como uma abordagem qualitativa usando a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico. Pôde-se concluir que a fabricação da manteiga de tartaruga no início do século XIX foi uma atividade sazonal de importância ímpar para a economia da Província, pois na cadeia produtiva era utilizado diversos utensílios que agregavam valores e empregavam quase toda a mão-de-obra das vilas na época da produção e que, depois de distribuída, gerava não só tributos para a província local mais também um excedente que era exportado para a Província do Pará.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Econômica; Província do Amazonas; Manteiga de tartaruga.

### **INTRODUÇÃO**

A manteiga de ovos de tartaruga foi utilizada na Capitania de São José do Rio Negro, na Comarca do Amazonas e na província do Amazonas de modo constante na culinária, como combustível, remédio e como produto de exportação para a Província do Grão-Pará. Sua utilização e produção são citadas pelos viajantes que percorreram seu território nos séculos XVIII e XIX e sua comercialização é atestada pelos relatórios enviados, primeiramente à província

do Grão Para e depois ao Império.

Se por um lado os viajantes e memorialistas enumeram a utilização e a produção de forma esporádica, por outro, os relatórios informam o lado financeiro da produção da manteiga de ovos de tartaruga. O presente artigo apresenta de forma ordenada o produto, a cadeia produtiva, a utilização e a exportação da manteiga de tartaruga.

Tendo como objetivo demonstrar o produto, a utilização, o processo produtivo e a distribuição da manteiga de tartaruga no início da época imperial no Amazonas. Buscando descrever o produto e sua utilização pela população amazonense no início do Brasil Imperial; apresentar a cadeia produtiva ou processo produtivo através do conhecimento da matéria-prima, os utensílios, a mão-de-obra e o tempo necessário para a produção da manteiga de tartaruga; verificar o impacto na renda, na arrecadação e na exportação da manteiga de tartaruga na primeira metade do século XIX na Província do Amazonas.

Foi fixado o período compreendido entre 1822 a 1856 por estar inserido no que a historiografia tradicional chamou de decadência após o ciclo agrícola e início da expansão gutífera na Amazônia. A escolha tem seu fundamento por dois motivos: primeiro por ter acontecido no momento em que a visualização do produto se fez mais nítida, sem a sombra da economia pombalina e ainda não obscurecida pelo ouro negro emergente dos seringais; segundo, pela fixação do espaço e autonomia da província do Amazonas.

Os historiadores que estudaram esse período, ou por centrarem seus estudos na economia da província do Pará ou por darem pouca importância a produtos que sempre estiveram presentes no cotidiano, em detrimento a outros exigidos não só pelo comércio externo, mas também para o consumo interno, deram pouca importância à produção e à comercialização de produtos oriundos da região como a manta do pirarucu, a mixira, a conserva de peixe-boi e a manteiga de tartaruga

Para melhor compreensão da sistematização o trabalho foi dividido em quatro partes, na primeira parte é feito um breve relato sobre a condição econômica da província, na segunda destacamos o produto e sua utilização, na qual a historização se faz presente como meio necessário para enfatizar a importância do produto na vida amazônica. O produto é exposto de forma que se percebam as diversas faces da utilização milenar na culinária, na medicina indígena, no uso como combustível e até como material conservante. A terceira parte abordou a produção que foi destacada desde preservação do ano anterior do tabuleiro, passando pela coleta da matéria prima, sua inserção no processo produtivo dentro da fabrica-canoa, tempo, embalagem e teste de qualidade. Finalizando a sistematização do artigo foram expostos os valores obtidos com a produção dos ovos de tartarugas e sua importância para a sociedade manauara do início da província.

## ASPECTOS HISTÓRICOS REGIONAIS

A economia da nascente da Província do Amazonas continuava a mesma do fim da época colonial, com uma agricultura sem grandes produtos que ensejasse um crescimento lucrativo, a manufatura reduzida a bens consumidos dentro da província, restando somente a atividade extrativista, tanto animal quanto vegetal, como provedora de renda para população das cidades e vilas.

Para Arthur Reis (1944, p.46) o governo português não soube aproveitá-lo, ou melhor, ignorou o grande crescimento havido após o Governo de Lobo D'Almada, o gado dos campos de boa vista brotando, as fabricas em pleno funcionamento e na agricultura “Em 1775, havia por exemplo, 220.920 pés de café, 90.350 de cacau, 47.700 de tabaco, 870 de algodão. Em 1818, o tabaco cotava-se a Cr\$ 8.000 a arroba, o café a Cr\$ 3.200, o cacau Cr\$ 1.600, um pote de manteiga de tartaruga comprava-se a Cr\$ 3.200, um alqueire de farinha a Cr\$ 200”. (Reis, 1966, p 171).

Toda essa efervescência foi diluída, segundo Reis, pelo desinteresse português após o período pombalino, Spix (1981, pg. 140) chegando a Manaus em 1818 relata o comercio como relativamente muito insignificante, a existência de apenas duas fabricas uma de fiação de algodão e outra de olaria e a total falta de perspectiva econômica.

Enquanto a futura província decaía onde “estavam fechados quase todos os estabelecimentos manufatureiros; a lavoura sofria os efeitos de uma sensível paralisação do trabalho; nos pesqueiros diminuíram também a atividade. As rendas como que sumiam”, a Província do Pará ao contrario, segundo Santos (1980, pg. 22 -28), entra o século XIX sob um signo feliz e após uma pequena crise entre 1806 e 1819 cresceu novamente sob a égide do cacau.

É nesse panorama que alguns produtos extrativistas animal e vegetal se destacaram e serviram de âncora econômica para a população da recém-criada Província do Amazonas, antes do boom da borracha se destacaram o pirarucu e a manteiga de tartaruga.

### A MANTEIGA DE TARTARUGA

A manteiga de ovos tartaruga era um produto gelatinoso de cor amarelo escuro adicionado em potes utilizados na culinária, como combustível e medicamento pela população que habitava a Amazônia pré-colombiana. Esse produto é mencionado pelos cronistas dos primeiros viajantes que percorrerem o interior da Amazônia desde Capitão Altamirano até o Barão de Santa - Anna Nery.

A manteiga chegava aos consumidores acondicionados em potes de barro fabricados na própria comunidade e para preenchê-los eram necessárias grandes quantidades de ovos de tartarugas em 1820, assim se expressa um naturalista “De diversos colhedores práticos, que exploram as praias no Solimões, ouvi os seguintes números reduzidos; para um pote (que contem igualmente umas 25 botijas), calculam-

se os ovos de 16 covas (supondo-se uma média de 100, perfazem 1.600 ovos) ”. (SPIX, 1981 p.166).

Na culinária, a manteiga de tartaruga era utilizada não só no preparo de alimentos como frituras, tempero e omeletes, mas também como conservante. O peixe, juntamente com a tartaruga, eram os principais alimentos da população do Alto e Médio-Solimões e uma das maneiras de consumi-los era através da fritura, na falta de outro óleo era a banha de peixe-boi e a manteiga de ovos tartaruga que serviam para esse fim. Da mesma forma, era utilizada na fritura da carne de caça e da própria tartaruga. (FERREIRA, 1972, p.27)

A mexira “é a comida conservada na manteiga de tartaruga ou banha de peixe-boi – ou de peixe - carne e da própria tartaruga. Depois de assada ou moqueada comem-na no tucupi, isto é, fervida no molho feito de mandioca cozida, ou a põem em mexira, afogando-a na própria banha” (VERISSIMO, 1970, p.54.), antes o naturalista baiano já nos informava com mais detalhes sobre a produção de mexira de tartaruga, neste caso utilizando a banha de peixe-boi como variante (FERREIRA, 1972, p.35),

Também dela se fazem provisões de conserva de manteiga de peixe-boi no tempo de maior carestia, que é nos meses de março até julho, quando o rio está cheio. Retalham em pedaços compridos a ventrecha de tartaruga, colocam-na para cozinhar em uma panela temperada com sal, retirando-a a seguir para escorrer a água adquirida. Passa-se a frigar depois, divididos em postas menores, na manteiga de peixe boi, e assim frita conserva-se dentro de potes.

Desse modo, podiam conservar por meses a carne imersa nessa manteiga e consumi-la quando necessário.

A tradição oral legou os conhecimentos terapêuticos da cura de doenças usando animais – a Zooterapia -, tal aplicação da manteiga de tartaruga foi constatada primeiramente pelo naturalista Humboldt e ainda hoje é utilizada em algumas comunidades da Amazônia. A manteiga e a banha de tartaruga eram utilizadas como medicamento contra dor de garganta, reumatismo, puxar baque, inchaço, picada de bicho, para estancar e tratar de ferimento, entre outras (SANTOS, 2011, p.2.).

No início da Amazônia Imperial o querosene ainda não era o combustível que se empregava na iluminação das casas e sim a manteiga de ovos de tartaruga, “na iluminação de casas, de igrejas, e de edifícios públicos, em muitos povoados do Rio Negro e do Solimões, utilizava-se a manteiga de tartaruga, embora ela produzisse uma luz inferior àquela do óleo de Andiroba” (BRUNO, 1992), entre 1755-1823 segundo o autor. O naturalista Spix alerta, entretanto, que a manteiga de tartaruga “utilizada na iluminação era a de pior qualidade” (SPIX, 1981, p.164), outro naturalista comenta “A manteiga é empregada no interior para iluminação e que começa a ser exportada” (Neri, 1979, p.71) tudo corroborando que a utilização da manteiga de tartaruga foi amplamente usada como combustível durante toda a época colonial e início da Amazônia imperial.

No seu relato, da expedição de Ursua e Aguirre pelo rio Amazonas ocorrida em

1559, liderada pelo Capitão Altamirano, foi encontrado o primeiro registro da utilização da manteiga de tartaruga como condimento alimentar (PORRO, 1992 p.97):

Sáimos desse povoado e navegamos pelo rio abaixo por sete dias sem dar em qualquer outro de importância, pegava-se muito peixe por esse tempo, por ir o rio sereno e muito largo, encontrávamos nas praias desse grande rio imensa quantidade de ovos de tartaruga e de icoteas que levamos a comer, e não havia senhor de manteiga nem de azeite porque eles as tinham.

Outros viajantes que depois fizeram o mesmo trajeto relatam a grande quantidade de tartaruga existente e a utilização de seus ovos para a confecção de manteiga, assim descreve La Condamine em sua descida pelo Amazonas “Há as de tamanhos diferentes, e de diversas espécies, e em tão grande quantidade que elas sós e mais os ovos poderiam abastecer os moradores daquelas margens” (LA CONDAMINE, 2000, p.105), outro naturalista assim se expressava sobre a utilidade da jurararetê “é um animal utilíssimo entre os animais úteis do Para, pois além de ser a carne cotidiana das mesas dos portugueses e das dos índios das povoações, onde se come cozida, assada e frita ou ensopada, se tira também o importantíssimo produto chamado manteiga de tartaruga”. (FERREIRA, 1972, p.37). Sobre sua importância na alimentação a produção de ovos de tartarugas o experiente naturalista relata “chamam-nas de “gado do rio”, por ser o manjar de carne mais comum em todo o curso do Amazonas, e um, ou diversos, pratos dessa carne não faltam em mesa bem servida”, espantado com a colheita e a fabricação assim se expressou “pela primeira vez, deparou-se nos o espetáculo da colheita dos ovos de tartaruga e o preparo deles em manteiga de tartaruga”, (SPIX, 1981, p.167), em 1859 outro observador expõe que “milhares de tartarugas afluem, à noite e, sobretudo antes do amanhecer, as areias secas e quentes, para pôr e enterrar os ovos. Os números desses ovos são enormes” (AVE-LALLEMANT, 1980, p.86), após essas desovas era feita amanteiga de tartaruga que Bates (1979, p.242): assim descreve em sua produção:

A destruição de ovos de tartaruga realizada dessa maneira todos os anos é espantosa. Pelo menos 6.000 jarros, contendo cada um três galões de óleo, são exportados anualmente do Alto-Amazonas e do Madeira para o Pará, onde ele é usado para iluminação, fritura de peixe e outros fins. Calcula-se que outros 2.000 jarros, aproximadamente são consumidos pelos habitantes dos vilarejos à beira do rio.

Desse modo fica constatado que a manteiga de tartaruga tinha uma utilidade ímpar na sociedade indígena e que foi incorporada no modo de vida dos europeus que se estabeleceram na Amazônia após a colonização.

## **A CADEIA PRODUTIVA DA MANTEIGA DE TARTARUGA**

A cadeia produtiva da manteiga de tartaruga presente no início do Amazonas Imperial com certeza não era a mesma existente durante a expedição de Ursua no início do século XVI, mas sua essência se manteve. Talvez a grande mudança tenha

sido no controle da produção e na distribuição do produto. Nos parágrafos seguintes examinaremos como a cadeia produtiva se apresentava no início do século XIX.

A matéria prima principal era o ovo de tartaruga, de preferência aquele que possuía mais gema que clara, a água servia como material secundário, a praia como fornecedora e local de estoque da matéria prima; a canoa como recipiente da primeira fase da transformação dos ovos em manteiga; os caldeirões como o segundo e finalmente o pote servindo como embalagem. A mão-de-obra direta era composta por grande parte da população da vila ou cidade mais próxima, sendo a mão-de-obra indireta composta pelos representantes da câmara municipal da cidade.

As tartarugas desovam na Amazônia nos meses de outubro, novembro e dezembro no Alto e Médio-Solimões, logo, essa era a época da produção da manteiga de tartaruga, a qual Spix (1981 p. 163) presenciou e assim descreve a postura:

Quando se julgam em segurança, começa a desova. À noite, em geral com luar, vem então do rio emergindo um bando após outro. As fêmeas caminham no centro, os machos, menores e muito menos numerosos, seguem ao lado, em proteção... Arribando a ilha, o bando trata logo da postura com incrível rapidez, a praia é toda revolvada, e o pó escurece o horizonte. Alternando ativas as patas traseiras, a tartaruga cava, jogando para fora à areia, coloca-se a prumo no buraco e põe os ovos (cujo menor numero é 64 e no máximo 140, na media deve-se calcular 100). Ao passo que se apoia nas patas dianteiras, recobre-os com areia enxuta e calca-a firme, dando em cima com a couraça do peito. Cada fêmea precisa de cerca de três a quatro horas para que sua tarefa seja realizada.

Assim a natureza servia a matéria prima para o processo produtivo da manteiga de tartaruga. Estava pronto e estocado o elemento essencial da produção, a espera da primeira operação; a colheita.

O processo da colheita começa muito antes do tabuleiro estar cheio. Na verdade, começava no ano anterior quando um terço dos ovos postos era preservado para manter a reprodução do plantel.

A fase pré-operacional da colheita começava com a eleição pela câmara municipal do Capitão de praia que, sabendo por vigias da provável data da desova, expedia um edital fixando-o geralmente na parede da igreja convocando a população para se inscreverem na lista de coletores de ovos. O recrutamento dessas mãos-de-obra era feito comumente por família.

No dia anterior a data aprazada a grande maioria da população seguia em procissão em suas canoas rumo às praias, acampavam a certa distancia para não afugentar as tartarugas, apenas os vigias chegavam perto das praias onde subiam em suas esperas para informar o momento do começo da coleta. Bates (1979, p.243), descreve a coleta da matéria prima da seguinte forma:

Na manhã do dia 17, cerca de 400 pessoas estavam reunidas nas bordas do banco de areia, tendo cada família armado um abrigo tosco e provisório. Grandes tachos de cobre, para o preparo do óleo, e centenas de jarros de barro vermelho estavam espalhados pela areia.

A escavação do “tabuleiro”, a coleta dos ovos e a purificação do óleo levaram

quatro dias. Tudo foi feito de acordo com o sistema estabelecido pelos antigos governadores, provavelmente a mais de um século. Primeiramente, o comandante anotou os nomes de todos os chefes de família e o número de pessoas que cada deles pretendia empregar nas escavações; em seguida recolheu uma taxa de 140 reis por cabeça só então todos tiveram permissão para se dirigir ao tabuleiro. [...] Um breve momento foi feito nas horas mais quentes do dia, e ao cair da noite os ovos foram transportados, dentro de cestos, para as chocas. No fim do segundo dia, esgotou-se o tabuleiro; grandes pilhas de ovos, alguns com mais de um metro de altura, podiam ser vistas ao lado de cada choca de palha, representando o produto do trabalho de toda a família.

Ocorrida à coleta dos ovos, as famílias passavam a produção. Se optassem em ter mais produção deixavam os ovos ao sol maturando por quatro dias para depois começarem o processo produtivo. No entanto, com este processo, a manteiga fica com mau cheiro e um pouco rançosa. Mas na maioria das vezes, as famílias começavam a produção imediatamente após a coleta dos ovos, mesmo porque em oito dias ele viria a estragar.

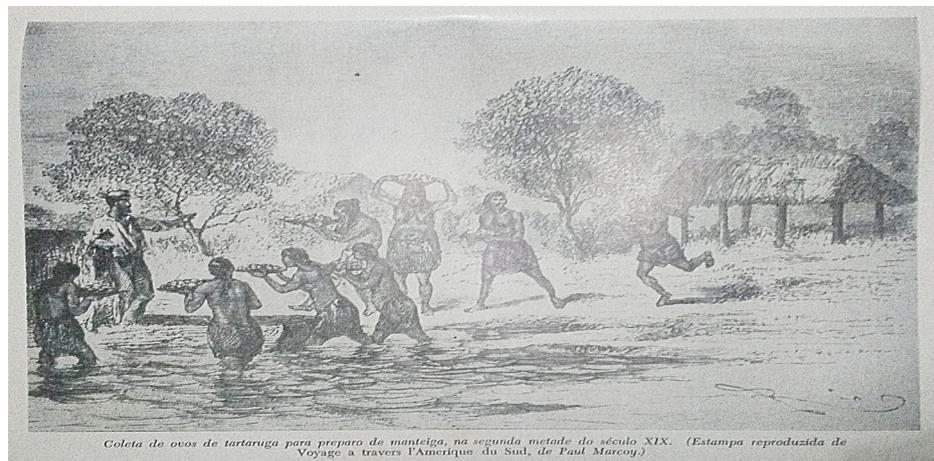


Figura 01 - Coleta de Ovos de Tartaruga

Fonte: Bruno (1992, p.129)

A primeira fase da produção consiste em esmagar com os pés os ovos dentro de uma canoa previamente preparada para isso e “sobre os ovos pisados lançam água, que depois de bem mexida e incorporada com eles deixa sobrenadar o óleo” (FERREIRA, 1972, p.39) reforçando e detalhando a atividade assim relatou Spix (1981.p.164), após a colheita na madrugada e já no amanhecer,

De manhã cedo, os botes, bem calafetados, enchem-se ate ao meio com ovos, que são quebrados, com tridentes de pau semelhante aos nossos focados, e, finalmente, esmagados com os pés. Como os ovos contem pouca clara e muita gema, a mistura parece uma papa amarela, na qual sobrenadam pedaços de cascas. Deita-se água por cima, e fica essa massa exposta à ação do sol tropical, que já ao cabo de três a quatro horas, faz subir a superfície o óleo gorduroso por ser o ingrediente mais leve (Repete-se em cada canoa o processo de esmagar, mexer e colher duas a três vezes), obtendo com isso a maior parte do óleo.

Essa primeira operação, efetuada por três ou mais pessoas dentro da canoa, durava algumas horas, daí a necessidade do revezamento. Enquanto se aguardava a gordura boiar, cuidavam-se da alimentação, com peixes, tartarugas e seus ovos.

Sobrenadando o óleo amarelo, após vários esmagamentos, ele era transportado em cuias ou conchas para um recipiente – o tacho na época de Ferreira (1972) e caldeirão no de Spix (1981) iniciando a segunda fase do processo produtivo com a fervura da mistura em fogueiras previamente acessas. Retornemos a Spix na descrição sobre essa fase: “Despeja-se em grandes caldeirões de cobre ou ferro, colocados sobre um fogo brando, onde, durante algumas horas, era mexido, espumado e clarificado, com o que a parte coagulante se precipita. A parte líquida cuidadosamente retirada, é segunda vez cozida sobre fogo ainda mais brando, ate não formar mais bolhas alguma, quando então toma cor e consistência de banha derretida. ” (SPIX, 1981, p.164). Finalizando essa etapa o produto era colocado em panelões para que esfriasse e adquirisse mais consistência.



Figura 02 - Processo Produtivo da Manteiga de Tartaruga

Fonte: Spix, (1981, p.177)

O passo seguinte era o acondicionamento na embalagem. O pote de barro era onde a manteiga de tartaruga era armazenada e vendida. Uma fábrica desses potes fundados em 1781 ate 1859 ainda existia em Manaus. Sua capacidade e selagem foram assim descritas: “A manteiga de tartaruga de tartaruga, depois de esfriar, é guardada em grandes potes de barro, de boca grande e contendo umas 60 libras, fechados com folhas de palmeiras ou entrecasca de arvores, e assim são despachados” (SPIX, 1981, p.164)

## A DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO

A distribuição da manteiga de tartaruga produzida na Província do Amazonas tinha duas destinações; uma pequena parte era estocada pelos produtores e outra era destinada a comercialização. No final do século XVIII eram os pesqueiros da Fazenda Real que produziam para as tropas e o regatão comercializava para o particular (VERISSIMO, 1970, p.103), o governador ou a câmara da vila através do seu Capitão de Praia servia de regulador do mercado e arrecadador de imposto no século XIX. Boa parte da produção comercializada era exportada para a Província do Pará.

A produção era realizada no ultimo quadrimestre do ano e como seu consumo

tanto na culinária como na iluminação durava o ano todo era necessário um estoque considerável de potes de manteiga de tartaruga. Assim a população que participava da empreitada se abastecia, esses trabalhadores no início da época imperial eram compostos por grande parte da população das vilas que circundavam as praias assim um viajante observou “além disso não falta muito para a época de apanhar ovos e fabricar manteiga de tartaruga e, então, só as mulheres ficam nos povoados” (AGASSIZ, 1972, p.220) já no final do século XIX eram descritos da seguinte maneira (Veríssimo, 1970, p.56):

Em certas regiões do Alto Amazonas, no Juruá, no Tefé, no Purus, no Rio Negro como no Solimões e no Maués [...] a fabricação da manteiga de tartaruga, feita nas mesmas praias em que desovam, dá lugar a consideráveis e pitorescas aglomerações dessa gente semi-selvagem que forma a população ribeirinha, tapuios e mamelucos, a que se junta o regatão, que os explora, geralmente um português, mais também espanhol, boliviano e peruano e alguns outros mestiços, curibocas, cafuzes, preferindo vida solta e livre desses sertões à mais regular e metódica das porções mais civilizadas.

Essa mão de obra direta além, de ficarem com uma parte da produção para uso próprio, recebia em troca de seu trabalho rolos de panos de algodão na época pombalina, machados, e outras mercadorias como observou Tenreiro Aranha Apud (Loureiro, 2007, p.219),

Segundo Tenreiro Aranha, elas viviam 1852, dividida em bandos que todos os anos iam às grandes praias, com excessos e bacanais, fazer a distribuição dos ovos de tartarugas e o fabrico das manteigas [...] tudo o que retiravam ou destruíam, era para o regatão, a troco do aguardente, com que os regalavam, e de uma calça e camisa de riscado caseiro, não se fazendo mais telhas e tijolos, para as construções, observando-se, por toda parte o aniquilamento dos serviços rurais e dos ofícios mecânicos.

Os pesqueiros reais existiam desde século XVII “eram três em 1687 os pesqueiros certos mantidos pela fazenda real para sustento da tropa do Rio Negro e para a mesa de demarcação, o primeiro e mais antigo, o do Caldeirão, o do Puraquecoara no Amazonas e do Rio Branco” (VERISSIMO, 1970, p.104). Outros autores alegam que além de servir as tropas os pesqueiros reais aproveitavam o excedente para comercializar a preço de custo o pescado e a manteiga de tartaruga, assim defende (BRUNO, 1992, p.76) “desde fins do século dezoito, desenvolveram-se muito os chamados pesqueiros reais, que garantiam as necessidades de abastecimento da região e deixavam sobras de pescado para exportação”. Essa afirmação contradiz Veríssimo que afirmara que os pesqueiros se extinguíram em 1775 (VERISSIMO, 1970, p.112).

O regatão não só adquiria os potes de manteigas de tartarugas como se instalava na praia vendendo ou trocando todo tipo de mercadoria de roupa, sabão, sapato, pólvora, botinas, comida, aguardente, além e claro das ferramentas necessárias as atividades dos ribeirinhos, fazendo do lugar uma verdadeira feira. Essa personagem comum e necessária nos sertões amazonidas fora assim descrita (Salles, 1973, p.157):

O regatão é um elemento de regateio, corporificado em um berço, desde da canoa

mais modesta até o navio movido a motor e que efetua o comércio nos rios da região. O negócio se realiza a troca de mercadorias, na mais primitiva forma do comércio. O dinheiro corre na capital e nas cidades. Nos barracões, nos beiradoes, nos altos rios, nas vilas, os negócios se efetuam diferentemente. No escambo. Na troca. Na permuta, pura de mercadorias e bugigangas. Muito mais bugigangas.

A maioria dos regatões utilizava pequena canoas e comercializava por conta própria ou a mando de firmas da capital, o certo é que eles eram os verdadeiros comerciantes dos potes de manteiga de tartaruga, “assim, camponeses-caboclos e comerciantes locais (regatões e aviadores) se desenvolveram como uma unidade estrutural – parte do mesmo processo evolutivo ao longo da segunda metade do século XVIII, vindo a se tornar a base da economia extrativa a partir de então” (COSTA, 2012, p.17). A exportação para a Província do Pará, no entanto, ficava a cargo dos comerciantes das vilas ou da capital a exportação para a Província do Pará.

O estado - comarca ou província - estava presente nessa atividade com poder de polícia e órgão arrecadador de tributos. Era ele que planejava, coordenava e supervisionava a cadeia produtiva da fabricação de manteiga de tartaruga, como também cobrava os devidos tributos tanto da produção em si, quanto das atividades meios como a utilização de canoas pelos produtores. O fluxograma abaixo resume a repartição oficial, fora os descaminhos, dos potes de manteiga de tartaruga.

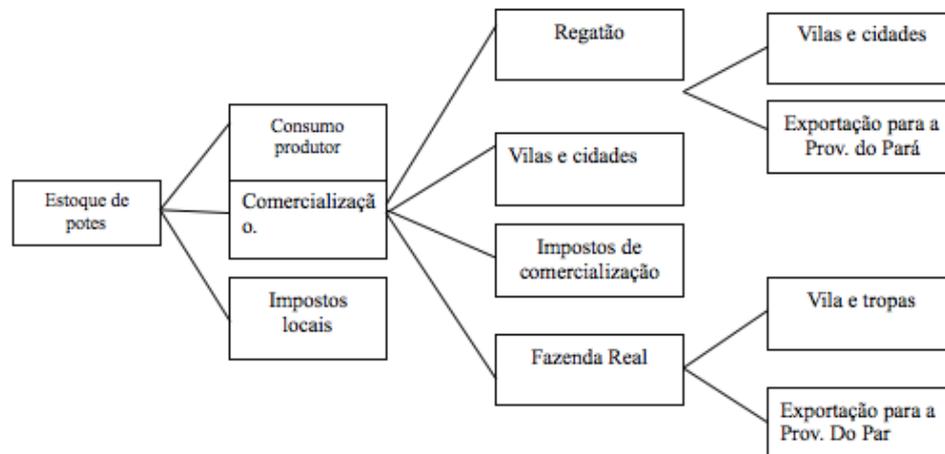


Figura 03 - Distribuição dos Potes de Manteiga de Tartaruga

Fonte: Próprio autor

O governo intervia na atividade desde época colonial quando as praias reais eram propriedades do estado, passando no império a província a ser a detentora do poder de organizar a fabricação da manteiga de tartaruga “dantes eram a extração dos ovos e fabrico da manteiga, consoantes determinações salutaras do governo colonial, ainda em vigor mito tempo depois, precedidas e acompanhadas de formalidades legais. ” (VERISSIMO, 1972, p.56), o autor ainda cita que em algumas praias a fabricação era somente do estado.

O poder estatal também intervia para manter a ordem e vigiar as praias como informa o Barão de Santa - Anna Nery “ordena as municipalidades de ocupar as praias

durante os quatro meses de água baixa, por um pequeno destacamento de policia, e prevê penas severas para as contravenções constatadas” (NERI, 1979, p.119).

A tributação do produto se dava de duas maneiras e com dois fatos geradores. A primeira era arrecadada antes do início da fabricação e atingia os proprietários das canoas e os membros que participariam da atividade tendo como fato gerador a posse da canoa e a segunda, a presença na praia, sendo a primeira taxa paga na coletoria do município e a segunda na própria praia para pagar o custeio com os vigias. A segunda maneira era quando era feita a exportação. Em cada praia eram reservados 10 por cento do tabuleiro para o estado e dessa produção ainda eram retirados (Ferreira, 1972, p.57):

Desta manteiga, desde tempo das Demarcações de 1775, percebiam, como propina, os governadores todo o preciso para as luzes de sua residência, cada sargento quatro potes, todos os alferes ou tenente seis, doze cada capitão, o doutor ouvidor-geral, o almoxarife e o escrivão da fazenda e o cirurgião da capitania e o mesmo para cada um dos vigários, geral e particular da vila, o qual percebia outros tantos para a lâmpada da matriz.

A exportação do excedente para a Província do Para - e ate para a cidade de São Luis no Maranhão onde conforme lista de preços do final do século XVIII era cotado o Pote a 1\$200 réis (Lima, pg.88. 2006) - foi de uma magnitude impar no início da província, dados coletados por Loureiro (2007) na obra O Amazonas na Época Imperial nos mostra que a exportação do pote da manteiga de tartaruga, que na época era taxada a 1\$000, na indústria extrativista animal no período de 1853 a 1864 só perdia em valores para o pirarucu, sendo, portanto, um produto rentável para a Província do Amazonas nesse período.

#### INDÚSTRIA EXTRATIVA ANIMAL

VALOR (RÉIS)	1853	1855	1856	1857	1859	1860	1861	1862	1863/64	1866/67	1869/70
Azeite Animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.881.125
Azeite de Peixe	-	-	-	-	-	-	-	-	260.000	13.974.000	-
Banha de Tartaruga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banhas	-	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Cera de Abelha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000
Couros Silvestres	12.220	8.160	8.220	27.040	14.880	93.760	148.000	204.400	604.700	2.502.400	660.900
Grude de Peixe	7.280	12.905	24.200	2.800	-	-	-	-	-	-	22.500
Manteiga de Peixe-boi	11.658.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manteiga de Tartaruga	16.328.000	34.446.000	42.630.000	31.552.000	10.221.000	23.704.000	30.480.000	26.708.000	10686.000	-	-
Mixira	1.148.000	2.424.000	4.544.000	4.970.000	1.145.000	2.484.000	4.736.500	8.646.000	1.421.000	10.241.000	4.029.500
Ovos de Tartaruga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovos de Tracajá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000
Pássaros Empalhados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-
Pato Salgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peixe-boi Seco	111.300	-	681.500	810.140	55.500	240.000	160.000	-	-	162.000	-
Penas de Pássaros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirarucu	70.139.220	140.799.060	146.615.100	114.857.448	152.493.700	218.000.000	209.027.833	168.332.230	221.220.40	297.820.000	395.102.590
Tambaqui	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tartaruga	-	17.600	132.000	87.500	38.000	35.000	79.000	20.000	-	-	-

Tabela 01 - Indústria Extrativa Animal

Fonte: Loureiro, (2007, pg. 294).

As exportações da Província do Amazonas no ano de 1855 foram do montante de 398.604\$166 Réis sendo que dois setores se destacaram a da Indústria Extrativa Animal que correspondeu a 44.50 por cento e a Indústria Extrativa Vegetal com 44,32 por cento do total como mostra o gráfico abaixo.

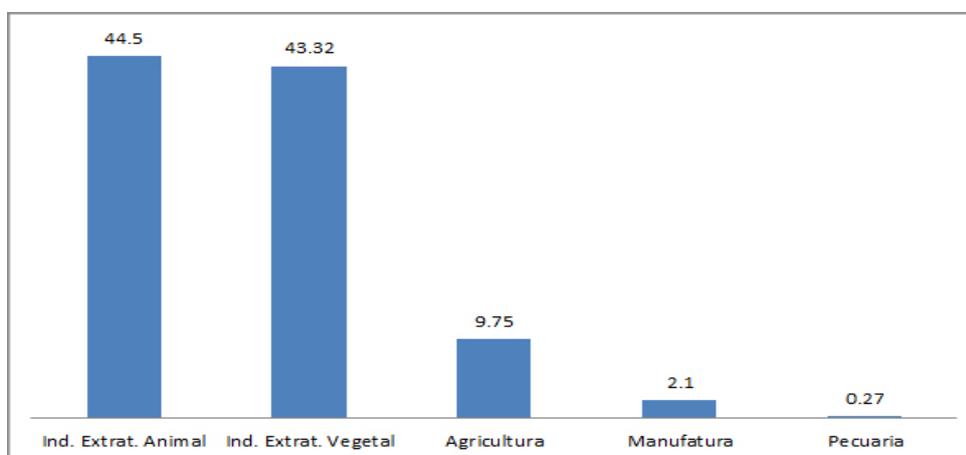


Gráfico 1 - Exportação da Província do Amazonas 1855

Fonte: Próprio autor

Ver-se que a atividade extrativista prevalecia em oitenta e oito por cento durante o período e que considerável parte desse percentual provinha de quatro produtos, o pirarucu e a manteiga de tartaruga no setor animal, respondendo por setenta e nove e dezenove por cento respectivamente, respondiam por noventa e oito por cento de toda a indústria extrativa animal. A borracha e a castanha no setor vegetal, com trinta e cinco e trinta e três por cento respectivamente, respondiam por sessenta e oito por cento de toda a indústria extrativa vegetal.

No ano de 1856 a exportação do pote de manteiga de tartaruga para a província do Pará atingiu seu ápice tanto na quantidade quanto no preço no quadro da Indústria Extrativa Animal totalizando 42.630.000 Réis, perdendo somente para exportação do Pirarucu em plena ascendência. Se comparado com a Indústria Extrativa Vegetal, ultrapassa a castanha que naquele ano representou a importância de 34.136.130 reis e só perde para a insurgente borracha. Por outro lado, o valor exportado supera em muito a soma de todos os produtos Manufaturados de 9.658.660 reis e dos oriundos da Pecuária no valor de 726.780 reis perdendo por pouco para a soma dos produtos da Agricultura que somou 45.394.530 reis segundo os dados coletado por Loureiro (2007).

Pela distribuição de sua produção, pela absorção de mão de obra local e sua posição no ranking de produtos exportados infere-se quão importante foi à fabricação da manteiga de tartaruga no início da Província do Amazonas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A produção da manteiga de tartaruga no Amazonas Imperial representou uma

fonte de renda para a população da província que a utilizava, embora remontasse a era pré-colombiana tinha suas peculiaridades no início da província, sua produção requeria matéria-prima perene e utensílios específicos, a necessidade de mão-de-obra era esporádica e contava com quase todo o contingente das vilas, sua distribuição tinha um aspecto comercial, mais também utilizava o escambo e até o pagamento em espécie.

Ficou demonstrado, portanto, que a manteiga de tartaruga foi largamente utilizada pela população no período em análise. Não somente como era utilizada pelos índios na culinária, mas indo além e servindo de combustível e medicamentos, desde sua utilização como colônia até a calefação de canoas.

A busca pela sistematização da cadeia produtiva foi conduzida de maneira que se percebesse todo o emaranhado de ações da preocupação da reposição da matéria prima, da sutileza dar uma aparência de igualdade entre os membros da empreitada, passando pelos ritos pré-estabelecidos da autoridade municipal e da população, da utilização de cada utensílio e sua maneira de uso. O tempo descrito - o tempo da matéria prima, o tempo de produção e o tempo da validade sincronizando-se com o tempo do caboclo geravam uma produção entrecotadas e languidas mais continua no tempo das secas vindas depois das enchentes.

Foi constatado que o produto acabado repartia-se entre a municipalidade e os produtores, os regatões que se estabeleciam in-loco praticavam o escambo levando boa parte da produção para comercializar nas redondezas e com os comerciantes das cidades, que por sua vez além de fornecer aos cidadãos, exportava para a Província do Pará.

A exportação do pote da manteiga de tartaruga para a província vizinha no início do Amazonas Imperial ultrapassou em muito outros produtos e setores da economia impondo sua importância como produto rentável dentro de um período em que a economia Amazonense era rotulada de decadente.

## REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. Viagem ao Brasil 1865-1866. Brasília, DF. Senado Federal Conselho Editorial. 2000.

AVE-LALLEMANT, Robert. No rio Amazonas (1859). Belo horizonte, MG. Editora Itatiaia. 1980.

BATES, Henry Walter. Um naturalista no rio Amazonas. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. 1979.

BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil Geral e Regional – Amazônia. São Paulo, SP. Editora Cutrix Ltda. 1992.

BORGES, Ricardo. Construção econômica da Amazônia. Belém – PA. IDESP – Instituto do desenvolvimento econômico-social do Para. 1970.

COSTA, Francisco de Assis. A economia Colonial do Grão-Pará; uma avaliação Crítica (1920 – 1822). Campinas. SP. Revista Economia e Sociedade, II.21, N.1 (44), 2012.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pela capitania do Grão Para, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Brasília, DF. Conselho Federal de Cultura. 1972.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Viagem na America Meridional descendo o rio Amazonas. Brasília, DF. Senado Federal. 2000.

LIMA, Alam José da Silva Lima. Do dinheiro da terra ao bom dinheiro. Moeda Natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Pará. 2006.

LOUREIRO, Antonio Jose Souto. O Amazonas na época Imperial. Manaus. AM, Editora Valer. 2007.

NERI, Frederico Jose de Santana, Barão de Santana. Os Pais das Amazonas – Barão de Santa- Anna Nery. Belo Horizonte. Editora Itatiaia. São Paulo. 1979.

PORRO, Antônio. As crônicas do Rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

REIS, Arthur César Ferreira. Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.

\_\_\_\_\_, O processo histórico da economia amazonense. Rio de Janeiro, Imprensa

Nacional, 1965.

SALLES, Waldemar Batista. O Amazonas, o meio físico e suas riquezas. São Paulo. SP. L.

Oren Editora Ltda, 1973.

SANTOS, E. A. A utilização da banha da tartaruga pelos riberinhos de três comunidades

de Macapa-Ap, X Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG. 2011.

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800 – 1920). São Paulo. SP.

T.A. Queiroz, Editor, Ltda. 1980.

SPIX, Johann Baptist Von. Viagem pelo Brasil 1817-1820. Belo horizonte, MG. Editora

Itatiaia. 1981.

VERISSIMO, Jose. A pesca na Amazônia. Belém, PA. Universidade Federal do Pará.

1970. WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte, MG. Editora Itatiaia. 1979.

## DIFERENÇAS NOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE POR FAIXA ETÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS DE AMARTYA SEN<sup>1</sup>

### **Amanda Guareschi**

Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), Professora na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: amandaguareschi@yahoo.com.br

### **Indaia Dias Lopes**

Doutoranda em História (PPGH/UPF), Mestra em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijuí), Graduada em Ciências Econômicas (UFSM). E-mail: indaia\_lopes@yahoo.com.br

### **Alessandra Biavati Rizzotto**

Mestra em Economia (Unisinos), Graduada em Ciências Econômicas (FEAC/UPF). E-mail: abrizzotto@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O aumento das desigualdades sociais e econômicas nos últimos anos se constitui em uma das maiores preocupações em nível mundial. Quando se considera que serviços sociais básicos, tais como educação e saúde, são em algum grau monopolizados por alguns segmentos da sociedade ocorre uma desigualdade de oportunidades e as desigualdades tendem a se elevar (DIEESE,

2014).

A manutenção dos níveis de pobreza e de desigualdade afeta a sociedade como um todo, tanto em termos econômicos quanto sociais. Por outro lado, a melhoria das condições sociais da população é fundamental para que se possam promover mudanças e para o desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2016).

O Brasil, no decorrer da primeira década do século XXI, teve uma redução expressiva da desigualdade socioeconômica (DEDECCA, 2015), de forma oposta ao que ocorreu nos países desenvolvidos (PIKETTY, 2014). Porém, o país não conseguiu manter o ritmo de redução das desigualdades, principalmente pela crise econômica e política enfrentada desde 2014. Dados do IBGE mostram que o número de brasileiros em situação de extrema pobreza aumentou 11,2% de 2016 para 2017. Isso significa 14,83 milhões de pessoas vivendo com renda de até 136 reais mensais em 2017.

Refletir sobre pobreza, desigualdade (REIS, 2000) e desenvolvimento (SEN, 2010) segue na agenda da pesquisa acadêmica, mas também no cotidiano dos gestores municipais que precisam, a todo tempo, tomar decisões

---

1. Registramos nossos agradecimentos à professora Daniela Dias Kuhn pelas contribuições para a primeira versão deste estudo, isentando-a da responsabilidade por esta versão final.

relacionadas a alocação dos recursos<sup>1</sup> e ao atendimento das demandas dos munícipes.

Compreendendo que estas decisões são difíceis e que com a existência de planejamento elas podem ser melhor organizadas, este estudo tem como objetivo apresentar a experiência do município de Lagoa Vermelha, localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), verificando se existe diferença nos grupos de idade no que diz respeito ao nível de escolaridade neste município.

Este estudo teve início quando a Gestão Municipal de Lagoa Vermelha buscou a Universidade de Passo Fundo (UPF) no intuito de que a mesma auxiliasse na elaboração de um planejamento. Iniciou-se, então, o projeto intitulado 'Planeja Lagoa' que contou com uma equipe multidisciplinar, incluindo a autora principal deste artigo, e utilizando metodologia participativa. O trabalho aconteceu entre os anos de 2014 e 2015 e os resultados deste projeto mostram matrizes de planejamento<sup>2</sup> que representam os objetivos e as ações necessárias para contribuir na melhoria das condições socioeconômicas da população lagoense.

Neste contexto, este estudo busca avançar na análise inicial e lançar um novo olhar interpretativo sobre os dados coletados no Projeto Planeja Lagoa. Reduzir a desigualdade é fundamental para construir um mundo sem pobreza. A educação é considerada um dos principais meios para reduzir as desigualdades e superar o ciclo intergeracional da pobreza (CEPAL, 2016), justificando a importância da escolha desta temática.

Os resultados deste estudo são apresentados em cinco seções, a contar desta introdução. A segunda seção aborda o referencial teórico que dá suporte a análise, seguida da terceira seção que trata dos procedimentos metodológicos. Na quarta seção são apresentados os resultados do estudo. Por fim, conclui-se.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Kliksberg (2010, p. 141) defende que as diferenças de desempenho entre nações se baseiam na 'qualidade da população' e afirma que as expressões fundamentais dessa qualidade são a saúde e a educação e complementa que:

todos os países bem-sucedidos realizaram previamente grandes investimentos em melhorias na saúde pública. Os avanços na saúde foram, no seu caso, pré-requisito para o desenvolvimento, e não apenas uma consequência deste.

Apesar de reconhecer que a própria definição ou categorização de uma nação como sendo ou não desenvolvida já faz parte do discurso político e acadêmico, sabe-se que há limites nessa abordagem e que surgem análises interpretativas distintas, a exemplo do pós-desenvolvimento proposto por Escobar (2005). De toda forma, essa abordagem não anula a necessidade de refletir sobre os investimentos em saúde e educação.

Sen (2010) utiliza a concepção das liberdades instrumentais, as quais podem

1 Para uma discussão sobre a utilização do termo "recursos" sugere-se Raynault (2006).

2 As matrizes de planejamento constam na publicação de Guareschi (2016).

contribuir para que as pessoas vivam como desejam. O autor destaca cinco tipos de liberdades instrumentais e afirma que elas se complementam e contribuem para que as pessoas vivam mais livremente, sendo elas: a) liberdades políticas, b) facilidades econômicas, c) oportunidades sociais, d) garantias de transparência e e) segurança protetora. Ele complementa que a liberdade não pode ser compreendida como objetivo do desenvolvimento, mas seu principal meio está relacionado as conexões entre as diferentes liberdades.

As liberdades políticas estão relacionadas a liberdade das pessoas de escolher seus governantes e possuir liberdade de expressão política. Já as facilidades econômicas são as oportunidades dos indivíduos para consumirem, produzirem ou realizarem trocas. As oportunidades sociais são aquelas que influenciam as liberdades substantivas de o indivíduo viver melhor, a exemplo das disposições nas áreas da saúde e educação. A garantia de transparência diz respeito a sinceridade entre as pessoas e, por fim, a segurança protetora trata da segurança social e inclui, entre outros elementos, benefícios e suplementos de renda (SEN, 2010).

Para Sen (1993), as capacidades somadas representam a liberdade das pessoas e o autor considera que a possibilidade de escolha é uma valiosa característica da vida das pessoas. Este autor relata a importância da liberdade para oferecer oportunidades às pessoas, para que estas alcancem as situações que desejam.

Na concepção de Sen (1993), a capacidade de exercer a própria liberdade depende da educação recebida pelas pessoas e, nesse sentido, o desenvolvimento dos setores relacionados à educação deve ser estimulado, tendo em vista sua estreita relação com o enfoque das capacidades. Neste sentido, para Sen (2010, p. 77):

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda.

O autor argumenta que há distintos significados positivos na expansão educacional, entre os quais destaca a elevação da produtividade e a distribuição de renda que naturalmente ocorreria com o aumento da renda das pessoas atrelado aos maiores níveis educacionais e as escolhas potencialmente mais inteligentes das pessoas. Estas influências acarretariam mudanças positivas no desenvolvimento humano e no desenvolvimento das capacidades.

Sen (1993) destaca a existência de desigualdades entre os homens e as mulheres no que diz respeito às efetivações e complementa que nos países em desenvolvimento, estas diferenças podem ficar evidentes em questões relacionadas a educação, saúde. O autor pontua que a capacidade de ler e escrever, assim como as taxas de analfabetismo, apresentam indicadores preocupantes para as mulheres em distintas partes do mundo.

O autor reflete também sobre o duplo papel dos seres humanos, sendo estes agentes, beneficiários e juizes do progresso assim como meios primários de produção. Neste particular, o autor se refere a Immanuel Kant, ao enfatizar sua sustentação da análise da humanidade como fim e não como meio e chama a atenção para a importância desta reflexão, entre outras finalidades, para os processos de planejamento do desenvolvimento econômico. (SEN, 1993).

Ribeiro e Menezes (2008, p. 49) apresentam algumas das proposições críticas a abordagem de Sen que enfatiza as liberdades. No entanto, explicam que

Mesmo recorrendo a uma concepção por demais ampla do conceito de liberdade isso não ofusca sua tentativa de constituir um espaço avaliatório do bem-estar e nos ajuda a repensar maneiras de se atingir um grau elevado de igualdade social, em sociedades marcadas por fortes privações sociais, como a brasileira.

Numa interpretação de Sen, Ribeiro e Menezes (2008) explicam que a desigualdade de oportunidades pode ampliar as distâncias entre os cidadãos, principalmente quando se considera os rápidos processos de mudança ocasionados pela globalização e o acesso às novas tecnologias.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva (GIL, 2016) com abordagem quantitativa dos dados. O estudo contou com dados primários e secundários.

Os dados primários são oriundos do Projeto Planeja Lagoa, do qual este estudo utiliza as informações dos 414 questionários que foram aplicados aos munícipes de Lagoa Vermelha (Rio Grande do Sul – RS), nos diferentes bairros da cidade e no interior do município, no período de 2014 a 2015. A análise descritiva dos dados primários coletados junto à população lagoense, foi representada por meio da frequência absoluta, percentual, média, mediana, mínimo e máximo para as variáveis selecionadas.

Os dados secundários foram coletados junto a Fundação de Economia e Estatística (FEE) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador selecionado foi o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Este índice avalia a situação socioeconômica dos municípios do RS considerando três blocos: saúde, educação e renda, levando em conta aspectos quantitativos e qualitativos do desenvolvimento (FEE, 2017). Desta forma, o Idese do município de Lagoa Vermelha foi analisado neste estudo em comparação com o Idese do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Nordeste (o qual Lagoa Vermelha integra) e do Idese do RS, no período compreendido entre 2007 a 2014.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção busca inicialmente apresentar uma caracterização do município de Lagoa Vermelha, evidenciando os dados secundários relativos ao município: o Idese

e suas subdivisões, assim como o PIB per capita e o Mapa da pobreza do município. Após, são abordadas as informações sobre escolaridade, sexo e renda coletadas junto a amostra de 414 indivíduos da população lagoense.

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS SECUNDÁRIOS

O município de Lagoa Vermelha localiza-se na região Nordeste do estado do RS, possui uma população estimada em 28.454 habitantes (IBGE, 2017).

O Gráfico 1 apresenta o Idese do município de Lagoa Vermelha, do Corede Nordeste e do estado do RS. O índice avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à educação, à renda e à saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento (FEE, 2017). O recorte temporal, com início em 2007, foi escolhido por representar o começo da nova metodologia de cálculo do índice. Destaca-se que a classificação dos níveis de desenvolvimento é dada por: alto (maior ou igual a 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (abaixo de 0,499).

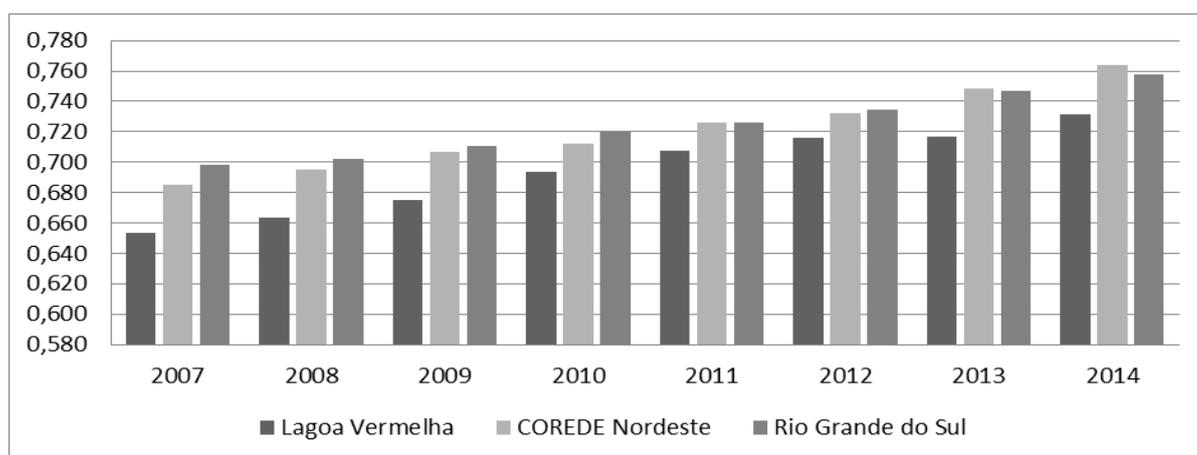


Gráfico 1. Novo Idese.

Fonte: FEE (2017).

O município de Lagoa Vermelha apresenta Idese mais baixo que o Corede Nordeste e que o Rio Grande do Sul em todos os anos da série. Porém, o crescimento do índice Lagoense, comparando os anos de 2007 e 2014, é maior que o do Corede e o do estado. Enquanto índice do RS e do Corede cresceram 8,45% e 11,53%, o município teve alta de 11,93%.

Quando o Idese é desagregado em blocos, é possível identificar a maior carência das regiões. O Gráfico 2 mostra os resultados temporais para a Educação, que é medido por cinco indicadores, que se dividem em quatro sub-blocos, de acordo com faixas etárias: população entre quatro e cinco anos (pré-escola); população entre seis e 14 anos (ensino fundamental); população entre 15 e 17 anos (ensino médio); e

população com 18 anos ou mais (escolaridade adulta (FEE, 2017).

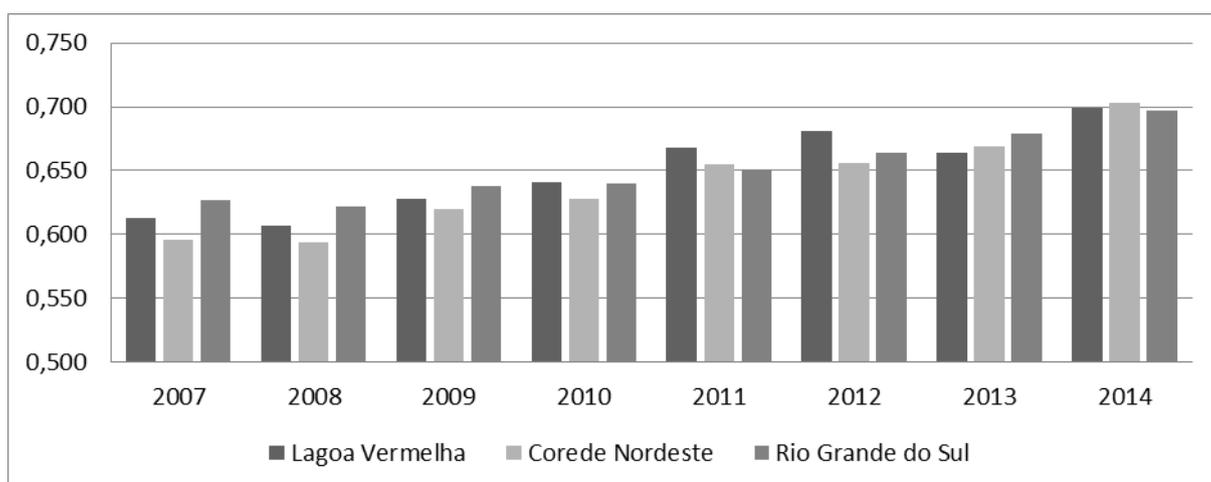


Gráfico 2 – Bloco Educação (Idese)

Fonte: FEE (2017).

No ano de 2007 até 2009, Lagoa Vermelha apresentava índice de educação superior ao Corede, e levemente inferior ao do Rio Grande do Sul. Durante o período de 2010 a 2013, o município exibiu o maior índice entre as regiões. Porém, em 2014, o Corede Nordeste superou o índice municipal e o estadual. O crescimento dos índices, quando comparado o primeiro e o último ano da amostra, é de 14,03% em Lagoa Vermelha, 17,95% no Corede e 11,16% no RS.

As disposições estabelecidas pela sociedade nas áreas de educação e de saúde são consideradas por Sen (2010) como oportunidades sociais, as quais impactam na liberdade substantiva de o indivíduo ter uma melhoria em sua qualidade de vida. Neste sentido, Sen (2010, p. 59-60) acrescenta que:

Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas.

O Gráfico 3 apresenta o bloco renda. O mesmo é composto por dois sub-blocos, que analisam a renda por duas óticas distintas: apropriação de renda; e geração de renda (FEE, 2017).

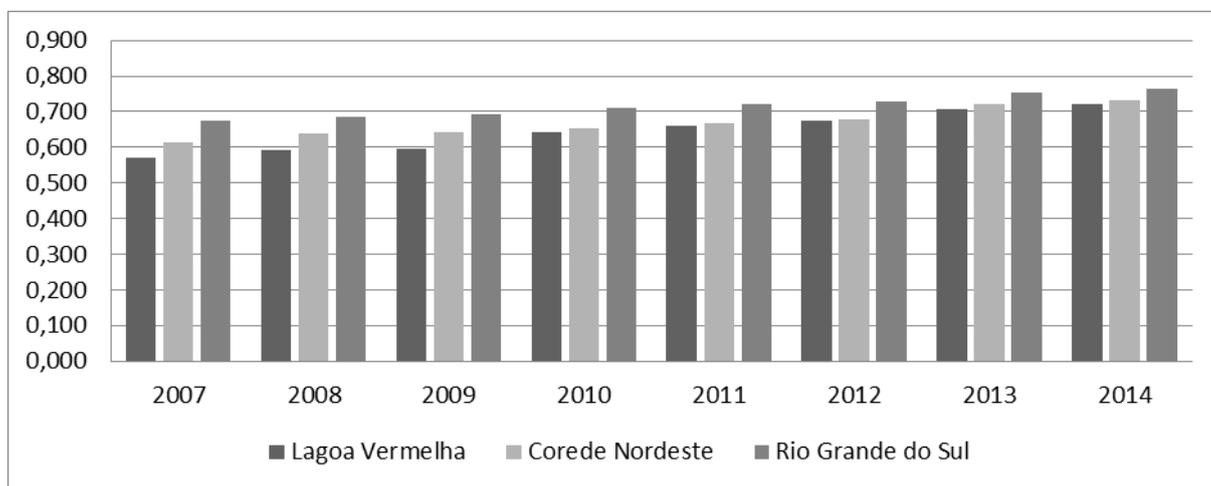


Gráfico 3 – Bloco Renda (Idese).

Fonte: FEE (2017).

Observa-se que, em todo o período analisado no Gráfico 3, o município obteve índice inferior ao do Corede e do Estado. No início da série, em 2007, o índice era de 0,571, o menor entre todos os blocos e regiões, e só após o ano de 2010 o município atingiu marca superior a 0,600. Porém, verifica-se uma tendência de crescimento do índice quando se compara o ano de 2007 e 2014, de 26,62%, enquanto o Corede e o Estado apresentaram aumento de 19,38% e 13,04%, respectivamente.

Na perspectiva de Sen (2010), a privação das capacidades individuais pode estar atrelada a um pequeno nível de renda, a qual também pode acarretar índices de analfabetismo, más condições de saúde, fome e subnutrição.

O Gráfico 4 mostra os resultados do bloco saúde, que utiliza cinco indicadores, divididos em três sub-blocos: saúde materno-infantil; condições gerais de saúde; e longevidade (FEE, 2017).

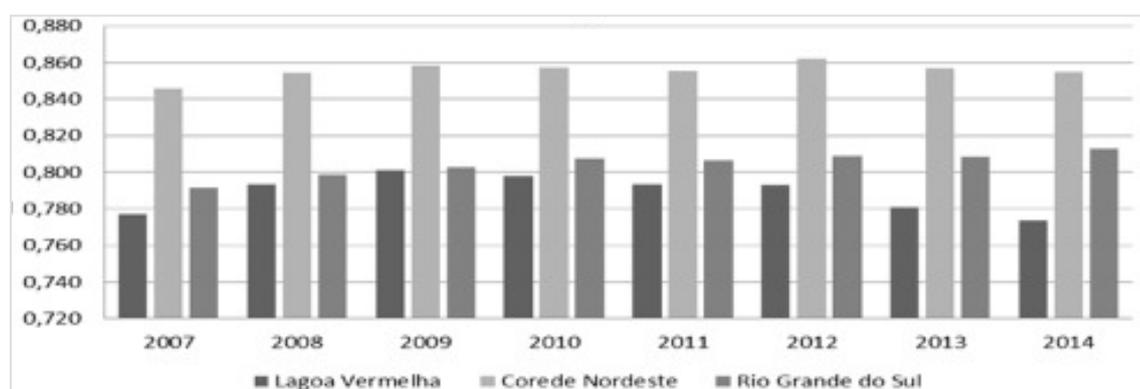


Gráfico 4 – Bloco Saúde (Idese).

Fonte: FEE (2017).

Em relação ao bloco saúde, o índice lagoense declinou de 2007 para 2014, apresentando queda de 0,39%, enquanto o Corede e o Estado tiveram crescimento

de 1,06% e 2,65%. O índice municipal é o menor em todos os anos da amostra. Entre o período de 2007 até 2009, o município obteve aumento no indicador, porém, a partir de 2010 até 2014, o índice caiu anualmente.

Na perspectiva de Sen (2010) a ampliação de alguns serviços como: saúde, educação e assistência social contribuem de forma direta para a melhoria na qualidade de vida da população. Para o referido autor estes serviços são considerados como oportunidades sociais e exercem influência na liberdade substantiva para o indivíduo viver melhor.

Se considerarmos as melhorias relacionadas à saúde como promotoras ou associadas a longevidade, associamos a ampliação da longevidade como uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida e, de acordo com Sen (1993, s/p), “viver mais tempo é uma realização valorizada”.

Observa-se no Gráfico 5 que boa parte dos entrevistados possui idade acima de 61 anos. Isso, em parte se deve ao fato de as entrevistas terem sido realizadas em horário comercial, intercalando entre dias da semana e sábados, o que indica um maior número de pessoas aposentadas como respondentes. Quanto a declaração de profissão, 82 respondentes informaram que são aposentados ou aposentadas, perfazendo 19,81% do total de entrevistados.

No Gráfico 6, nota-se que 66% das respondentes é do sexo feminino. Do total de entrevistados 72 mulheres indicaram a profissão de doméstica, o que em parte, explica o maior percentual de mulheres entrevistadas. Apenas 1 homem indicou a mesma profissão.

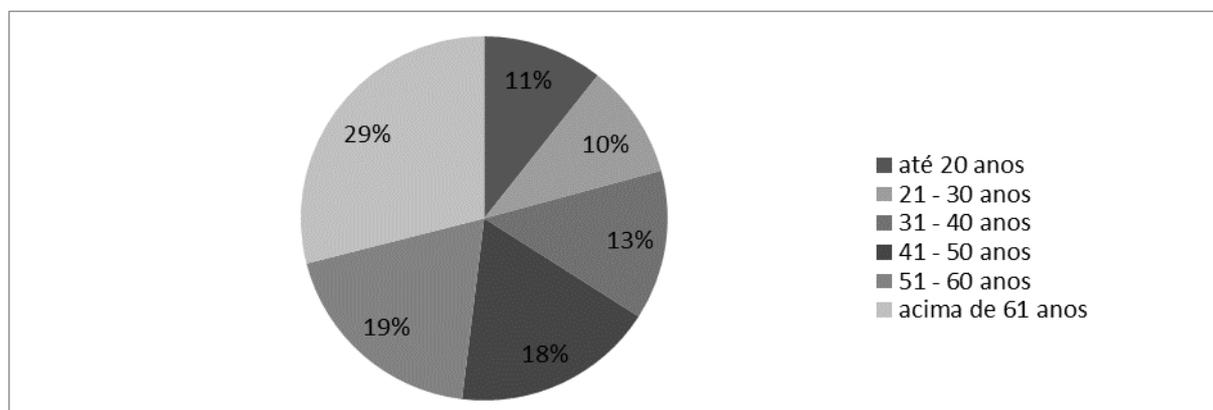


Gráfico 5 – Entrevistados por faixa etária.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados primários.

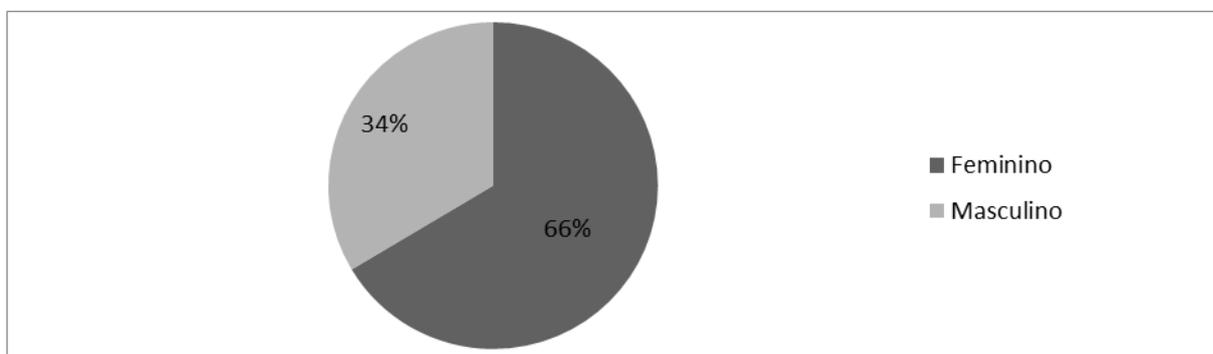


Gráfico 6 – Sexo dos entrevistados.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados primários.

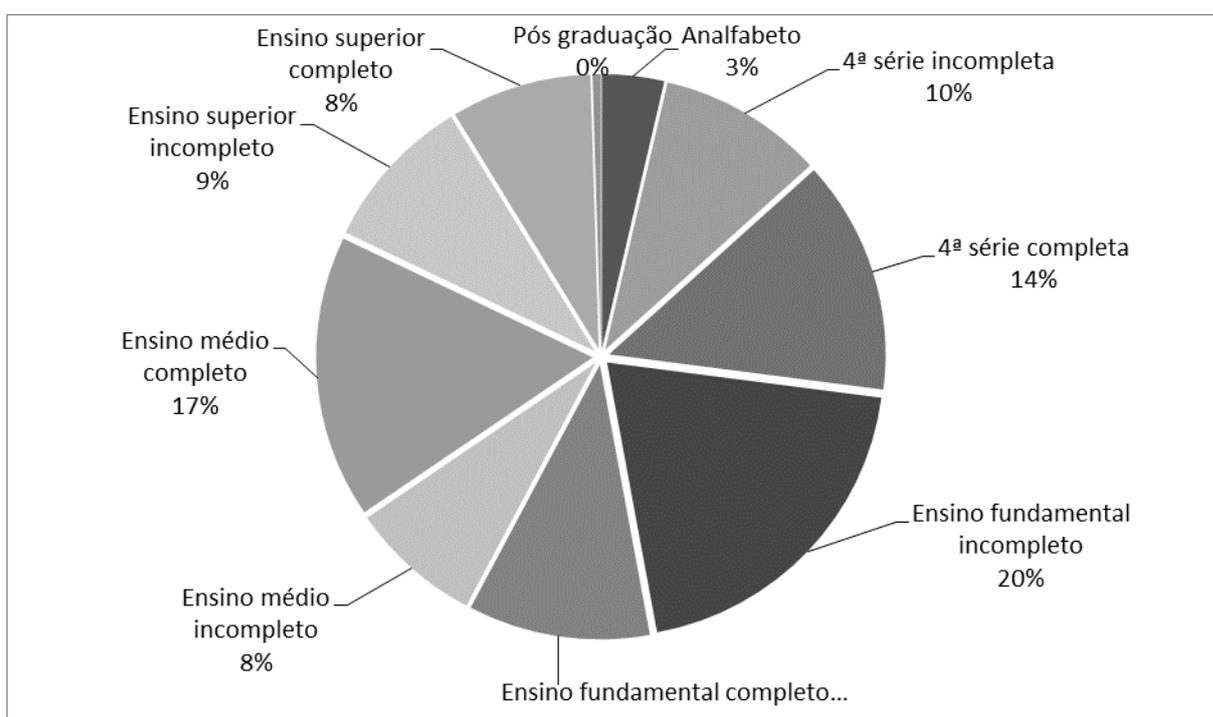


Gráfico 7 - Escolaridade

Fonte: elaboração própria a partir dos dados primários.

O Gráfico 7 mostra que boa parte dos entrevistados (271) não possuem ensino médio completo, perfazendo 65,46% do total dos entrevistados. Tendo em vista que a maioria dos entrevistados tinham no mínimo 18 anos de idade, esperava-se que mais pessoas tivessem concluído o ensino médio.

Aqui, quando comparamos os dados secundários informados anteriormente, observamos que o Idese Educação registrou ascensão durante o período analisado, mas manteve-se com um resultado considerado médio. No entanto, cerca de 27% da população possui apenas a 4ª série completa ou apresenta escolaridade ainda menor que isso.

Sen (2010) destaca que o desemprego deve ser considerado na análise das desigualdades. Aqui emerge a preocupação de uma baixa qualificação da mão-de-

obra, que pode estar relacionada as dificuldades no acesso ou permanência nos diferentes níveis de ensino. Tal preocupação aparece nos resultados do Projeto Planeja Lagoa na primeira problemática da dimensão econômica quando se aponta a baixa qualificação e comprometimento da mão-de-obra dos diferentes grupos sociais como relacionadas à empregabilidade, renda e qualidade de vida da população do município (GUARESCHI, 2016).

<b>Resumo estatístico</b>	
Média	48,21014493
Erro padrão	0,901543016
Mediana	50
Modo	50
Desvio padrão	18,34368668
Variância da amostra	336,4908411
Curtose	-0,922236149
Assimetria	-0,135686894
Intervalo	77
Mínimo	14
Máximo	91
Soma	19959
Contagem	414

Tabela 1 - Resumo estatístico da idade dos respondentes

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 1 mostra o resumo estatístico para a variável idade e foi construída para melhor caracterizar o perfil etário dos entrevistados. Nela observa-se que a mediana é 50 e que fica próxima da média, que é de 48,21 anos de idade. Este resumo informa que o entrevistado com maior idade possuiu 91 anos e o mais novo tem 14 anos de idade. A mediana mostra que metade dos entrevistados possuía acima de 50 anos. Ressalta-se que as entrevistas aconteceram durante o horário comercial e, em sua maioria, foram realizadas em residências e, em menor parte, em estabelecimentos comerciais. Isso pode explicar as faixas etárias avançadas e, ainda, o grande número de respondentes que declarou sua atividade como “donas de casa”.

A Tabela 2 mostra a frequência de entrevistados por nível de escolaridade para as distintas faixas etárias. Observa-se que na faixa com até 20 anos de idade, 40,91% dos entrevistados estão com ensino superior incompleto, indicando que estes tiveram acesso a essa modalidade de ensino. Quando observamos as faixas de idade mais avançada, por exemplo, acima dos 51 anos é possível identificar um menor percentual de entrevistados da faixa com ensino superior completo ou incompleto.

Na faixa acima dos 61 anos de idade, identificou-se 3,62% de analfabetos. Nesta mesma faixa, é grande o percentual de entrevistados que possui apenas a 4ª série completa (13,77%) ou incompleta (9,66%). Nos jovens com até 20 anos, nota-se que 7 dos 44 ainda não concluíram o ensino fundamental.

É necessário realizar uma análise estatística mais aprofundada para verificar se esta diferença entre os grupos é ou não significativa, mas essa análise descritiva indica um menor acesso ao ensino superior pelos indivíduos das faixas etárias mais elevadas. Ainda, pode-se observar que vários entrevistados não concluíram o ensino médio, nas distintas faixas etárias observadas.

Escolaridade	Faixas etárias													
	até 20 anos		de 21 a 30		de 31 a 40		de 41 a 50		de 51 a 60		acima de 61		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Analfabeto	0	0,00	1	2,38	1	1,82	0	0,00	1	1,27	12	10,00	15	3,62
4ª série incompleta	0	0,00	1	2,38	6	10,91	4	5,41	10	12,66	19	15,83	40	9,66
4ª série completa	0	0,00	0	0,00	4	7,27	16	21,62	20	25,32	17	14,17	57	13,77
Ensino Fundamental incompleto	5	11,36	1	2,38	9	16,36	22	29,73	11	13,92	35	29,17	83	20,05
Ensino Fundamental completo	2	4,55	8	19,05	5	9,09	8	10,81	13	16,46	8	6,67	44	10,63
Ensino Médio incompleto	12	27,27	2	4,76	5	9,09	4	5,41	5	6,33	4	3,33	32	7,73
Ensino Médio completo	7	15,91	14	33,33	16	29,09	9	12,16	9	11,39	14	11,67	69	16,67
Superior incompleto	18	40,91	13	30,95	2	3,64	2	2,70	2	2,53	1	0,83	38	9,18
Superior completo	0	0,00	2	4,76	6	10,91	9	12,16	7	8,86	10	8,33	34	8,21
Pós-graduação	0	0,00	0	0,00	1	1,82	0	0,00	1	1,27	0	0,00	2	0,48
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,00</b>	<b>42</b>	<b>100,00</b>	<b>55</b>	<b>100,00</b>	<b>74</b>	<b>100,00</b>	<b>79</b>	<b>100,00</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>	<b>414</b>	<b>100,00</b>

Tabela 2 - Escolaridade por faixa etária

Fonte: elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou lançar um novo olhar interpretativo sobre os dados coletados no Projeto Planeja Lagoa e, portanto, teve por objetivo verificar se existe diferença entre os grupos de idade no que diz respeito ao nível de escolaridade no município de Lagoa Vermelha.

Quanto aos dados secundários analisados referentes ao município de Lagoa Vermelha, o Idese Saúde indica um desempenho inferior deste município quando comparado a média do Corede no qual este município integra e do estado do RS. O mesmo ocorre com o Idese Renda, mas com uma diferença menor entre o município, Corede e Estado. Já no Idese Educação, o município apresenta resultado superior a média do Corede e do estado entre os anos de 2007 a 2012.

Os dados primários indicam um maior acesso ao ensino superior pelos indivíduos mais jovens. Indicam também elevados números de não conclusão de ensino médio em todas as faixas etárias analisadas. Embora essas informações estatísticas mereçam uma atenção mais aprofundada, os dados se mostram preocupantes.

Considerando os conceitos de liberdades instrumentais utilizados por Sen (2010),

essas liberdades elevam diretamente a capacidade das pessoas. Além disso, deve ser considerado que elas complementam umas às outras e estas interligações devem ser consideradas para deliberar sobre políticas de desenvolvimento. Desta forma, tendo em vista este estudo, considera-se relevante discutir os índices de acesso à educação por faixa etária no município de Lagoa Vermelha no intuito de contribuir para a criação e aprimoramento de políticas públicas e também projetos que possam ser empreendidos pela sociedade civil para auxiliar na permanência dos estudantes nas escolas até a conclusão dos diferentes níveis de ensino.

## REFERÊNCIAS:

CEPAL. Comissão Econômica para América latina e Caribe. **Desarrollo social inclusivo: una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad en America Latina y El Caribe**. Naciones Unidas: Enero, 2016.

DEDECCA, C. S. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. 60 p. (Texto para discussão, n. 2031/2015).

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O avanço das desigualdades nos países desenvolvidos: lições para o Brasil**. Nota técnica, n. 138, jul. 2014.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela. 2005. p. 17-31.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. Série Histórica Nova Metodologia (Idese). Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2014&letra=L&ordem=municipios>. Acesso em: 14 ago. 2017

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2016.

GUARESCHI, A. (Org.). **O Planeja Lagoa e os caminhos participativos para o desenvolvimento**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2016. 139 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 17 jul. 2018

KLIKSBERG, B. O que significa viver na América Latina, a mais desigual das regiões?: O caso da saúde pública. In: SEN, A.; KLIKSBERG, B. (Org.). **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 139-211.

OLIVEIRA RIBEIRO, C.; GOULART MENEZES, R. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. **Textos & Contextos**, v. 7, n. 1, 2008.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução de: Mônica Baumgarten de Bolle, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 672 p.

RAYNAULT, C. Atrás das noções de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável: questionando

algumas representações sociais. Curitiba, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE/UFPR, ago. 2006. (mimeo).

REIS, E. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000, p. 143-152.

SEN, A. K. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, Abr. 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso)>. Access on: 08 Ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

## DO EU PARA O NÓS: A ECONOMIA COMPARTILHADA/ COLABORATIVA E O FUTURO DA PROPRIEDADE INDIVIDUAL

### **Michele Lins Aracaty Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. [michelearacaty@ufam.edu.br](mailto:michelearacaty@ufam.edu.br).

### **Rute Holanda Lopes**

Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente da Universidade Federal do Amazonas campus Itacoatiara. [rutehlopes@hotmail.com](mailto:rutehlopes@hotmail.com).

### **Matheus Teixeira de Almeida**

Acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). [m.texs14@gmail.com](mailto:m.texs14@gmail.com).

### **Francilene da Silva Franco**

Acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). [francilene.s.franco@gmail.com](mailto:francilene.s.franco@gmail.com).

**RESUMO:**Um dos principais fundamentos do capitalismo - a propriedade - vem sendo colocado à prova em sociedades em que o sistema socioeconômico já se encontra em estágio mais desenvolvido. Especialmente entre as gerações mais jovens, consumidores passam pouco a pouco a valorizar mais o acesso e o uso, do que a posse de bens. Nesse contexto, surge a

economia compartilhada (ou colaborativa), que envolve a circulação contínua de produtos e serviços entre indivíduos, por meio da partilha, da troca, do aluguel ou do empréstimo. Além de promover o acesso, o modelo busca reduzir o desperdício. Para tanto, este artigo tem como objetivo analisar a economia compartilhada e mensurar o comportamento dos participantes em meio a esta nova forma de consumo que afeta o mercado, a produção e o cotidiano das famílias. Para tanto, aplicamos um questionário que foi respondido pela comunidade universitária, disponível através de aplicativo de celular e rede social e que ficou disponível por 30 dias. Os participantes apesar de saberem pouco sobre a economia compartilhada, se aventuram nos aplicativos, usufruindo da tecnologia e do acesso à internet, ainda utilizam com cautela e observam as avaliações dos usuários e buscam informações complementares em outros locais. Além disso, ainda sentem receio em compartilhar produtos e/ou serviços, em especial bens de alto valor agregado ou em hospedar pessoas fora do seu convívio social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Compartilhada. Propriedade. Inovação.

## INTRODUÇÃO

É tão recente quanto inovador o conceito de Economia Compartilhada. Quem imaginou que um dia as pessoas prefeririam consumir bens e serviços de forma colaborativa ao invés de valorizar a propriedade individual? Novos modelos de mercado estão surgindo por aí e seu crescimento é acelerado e poderoso. As relações estão mudando e ficam mais intensas com as tecnologias, talvez seja essa a ferramenta mais poderosa para a base dessa relação.

Foi em meio à crise de 2008 que, segundo o colunista do New York Times, Thomas Friedman, tanto a mãe natureza quanto o mercado chegaram a um limite e declararam que o modelo hiper consumista em vigência não era mais sustentável. Alguns fatores-chave conduziram esse novo modelo econômico: as preocupações ambientais, a recessão global, as tecnologias e redes sociais e a redefinição do sentido de comunidade.

Acrescentamos aqui que o acesso à internet, às redes sociais, aos aplicativos de celular e à tecnologia, em geral, e o número de usuários conectados podem ser considerados ferramentas de propagação da economia compartilhada ou colaborativa.

## DESENVOLVIMENTO

### Origem e conceito

O consumo e o compartilhamento de bens ou serviços sempre fizeram parte dos costumes e hábitos dos seres humanos desde as primeiras civilizações onde ainda não havia delimitação entre propriedade privada e coletiva. A propriedade coletiva das comunidades gentílicas foi a forma de propriedade que predominou nas antigas civilizações. No Egito e Mesopotâmia, as comunidades gentílicas estavam organizadas basicamente em grupos familiares, clãs e tribos, em que a propriedade coletiva tinha em sua base o entendimento de que a comunidade predominava sobre o indivíduo (Wolkmer, 2009). Ademais, tem-se a instituição do conceito de propriedade privada e sua evolução gradativa até que no sistema econômico vigente, capitalista, torna-se seu pilar.

Com a evolução da economia e, principalmente, com o advento do capitalismo a a propriedade privada afastou-se de seu caráter comunitário e tornou-se cada vez mais individualista. Contudo foi na década de 1990 se deu origem a economia compartilhada, nos Estados Unidos, impulsionada pelos avanços tecnológicos que propiciaram a redução dos custos das transações *on line peer to peer* (Shirky, 2012). Nesse período houve a revolução dos computadores pessoais e o início da sua massificação à medida que a internet também evoluía e se popularizava.

Um dos setores que mais se adequaram a esta nova economia foi o setor de compartilhamento musical, se os programas para baixar músicas como o Winamp e o

Napster desde 1997 e 1999, respectivamente, (VICENTE, 2012), tornaram possível o compartilhamento destas entre usuários de todo o planeta que estivessem conectados a internet, tornando o banco de dados todos os computadores que possuíssem o mesmo programa em qualquer computador conectado a rede.

O que por um lado representou uma ameaça, por outro reduziu drasticamente os custos com a produção e a logística de distribuição e venda de CDs e DVDs, uma vez que as músicas e os vídeos passaram a ser vendidas diretamente nas lojas virtuais das próprias gravadoras e de grandes lojas online do ramo. Neste sentido, Vicente (2012) aduz que já em 2000 as *majors* (grandes empresas como a Sony e a Warner) orientaram suas estratégias de fusão para a venda de conteúdo pela web e para a desmaterialização dos suportes. O que demonstra que já haviam percebido a irreversibilidade desta tendência, que foi comprovada com a venda de 25 milhões de *downloads* de músicas em dezembro de 2003, atingindo 2,9 bilhões de dólares em 2007 e com o crescimento de 940% em detrimento de uma queda de 30% no mercado musical (IFPE, 2010; VICENTE, 2012)

Porém, foi a partir do ano de 2008 que a economia compartilhada se estabelece com relevância na economia-mundo. Foi em meio à crise de 2008 que, segundo o colunista do New York Times, Thomas Friedman, tanto a mãe natureza quanto o mercado chegaram a um limite e declararam que o modelo hiper consumista em vigência era insustentável. Ademais se foi nesse período que as pessoas tiveram que procurar alternativas devido à crise séria com proporções globais que levaram pessoas de vários países a repensar seu modo de vida e buscar alternativas, também neste período, que a banda larga tivera uma radical expansão (Figura 2) e se de coincidência teve a ocorrência desses dois eventos simultâneos, de proposital emergiu-se empresas que viriam a se tornar gigantes do compartilhamento como o UBER (2009) Arbnb (2008) RelayRides (2009). Torna-se evidente, portanto, que a partir do ano de 2008 a economia compartilhada se estabelece com relevância na economia-mundo.

## **ECONOMIA COMPARTILHADA NO MUNDO**

### **Países desenvolvido**

Tomaremos como destaque de um país desenvolvido uma das mais importantes cidades da Europa Amsterdã que destaca por apresentar um modelo que serviu de inspiração para as demais cidades. Por meio da iniciativa do governo municipal houve a promoção de uma plataforma (SharingNL, 2013) com o objetivo de promover a cultura de compartilhar produtos e serviços o que evidencia um interesse revolucionário envolvendo inúmeras e diversificadas iniciativas coletivas e empresariais podendo oferecer modalidades econômicas nas áreas de sustentabilidade, coesão social e formular as respostas aos desafios dessa nova economia adaptando a economia tradicional ao novo modelo colaborativo.

Cunha (2016) corrobora ao elucidar que Amsterdã é uma das cidades europeias que mais se destaca pelo alcance e pela criatividade de suas soluções colaborativas e inteligentes para o território urbano, que desde 2009 o Governo criou a plataforma Amsterdam Smart City, que entre empresas, instituições acadêmicas e representação cidadã conta com mais de 100 sócios. A plataforma tem desenvolvido 78 projetos inovadores para todos os âmbitos da gestão urbana, para converter a cidade em um espaço habitável, sustentável e inovador.

Entre as iniciativas pioneiras destacamos a sinergia entre a economia tradicional e a colaborativa e a organização de livros, atividades de encontros e assessoramento de companhias e empresas emergentes de forma a auxiliá-las para uma mais rápida adaptação ao novo sistema e o fomento de uma rede de embaixadores.

De acordo com a SharingNL (2013), o principal fator que contribui para fomentar o sucesso da economia colaborativa em Amsterdã é o social, são os fatores sociais - o fato de ajudar outras pessoas no bairro, o caráter sustentável das iniciativas de consumo colaborativo – e o tema financeiro, já que “este tipo de prática melhora a economia pessoal”.

Uma tendência que hoje envolve setores muito diferentes, desde alojamento, turismo, transporte e educação, e que representa cada vez mais uma oportunidade tanto para empresas como consumidores. Neste sentido, Castells (2001) aduz que no contexto da sociedade da informação, foram criadas formas de organização em redes que não se ajustam à lógica de centralização dos espaços e polos de decisão convencionais. O crescimento das relações horizontais, que frequentemente transcendem fronteiras sociais e nacionais, substituiu a verticalidade das hierarquias tradicionais. É a sociedade em rede.

De fato, surgiram empresas tão diversas como Peerby, um aplicativo no qual vizinhos emprestam objetos uns aos outros; Konnektid, que põe em contato cidadãos que querem ensinar com os que querem aprender; Rewear, uma plataforma de aluguel de peças (de roupa) e acessórios, e Floop2, um mercado de troca de equipamentos comerciais, entre muitos outros.

A economia e o consumo colaborativo são fenômenos mundiais crescentes que promovem o compartilhar em vez de possuir, e aumentam o valor da experiência em relação ao da posse de bens, segundo seus defensores (SharingNL, 2013).

A modalidade foi bastante motivada pela crise financeira mundial, pela maior preocupação com os problemas ambientais e com a sustentabilidade, o desenvolvimento da internet e das redes sociais, além da revalorização do conceito de comunidade.

Em Amsterdã, assim como em outras cidades como Seul, Barcelona e Bristol (no Reino Unido), “este movimento está se desenvolvendo com força e, em vez de ignorá-lo, devemos impulsioná-lo”, destacou Van Sprang, (SharingNL, 2013).

A cadeia de valor da Economia Colaborativa mostra como as empresas podem repensar seus modelos de negócio tornando-se prestadoras de serviços, fomentadoras de mercado ou provedoras de plataformas. As empresas com visão de futuro empregam

um único modelo e as empresas mais inovadoras são capazes de trabalhar os três modelos numa combinação perfeita abrindo mão da fórmula: preço, praça, produtos e promoção.

No coração da economia colaborativa estão empresas e projetos que surgiram a partir de variações do compartilhamento pessoa-para-pessoa (peer-to-peer), o chamado consumo colaborativo: Carros, alimentos, serviços, motos, moradia, informação, tecnologia, entre outros bens, podem ser compartilhados. Agregar valor em cada nível gera retorno, uma vez que os modelos representam um aumento na maturidade, exigem investimentos e resultam em benefícios para cada nível. Esse conceito tem se provado um movimento duradouro, abrangente e revolucionário. Grandes corporações já passaram a adotar estratégias baseadas no compartilhamento em seus principais negócios.

A Economia Colaborativa é fruto da união de três pontos de sucesso que fazem o conceito cada vez mais atrativo a partir da evolução ampla da sociedade:

- a. Social, com destaque para o aumento da densidade populacional, avanço para a Sustentabilidade, desejo de comunidade e abordagem mais altruísta;
- b. Econômico, focado em monetização do estoque em excesso ou ocioso, aumento da flexibilidade financeira, preferência por acesso ao invés de aquisição, e abundância de capital de risco; e
- c. Tecnológico, beneficiado pelas redes sociais, dispositivos e plataformas móveis, além de sistemas de pagamento.

Na Suécia, na cidade de Eskilstuna está apostando com a inauguração do “ReTuna Recycling Galleria”<sup>1</sup>, um shopping que só vende produtos usados que conta com um total de 14 lojas onde é possível encontrar vestuário, acessórios, artigos esportivos, mobiliário e até materiais de construção e restaurante de comida orgânica. Para os idealizadores, a iniciativa promove a redução do consumo desenfreado “porque podemos reduzir a utilização de novas matérias-primas – o que contribui para uma redução na extração de recursos naturais, menor consumo de energia e de emissões de dióxido de carbono. A sustentabilidade não é sobre guardar e consumir menos, mas para fazer mais com os recursos que já temos”.

De tempos em tempos novas revoluções emergem, revoluções capazes de mudar tudo, do modo como trabalhamos ao modo como nos relacionamos. Estamos no centro de uma mudança de era e qualquer reflexão feita hoje, pode fazer menos sentido amanhã. Por isso, para não insistirmos em modelos obsoletos o melhor é enxergar as oportunidades que a economia do compartilhamento nos dá para não só sobrevivermos, como sairmos ainda melhores das crises econômicas que vem

---

<sup>1</sup> <http://consumocolaborativo.cc/suecia-inaugura-shopping-que-vende-produtos-de-segunda-mao/>

colocando em xeque o modo como entendemos mercados e a economia.

## PAIS EMERGENTE - BRASIL

Entre as inúmeras características da geração Y é o desapego aos bens materiais e o uso intensivo da tecnologia, variáveis imprescindíveis para a alavancagem da economia compartilhada em países emergentes, como o Brasil.

Outro destaque do modelo de economia compartilhada é a crescente mudança de comportamento dos consumidores. Agora, o ter, o comprar e o acumular perderam espaço para a permissão de novas experiências. “As pessoas estão menos preocupadas em acumular patrimônios, isso já se apresenta em boa parte das classes sociais. Entretanto, não significa que estamos nos tornando menos consumistas. Queremos ter menos para si, mas ainda gastamos muito e poupamos pouco, apoiados na desculpa da autoindulgência” (KANTER, 2017)<sup>2</sup>

Para Dantas (2016), em tempos de crise, o brasileiro enxerga no empreendedorismo uma saída para o desemprego e uma alternativa de renda que explica o número de 6 milhões de empreendedores individuais (MEI) formalizados no Brasil, segundo o SEBRAE. E são os microempresários os mais propícios em assimilar esse novo mercado do produto ou serviço compartilhado.

Ainda para a autora (2016), se analisarmos o compartilhamento no Brasil o destaque está no uso de bicicletas compartilhadas e os espaços de *coworking*.

O compartilhamento de bicicleta ocorre através dos *points* de *bikes* (banco Itaú, por exemplo) dispostos geograficamente em locais de grande circulação de moradores e turistas. O interessado baixa o *app* no celular e paga um valor acessível tendo a oportunidade de usar a bicicleta por um tempo que pode ser de 1 ou 2 horas e após este período ele deposita a bicicleta na estação mais próxima. Tempo a oportunidade de conhecer ou circular pela cidade de uma ponta a outra com o uso da bicicleta. Em cidades onde ocorre a ineficiência do transporte público ou a escassez de estacionamento, esta pode ser uma iniciativa viável

Com relação aos espaços de *coworking*, extremamente viáveis para burlar a burocracia e o elevado investimento para alugar ou adquirir um espaço nos grandes centros urbanos. Os escritórios compartilhados oferecem infraestrutura, salas de reunião e treinamento, serviço de secretaria, telefone, equipamento (impressora, projetor, internet, etc). Além disso, são espaços propícios para a realização de *networking*, compartilhar ideias, aprender coisas novas e fazer parcerias para negócios, captar trabalhos e fazer novos negócios.

Dantas (2016), frisa que podemos analisar exemplos de consumo colaborativo ligado ao lazer que é sucesso entre os brasileiros, o caso no Netflix, Estante Virtual ou o *Spolity*, que oferecem filmes, livros e música de forma compartilhada e mais acessível. Para quem gosta de moda, os brechós são uma ótima alternativa para estar sempre com uma peça nova e diferente, trocando ou compartilhando produtos mais específicos como por exemplo, roupas e acessórios de alto valor e padrão que são

2 De acordo com estudos do professor da FGV-Rio.

usados em ocasiões especiais.

Para as comunidades locais de bairro, muitas iniciativas estão aparecendo como a de aproveitamento de alimentos que conecta, supermercado, empreendedores e população de baixa renda assim como o consumo de produtos orgânicos cultivados em hortas comunitárias

Um dos pontos que faz a economia compartilhada, ou o consumo colaborativo, ser tão bem-vista por seus adeptos é o fato do empoderamento do consumidor. Nesse ambiente, cliente e prestador de serviço são avaliados a todo momento, por meio de comentários e rankings. É a democratização e uma maior repercussão de algo que todos nós conhecemos bem: o chamado boca-a-boca (PINELLI, 2017)

## Local (Manaus)

Manaus, assim como nas principais cidades do país o número de empreendimentos compartilhados aumenta com o passar dos dias em vista do elevado número de desempregados no mercado.

“Sharing Economy, ou economia compartilhada, é uma temática nova de uma prática antiga. Com a crise econômica, precisamos pensar em novas formas de economia que nos ajudem a viver mais harmoniosamente em um mesmo espaço e fortalecer a relação de troca que existe entre o “Eu preciso” e o “Eu tenho” (Juliana Teles).<sup>3</sup>

Entre os empreendimentos mapeados que encontram-se instalados na cidade de Manaus, destacamos:

### a. Impacto Hub Manaus

O empresário Marcus Bessa, 30, que junto com sua sócia Juliana Teles, 26, é um dos fundadores do Impact Hub Manaus, para pessoas utilizarem como um espaço físico para trabalhar, realizar palestras e reuniões.

### b. Mão Bike

O projeto “Mânobike” começa a operar no Centro Histórico da cidade e vem acompanhado de uma ciclorrota de 14,5 km de extensão na cidade. Dispõe de 11 estações em operação, que estão localizadas em alguns locais no Centro da capital, como o Mercado Adolpho Lisboa, na Avenida Eduardo Ribeiro; a Igreja N.S. dos Remédios, a Praça do Congresso, a Beneficente Portuguesa e outros. As bicicletas possuem um sistema alimentado por energia solar e são 100% nacionais. Manaus terá 110 bikes disponíveis para as 11 estações, mas a rede poderá ser ampliada futuramente, segundo a Prefeitura. As estações funcionarão alimentadas por energia solar e são interligadas via sistema de comunicação sem fio, redes 3G e 4G, permitindo que estejam conectadas 24 horas por dia.

### c. Cardume Coworking

Não se trata de oferecer somente um espaço de trabalho, mas oferecer e

---

<sup>3</sup> Sócia do Impact Hub – empreendimento que dispõe de espaço compartilhado para trabalhos, eventos, palestras ou workshop em Manaus.

promover novas experiências no trabalho e nos relacionamentos”

#### **d. Park Vieiraves**

Espaço entretenimento, gastronomia, arte urbana, paisagismo, área infantil com casa na árvore e cultura ao ar livre

#### **e. Vila Hub Coworking**

Um espaço colaborativo que oferece serviços completos de escritórios compartilhados e salas comerciais onde as pessoas que trabalham individualmente passam a dividir não só o escritório, mesa e ar condicionado, mas a interagir entre si, criando networking e formando uma verdadeira comunidade.

#### **f. Pop Up-Shop**

Nesse modelo, as lojas se diferenciam das comuns por funcionar apenas por alguns dias ou meses lançando as tendências do momento. Em lojas ‘pop up’ não existe a obrigação de ter um espaço físico ou continuidade das vendas

## **ECONOMIA COMPARTILHADA E A SUSTENTABILIDADE**

Atualmente, a discussão a respeito das consequências da industrialização sobre o meio ambiente está constantemente em pauta, principalmente em resposta às agressões recebidas de maneira intensiva, desde o início da Revolução Industrial. Miller Jr (2007) afirma que a revolução agrícola, a revolução industrial-médica e a revolução da informação-globalização são mudanças culturais que aumentaram de forma considerável o impacto sobre o meio ambiente por meio de novas tecnologias e fontes de energia para alterar e controlar o planeta. Este é apenas um dos aspectos que faz com que alguns acreditem que a sustentabilidade é um mito, um ideal inatingível, uma vez que continuam a expandir-se. Outro ponto é a questão do conflito de interesses entre o padrão de produção e consumo e a sustentabilidade. Pois, como ressalta Braun (2005) a insustentabilidade se relaciona com o nosso padrão de consumo, sempre em ascensão em relação a épocas passadas, e com ele os índices de degradação.

Em sentido oposto, surge a economia compartilhada como outra via para o padrão de consumo, mas principalmente como opção para a melhoria da qualidade de vida no planeta. Enquanto milhões de objetos, imóveis, automóveis e trabalhadores estão ociosos, milhões de pessoas precisam destes, assim o compartilhamento pode atender suas necessidades sem a produção de uma maior quantidade de bens. O custo marginal nestes casos aproxima-se de zero, posto que um mesmo bem de consumo pode atender a várias pessoas.

Por outro lado, pode-se constatar que além de permitir que outras pessoas utilizem um bem ocioso por determinado período de tempo, também observa-se que este passa a gerar renda para o seu proprietário, sendo esta uma outra característica desta economia, o consumidor passa a ser também ofertante do bem

que ele mesmo consome, diluindo os seus custos e gerando renda para o mesmo. Desta forma, podemos considerar que este compartilhamento acaba por possibilitar o atendimento a outros desejos ou necessidades que antes não seriam atendidos. Podemos considerar assim, que se por um lado bens passam a ser partilhados em detrimento da aquisição de novos bens, este compartilhamento gera uma demanda em outros setores da economia pelo acréscimo na renda do proprietário do bem e pela redução nos gastos dos usuários daquele bem, ou ainda o acesso a estes bens por consumidores antes excluídos devido aos gastos necessários para sua aquisição e manutenção, principalmente se considerarmos bem de alto valor aquisitivo e custos regulares como carros, apartamentos, entre outros.

A mudança cultura que altera a necessidade do ter, pela possibilidade do acesso acelera consideravelmente o processo de sustentabilidade social, pois ao mesmo tempo em majora o acesso aos bens, reduz a pressão sobre a oferta dos mesmos. Esta quebra de paradigma corrobora com as premissas ambientais, uma vez que o próprio indivíduo ao mudar suas preferências, altera a lógica do mercado e colabora com a sustentabilidade ambiental da sociedade. Neste sentido, Braun (2005) defende que o estágio de Desenvolvimento Sustentável de uma comunidade depende de quanto cada indivíduo esteja disposto a cooperar com este processo, isto porque a sustentabilidade depende de um processo dinâmico coletivo, onde todos devem participar e não-somente o governo ou o setor empresarial. Becker (2003) completa este pensamento ao afirmar que a noção clara dos limites de dependência dos componentes naturais e dos limites de inserção do homem na natureza necessita ser mais bem dimensionada e esclarecida, as sociedades humanas precisam ser vistas como parte fundamental da dinâmica do ambiente onde vivem e entenderem que a degeneração ao ambiente, degenera a própria sociedade.

Nesse cenário no qual a posse é obsoleta, a tendência é que serão vendidos menos carros, bicicletas e apartamentos, por exemplo. “A economia compartilhada está alinhada ao propósito de sustentabilidade”, defende Lucas Foster, especialista em economia criativa. Isso porque o modelo transforma os excessos, algo historicamente considerado lixo, na base de um sistema de transação de valores. “No modelo tradicional, nós produzimos, vendemos e eventualmente nos desfazemos de algo. Nesse novo formato, aquela primeira e única transação dá lugar a muitas outras”, afirma a empreendedora norte-americana Lisa Gansky, autora do livro “Mesh - Por que o Futuro dos Negócios é Compartilhar”. (CARPANEZ, 2017).

A conscientização ambiental neste caso, embora não tenha sido a motivação inicial, torna-se uma grande impulsionadora deste processo, pois muitos consumidores percebem sua importância para a desaceleração da exploração dos recursos naturais, ao mesmo tempo em se atende um maior número de consumidores.

Isto se torna essencial ao vislumbrar-se que o crescimento populacional e do consumo em massa são fatores que devem ser considerados quanto ao futuro e a qualidade de vida na terra, visto que ambos impulsionam a produção e o processo de degradação ambiental. Outra questão relacionada ao potencial aumento do consumo

é a inserção do capitalismo em economias como as da Índia e da China que pelo seu contingente populacional são potencialmente capazes de alavancar o consumo global e a pressão sobre o meio ambiente, o que causa grande preocupação quanto a sustentabilidade de suas atividades e modificação nos padrões de consumo. A economia compartilhada, por outro lado, poderia reduzir a pressão gerada por estas economias, pois asseguraria o atendimento de um maior número de indivíduos, por um mesmo bem de consumo.

A polissemia do uso do termo sustentabilidade advém do ecletismo de interesses, entretanto, é imprescindível identificar as galimatias presentes nos discursos proferidos pela mídia e pelo Estado e suas projeções na sociedade. O consumo e a sustentabilidade possuem uma ligação muito mais importante do que se imagina, o molde atual do consumismo não assegura a sustentabilidade ambiental, é um modelo insustentável ambientalmente. Refletir sobre essas duas linhas, mudar paradigmas e quebrar galimatias é o grande desafio do século XXI.

## SINERGIA ENTRE O TRADICIONAL E O NOVO

A Economia Compartilhada ou colaborativa permite que as pessoas mantenham o mesmo estilo de vida, sem precisar adquirir mais, o que impacta positivamente não só no bolso, mas também na sustentabilidade do planeta.

Para Botsman (2016), a base fundamental do capitalismo é acumular a maior quantidade possível de bens. A indústria e tudo que a envolve corroboram isso. A publicidade é feita para nos criar desejos, precisamos ter para ser. Os bens são feitos para não durar, modelos novos de eletrônicos são lançados ano a ano tornando nossos produtos recém adquiridos obsoletos, no famoso ciclo da “obsolescência programada”. As empresas lucram quando compramos mais, a economia gira quando compramos mais, somos mais quando compramos mais.

Ainda para o autor, (2016), a economia compartilhada contempla 3 possíveis tipos de sistemas:

1. Mercados de redistribuição: ocorre quando um item usado passa de um local onde ele não é mais necessário para onde ele é. Baseia-se no princípio do “reduza, re-use, recicle, repare e redistribu”.
2. Lifestyles colaborativos: baseia-se no compartilhamento de recursos, tais como dinheiro, habilidades e tempo.
3. Sistemas de produtos e serviços: ocorre quando o consumidor paga pelo benefício do produto e não pelo produto em si. Tem como base o princípio de que aquilo que precisamos não é um CD e sim a música que toca nele, o que precisamos é um buraco na parede e não uma furadeira, e se aplica a praticamente qualquer bem.

Se a economia compartilhada continuar a se expandir da forma como se comportou nos últimos, a indústria tradicional entra em colapso? o faturamento das

empresas cai? o desemprego aumenta? leis são criadas para frear esse movimento, empresas tradicionais se revoltam com a concorrência desleal. Não é isso que temos acompanhado nos últimos tempos? A economia colaborativa nos apresenta um novo jeito de consumir focado no usufruir (serviço) substituindo o paradigma da posse do bem (produto).

Se avaliarmos a economia colaborativa com uma mentalidade tradicional não seremos capazes de enxergar a quantidade de oportunidades que despontam nesse novo cenário. Segundo a Forbes, a estimativa é que a economia colaborativa gere uma receita anual de US\$3,5 bilhões para os usuários, valor que deve crescer 25% ao ano. Analistas econômicos ainda não incorporam em suas análises o impacto econômico dessa rede colaborativa e há espaço não só para startups, mas também para grandes empresas.

A economia do compartilhamento está mudando não só o modo como entendemos oferta e demanda e a nossa relação com os bens materiais, mas também nossas relações pessoais.

É como se a tecnologia que em algum momento nos afastou, agora estivesse nos colocando de volta para um movimento em que nos comportamos como uma vila, porém com laços que acontecem em escala global. A reputação volta a ter uma importância outrora esquecida, os nossos valores mudam e conhecer pessoas no meio desse caminho torna a experiência ainda melhor.

## **METODOLOGIA**

Para a consecução da presente pesquisa torna-se necessário a realização de algumas etapas, descritas a seguir:

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para entender a relação do mercado e dos consumidores acerca da economia compartilhada.

Quanto à natureza, a pesquisa é classificada como qualitativa, preocupando-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Em relação aos fins, esta pesquisa foi definida como exploratória, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, visto que procurará obter maiores informações sobre o assunto do tema. Utilizou-se de material bibliográfico, para caracterizar e definir economia compartilhada e fazer o embasamento teórico textual. Para os resultados, fizemos a aplicação de um questionário com 19 perguntas de múltipla escolha que contou com a participação de 162 pessoas que tiveram a oportunidade de responde-lo via rede social e aplicativo de celular. Ressaltamos que a pesquisa ficou disponível ao público durante 30 dias, entre 06 de novembro a 06 de dezembro.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Perfil dos Entrevistados

A pesquisa foi direcionada para o público universitário, tendo como foco principal os discentes das universidades do Amazonas, desta forma isto se reflete nos resultados obtidos no perfil identificado. A primeira questão a ser respondida pelo participante solicitava que ele indicasse em qual a instituição estava vinculada. Entre as alternativas: UFAM, UEA e Outras. Dos 162 participantes 84,6 % são alunos da UFAM, como representadas na Figura 1.

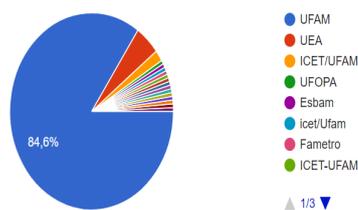


Figura 1 – Instituição de Ensino

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

A questão seguinte, vincula a idade do participante. Este deveria indicar a faixa de idade em que se enquadrava. Este perfil também concentrou-se na idade média do público universitário, variando de 17 a 35 anos, mas com maior concentração na faixa entre 17 e 27 anos, como podemos observar nos resultados detalhados a seguir e apresentado na Figura 2. Definimos a faixa de 15 a 18 anos, 17 a 25 anos, 25 a 35 anos e 35 ou mais. Dos 162 participantes, 120 encontram-se na faixa de 17 a 27 anos, o que corresponde a 74,1% e 28 na faixa de 25 a 35 anos, 17,3%.

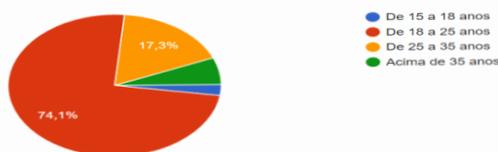


Figura 2 – Faixa Etária

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Quando questionados acerca da escolaridade, 68,5% dos entrevistados responderam que estão no ensino superior incompleto o que corresponde a 111 participantes e 21,6%, ou seja, 35 participantes declaram já possuir ensino superior completo, como observa-se na Figura 3. Este resultado também reflete o direcionamento

da pesquisa, dentre os 21,6% que já possuem curso superior podemos destacar alunos de pós-graduação, alunos que cursam um segundo curso superior e alguns docentes que participaram da pesquisa e que embora já tenha concluído uma graduação ainda enquadram-se no público universitário.



Figura 3 – Grau de Escolaridade

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Se questionados acerca da faixa de renda familiar, dos 162 participantes, 45,15% dos participantes definiram a renda familiar mensal entre 1 a 3 salários mínimos o que corresponde a 73 participantes, 20,4% de 3 a 6 salários mínimos o que corresponde a 33 participantes, 14,8% entre 6 e 9 salários, 24 participantes. Ainda do total de participantes 11,1% menos, 18 declaram entre e 1 salário mínimo, e 8,6%, ou seja, 14 pessoas declaram ter renda familiar de 10 ou mais salários mínimos. Quanto a renda familiar, observou-se uma variação que contempla varias faixas de renda, este quadro pode ser resultado do próprio perfil universitário representado por todas as classes sociais e também pela abrangência da pesquisa que incluiu universidades públicas e particulares, da capital e do interior.

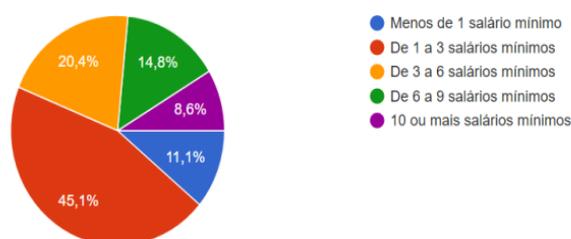


Figura 4 – Faixa de Renda Mensal Familiar

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Ao serem questionados acerca da quantidade de pessoas residentes em seu domicílio, tivemos as seguintes respostas: 24,7% responderam que tem 2 membros morando no mesmo domicílio, 23,5%, 3 membros, 21%, 4 membros e 14,8% possuem 5 membros familiares residentes com o respondente.

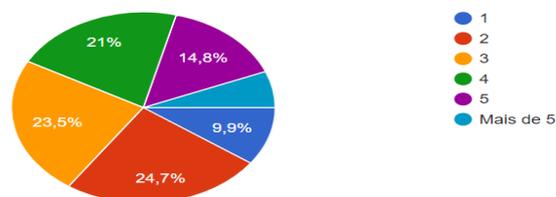


Figura 5 – Membros da Família que Residem na Mesma Unidade Familiar

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Quanto ao acesso à internet e a sua regularidade, 37,7% (total de 61) dos participantes da pesquisa responderam que acessam a internet várias vezes ao dia, para 35,8%, 58 participantes ficam sempre conectados e para 24,1%, 39 participantes acessam diariamente. A partir desta variável constata-se que este público tem acesso a internet de forma regular, conhecendo a dinâmica desta ferramenta e tendo acesso fácil a diversas fontes de informação, isto pode ser observado na Figura 6.

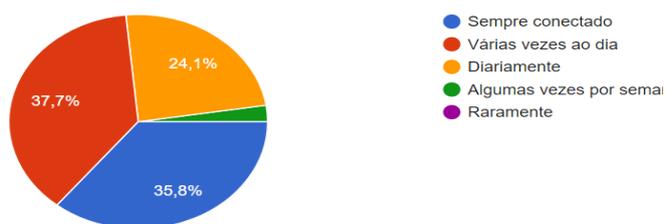


Figura 6 - Regularidade de Acesso à Internet

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

A partir deste perfil, buscou-se um melhor entendimento dos resultados obtidos nos questionamentos seguintes que focaram nos conceitos de economia compartilhada e no comportamento dos entrevistados frente as inovações desta nova maneira de consumir.

## ECONOMIA COMPARTILHADA

Especificamente, em se questionando acerca da economia compartilhada, dos participantes, um total de 79 pessoas o que corresponde a 48,8% dos participantes ainda não tinham ouvido falar em economia compartilhada, 35,8% (58) já tinham ouvido falar e para 15,4% (25) sim, mas não compreenderam a sua finalidade, como demonstrado na figura 7. Desta forma, podemos considerar que mesmo na universidade e com pessoas que acessam regularmente a internet, este conceito ainda mostra-se pouco conhecido ou compreendido, pelo menos de forma consciente, uma vez que apenas 35,8% dos entrevistados afirmam conhecer ou já ter ouvido falar desta economia.

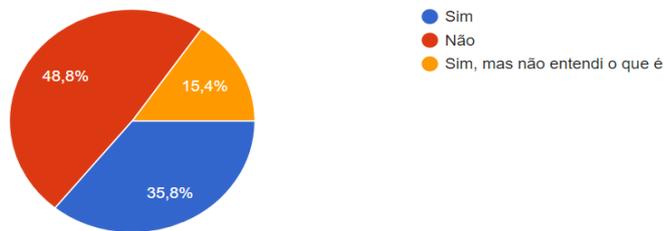


Figura 7 – Conhecimento acerca da Economia Compartilhada

Fonte: Questionário Aplicado, 2017.

Ao ser questionado acerca da forma como obteve informações sobre a economia compartilhada, 64,2%, dos participantes, o que corresponde a 104 pessoas, tiveram conhecimento por meio da internet e 18,9%, 31 pessoas através de amigos. Esta informação leva a uma reflexão de que embora seja uma realidade e que já movimente bilhões de dólares anualmente, este assunto ainda encontra-se inócuo no ambiente acadêmico, sendo mais facilmente acessado em fontes alternativas acessadas de forma espontânea pelos próprios entrevistados como a internet e os amigos, como representado na Figura 8.

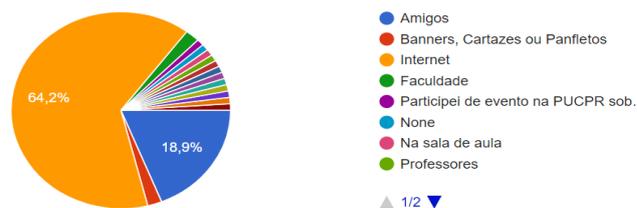


Figura 8 – Fonte de Informação Acerca da Economia Compartilhada

Fonte: Questionário Aplicado, 2017.

Se questionado acerca do empréstimo ou aluguel de algum objeto ou serviço, dos 162 participantes 51,9% estariam dispostos desde que haja confiança de ambas as partes. Dos participantes, 18,5% talvez, o que corresponde a 30 pessoas e 11,1%, 18 pessoas declararam não estarem dispostas a emprestar ou alugar um objeto ou serviço. A partir dos resultados apresentados na Figura 9, podemos observar que ainda há um receio quanto a disponibilizar um bem pessoal para ser utilizado por outras pessoas, uma vez que se condiciona a uma relação de confiança que pode estar ligada a um relacionamento pessoal, no entanto, esta confiança também poderá ser pautada nos perfis e avaliações de usuário a medida que houver maior familiaridade com as ferramentas de compartilhamento.



Figura 9 – Disposição a emprestar/ alugar um bem/ serviço com ou sem obtenção de ganhos financeiros

Fonte: Questionário Aplicado, 2017.

Na pergunta seguinte, onde o participante era questionado a apontar se prefere possuir/ comprar ou aceitaria alugar/ emprestar algo que esteja precisando no momento, 66,5% (total de 108) dos participantes declaram estarem dispostos a alugar/ emprestar. Do total de 66,5%, 27,2% (44 pessoas) ainda ponderaram a confiança mútua para alugar/ emprestar algo de que necessitam. Nos dados apresentados na figura 10, podemos observar um resultado diferenciado dos encontrados na figura 09, uma vez que neste caso a maioria dos entrevistados mostraram-se disposta a alugar ou emprestar como usuário, desta forma percebe-se uma maior aceitação desta nova forma de consumir.

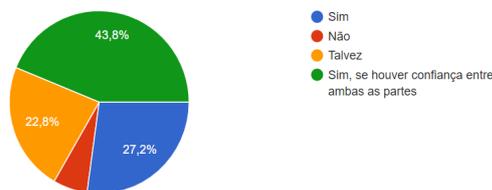


Figura 10 – Prefere possuir/ comprar ou aceitaria alugar/ emprestar algo que esteja precisando no momento

Fonte: Questionário Aplicado

Na pergunta seguinte, supondo uma viagem em família o participante foi questionado se prefere alugar uma casa/ apto temporariamente ou hospedar-se em um hotel, observou-se que: para 34% (55 participantes) a opção de hospedar-se em um hotel, com segurança e comodidade e também para 34% (também 55) dos participantes se propõem a experimentares alugar uma casa/ apto temporariamente. E para 32,1% (52 pessoas) dos participantes a alternativa escolhida foi sim, visto a liberdade e conforto. No setor turístico, apresentado na figura 11, observa-se uma divisão quase que equitativa entre as três opções no entanto, se somarmos os dados do que aceitam e dos que estão dispostos a experimentar, podemos observar um tendência a uma mudança de comportamento deste consumidor, migrando para a economia compartilhada.

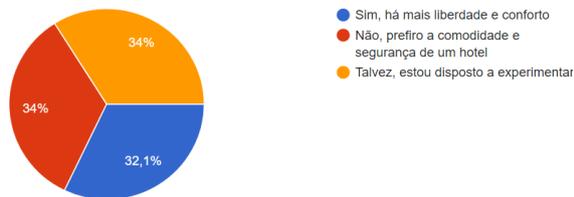


Figura 11 – Em uma Viagem em Família você prefere alugar uma casa/ apto ou hospedar-se em um hotel

Fonte: Questionário Aplicado, 2017.

Na sequência, o participante foi questionado se estaria disposto a compartilhar/ alugar sua casa temporariamente para pessoas desconhecidas, por meio de serviço de aplicativo ou site na internet. Para 48,1% (78) dos participantes esta situação não parece muito interessante, responderam que não, para 35,8% (58) estão um pouco mais dispostos e responderam talvez e somente para 16% (26) a proposta parece interessante. Neste pergunta, representada na figura 12 observa-se um comportamento dividido, uma vez que 48,1% não se mostraram confortáveis com esta possibilidade e os demais posicionam favoráveis ou com uma posição mais aberta a esta situação.

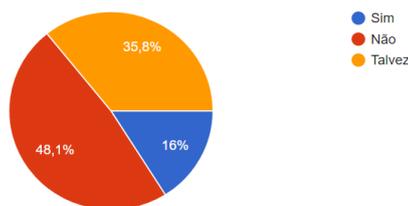


Figura 12 – Estaria disposta a compartilhar/ alugar a sua casa temporariamente para pessoas desconhecidas, por meio de um serviço de aplicativo ou site da internet

Fonte: Questionário Aplicado, 2017.

Do total dos participantes questionados acerca da sua opinião sobre os serviços com acesso via aplicativo digital, entre eles, UBER, Airbnb, ifood, dentre outros, 40,1% (65) dos participantes os consideram ótimos, mas precisam ainda da certificação do serviço oferecido, para 36,4% (59) são excelentes e confiáveis e para 22,8% (37) são considerados bons, mas devem ser utilizados com cautela. Na figura 13, representou-se serviços que possuem marcas reconhecidas no mercado, amplamente divulgada nas mídias sociais e observou-se um grau de aceitação, com 100% das respostas positivas, sendo que destes apenas 22,8% recomendaram cautela, mas com resposta positiva. Desta forma, reforça-se a ideia de que a confiança e o conhecimento precisam ser garantidos para que os usuários se mostrem dispostos a compartilhar produtos ou serviços.

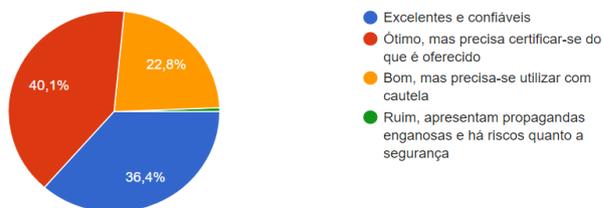


Figura 13 – Opinião sobre os Novos Serviços com acesso via Aplicativo Digital

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Em se tratando de confiança, um dos pilares da econômica compartilhada, questionamos os participantes acerca do seu grau de confiabilidade social visto o cenário atual brasileiro. Dos participantes, 31,5% (51) assinalaram moderadamente favorável e o mesmo percentual, 31,5% (51) moderadamente contrário. Para 20,4% (33) este cenário é indiferente e para 14,2% (23) declararam que o cenário é totalmente contrário. As opiniões representadas na Figura 14, demonstra um cenário que mostra-se dividido em quanto a confiança geral, com uma tendência a falta de confiança geral, este pode ser um indicativo que relaciona-se com a insegurança quanto a disponibilização de bens pessoais para compartilhamento como demonstrado em questões anteriores.

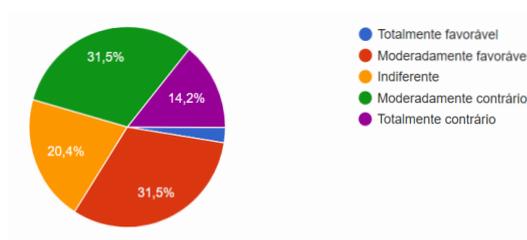


Figura 14 – Opinião sobre a Confiabilidade Social perante o Atual Cenário Brasileiro

Fonte: Questionário Aplicado

Quando questionados acerca das avaliações fornecidas em aplicativos de economia compartilhada, os participantes consideram que estas são confiáveis, mas buscam analisar o histórico e pesquisar em outras fontes. Para 64,8% (105) são confiáveis, mas se faz necessária a observação do histórico e pesquisas complementares em outras fontes. Para 21,6% (35) são parcialmente confiáveis, podendo haver exclusões ou edições de avaliações ruins. E para 12,3% (20) são consideradas confiáveis. Neste quesito, como demonstra a figura 15, há um certo grau de confiança quanto as avaliações, no entanto a necessidade de pesquisas adicionais ainda se mostra preponderante para a tomada de decisão.



Figura 15 – Opinião Acerca das Avaliações Fornecidas pelos Aplicativos

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Ainda acerca das avaliações, ao serem questionados se a tomada de decisão tem base nas avaliações dos aplicativos, observou-se que para 63,6% (103) dos participantes uma informação complementar acerca do produto ou serviço é imprescindível. Para 31,5% (51) se dispõe a adquirir o produto ou serviço após a leitura das avaliações. Na figura 16, observamos um resultado que corrobora com o encontrado na questão anterior, uma vez que consideram importante, mas buscam informações adicionais.

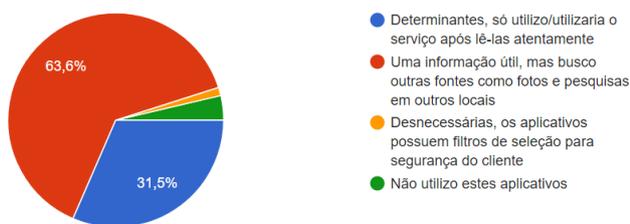


Figura 16 – Quanto à Tomada de Decisão qual o Peso da Avaliação dos Aplicativos

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Quando questionados se ao compartilhar um bem (carro, casa, furadeira, etc) você está contribuindo para a redução do impacto ambiental, 75,9% (123) dos participantes concordam, e destes 25,9% (42) concordam totalmente. Do total dos participantes, 14,2% (23) declaram ser indiferente esta relação e 8% (13) discordam, como representado na figura 17. Neste questionamento, observou-se que embora o conceito de economia compartilhada ainda não tenha sido apropriado pela maioria dos consumidores, a percepção de que o consumo compartilhado pode reduzir os impactos ambientais apresenta-se como um consenso, uma vez que apenas 8% dos entrevistados discordam totalmente desta afirmação, o que pode ser um fator de adesão a esta nova economia.

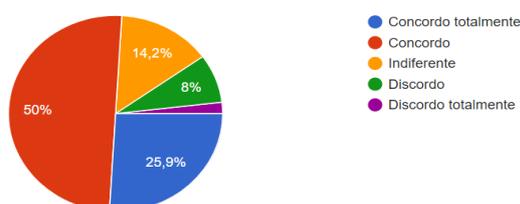


Figura 17 – Relação entre Compartilhar um Bem e a Redução do Impacto Ambiental

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Quando questionados acerca da utilização de alguns aplicativos selecionados (UBER, ifood, airbnb), 48,8%, (79), dos participantes responderam que já usaram algumas vezes, 32,7%, (53) usam com regularidade, e para 14,2% (23) apresentaram interesse em usar.

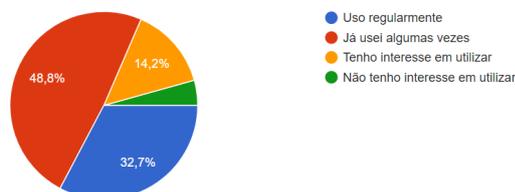


Figura 18 – Quanto à Frequência de Utilização dos Aplicativos (UBER, ifood, airbnb)

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

A última pergunta do questionário, estava vinculada com a penúltima uma vez que questionava o participante se já fizeram uso dos aplicativos e se pretendem continuar a utilizar os serviços disponíveis. Do total de participantes, 56,1% pretende continuar usando, 36,5% utiliza com regularidade e recomenda para amigos e familiares.

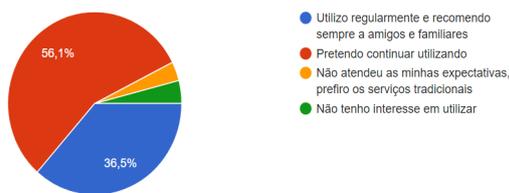


Figura 19 – Sobre a Utilização dos Aplicativos (UBER, ifood, airbnb)

Fonte: Questionário Aplicado, 2017

Os dois últimos questionamentos demonstram que embora os entrevistados não estejam totalmente dispostos a ofertar seus bens para compartilhamento e que necessitem de ferramentas de apoio para assegurar a confiança na utilização, a maioria já utiliza alguns serviços da economia compartilhada, pretendem continuar usando e recomendariam para amigos e familiares. Este resultado demonstra que a economia compartilhada já se faz presente no dia-a-dia da maioria dos entrevistados e que possui potencial de crescimento entre os mesmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os 30 dias em que a pesquisa ficou disponível para ser realizada pelos acadêmicos via aplicativo de celular e rede social, 162 participantes tiveram a oportunidade de se posicionar acerca da economia compartilhada ou colaborativa.

Do total dos participantes 84,6% são acadêmicos da UFAM (superior incompleto) enquadram-se na faixa etária entre 18 a 25 anos, 20,4% dos participantes declaram ter a renda familiar mensal entre 1 a 3 salários mínimos (valor), residem com mais 2 familiares (24,7%), declararam acessar à internet várias vezes ao dia.

Os participantes declararam que até então não tinham conhecimento da economia compartilhada ou colaborativa, 48,8%, acima da média nacional que é de 20%, ainda com relação à economia compartilhada os participantes receberam informações através da internet.

51,9% dos participantes se dispõem a emprestar ou alugar um bem ou serviço sem compensação financeira. E 43,8% estão dispostos a alugar/ emprestar se houvesse confiança entre as partes. Durante uma viagem em família, 34% dos participantes ainda escolhem um hotel para se hospedar, mas o mesmo percentual 34% se declaram dispostos a se hospedar em algum lugar de forma compartilhada.

Dos participantes, 48,1% não se dispõem à disposição em compartilhar a sua casa/ apto temporariamente para pessoas desconhecidas um desconhecido por meio de serviço de aplicativo ou site da internet, mas 35,8% responderam que talvez pudessem compartilhar.

40,1% dos participantes definem os aplicativos de compartilhamento como ótimos, mas buscam se certificar quanto às avaliações, mas 36,4% dos participantes consideram os aplicativos excelentes e confiáveis.

Confiança é a palavra-chave para a economia compartilhada ou colaborativa, e quando questionados acerca do grau de confiabilidade visto o cenário atual brasileiro, 31,5% dos participantes consideram moderadamente favoráveis e o mesmo percentual 31,5% moderadamente contrário.

64,8% dos participantes consideram as avaliações dos aplicativos confiáveis, mas buscam informações complementares em outras fontes e para 63,6% tais avaliações são úteis.

Para 75,9%, apontam uma relação entre economia compartilhada ou colaborativa e a redução do impacto ambiental. 48,8% dos participantes declaram que usam regularmente os aplicativos, UBER, ifood, Airbnb e 32,7% usam regularmente, e quando questionados acerca da permanência de uso, 92,6%, e deste total, 56,1% declaram que pretendem continuar usando e destes, 36,5% vão continuar usando e pretendem recomendar a amigos e familiares.

A partir deste estudo podemos verificar que a economia compartilhada já se apresenta de forma real entre o público universitário que já a utilizam regularmente, o fator confiança torna-se fundamental para a melhoria e ampliação do público e que estes buscam compensá-la nas avaliações e em buscas adicionais, principalmente via internet.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Amazônia: **nova geografia, nova política regional e nova escala de ação**. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (coord.). Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, 2003.

BOTSMAN, Raquel. ROO, Roger. **O Que É Meu É Seu - Como o Consumo Colaborativo Vai Mudar o Nosso Mundo**. Rio de Janeiro. Bookman, 2016.

BRAUN, Ricardo. Novos paradigmas ambientais: desenvolvimento ao ponto sustentável. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARPANEZ, Juliana. FERREIRA, Lilian. Chegou a Hora? Disponível em: <https://tab.uol.com.br/economia-compartilhada/>. Acesso em: 01 de agosto de 2017.

CASTELLS, Manuel. La Galaxia Internet. Plaza y Janes Editores, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE. Economia Colaborativa: A Emergência de uma Economia Pós-capitalista. FGV/ AEESP. Jun/ 2005.

CUNHA, Maria Alexandra. Smart cities [recurso eletrônico] : transformação digital de cidades. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, 2016.161p.

DANTAS, Lívia. Economia Compartilhada: Novos Padrões de Consumo para um Mundo Melhor. Dentro do Mochilão, Estilo de Vida, 2016. Disponível em: <http://raizesdomundo.com>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

KRUPINSK, C. Entendendo A Economia Colaborativa E Economia Compartilhada. 2014. Disponível em <<http://consumocolaborativo.cc/entendendo-a-economia-colaborativa-economia-compartilhada/>>. Acessado em 09 de julho de 2017.

MENDES, Francisco. CERÓY, Medeiros. Economia Compartilhada e a Política Nacional de Mobilidade Urbana: Uma Proposta de Marco Legal. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. Texto n. 185. Dez/ 2015.

MILLER, G. Tyler. Ciência Ambiental. Tradução All Tasks; revisão técnica: Wellington Braz Carvalho Delitti. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

PINELLI, Natacha. Economia Compartilhada. Desenvolvimento, 2017. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com>. Acesso em: 01 de agosto de 2017.

SHARINGNL. Economia Colaborativa Revoluciona Amsterdã, 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/economia-colaborativa-revoluciona-amsterda/>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

VICENTE, Eduardo. Indústria da música ou indústria do disco? A questão dos suportes e de sua desmaterialização no meio musical. Revista Rumores. edição 12, ano 6, número 2, julho-dezembro 2012.

## EM MEIO AO SEMIÁRIDO, GOTEJOS DE ESPERANÇA: OLHARES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR IRRIGADA NA COMUNIDADE DOS COLONOS, NO MUNICÍPIO DE CRUZETA – RN (2014).

### **Kayck Danny Bezerra de Araújo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
Departamento de Políticas Públicas.  
Bairro Lagoa Nova, CEP: 59078-970 | Natal – RN  
– Brasil  
kayck1@hotmail.com

### **Fernando Bastos Costa**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
Departamento de Políticas Públicas.  
Bairro Lagoa Nova, CEP: 59078-970 | Natal – RN  
– Brasil.  
fbastosufrn@gmail.com

### **Vinícius Klause da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
Departamento de Políticas Públicas.  
Bairro Lagoa Nova, CEP: 59078-970 | Natal – RN  
– Brasil.  
viniciusklause@gmail.com

### **Fernanda Ferreira Lemos do Nascimento –**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
Departamento de Administração.  
Bairro Lagoa Nova | Natal – RN – Brasil.  
fernandaflnascimento@hotmail.com

**RESUMO:** O artigo avaliou a relevância do Perímetro Irrigado de Cruzeta, no município de Cruzeta – RN, para os Agricultores Familiares da comunidade dos Colonos, até o ano de 2014. Trata-se de um estudo bibliográfico e de acervos documentais que agregam informações

e dados sobre os aparatos institucionais e marcos regulatórios do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento de culturas, por meio de projetos de irrigação no semiárido nordestino. Neste ensaio são apresentados, de maneira sucinta o conceito de agricultura familiar e o modo de atuação baseado na irrigação pública, que no Nordeste assume um papel de fundamental importância para a manutenção produtiva das comunidades contempladas por estas infraestruturas. Como resultados obtidos, constata-se que os problemas estão na escassez de água, diminuição do poder de atuação do DNOCS e deficiência nas ações técnicas inerentes a produção agrícola familiar. Para o desenvolvimento do estudo, foram utilizadas pesquisas documentais, consultas a artigos, estudos bibliográficos de autores que tenham discussões pautadas no eixo de desenvolvimento regional, ações de convivência com o semiárido e estratégias de universalização do acesso a água por meio de infraestruturas de uso comum.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Irrigada, Agricultura Familiar, Perímetro Irrigado de Cruzeta – RN.

**ABSTRACT:** The article about the evaluation of the Perímetro Irrigado de Cruzeta, in the municipality of Cruzeta - RN, for the Family Farmers of the Comunidade dos Colonos, until

the year 2014. It is a bibliographical study and documentary collections that aggregate information and data on the institutional apparatuses and regulatory frameworks for access to water resources for crop development, through irrigation projects in the northeastern semi-arid region. In this essay, the concept of family farming and the way of acting in public irrigation, which in the Nordeste, takes on a role of fundamental importance for a productive maintenance of the communities contemplated by these infrastructures. The results show that the problems are water scarcity, reduced DNOCS performance, and deficiencies in the technical actions inherent in family farming. For the development of the study, researches on the subject, bibliographical studies of authors that discuss based on the development of the regional axis, actions of coexistence with the semiarid and strategies of universalization of access to the environment through infrastructures of common use.

**KEYWORDS:** Irrigated Agriculture, Family Agriculture, Perímetro Irrigado de Cruzeta - RN.

## 1 | INTRODUÇÃO

A região semiárida do Nordeste é caracterizada pela escassez de recursos hídricos, baixos índices pluviométricos, alta evaporação e impossibilidade de exploração de fontes hídricas subterrâneas, que ocasionam entraves no desenvolvimento, impactando consideravelmente nos quadros sociais da região. Todos estes fatores influenciam nos fluxos migratórios campo – cidade, e regionais árida – úmida, que se tornam frequentes na expectativa por melhorias na qualidade de vida (IBGE, 2010).

Diante deste cenário, surge a necessidade da formulação de políticas públicas que possam dar suporte para a população residente nestas áreas, como por exemplo, os Agricultores Familiares da comunidade dos Colonos no município de Cruzeta – RN. O desenvolvimento sustentável é visto como um dos desafios a serem enfrentados como instrumento gerencial dos recursos hídricos na região.

Uma das maneiras encontradas para que a utilização da água fosse otimizada na região semiárida foi a implementação de infraestruturas que pudessem garantir a reserva, a distribuição e o acesso ao recurso. A instalação dos perímetros irrigados surge com o intuito de transformar terras irrigáveis em grandiosas áreas irrigadas, para isso necessitariam de estudos técnicos e científicos e sobretudo, vontade política de incluir a problemática nas agendas governamentais.

A fundação do IOCS no início do século XX, posteriormente a transformação em IFOCS e ao que hoje conhecemos como DNOCS, por meio de suas ações deram um outro panorama ao cenário desolador pelo qual passava a região semiárida. Açudes, barragens e perímetros irrigados foram implantados com o intuito de universalizar o acesso a água dos indivíduos dos rincões brasileiros (ARAÚJO, C. 2007, p.28).

O Perímetro Irrigado de Cruzeta teve suas atividades iniciadas nos anos de 70, com o intuito de desenvolver as atividades agrícolas da região. Para que os objetivos

almejados fossem alcançados, vinte e três famílias foram assentadas em terras pertencentes ao DNOCS, para que praticassem agricultura familiar e cultivassem culturas perenes e temporárias que pudessem suprir as demandas municipais, estaduais e regionais.

Os produtores do perímetro tiveram seu momento de auge com a produção de tomates para a agroindústria pernambucana Palmerón, que era responsável pela absorção em quase totalidade do que era produzido pelas famílias colonas. A produção da comunidade depois de vários anos entrou em declínio, devido as secas vigentes que assolaram a região.

## **2 | METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do estudo, foram utilizadas pesquisas documentais, consultas a artigos, estudos bibliográficos de autores que tenham discussões pautadas no eixo de desenvolvimento regional, ações de convivência com o semiárido e estratégias de universalização do acesso a água por meio de infraestruturas de uso comum.

Foram realizadas em sítios como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEMARH - RN (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte) consultas de dados secundários, para que pudessem ser discutidas de maneiras mais contundentes a relevância da irrigação nos ambientes rurais do Seridó Potiguar. Da mesma forma foram realizadas entrevistas e observações de pesquisa com agricultores familiares membros da Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado de Cruzeta (APICRUZ) e funcionários do DNOCS.

## **3 | UM BREVE CONCEITO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR**

a Lei nº 12.787, que instituí a Política Nacional de Irrigação, prevê no inciso II do Artigo 2º, que agricultores irrigantes familiares são pessoas físicas classificadas como agricultores familiares nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. A lei estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

Como designado no Artigo 3º da Política Nacional de Agricultura Familiar, são considerados agricultores familiares ou empreendedores familiares pessoas físicas que possuam estabelecimentos com áreas menores ou iguais a quatro módulos fiscais, com atividades realizadas por mão-de-obra com predominância familiar e possua um percentual mínimo da renda familiar originada das atividades realizadas em seu próprio estabelecimento.

Além dos requisitos impostos pela lei para classificar agricultores familiares, existe ainda um inciso que dispõe sobre a gestão dos estabelecimentos familiares, como pertencentes a família que reside a cultiva culturas. No Seridó Potiguar é comum

que sejam realizados trabalhos por membros de uma mesma comunidade em vários estabelecimentos, de acordo com a necessidade/demanda, sejam estes trabalhos concebidos pela óptica de trabalho remunerado, seja ele por práticas associativas ou de considerações familiares, mesmo quando estes vínculos não possuem elo sanguíneo, são firmados pela fraternidade fortemente presente na região.

O termo “agricultura familiar” não é um termo com recente aparecimento, possui um grande acervo publicado nos meios acadêmicos, políticos e sociais, são nestes segmentos que o termo ganha novos significados e discussões. Quando a discussão é pautada nas arenas decisórias públicas, a definição operacional é mais utilizada, designando um grupo social bastante heterogêneo.

A autora Iara Altafin (2007), em meio a diversas vertentes da literatura acadêmica, classifica a agricultura familiar de acordo com duas conceituações, um primeiro tipo que considera a agricultura familiar moderna uma nova categoria de agricultura, gerada no seio das mudanças praticadas pelas sociedades capitalistas de países desenvolvidos. Por outro lado, cita a agricultura familiar brasileira como um conceito em evolução, com raízes históricas preponderantes.

No primeiro caso, o caso europeu é tomado como parâmetro, que descarta a possibilidade de origens históricas entre os conceitos, neste caso, agricultura familiar à agricultura camponesa, como descrito:

[...]Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa [...] A própria racionalidade de organização familiar não depende... da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.” (ABRAMOVAY, 1992, p.22-23)

Apesar do caráter familiar existente nos dois tipos de agricultura, existem diferenças conceituais, de naturezas sociais, econômicas e culturais. Com isso, Claude Servolin (Apud Wanderley, 1999, p. 34) considera o aparecimento de agricultores familiares modernos um fenômeno recente, descartando qualquer tipo de vínculo com o passado.

A segunda corrente de conceituações trata o agricultor familiar como um elemento que não rompeu com as formas anteriores, e mantém características tradicionais do campesinato, o que pode explicar a capacidade de adaptação as novas demandas impostas pela sociedade moderna. Nazareth Wanderley (1999) explica a agricultura familiar brasileira com um conceito genérico, incluindo inúmeras situações específicas, entre elas a raiz do campesinato.

### **3.1 A importância da irrigação para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no semiárido nordestino.**

A agricultura irrigada no semiárido nordestino surge como uma alternativa de

manejo e produção sustentável com objetivos sociais de beneficiamento exclusivo de pequenos produtores, o que mais tarde seriam considerados agricultores familiares, com áreas fundiárias menores ou iguais a quatro módulos fiscais. Posteriormente novos projetos foram desenvolvidos visando a consolidação da prática irrigável, investindo na aplicação de conhecimentos técnicos e científicos que pudessem aproveitar da melhor maneira possível os recursos hídricos, permitindo o retorno econômico dos investimentos realizados (ARAÚJO, C., 2007).

Nesta perspectiva, com o planejamento de uso racional da água e um melhor aproveitamento para a agricultura irrigada, como estabelecidas na Política Nacional de Recursos Hídricos, o DNOCS passa a gerir estas ações no estado do Rio Grande do Norte, como cita Carlos Alberto:

Procurando reverter parte do quadro de escassez e de subdesenvolvimento, a irrigação pública foi introduzida no Estado do Rio Grande do Norte pelo DNOCS no início da década de 70, a partir do aproveitamento dos reservatórios de Cruzeta, Itans e Sabugi na região do Seridó. (ARAÚJO, C., 2007, p. 18)

Irrigação é a reposição artificial d'água às plantas de uma área agrícola com o auxílio de uma infraestrutura hidráulica que distribui a água em todo o terreno. Os sistemas de irrigação são classificados em dois grupos, que se diferenciam de acordo com sua infraestrutura hidráulica, que visam a distribuição da água em quantidade e qualidade necessária de acordo com a demanda, os dois sistemas são: a) Irrigação superficial: considerada o modelo mais tradicional, modalidades principais, Irrigação por Inundação e Irrigação por Sulcos; b) Irrigação pressurizada: a distribuição de água pelo terreno é feita através de uma rede de tubulações pressurizadas, sendo as duas modalidades principais a Irrigação por Aspersão e Irrigação Localizada (GUIMARÃES JR., 2004).

Como a maioria das políticas implementadas, a Política Nacional de Irrigação e a implantação dos perímetros irrigados têm seus aspectos positivos e negativos. Apesar de promover o desenvolvimento de infraestruturas socioeconômicas dos pólos regionais, que geram ocupações e uma crescente expansão na produção de alimentos de consumos interno e externo, surge como vertente negativa a instalação de irrigações privadas inventivas pelo surgimento das estruturas públicas, que aumentam os problemas ambientais resultado da prática intensiva da agricultura, na maioria dos casos, os novos perímetros possuem dimensões fora do que é especificado pelo DNOCS, e o que é mais prejudicial, os recursos hídricos são utilizados de maneira inadequada.

Portanto, a irrigação surgiu como uma saída estratégica, que leva às populações rurais o que é mais importante para o desempenho de suas atividades, os recursos hídricos. Desta maneira age de maneira eficaz como um elemento de fixação do homem no campo, diminuindo as taxas de fluxos de migrações campo-cidade. A utilização de tecnologias de irrigação ajuda na modernização das práticas e manejo de culturas da agricultura familiar do semiárido, mantendo os postos de trabalho e ofertas

de emprego nas áreas irrigadas mesmo nos períodos de estiagem (ALVES, 2002). Porém, alguns autores têm visões diferentes sobre as benéficas da irrigação para as localidades contempladas, como citado Marcel Bursztyn (1984, p. 85):

De uma maneira geral, um 'perímetro irrigado' emprega diretamente menos trabalhadores do que a mesma área ocupava, antes da sua implantação. Isso se dá devido ao fato de que terras irrigáveis situadas à jusante dos açudes são, tradicionalmente, densamente ocupadas por pequenos produtores. Além disso, a maior parte dos colonos escolhidos por um projeto não é, em geral oriundos das terras desapropriadas pelo DNOCS (...). (BURSZTYN, 1984, p. 85)

Outros problemas recorrentes nas áreas irrigadas têm implicações diretas na gestão da água e estão ligados ao descumprimento das normas e procedimentos ideais no manejo de agroquímicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas e adubos inorgânicos), atrelado ao uso indevido de água outros problemas causam impactos perceptíveis nas localidades contempladas.

A gestão dos recursos hídricos atrelada a implantação dos perímetros irrigados tem implicações preponderantes na redução da pobreza mundial, pois podem satisfazer a demanda crescente de produção de alimentos e acesso a água por parte das populações carentes, para que possam realizar suas atividades diárias. Sendo estas pessoas, classificadas por Carlos Alberto (2007, p. 42) como "pobres na agricultura", são os que sentem com mais intensidade as implicações causadas pela escassez de água em suas propriedades/residências, e conseguem valorizar mais a importância da água para o desenvolvimento humano.

Enfaticamente, os baixos índices pluviométricos e a escassez de água no semiárido nordestino afetam de drasticamente milhões de agricultores familiares, trabalhadores agrícolas e criadores de rebanhos leiteiros. Assim, a inserção de meios que possam levar água para esta região pode gerar uma diferença significativa no modo de vida da população.

A agricultura irrigada foi considerada durante muito tempo uma das atividades mais importantes do Seridó Potiguar, como descrito:

Com a implantação dos perímetros irrigados Itans/Sabugi, no município de Caicó e de Cruzeta, ambos criados no ano de 1976 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, com o objetivo de aproveitar as potencialidades de água e solo existentes nestes municípios, beneficiaram centenas de agricultores que antes de se tornarem colonos viviam grandes instabilidades com a agricultura de sequeiro, principalmente em anos estios. (PTDRS, 2010, p. 96)

Ainda de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2007, p. 96) da microrregião, na década de 70 o Seridó, em especial as cidades contempladas com os perímetros, viveram momentos prósperos com a implantação dos projetos de irrigação pública, isso se deve pela existência de um mercado consumidor crescente que implicava a produção de alimentos para suprir a demanda de todo o estado do Rio Grande do Norte e de outras localidades da região Nordeste.

Todo este ciclo fez com que existisse e fosse concebida uma estrutura de

exportação de produtos, principalmente o tomate, que tinha como destino a indústria Palmerón, em Pernambuco. A indústria de derivados de tomate, era responsável pela compra de toda a produção dos agricultores das áreas irrigadas.

Durante vinte anos os perímetros irrigados atuavam de maneira sistêmica, atendendo o mercado dependente de sua produção, porém, no início da década de 90 os perímetros começam a passar por uma crise que põe em cheque sua importância na participação na economia da região, ocasionado pelo declínio na produção.

Vários fatores podem ser elencados como responsáveis pelos problemas enfrentados nas cadeias de produção, tais como: escassez de chuvas, uso inadequado de água, ausência de investimentos nas áreas de infraestrutura e tecnologia, e ainda, a pequena capacidade de gestão das associações e cooperativas de agricultores, que veio a ocasionar o endividamento e a perda da confiabilidade de mercado. (PTDRS, 2010, p.96)

Nos últimos anos o Governo Federal, Estadual e algumas parcerias destes entes com o Banco Mundial investiram no desenvolvimento de projetos que viabilizassem o retorno das atividades de agricultura irrigada da região.

#### **4 | APRESENTAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE CRUZETA**

O Perímetro Irrigado de Cruzeta tem 23 lotes com área irrigável de 141,24 ha e de sequeiro de 274,01 ha, teve o início de suas atividades em 1975 pelo DNOCS. O perímetro utiliza como fonte hídrica o Açude Público de Cruzeta e o método de irrigação preconizado, é a de infiltração – sulco. O açude foi construído no rio São José do Seridó em um projeto desenvolvido pelo DNOCS entre 1920 e 1929, com capacidade de armazenamento de 35 milhões de metros cúbicos e 850 metros de extensão, portanto o perímetro de Cruzeta, assim como outros existentes no semiárido são criados para aproveitar as fontes hídricas existentes (BRASIL, 2007).

Por considerarem a irrigação um instrumento de suma importância para o desenvolvimento do Semiárido, por diminuir o risco representado pela escassez de água e dando garantias a produção agrícola e a sustentabilidade econômica, em 2004/2005 o Ministério da Integração Nacional produziu um diagnóstico acerca dos perímetros irrigados em funcionamento, com a tentativa de estruturar o Programa de Transferência de Gestão do Governo Federal para a Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado de Cruzeta e seus respectivos membros.

No tocante, o Perímetro Irrigado de Cruzeta e mais quinze outros perímetros da região nordestina foram avaliados, devido ao tamanho de suas infraestruturas, o isolamento e a deficiência de água para a irrigação, o que põe em contraponto a viabilidade de exploração econômica e sustentável. O programa foi estruturado de acordo com três diretrizes: plena produção dos projetos, uso eficiente de água e autogestão (BRASIL, 2007).

Segundo o relatório do Ministério da Integração Nacional, a utilização dos recursos hídricos provenientes do Açude Público de Cruzeta passou por altos e baixos, implicando diretamente a produção dos agricultores dependentes do perímetro.

De 1976 a 1988 a utilização do recurso foi normal. Em 1989 o DNOCS limitou a utilização de água, uma espécie de racionamento, causadas pelo processo de idas e vindas da seca, que perduraria até 1992, ano crítico que forçou a sustada do fornecimento no 1993. Em 1994 o regime de chuvas foi mais estável, assim como nos anos seguintes, até 1996, fazendo com que houvesse irrigação (BRASIL, 2007).

De 1997 à 2003 as atividades foram novamente suspensas, e em 2004, retomadas. Em 2005 um vereador do município impetrou um processo para suspender o fornecimento de água para o perímetro, limitando a utilização de água apenas à zona urbana, e a ação foi acatada pelo juiz. Em 2006, depois de um período de boas chuvas, o DNOCS conseguiu a liberação que garantia o fornecimento de água ao perímetro. Em 2008 foi o último ano que o perímetro foi irrigado, de lá até os dias atuais o fornecimento foi cortado totalmente.

#### **4.1 Estratégias traçadas e novas ações desempenhadas no Perímetro Irrigado de Cruzeta.**

Com a construção de um plano de desenvolvimento no ano de 2004 – 2005, focado nas potencialidades de produção e almejando a inserção dos produtos no mercado, foram traçadas algumas estratégias para que os objetivos fossem alcançados.

Foram usadas três vertentes de apresentação das estratégias, a primeira de aspectos referentes ao agricultor familiar do perímetro irrigado e a produção, a segunda resguardada a assistência técnica e, para finalizar, a terceira com metas designada à instituição pública responsáveis pela gestão do perímetro e associação de irrigantes, APICRUZ (BRASIL, 2007).

De início foram propostas como estratégias para o início do desenvolvimento das ações a regularização fundiária, dando aos futuros proprietários, neste caso os agricultores familiares, escrituras públicas de suas áreas, permitindo a venda sem restrições, contanto que o novo proprietário permaneça atuando nos setores produtivos.

A recuperação da infraestrutura de uso comum visando a economia e controle do consumo de água, nesta perspectiva, foram propostas ações de modernização da irrigação parcelar (lotes) de um sistema de sulco para métodos mais eficientes e com menores índices de desperdício de água, como os métodos de aspersão convencional, micro aspersão e gotejamento.

A finalidade das ações referentes aos produtores é o de conseguirem desenvolver culturas com maior densidade de renda por lote e que tenham boas condições de escoamentos para os mercados local, estadual e regional.

Na segunda delimitação de responsabilidade, a assistência técnica prestada aos agricultores familiares deve ser de boa qualidade e com foco no mercado. As

prestações dos serviços técnicos nos lotes deviam ser realizadas por uma quantidade maior do que a então existente no corpo administrativo do DNOCS, e que os mesmos passassem por etapas de supervisão, planejamento e apoio de outros profissionais com especializações em: gerenciamento de programas de assistência técnica; tecnologia de agropecuária e gerenciamento de unidades de produções familiares; organização rural, baseada nos modelos de associativismo e; por fim mercado e comercialização.

A busca pela otimização das ações operacionais tem como carro chefe de ações a manutenção eficiente versus planejamento agrícola, a modo de utilização compatível as vazões de disponibilidade de água da fonte hídrica e um certo grau de segurança, evitando situações calamitosas que comprometam totalmente a produção dos únicos dependentes destas ações, os agricultores familiares.

Para que os devidos meios alcancem as finalidades é necessário a garantia de crédito rural, de investimentos e custeios, suficientes para que os agricultores familiares possam garantir todos os processos de produção. Nesta perspectiva, os irrigantes devem ter acesso oportuno e factível ao financiamento. Assim, o DNOCS surge como parceiro público, pois é o responsável pela gestão do perímetro, agindo de forma concomitante aos agentes financeiros, Banco do Nordeste e Banco do Brasil e, atualmente, o Banco Mundial.

Além das instituições públicas envolvidas, a APICRUZ já atua no perímetro irrigado. Trata-se de uma organização prevista no projeto técnico de melhorias do Ministério da Integração Nacional que promova a auto-gestão, sustentação e emancipação do perímetro por parte dos irrigantes, porém, devido aos problemas relacionados a escassez de água e comprometimento das ações de irrigação, dois dos três critérios de promoção não foram atingidos. O prazo para a implementação de uma gestão global, centralizada e especializada foi de cinco anos. O prazo estabelecido foi excedido sem que as metas traçadas fossem objetivadas.

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Rio Grande do Norte (SEMARH), através do Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semiárido Potiguar – PSP, está desenvolvendo um projeto piloto de recuperação e modernização do Perímetro Irrigado de Cruzeta.

O projeto teve como um dos pilares de sustentação a promoção de auto – sustentação do sistema de irrigação, em consonância aos mecanismos de gestão de recursos hídricos impostos pelo órgão estadual. Além de auto-gestão, o projeto incrementou melhorias técnicas, de práticas agrícolas e de uso regrado dos recursos hídricos do açude municipal, para usos diversos, seja ele com finalidade agrícolas, ou não – agrícolas.

Tendo utilizado os estudos realizados pelo Ministério da Integração Nacional e Banco Mundial, o Estado decidiu reativar o investimento no setor de irrigação, vislumbrando uma possibilidade de desenvolvimento regional.

Sob responsabilidade da APICRUZ o projeto conta como conveniado o DNOCS, outrora responsável por todas ações do perímetro, para desenvolverem em

parceria as atividades de operação, manutenção e assistência técnica. Iniciando a implementação do projeto piloto são substituídos os métodos antigos de irrigação (por sulcos de infiltração) por sistemas com características mais modernas, que otimizem a utilização de água e solos. Estruturas semelhantes a piscinas foram feitas em cada unidade parcelar para armazenar água, e por meio de bombeamento, distribuir de maneira informatizada, a água em novos sistemas de distribuições secundárias, neste caso, método de irrigação por gotejamento, que diminui em aproximadamente 50% o consumo de água utilizado nos métodos gravitacionais.

Mesmo passando por um período de estiagem muito grave, alguns resultados, além da diminuição no consumo de água, já foram registrados: o projeto ampliou as áreas de plantio com culturas perenes, com espécies fruteiras, de 8 hectares para 51 hectares, porém, ainda não consegue se igualar aos cultivos temporários, como o tomate e outras culturas diversas, que abrangem um total de 73 hectares.

Nos períodos de boas condições de utilização do perímetro os agricultores familiares cultivam de maneira perene: mamão, goiaba, banana, acerola, manga, e em culturas temporárias: tomate, feijão, macaxeira, milho, capim elefante, melancia, melão, abóbora e pimentão.

## **5 | RESULTADOS OBTIDOS SOBRE A RELEVÂNCIA DO PERÍMETRO IRRIGADO DE CRUZETA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DOS COLONOS**

O perímetro conta com duas agrovilas, Colonos I e Colonos II (como já citado no decorrer do texto), com um total de vinte e três famílias. A agricultura familiar é a única e exclusiva desempenhada pelos proprietários, com as atividades realizadas por membros da família e em alguns casos específicos com contrato de trabalhadores externos ao núcleo.

Apesar de cultivarem vários tipos de plantações, a mais representativa na visão dos entrevistados é a de Tomates, sendo considerada a grande força motriz dos produtores, devido grande saída do produto para os mercados locais, estaduais e regionais. Através da produção de tomates, os produtores do perímetro tiveram seus momentos de glória, com safras consideradas históricas, como citado pelo senhor Cristóvão Paulino de Araújo, funcionário aposentado do DNOCS, que atuou na área no período de surgimento da comunidade, vivenciado desde o auge ao declínio das produções.

O diferencial para os agricultores que cultivavam a cultura estava no acompanhamento técnico prestado pela indústria que comprava toda a produção, ou seja, assistência de qualidade atrelada a capacidade de cultivo da área, daria bons resultados. Ainda segundo o senhor Cristóvão “na época das grandes produções de tomates, todos os Colonos ficaram ricos, adquiriram carros”, mas, nota-se a pouca

visão de mercado em investir ainda mais em seus lotes e dinamismo de produção, o que pode ser considerado um dos fatores responsáveis pela derrocada da agricultura da comunidade.

São os cultivos temporários os maiores responsáveis pela geração de renda referente as vendas no mercado externo ao município, além do cultivo temporário de tomates os agricultores familiares também cultivam feijão, macaxeira, milho e etc., ocupando quase que em totalidade a área irrigada. As culturas perenes são menos expressivas, quando comparadas ao cultivo temporário.

Um aspecto preocupante ligado ao cultivo na área do perímetro está na utilização de agrotóxicos e agroquímicos. Chega a ser mais danoso o uso destes produtos em sistemas irrigáveis pois a contaminação de solos e do próprio recurso hídrico canalizado pelo perímetro podem chegar em maiores proporções à mesa dos consumidores, pois a mesma água “limpa” usada para lavar os produtos é a mesma água contaminada pelos agrotóxicos.

É perceptível, quando questionado sobre a utilização de produtos químicos, a consciência dos produtores sobre os perigos enfrentados pelo manuseio artesanal e consumo de produtos com tratamentos químicos. Os agricultores explicam a utilização pela falta de conhecimento de práticas alternativas agroecológicas que diminuem a necessidade de utilização destes produtos em suas lavouras.

### **5.1 5.1 Relevância do Perímetro Irrigado**

O perímetro irrigado é considerado muito importante para os agricultores quando se utilizam da prerrogativa do trabalho por conta própria, que antes era utilizado como mão – de – obra para outros produtores da região sem nenhuma perspectiva futura, de crescimento econômico, de posse de um estabelecimento, acesso ao crédito fundiário e o principal: a venda de seus produtos no mercado municipal, estadual e regional.

Os entrevistados mostraram-se bastante entusiasmados com a implantação do novo projeto de reestruturação das infraestruturas do canal principal do perímetro e a substituição dos métodos de irrigação, de sulcos por micro aspersão e gotejamento. Quando perguntando sobre os benefícios dessa modificação é surpreendente a preocupação do agricultor não com a nova maneira de produzir, mas com a economia de água, que será em torno de 50% do que era utilizado no método antigo. A mão – de – obra também é citada como uma modificação relevante, pois o trabalho duro necessário para manter os sulcos, agora era modificada por sistemas informatizados, automatizados e com manuseio mais prático e menos fatigante.

Os novos sistemas são distribuídos nas unidades parcelares, individualmente, dando aos produtores um reservatório, uma casa de bombas e um sistema de irrigação de gotejamento ao longo do lote.

Sobre a APICRUZ, os entrevistados citam os benefícios do associativismo para a regulação das ações em benefício dos agricultores, que no entendimento de “Titico”,

se estivessem ausentes do segmento e buscassem financiamentos individuais teriam muita dificuldade de terem seus projetos aprovados.

Os associados realizam reuniões constantemente, com votações para definir o que vai ser feito, seguindo os regimentos interno, assinando atas e livros de presença. Para eles a existência da associação os diferencia de outras comunidades rurais do município que possuem dificuldade de acesso ao financiamento (por meio de empréstimos bancários) e as associações existentes não conseguem agir da maneira esperada, o que pode ser explicado por possíveis dívidas mediante os órgãos financiadores.

Desde 2009 não houve produção com água advinda do açude público por meio dos canais do perímetro, as comportas foram totalmente fechadas com finalidade de garantir a água a população residente na zona urbana do município de Cruzeta.

Com o acesso a recursos hídricos de rios que cortam o final da comunidade, alguns agricultores buscam financiamento para adquirirem bombas que captem água e irriguem algumas culturas, no cenário encontrado e registrado, haviam apenas plantações de feijões e de acerolas, valendo notar que a água captada possui um alto nível de salinidade, que diminui a qualidade do produto.

Outro problema constatado nas entrevistas é a ausência de corpo técnico devidamente qualificado para orientação de manuseio e formas alternativas de produção dos agricultores. O DNOCS em parceria com a APICRUZ cede apenas um técnico agrícola para acompanhar os vinte e três agricultores familiares da comunidade, o que é insuficiente ao atendimento da demanda existente.

Mesmo diante deste cenário, em que os agricultores consideram o efetivo técnico baixo para as demandas da comunidade, no estado do Rio Grande do Norte “o universo de 97.000 agricultores familiares atendidos em 2004 representa uma média de 457 beneficiários/técnico, comprometendo a qualidade do serviço prestado” (BASTOS, 2006), assim utilizando estes números como parâmetros os agricultores da comunidade dos Colonos estão sendo muito bem acompanhados, tendo em vista que a demanda na localidade é de 23 beneficiários/técnico.

## **CONCLUSÕES:**

Como explanado ao decorrer do trabalho, a situação da população residente no semiárido nordestino sempre foi delicada, estando sujeita às vulnerabilidades climáticas, com peso preponderante no desenvolvimento da região, desenvolvimento econômico esse que estava intimamente ligado às melhorias na qualidade de vida da população.

Nesse contexto, surgem as ações de combate à seca com projetos de Irrigação voltados para o acesso a água, para que famílias pudessem produzir alimentos, gerar renda e se emanciparem dos programas assistencialistas.

A comunidade enfrenta problemas antecedentes que fogem das alçadas técnicas

e científicas, pois é apenas de ordem natural. Hoje, o problema mais relacionado pelos agricultores familiares é a escassez de água, é percebida a força de vontade dos mesmos de manterem seus estabelecimentos, buscando as maneiras mais inusitadas para continuarem a produzir alimentos, seja para subsistência, seja para a venda no mercado local.

No que foi discutido, percebe-se que anos atrás as necessidades dessas populações eram mais visíveis, e os esforços por parte do poder público para sanar ou remediar a problemática eram mais intensos.

Tendo como base o ano de 2014, ao qual a pesquisa foi realizada, os investimentos praticamente não existiam, e os órgãos responsáveis por gerenciar as ações de combate à seca e acesso a água tornam-se apenas figurativos, fazendo com que os dirigentes locais fiquem de braços cruzados mediante um problema que os afeta diretamente. Portanto, é necessário um novo modelo de atuação e de gestão, reestruturação dos órgãos competentes, com práticas de assistência técnica aos agricultores.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**, 2007 (Brochura de circulação restrita).
- ARAÚJO, Cristóvão. Entrevista I. [outubro 2014]. Entrevistador: Kayck Danny Bezerra de Araújo. Cruzeta, 2014. 1 arquivo .mp3 (12 min).
- ARAÚJO, C. A. B.; RIGUETTO, A. M.; BARBOSA, J. K.; MATTOS, A. **Avaliação do Desenvolvimento da Agricultura Irrigada na Região de Cruzeta**, 2005.
- BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.
- BRASIL. **Elaboração de diagnóstico e plano de desenvolvimento do perímetro irrigado Cruzeta**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007. 2v. : il.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. **A atuação da CODEVASF e do DNOCS no desenvolvimento da irrigação no Nordeste** Brasília, 1990.
- BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.
- BRASIL. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria de Planejamento e Finanças. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó**. Caicó (RN): SEPLAN, 2010.
- SANTOS, Francisco. Entrevista II. [outubro 2014]. Entrevistador: Kayck Danny Bezerra de Araújo. Cruzeta, 2014. 1 arquivo .mp3 (21 min).

SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS – RN. **Projeto Piloto Perímetro Irrigado de Cruzeta**, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

## O IMPACTO DOS GASTOS DISCRICIONÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO NA TAXA DE JURO

**Wagner Eduardo Schuster**

PPG Economia Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)  
Porto Alegre - RS

**RESUMO:** O impacto que a política fiscal pode causar na taxa de juros é um tema que vem sendo abordado por diversos autores nos últimos anos. A teoria é que aumentos dos gastos do governo impactam na demanda agregada, afetando o nível de produção e renda, sem consequente diminuição dos custos de produção (BARRO, 1981; DORNBUSCH; FISCHER, 1991; BARROS, 2012). Dessa forma, tal aumento acaba por gerar pressões inflacionárias que serão combatidas via aumento nas taxas de juros (Regra de Taylor). São encontrados na literatura diversos modelos que buscaram explicar qual o impacto que os aumentos dos gastos do governo exercem sobre a taxa de juros. Porém, em sua maioria restringem-se a economias mais desenvolvidas como Estados Unidos e Europa. Existe, portanto, uma lacuna para trabalhos neste sentido para o caso brasileiro. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar o impacto causado pelo impulso fiscal – representado pelos gastos discricionários do governo – na taxa de juros do Brasil no período compreendido entre o primeiro trimestre de 1996 e o terceiro trimestre

de 2017. Para tanto, utilizou-se de um modelo econométrico através de uma regressão linear via método dos mínimos quadrados ordinários. O resultado encontrado foi positivo, ou seja, um aumento nos gastos discricionários do governo gera um aumento na taxa de juros. Mais precisamente, um aumento em 1 ponto percentual no impulso fiscal acarreta em um aumento de 150 pontos base na taxa de juros, sendo este resultado em linha com outros encontrados em estudos semelhantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** política fiscal; austeridade; taxa de juros.

**ABSTRACT:** The impact of fiscal policy on interest rates is a topic that has been addressed by several authors in recent years. The theory is that increases in government spending impact aggregate demand, affecting the level of production and income, without a consequent decrease in production costs (BARRO, 1981; DORNBUSCH; FISCHER, 1991; BARROS, 2012). Thus, this increase ends up generating inflationary pressures that will be counteracted by an increase in interest rates (Taylor's Rule). Several models have been found in the literature to explain the impact of increases in government spending on interest rates. Most, however, are restricted to more developed economies such as the United States and Europe. There is,

therefore, a gap for works in this sense for the Brazilian case. As a result, the objective of this study is to analyze the impact caused by the fiscal impulse - represented by the discretionary spending of the government - in the Brazilian interest rate in the period between the first quarter of 1996 and the third quarter of 2017. For this, the model is based on a linear regression using the ordinary least squares method. The result was positive, that is, an increase in the discretionary spending of the government generates an increase in the rate of interest. More precisely, a 1 percentage point increase in the fiscal impulse leads to a 150 basis point rise in interest rates, a result in line with others similar studies.

**KEYWORDS:** Fiscal policy; austerity; interest rate.

## 1 | 1 | 1 | INTRODUÇÃO

O impacto da política fiscal no controle das taxas de juros é um tema recorrente de pesquisa nos últimos anos, evidenciando que não apenas a política monetária é importante nesta área. Embora grande parte dos países utilizem a Regra de Taylor (1993), ou seja, controlam o nível de preços via política monetária, a política fiscal torna-se cada vez mais relevante. Tomando como exemplo a recente crise dos países europeus que se motivou essencialmente por déficits fiscais elevados (HEREDIA, 2014) ressalta-se a importância que deve ser dada aos gastos dos governos visando buscar o equilíbrio na economia. Portanto, é fundamental que exista uma combinação entre política monetária e política fiscal.

São encontrados na literatura pesquisas sobre o efeito da política fiscal na taxa de juros desde a década de 1970. Blinder e Solow (1972) concluíram que a política fiscal pode agir de forma perversa em sistemas instáveis. O impacto causado na taxa de juros pelos gastos do governo pode ser explicado pelo efeito deslocamento decorrente da política fiscal. Barro (1981) e Dornbusch e Fischer (1991) afirmam que a política fiscal impacta na demanda agregada, afetando o nível de produção e renda, essa alteração no nível de renda por sua vez impacta na demanda por moeda que acaba por impactar na taxa de juros para manter o equilíbrio. O governo, ao aumentar seus gastos, gera pressões inflacionárias (pois afeta apenas a demanda agregada, no curto prazo) e esta será combatida via aumento nas taxas de juros, conforme a regra de Taylor (BARROS, 2012).

Quanto ao impacto da política fiscal na taxa de juros, são encontrados na literatura diversos modelos aplicados. Alguns autores utilizaram modelos de equilíbrio geral, como Blinder e Solow (1972) e Barro e Redlick (2009). Outros autores utilizaram-se de modelos de Vetores Auto-Regressivos – modelos VAR – que é o caso de: Blanchard e Perotti (1999), Perotti (2004) e Engen e Hubbard (2005). Ainda, a maioria dos estudos encontrados utilizaram modelos em painel, por exemplo: Ardagna, Caselli e Lane (2004), Aisen e Hauner (2008), Moreira e Rocha (2011), Barros (2012) e Schuster et al. (2017).

Percebe-se que a maioria dos modelos realizados são aplicados a economia dos

Estados Unidos (BLINDER; SOLOW, 1972; BLANCHARD; PEROTTI, 1999; GALE; ORSZAG, 2004; ENGEN; HUBBARD, 2005; LAUBACH, 2009; BARRO; REDLICK, 2009) ou Europa (ALESINA; ARDAGNA, 2004; ARDAGNA; CASELLI; LANE, 2004; PEROTTI, 2004; AISEN; HAUNER, 2008). Portanto, existe uma lacuna para trabalhos referentes ao caso específico do Brasil. Desta forma, este trabalho tem como objetivo propor um modelo que analisa o caso brasileiro no período entre o primeiro trimestre de 1996 e o terceiro trimestre de 2017 buscando encontrar qual o impacto que os gastos discricionários do governo produzem na taxa de juros da economia.

No segundo capítulo é feita uma revisão bibliográfica sobre os principais trabalhos encontrados a respeito do impacto que a política fiscal exerce na taxa de juros bem como a apresentação de diversos modelos que foram utilizados para quantificar este efeito. O terceiro capítulo traz a metodologia empregada e apresenta as fontes de dados utilizada para o trabalho. No quinto capítulo é feita uma discussão sobre os resultados encontrados no modelo, comparando-os com os resultados encontrados na literatura. Por fim, no último capítulo são apresentadas as considerações finais.

## **2 | 2 | O EFEITO DA POLITICA FISCAL NA TAXA DE JUROS**

Barro (1981) e Dornbusch e Fischer (1991) afirmam que o impacto causado na taxa de juros pelos gastos do governo pode ser explicado pelo efeito deslocamento decorrente da política fiscal. Esse fato pode ser explicado uma vez que a política fiscal tem impacto na demanda agregada, o que afeta o nível de produção e renda. Essa alteração impacta na demanda por moeda que acaba impactando na taxa de juros para manter o equilíbrio.

Outra explicação do efeito da política fiscal na taxa de juros se dá devido à pressão inflacionária causada pelo aumento na demanda agregada ocasionada pelo incremento dos gastos do governo. Barros (2012) afirma que o governo ao aumentar seus gastos gera uma pressão sobre o nível de preços, pois afeta a demanda agregada. Assim, como os países que utilizam sistema de metas para inflação seguem uma regra do tipo Taylor, ocorre um aumento na taxa de juros de curto prazo para conter a inflação.

Desta forma, torna-se importante a austeridade fiscal com vistas a manter um superávit primário. Sims (2003), Favero (2004), Romer e Romer (2007) e Acosta, Colom e Hernández (2012) defendem a austeridade fiscal e o superávit primário. Segundo os autores, o superávit deve ser mantido em um nível tal que a proporção da dívida em relação ao produto seja mantida constante. Os autores ainda defendem que a austeridade fiscal deve fazer parte de qualquer sistema de metas de inflação, para que este possa ser efetivo.

Sendo assim, os estudos evidenciam que a política monetária deve ser exercida conjuntamente com a política fiscal, ou seja, deve existir uma combinação de políticas. Sargent e Wallace (1981) e Baxter e King (1993) afirmam que existe uma relação entre a política fiscal e a política monetária. Essa relação pode se dar de duas formas distintas

a depender de qual política é a dominante. Quando a política fiscal é dominante, num período de déficits primários, a autoridade monetária tem que agir para poder garantir a solvência do governo. Já quando a política monetária é a dominante, a taxa de juros no curto prazo é determinada pela autoridade monetária e a política fiscal apenas se ajusta para equilibrar o orçamento intertemporal do governo.

Os resultados obtidos no trabalho de Schuster et al. (2017) permitem concluir que o papel da política fiscal também é crucial para o controle das taxas de juros e que, portanto, a eficácia aumenta quando as autoridades governamentais utilizam uma combinação entre política fiscal e monetária.

Ao longo dos anos muitos autores buscaram através de diversos tipos de modelos explicar qual o real efeito que a política fiscal exerce sobre a taxa de juros dos países. No quadro 1 tem-se de maneira resumida alguns dos trabalhos mais relevantes encontrados nesta área, seja de modelos específicos para encontrar o efeito da política fiscal na taxa de juros bem como alguns modelos intermediários que buscaram separar os gastos discricionários do governo, variável necessária para calcular o efeito da política fiscal.

<b>Autor</b>	<b>Modelo utilizado</b>	<b>Países</b>
BLINDER; SOLOW (1972)	Modelo de equilíbrio geral	EUA
ALESINA; ARDAGNA (1998)	Separar gastos discricionários	OCDE
BLANCHARD; PEROTTI (1999)	VAR	EUA
ARDAGNA; CASELLI; LANE (2004)	Painel	OCDE
PEROTTI (2004)	VAR	OCDE
GALE; ORSZAG (2004)	Regressão para um único país	EUA
ENGEN; HUBBARD (2005)	VAR	EUA
AISEN; HAUNER (2008)	Painel	OCDE
LAUBACH (2009)	Regressão para um único país	EUA
BARRO; REDLICK (2009)	Modelo de equilíbrio geral	EUA
MOREIRA; ROCHA (2011)	Painel	Diversos
BARROS (2012)	Painel	Diversos
SCHUSTER et al. (2017)	Painel	Diversos

Quadro 1 – Resumo principais modelos utilizados

Fonte: da pesquisa.

Buscando separar os gastos discricionários do governo, Alesina e Ardagna (1998) assumiram em seu modelo que estes estavam relacionados com os gastos cíclicos do governo ou gasto automáticos. Já Blanchard e Perotti (1999) utilizaram um modelo VAR para isolar o impacto do gasto fiscal exógeno. Barro e Redlick (2009), baseado em Evans (1985), empregaram como variável fiscal os gastos relacionados à defesa durante o período de guerra e mostraram que tais gastos não podem ser relacionados ao ciclo econômico.

Quanto ao efeito da política fiscal na taxa de juros, ainda na década de 1970,

Blinder e Solow (1972) buscaram o efeito através de um modelo de equilíbrio geral, baseado no modelo keynesiano com preços rígidos aplicado a economia norte-americana.

Ardagna, Caselli e Lane (2004) utilizaram um modelo em painel com dados dos países membros do OCDE ao longo de 1960 a 2002. O período considerado apresentou grandes flutuações nos superávits fiscais primários em que as políticas anticíclicas e os estabilizadores automáticos não são capazes de produzirem efeitos significativos no resultado final.

Perotti (2004) analisou países da OCDE utilizando um modelo VAR e obteve como resultado que choques de gastos fiscais produzem efeitos na taxa de juros de curto prazo para quase todos os países estudados, obtendo um valor entre 0,38% e 1,41% dependendo do país.

Já Gale e Orszag (2004) indicaram para a economia dos Estados Unidos que um aumento em 1% no déficit primário em relação ao produto gera um aumento de 40 a 70 pontos base na taxa de juros de longo prazo.

Engen e Hubbard (2005), por meio de modelo VAR, mostraram ainda que um impacto positivo do superávit primário provoca mudança na mesma direção na taxa de juros de longo prazo e a esse fato se dá pela redução na poupança agregada da economia.

Aisen e Hauner (2008) utilizaram um modelo em painel também para países da OCDE e de alguns países de mercados emergentes. Os resultados mais robustos foram encontrados justamente nos países emergentes, aonde um aumento de 1% no déficit fiscal tende a gerar um aumento de aproximadamente 26 pontos base na taxa de juros de curto prazo.

A relação entre as projeções de déficits e dívidas no mercado futuro dos juros também para os Estados Unidos foi analisada por Laubach (2009). O autor enfatiza a necessidade de isolar alguns fatores que incidem sobre a dívida pública. Portanto foram isolados os efeitos fiscais das influências relacionadas com o ciclo de negócios e da política monetária. O resultado encontrado foi de que existe uma relação entre os déficits e a taxa de juros. Nesse caso, uma elevação de 1% no déficit projetado em relação ao produto geraria um aumento de aproximadamente 25 pontos base na taxa de juros de longo prazo.

Moreira e Rocha (2011) analisaram também em um modelo em painel, ao longo do período de 1996 a 2008, para o conjunto de países emergentes como: África do Sul, Argentina, Brasil, Bulgária, Chile, China, Colômbia, Equador, Filipinas, Hungria, Indonésia, Malásia, México, Peru, Polônia, Rússia, Turquia e Venezuela. A seleção dessa amostra baseou-se em diversos aspectos como: sistema de metas de inflação, taxa de poupança, nível de reservas, regime cambial e político. Os resultados mostraram que uma política fiscal austera tem o papel de reduzir a taxa de juros doméstica desses países e concluíram ainda que um aumento de 1% no superávit primário reduz entre 50 a 100 pontos base os juros domésticos.

Barros (2012) utilizou um modelo em painel não balanceado contendo dados anuais do período de 1990 a 2008 de diversos países selecionados para estimar esse impacto nas taxas de juros. Para isso definiu uma variável chamada impulso fiscal para separar os gastos discricionários do governo. O modelo foi empregado para um conjunto de países, contendo: Austrália, Bélgica, Bulgária, Canadá, Hong Kong, Macau, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Cazaquistão, Letônia, Lituânia, Ilhas Maurício, Moldávia, Noruega, Polônia, Romênia, Rússia, Cingapura, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos. O resultado mostrou que política fiscal discricionária produz um impacto positivo e significativo na taxa de juros de curto prazo e na taxa de juros de longo prazo. Assim, para um aumento de um ponto percentual na variável denominada impulso fiscal, que representa o gasto fiscal discricionário, gera um aumento entre 10,9 a 12,7 pontos base na taxa de juros de curto prazo, podendo chegar entre 52,0 a 110,0 pontos base na de longo prazo.

Schuster et al. (2017) utilizaram um modelo em painel balanceado contendo dados de 23 países selecionados que seguiam um sistema de metas para inflação no período de 1995 a 2013. Os países analisados foram: Alemanha, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Peru, Reino Unido, República Tcheca e Suécia. O emprego do modelo permitiu concluir que o impulso fiscal – variável que representa os gastos discricionários do governo – tem efeito sobre a taxa de juros. De forma mais precisa, um aumento de 1% no impulso fiscal gera um aumento de 0,12% na taxa de juros.

### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho possui natureza aplicada com objetivos descritivos e enfoque quantitativo. Para tanto, utilizou-se um modelo econométrico com dados trimestrais da economia brasileira. O período analisado corresponde ao primeiro trimestre de 1996 até o terceiro trimestre de 2017. Abrangendo, portanto, 87 observações. Utilizou-se o software IBM SPSS versão 23 para rodar uma regressão linear pelo método dos mínimos quadrados ordinários que conforme Gujarati e Porter (2011, p. 78) “é o mais utilizado para a análise de regressão principalmente porque é intuitivamente convincente” e “tem algumas propriedades estatísticas muito atraentes que o tornam um dos métodos de análise de regressão mais poderosos e difundidos”.

A hipótese a ser testada pelo modelo é de que a política fiscal – utilizada no modelo como os gastos discricionários do governo – causa impacto na taxa de juros da economia. Este estudo baseou-se no modelo proposto por Barros (2012), com algumas variações, conforme a equação (1).

$$jur_{it} = b_1 jur_{i \square 1} + b_2 \square C_i + b_3 \hat{G}_{i \square 3} + b_4 H_i + b_5 p_i + e_i \quad (1)$$

aonde  $j$  é a taxa de juros, representada no modelo pelos títulos públicos federais indexados à SELIC. A taxa de juros também está incluída nos regressores, porém defasada em um período ( $t-1$ ). Para Barros (2012), a variável defasada foi incluída no modelo para representar como a autoridade monetária suaviza os ajustes nas taxas de juros para controlar a inflação, ou seja, esse ajuste não ocorre de forma automática. O efeito dessa suavização no ajuste é, portanto, representado por  $\beta_1$  e, desta forma, quanto maior for  $\beta_1$  maior será a inércia da taxa de juros.

A variável  $\hat{C}$  representa o consumo das famílias como proporção ao PIB. No modelo proposto a variável é analisada na primeira diferença, pois após alguns testes iniciais aplicando-se o teste de Dickey-Fuller aumentado (ADF) verificou-se que a variável apresentava raiz unitária (GUJARATI; PORTER, 2011). Após a aplicação da primeira diferença a variável passou a ser estacionária.

A variável  $\hat{G}$  é o impulso fiscal. Variável que foi criada para representar os gastos discricionários do governo em relação ao PIB. Essa variável tem o intuito de separar os gastos discricionários do governo daqueles gastos considerados automáticos, que são representados pelos chamados estabilizadores automáticos. A variável está defasada em 3 períodos, considerando que os aumentos nos gastos discricionários do governo demoram 3 períodos para ter efeito sobre a taxa de juros.

A variável  $H$  representa o hiato do produto obtida por meio da subtração do PIB corrente pela sua tendência, obtida através do filtro HP e dividindo o resultado pelo próprio PIB corrente.

$\pi$  representa a taxa de inflação, medida pela variação do IPCA que representa os preços ao consumidor em percentual de variação referente ao período anterior.

Aplicando a regressão linear pelo método dos mínimos quadrados ordinários, a previsão é de que o modelo se ajuste bem quanto aos testes aplicados e apresente resultados significativos. O resultado esperado é de que todas as variáveis tenham sinais positivos, ou seja, todas as variáveis independentes causem um impacto de mesmo sentido na variável endógena. Portanto, um aumento em uma das variáveis deve causar também um aumento na taxa de juros. Espera-se também que todas as variáveis sejam estatisticamente diferentes de zero ao menos a um nível de 5% de significância.

Apesar de se esperar um sinal positivo e significância para todas as variáveis, o centro da atenção neste estudo é a variável impulso fiscal. Espera-se encontrar significância e sinal positivo para o coeficiente uma vez que o aumento nos gastos discricionários do governo deve aumentar a demanda agregada, porém não aumenta a produtividade das empresas levando a uma pressão inflacionária. Como efeito para controlar a inflação, espera-se que ocorra um aumento nas taxas de juros.

O modelo pode ser utilizado como política de governo, uma vez que pode causar impacto na regra de Taylor afetando a taxa de juros. Desta forma, o modelo propõe que deva existir uma combinação entre as políticas monetária e fiscal e não apenas controle via alteração das taxas de juros. Conforme proposto, uma redução no impulso

fiscal, via política fiscal, pode gerar redução na taxa de juros.

### 3.1 FONTE DE DADOS E CRIAÇÃO DAS VARIÁVEIS PARA O MODELO

Quanto aos dados utilizados, os mesmos foram extraídos de três fontes: Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tesouro Nacional. Alguns dados foram encontrados de forma trimestral (Consumo, PIB e Desemprego), já outras variáveis são disponibilizadas de maneira mensal e, portanto, tiveram que ser ajustadas.

A variável utilizada como taxa de juros, que é a taxa média dos títulos públicos federais indexados à SELIC foi extraída do BACEN. Este dado é encontrado de maneira mensal no site do BACEN e, portanto, foi calculada a média dos trimestres.

Para a criação da variável Consumo, que representa o consumo das famílias em proporção ao PIB, foram extraídas ambas as variáveis do site do IBGE que disponibiliza os dados trimestralmente em valores correntes. Apenas foi aplicado a proporção que o consumo das famílias representava sobre o PIB.

A variável gastos do governo, que representa apenas os gastos discricionários do governo em proporção ao PIB foi criada da seguinte maneira: os dados referentes aos gastos correntes discricionários totais dos três poderes foram extraídos do Tesouro Nacional, de maneira mensal. Logo, esses valores foram acumulados trimestralmente e divididos em proporção do PIB trimestral.

O Hiato do Produto foi calculado seguindo metodologia proposta por Ravn e Uhlig (2002). Para tanto, foram obtidas as séries de PIB e Desemprego, ambas trimestrais, do IBGE. A metodologia consiste em extrair a tendência do PIB. Desta maneira, é utilizado o filtro de Hodrick-Prescott com uma frequência de 1600 que é a frequência indicada pelos autores para dados trimestrais. Obtida a tendência do PIB, este valor é subtraído do PIB corrente e o resultado é dividido pelo próprio PIB corrente.

Já para a variável que representa a inflação, foi utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que é a medida oficial para cálculo da inflação no Brasil. Este dado é divulgado de maneira mensal, de sorte que para este trabalho empregamos o valor acumulado trimestralmente para os períodos em análise.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, foram analisadas algumas estatísticas descritivas das variáveis empregadas no modelo. O Quadro 2 apresenta a média, o desvio padrão e os valores máximos e mínimos para as variáveis: taxa de juros, consumo, impulso fiscal, inflação e desemprego.

<b>Variables</b>	<b>Minimum</b>	<b>Maximum</b>	<b>Mean</b>	<b>Std. Deviation</b>
JURO	13,86	68,03	35,22	16,36
CONSUMO/ PIB	,5900052	,6745616	,623955650	,0208732658
IMPULSO	,0277171	,0844625	,040271508	,0083062502
INFLACAO	-0,84800	6,56132	1,58237	1,02433
DESEMPRGO	4,84	13,70	8,5937	2,13459

Quadro 2 – Estatística descritivas

Fonte: dados da pesquisa.

Analisando a taxa de juros no período, percebe-se uma grande variação nos dados pois, a média do período foi de 35,22 com desvio padrão de 16,36. O ponto mínimo encontrado foi de 13,86 que ocorreu num ponto mais recente, no quarto trimestre de 2014. E a maior taxa encontrada foi de 68,03 que ocorreu em 1998, no quarto trimestre.

Quanto ao consumo em porcentagem do PIB o valor encontrado não teve grandes flutuações no período. Em média, o consumo representou 62% do PIB brasileiro no período, com baixo desvio padrão. O menor valor apresentado foi de 59%, no quarto trimestre de 2016 e o maior ocorreu no primeiro trimestre de 1997 (67%).

A variável criada para representar os gastos discricionários do governo em relação ao PIB apresentou uma média de 4% com baixo desvio padrão (0,0083). O valor mínimo da série foi de 0,0277 que ocorreu em 2008 no primeiro trimestre. Já o valor máximo ficou em 0,0844 e ocorreu no terceiro trimestre de 2010 que coincide com o período de eleições presidências no Brasil.

Neste período, a inflação trimestral média foi de 1,58% com desvio padrão de 1,02. O valor máximo registrado, que foi de 6,56%, ocorreu em 2002, ano que iniciou bastante agitado politicamente no Brasil em função da troca presidencial para um projeto que até então se desenhava que traria muitas mudanças na condução da economia. O valor mínimo ocorreu no terceiro trimestre de 1998 e foi uma deflação de 0,84%. Este foi o único período dentre os 87 analisados que apresentou deflação.

Por fim, a taxa média de desemprego trimestral foi de 8,59%, sendo que o maior valor foi de 13,70% ocorrido em 2017 no primeiro trimestre e o menor valor foi de 4,84% que foi em 1996 no quarto trimestre.

Na Tabela 1 encontra-se o resultado obtido na estimação do modelo econométrico. Nota-se todas as variáveis explicativas, com exceção do Consumo, foram estatisticamente significativas inclusive a um nível de 1% de significância. Ademais, o R-quadrado do modelo foi de 0,9953 e o R-quadrado ajustado de 0,9907, o que significa que as variáveis independentes em conjunto explicam 99% do comportamento da variável dependente, representada pela taxa de juros. Quanto aos

resíduos, o valor do teste de Durbin-Watson foi de 1,8246, o que, conforme Gujarati e Porter (2011) indica ausência de autocorrelação nos resíduos, pois para uma amostra de 87 observações o valor encontrado está acima da banda máxima, inclusive a um nível de 1% de significância.

Variável	Coeficiente
Juro(-1)	0,923760* (0,027404)
D(Consumo/PIB)	20,608685 (32,176051)
Impulso(-3)	150,187598* (43,722185)
Inflação	0,814534* (0,282456)
Hiato do Produto	-0,000004* (0,000001)
Variável dependente	Juros
Método	Mínimos quadrados
Amostra	1996Q1-2017Q3
Total de observações	87
R-quadrado	0,995360
R-quadrado ajustado	0,990741
Durbin-Watson	1,824683

Tabela 1 - Resultado da estimação do modelo econométrico

Notas: Erro padrão entre parênteses. Significância: \*1%, \*\*5%, \*\*\*10%.

Analisando os valores encontrados para cada coeficiente, primeiramente observamos que a taxa de juros defasada em um período é significativa e possui valor positivo, conforme o esperado. Portanto, pode-se afirmar que um aumento de um ponto percentual na taxa de juros do período anterior produz um impacto de 0,92 pontos percentuais na taxa de juros atual. O valor encontrado representa, portanto, a suavização do efeito da taxa de juros pois conforme Barros (2012) o ajuste na taxa de juros ocorre de forma amenizada e a variável defasada em um período representa a inércia da taxa de juros.

O consumo das famílias em proporção ao PIB que foi rodado na sua primeira diferença não foi significativo, ou seja, não foi possível rejeitar a hipótese de que o valor encontrado para este coeficiente seja estatisticamente diferente de zero. Portanto, este valor não pode ser analisado.

A variável inflação é significativa e possui o coeficiente positivo, conforme esperado. Logo, uma variação de 1% na inflação causa impacto de 0,81% na taxa de

juros. O resultado pode ser justificado na medida em que o Brasil, por adotar o sistema de metas para inflação, segue a regra proposta por Taylor (1993) e, portanto, utiliza-se da política monetária – via aumento nas taxas de juros – para conter inflações crescentes.

O hiato do produto foi significativo, porém o sinal encontrado não foi o esperado. Como esta variável representa a diferença entre o PIB potencial e o PIB real de um país (ROSSETI, 2010), sempre que uma economia está trabalhando abaixo do pleno emprego aumentos nesta variável significam que o produto real está mais próximo do potencial e, portanto, o país está em crescimento, o que por sua vez acarreta em pressões inflacionárias no curto prazo. Assim, esperava-se que o valor fosse positivo. Muito embora o valor encontrado para o *beta* tenha sido tão pequeno que podemos concluir que o hiato do produto não apresenta grande impacto sobre a taxa de juros.

Analisando a variável do impulso fiscal que é o principal objetivo proposto neste trabalho, o resultado encontrado foi condizente com a expectativa, uma vez que a variável apresentou significância mesmo a um nível de 1% e também porque está com sinal positivo, como esperado. Pode-se afirmar desde modo que uma variação de um ponto percentual no impulso fiscal de três períodos atrás irá gerar um efeito no mesmo sentido na taxa de juros de 150 pontos base. Portanto, conclui-se que um aumento dos gastos discricionários do governo gera uma elevação da renda disponível das famílias, porém o custo das empresas não é afetado. Logo, o aumento da renda disponível representa uma elevação na demanda agregada sem respaldo na oferta, ocasionando pressões inflacionárias, o que torna necessário que a autoridade monetária aumente as taxas de juros para reestabelecer o equilíbrio conforme afirmam Blinder e Solow (1972). Explicação semelhante também é encontrada por Barros (2012), ou seja, o governo ao aumentar seus gastos temporários acaba aumentando a renda disponível provocando um aumento no consumo agregado, que eleva a um crescimento no nível de preços. Deste modo, como os países seguem um sistema de metas para inflação utilizando uma regra do tipo Taylor (1993), faz-se necessário uma elevação na taxa de juros para conter a pressão inflacionária.

Por fim, comparando o resultado encontrado para a variável com o resultado obtido em outros estudos nota-se que o resultado encontrado está um pouco acima dos demais, porém em linha com as pesquisas existentes na literatura, uma vez que as taxas de juros no Brasil são consideravelmente maiores que nos demais países em que foram realizados os outros estudos. Por exemplo, Perotti (2004) em seu estudo para os países da OCDE, encontrou um valor entre 0,38% e 1,41% dependendo do país. Laubach (2009) realizou um estudo para a economia norte-americana e encontrou o valor de 25 pontos base. Gale e Orszag (2004), por sua vez, também em um estudo para a economia norte-americana indicaram um resultado entre 0,40% a 0,70% na taxa de juros de longo prazo. Aisen e Hauner (2008) estenderam a análise para além dos países da OECD, incluindo economias emergentes e encontraram um resultado de 0,26% no curto prazo podendo chegar a 0,77% no longo prazo. Moreira e Rocha

(2011) em um modelo testado para economias emergentes encontraram um valor entre 0,50% e 1%. Barros (2012) em seu estudo também para economias emergentes encontrou um valor entre 10,9 a 12,7 pontos base na taxa de juros de curto prazo e entre 52 a 110 pontos base para a taxa de juros de longo prazo. Schuster et al. (2017) realizaram um modelo em painel para 23 países selecionados e encontraram um valor de 0,12%.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado neste trabalho através de um modelo econométrico com o método dos mínimos quadrados ordinários permitiu concluir que o impulso fiscal – variável que representa os gastos discricionários do governo – tem efeito sobre a taxa de juros. De forma mais precisa, um aumento de 1% no impulso fiscal defasado em três períodos gera um aumento de 150 pontos base na taxa de juros e vice-versa. Foi concluído também que todos os coeficientes encontrados são significativos inclusive a um nível de 1% de significância, com exceção da variável que representa o consumo. Tais coeficientes explicam 99% da variável dependente, sendo que o modelo não apresentou autocorrelação nos resíduos.

Os resultados encontrados para as variáveis ficaram de acordo com o esperado, uma vez que se esperava que todos os coeficientes tivessem sinal positivo. Com exceção da variável que representa o hiato do PIB, as demais variáveis todas apresentaram o sinal aguardado.

A variável impulso fiscal que era o principal ponto a ser tratado neste trabalho foi significativa e apresentou o sinal esperado. O resultado de que o aumento nos gastos discricionários do governo implica em um aumento de 150 pontos base na taxa de juros era o esperado, uma vez que se entende que uma elevação nos gastos discricionários pelo governo gera um incremento na renda disponível da sociedade. Tal efeito pode dar origem a pressões inflacionárias via crescimento na demanda agregada. Estas, serão combatidas via política monetária pelo aumento nas taxas de juros, uma vez que os países utilizam uma regra do tipo Taylor (1993). Deste modo, os resultados permitem concluir que o papel da política fiscal também é crucial para o controle das taxas de juros. Essa eficácia aumenta quando as autoridades governamentais utilizam uma combinação entre política fiscal e monetária.

O resultado encontrado está linha com outros estudos na área, como por exemplo: Perotti (2004), encontrou um valor entre 0,38% e 1,41%; Laubach (2009) com um valor de 25 pontos base; Gale e Orszag (2004) que indicaram um resultado entre 0,40% a 0,70%; Aisen e Hauner (2008) encontraram um resultado de 0,26% no curto prazo podendo chegar a 0,77% no longo prazo; Moreira e Rocha (2011) com um valor entre 0,50% e 1%; Barros (2012) encontrou um valor entre 10,9 a 12,7 pontos base na taxa de juros de curto prazo e entre 52 a 110 pontos base para a taxa de juros de longo prazo; e Schuster et al. (2017) que encontraram um valor de 0,12%.

O estudo apresentou como limitações a pouca quantidade de dados disponíveis para o Brasil no período e a periodicidade com a qual estes dados são disponibilizados. A respeito da primeira limitação, para conseguir todos os dados necessários para o modelo a amostra teve que iniciar apenas a partir do ano de 1996, o que acabou por limitar a amostra. Neste sentido e já referente a segunda limitação, buscou-se mudar a periodicidade dos dados de anuais – como é utilizado na maioria dos trabalhos encontrados na literatura – para dados trimestrais, o que possibilitou aumentar a amostra para 87 observações. Porém, para ser possível utilizar os dados desta maneira algumas adaptações tiveram que ser feitas, pois alguns dados eram apenas disponibilizados de maneira mensal.

Como sugestão para trabalhos adicionais, recomenda-se a busca por modelos alternativos que visem também explicar qual o efeito que os gastos discricionários exercem sob a taxa de juros, uma vez que no modelo proposto neste trabalho uma variável não foi significativa (consumo) e outra não obteve o valor esperado (hiato do PIB).

## REFERÊNCIAS:

ACOSTA, E.J.S.; COLOM, J.B.; HERNÁNDEZ, J.C.F. Los PIIGS en tiempos de crisis de deuda soberana: la pertinencia de usar el euro. **Investigación económica**, Barcelona, v. 71, n. 281, p. 59-82, jul./set. 2012.

AISEN, A.; HAUNER, D. Budget deficits and interest rates: a fresh perspective. **IMF Working Paper**, v. 8, February 2008.

ALESINA, A.; ARDAGNA, S. Tales of fiscal adjustment. **Economic Policy**, v. 13, n. 27, p. 489-585, 1998.

ARDAGNA, S. Financial market's behavior around episodes of large changes in the fiscal stance. **European Central Bank**, September 2004.(Working Paper Series, n. 390)

ARDAGNA, S.; CASELLI, F.; LANE, T. Fiscal discipline and the cost of public debt service: some estimates for OECD countries. **European Central Bank**, November 2004 (Working Paper Series, n. 411).

BACEN – Banco Central do Brasil. **SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> Acesso em: 09 jan. 2018.

BARRO, R.J. Output effects of government purchases. **Journal of Political Economy**, v. 89, n. 6, p. 1086-1121, 1981.

BARRO, R.J.; REDLICK, C.J. Macroeconomic effects from government purchases and taxes. **NBER**, September 2009 (Working Paper Series, n. 15369).

BARROS, R.W.F. **Um estudo sobre o impacto da política fiscal na taxa de juros de curto prazo**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

BAXTER, M.; KING, R.G. Fiscal policy in general equilibrium. **The American Economic Review**, v. 83, n. 3, p. 315-334, June 1993.

BLANCHARD, O.; PEROTTI, R. An empirical characterization of the dynamic effects of changes in government spending and taxes on output. **NBER**, July 1999 (Working Paper Series, n. 7269).

BLINDER, A.S.; SOLOW, R.M. Does Fiscal Policy Matter? **Econometric Research Program of Princeton University**, n. 144, August 1972.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1991.

ENGEN, E.M.; HUBBARD, R.G. Federal Government Debt and Interest Rates. **NBER Macroeconomics Annual** 2004, v. 19, p. 83-160, April 2005.

EVANS, P. Do large deficits produce high interest rates? **The American Economic Review**, v. 75, n. 1, March 1985.

FAVERO, C.A. Comments on fiscal and monetary policy interactions: empirical evidence on optimal policy using a structural new-Keynesian model. **Journal of Macroeconomics**, v. 26, p. 281-285, January 2004.

GALE, W.G.; ORSZAG, P.R. Budget deficits, national saving, and interest rates. **Brookings Institution and Tax Policy Center Working Paper**, September 2004.

GUJARATI, D.N.; PORTER, D.C. **Econometria básica** 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora LTDA, 2011.

HEREDIA, J.V.J. La crisis de deuda soberana de los PIGS de la zona Euro. **Contribuciones a la Economía**, Febrero 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e Estatísticas**. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 09 jan. 2018.

LAUBACH, T. New evidence on the interest rate effects of budget deficits and debt. **Journal of the European Economic Association**, v. 7, n. 4, p. 858-885, June 2009.

MOREIRA, A.; ROCHA, K. A política fiscal e as taxas de juros nos países emergentes. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 3, p. 485-496, 2011.

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development. **Secretary-General's Report to Ministers**. 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/secretary-general/secretary-general-s-report-to-ministers-22223843.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

PEROTTI, R. Estimating the effects of fiscal policy in OECD countries. **Università Bocconi and Centre for Economic Policy Research**, November 2004.

RAVN, M.O.; UHLIG, H. On adjusting the Hodrick-Prescott filter for the frequency of observations. **The Review of Economics and Statistics**, v. 84, p. 371-380, May 2002.

ROMER, C.D.; ROMER, D.H. The macroeconomic effects of tax changes: estimates based on a new measure of fiscal shocks. **NBER**, July 2007 (Working Papers Series, n. 13264).

ROSSETTI, José P. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

SARGENT, T.J.; WALLACE, N. Some unpleasant monetarist arithmetic. **Federal Reserve Bank of Minneapolis**, v. 5, n. 3, 1981.

SCHUSTER, W.E.; TRICHES, D.; BERTUSSI, L.A.S.; FRIEDRICH, M.P.A. Análise do impacto do impulso fiscal na taxa de juros para países selecionados com metas de inflação para o período de

1995 a 2013. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 23, n. 49, 2017.

SIMS, C.A. Limits to inflation targeting. **Department of Economics**, Princeton University, May 2003.

TAYLOR, J.B. Discretion versus policy rules in practice. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, v. 39, p. 195-214, 1993.

TESOURO NACIONAL. **Resultados Fiscais**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>> Acesso em: 09 jan. 2018.

## O VALOR ECONÔMICO DE UM BANCO DE TEMPO: UMA ANÁLISE DO BANCO DE TEMPO - FLORIANÓPOLIS

**Michele Romanello**

Universidade Federal de Santa Catarina,  
Departamento de Economia e Relações  
Internacionais  
Florianópolis – Santa Catarina

**RESUMO:** O Banco de Tempo pode ser visto como um sistema que funciona por meio de uma moeda da comunidade – o tempo - utilizando o princípio de que o tempo de todos é valorizado igualmente. O presente artigo analisa um dos primeiros sistemas de banco de tempo criado no Brasil: o “Banco de Tempo – Florianópolis” (BTF). BTF tem um breve período de tempo de vida, mas se demonstra um sistema em rápido crescimento: foi criado em meados de 2016 e aumentou consideravelmente o número de membros, atingindo aproximadamente 3.200 membros em dezembro de 2017. O artigo tem como objetivo principal estimar qual é o valor dos bens e serviços que foram objeto de transações dentro do BTF, de modo a demonstrar a importância e o tamanho do BTF na economia local. A análise desenvolvida no artigo estima que o valor econômico dos bens e serviços trocados no BTF ao longo de um ano e quatro meses é superior a um milhão de reais, que pode ser considerado um valor relevante dado o fato que o BTF está nos primeiros anos de vida. A mesma importância do BTF pode ser

verificada com os números relativos à média do gasto por parte de cada membro. Enfim, pode ser verificado que um número maior de transações aconteceu para compra de bens e serviços da faixa de preços inferior que da faixa de preço média e superior, levando à hipótese que os membros aderem ao BTF mais por motivos ideológicos que por motivos econômicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** moedas sociais; banco de tempo; Brasil

**ABSTRACT:** Time Bank can be seen as a system that works through a community currency - time - using the principle that everyone’s time is valued equally. This paper analyzes one of the first time bank systems created in Brazil: “Time Bank - Florianópolis” (BTF). BTF has a brief period of life, but it demonstrates to be a rapidly growing system: it was created in mid-2016 and increased considerably the number of members, reaching approximately 3,200 members in December 2017. The main objective of the paper is to estimate which is the value of the goods and services that were the object of transactions within the BTF, in order to demonstrate the importance and size of the BTF in the local economy. The analysis developed in the paper estimates that the economic value of the goods and services exchanged in the BTF over a year and four months is approximately one million reais, which can be considered a relevant value given the fact that BTF is in the

early years of life. The same importance of the BTF can be verified using the numbers relative to the average of the expense for each member. Finally, it could be verified that a greater number of transactions happened to buy goods and services from the lower price range than from the average and higher price range, leading to the hypothesis that members adhere to the BTF more for ideological reasons than for economic reasons.

**KEYWORDS:** social currencies; time bank; Brazil

## 1 | 1 | 1 | INTRODUÇÃO

O surgimento da economia do compartilhamento está modificando os modos convencionais de negócios transformando não só a maneira pela qual bens e serviços são trocados, mas como estes bens e serviços são avaliados e criados.

A economia de compartilhamento é um termo com uma ampla variedade de significados, muitas vezes usado para descrever a atividade econômica envolvendo transações on-line. Geralmente, ele se refere a compartilhamento peer-to-peer por meio de um mercado *on-line*. A economia de compartilhamento pode assumir uma variedade de formas, incluindo o uso de tecnologia da informação para fornecer informações aos indivíduos, o que lhes permite otimizar recursos por meio de um uso efetivo do excesso de capacidade. Por exemplo, mercados peer-to-peer como *eBay*, *Uber* e *Airbnb* permitem que pequenos fornecedores compitam com provedores tradicionais de bens ou serviços.

Entre essas plataformas *peer-to-peer* (P2P), o Banco de tempo é um exemplo bem-sucedido que existe há décadas em vários países no mundo. O Banco de tempo pode ser visto como um sistema que funciona por meio de uma moeda da comunidade – o tempo- incorporando o princípio de que o tempo de todos é valorizado igualmente. Em outras palavras, uma hora usada para limpar uma casa é tão valiosa quanto uma hora de atendimento médico. Assim, o trabalho produzido pelos menos qualificados vale tanto quanto o trabalho produzido pelos mais qualificados. Em uma comunidade de banco de tempo, um membro pode ganhar créditos (mensurados em horas) ao executar um serviço para outro membro, e usar esses créditos obtidos para solicitar um serviço de outro membro (Shih et al, 2016).

O presente artigo analisa um dos primeiros sistemas de Banco de tempo criado no Brasil: o “Banco de Tempo – Florianópolis” (BTF). BTF é um banco de tempo criado e situado na cidade de Florianópolis. BTF tem um breve período de tempo de vida, mas se demonstra um sistema em rápido crescimento: foi criado em meados de 2016 e, em poucos meses, aumentou consideravelmente o número de membros, atingindo aproximadamente 3.200 membros em dezembro de 2017.

O artigo tem como objetivo principal calcular qual é o valor dos bens e serviços que foram objeto de transações dentro do BTF, de modo a demonstrar a importância e o tamanho do BTF na economia local.

O ensaio está dividido em quatro seções, excluindo a introdução e a conclusão: a primeira seção apresenta a revisão da literatura sobre as pesquisas relativas aos bancos de tempo, a segunda seção introduz o BTF, utilizando também indicadores de participação dos membros e utilização do tempo como moeda no sistema, a terceira seção explica a metodologia que foi usada para estimar o valor econômico das transações no BTF, e a quarta seção mostra os resultados da pesquisa, ou seja, o valor monetário das horas trocadas por bens e serviços dentro do BTF.

## 2 | 2 | REVISÃO DA LITERATURA

A avaliação mais abrangente de banco de tempo até o momento foi o estudo nacional dos bancos de tempo no Reino Unido. As principais conclusões foram que os membros ativos são predominantemente pessoas excluídas da sociedade e que a administração do banco de tempo tem um papel importante em facilitar as trocas entre os membros e garantir que haja uma combinação suficiente de serviços no banco do tempo para que os membros obtenham o que eles precisam (North, 2010; Seyfang e Smith, 2002).

O trabalho de Collom (2005, 2007, 2008) encontrou evidências de benefícios de integração social do banco de tempo. Em seu estudo sobre o banco de tempo de Portland, o maior banco de tempo de pessoa a pessoa nos Estados Unidos, Collom (2005) descobriu que os participantes de cada grupo (mulheres jovens, mulheres idosas, homens idosos e organizações) tendem a fazer transações dentro do próprio grupo. Outro trabalho de Collom (2007) centrou-se na motivação dos membros para se envolverem no banco de tempo. As conclusões confirmaram o trabalho de Seyfang (2003) ao revelar que os participantes são motivados por “valores sociais” que foram mais importantes dos benefícios econômicos das trocas diárias (Marks, 2012).

Um tópico interessante de pesquisa sobre *timebanking* é a possibilidade de essas organizações reduzir o sofrimento das pessoas pobres ou dar algumas oportunidades aos desempregados. Williams et al. (2001) evidencia que 27,4 por cento das transações nos bancos de tempo britânicos são com bens e serviços que, de outra forma, não teriam sido comprados, sendo um complemento da renda regular.

Um estudo de Seyfang (2002) mostrou que os bancos do tempo atraem número desproporcionalmente alto de membros de grupos socialmente excluídos: 72 por cento não ocupados, 54 por cento recebem apoio financeiro por ter uma renda baixa, 58 por cento vivem em famílias com renda abaixo de 10.000 libras esterlinas, 42 por cento são aposentados e 13 por cento são deficientes ou têm uma doença de longo prazo.

Poucos trabalhos foram desenvolvidos para capturar os custos e os benefícios econômicos dos bancos de tempo. Os resultados do estudo de Martin Knapp et al. (2010) sugerem que o valor dos benefícios econômicos de um banco de tempo poderia exceder 1300 libras esterlinas por membro. Nessa pesquisa, os autores utilizam os dados de um dos primeiros bancos do tempo do Reino Unido que foi estabelecido

no centro médico “Rushey Green Group Practice” em 1999. Esse banco de tempo, no período da pesquisa, contava com mais de 200 indivíduos e organizações que contribuivam com bens e serviços.

A Annie E. Casey Foundation (2008) estudou “More”, um banco de tempo em execução em Grace Hill, St Louis, nos Estados Unidos, onde os intercâmbios entre membros são recompensados com dólares de tempo, que podem ser trocados por serviços com outros residentes. Foi estimado que a atividade de troca por parte dos membros gerou mais de 670.000 dólares de tempo, que, utilizando o salário mínimo, teriam um valor monetário equivalente a 3,5 milhões de dólares em um ano.

A literatura econômica sobre os bancos de tempo no Brasil é muito limitada. Uma pesquisa anterior sobre o Banco de Tempo – Florianópolis evidenciou que no BTF a criação de capital social está em fase inicial: os membros ainda estão “experimentando” o banco de tempo e estão conhecendo os outros membros. Além disso, o número de membros aumentou muito rapidamente em poucos meses, eliminando a possibilidade de os membros mais velhos conhecerem todos os novos membros (Romanello, 2017a). Outra pesquisa evidencia o fato que os membros do Banco de Tempo – Florianópolis têm características socioeconômicas distintas em comparação com os moradores da cidade de Florianópolis. Em geral, foi mostrado que tem mais probabilidade de ser membros do BTF indivíduos do sexo feminino, mais jovens, não brancos, ocupados, trabalhando no setor informal, com um nível de educação superior e com uma renda mensal de dois salários mínimos ou maior (Romanello, 2017b).

### **3 | 3 | BANCO DE TEMPO – FLORIANÓPOLIS**

O Banco de Tempo – Florianópolis (BTF) é um banco de tempo que foi criado em 2016 na cidade de Florianópolis. Uma pessoa que queira se tornar membro tem que ser morador da cidade e, no momento da inscrição, fornecer os tipos e as características dos bens e serviços que deseja ofertar. No site da BTF, existe uma lista de todos os membros especificando os bens e serviços ofertados, de modo que cada membro possa verificar a lista e encontrar o bem ou o serviço do qual precisa e o membro fornecedor.

No BTF, é proibido o uso do dinheiro, nem de maneira parcial: não é possível, por exemplo, fazer uma transação recebendo o pagamento, em parte, em dinheiro e, em parte, em tempo. De fato, o único meio de pagamento são as horas.

Todo novo membro que se escreve no BTF recebe 4 créditos. Cada membro pode comprar (ou vender) um bem ou um serviço usando (ou recebendo) uma quantidade de horas. O preço, em horas, de bens ou serviços é decidido de comum acordo entre o vendedor e o comprador no momento da transação.

O movimento das horas utilizadas é atualizado pela administração do banco diretamente na página web do BTF: para esse fim, o comprador de um bem ou serviço

deve informar a administração do banco sobre o nome do vendedor, o tipo de bem ou serviços recebidos, o dia da transação e o número de horas que foram usadas na compra, utilizando um formulário online.

### 3.1 3.1 Indicadores de Participação

Membro ativo do BTF é uma pessoa registrada no Banco de tempo e que disponibiliza algum bem ou serviço para os outros membros, independentemente se efetua transações no Banco em um determinado mês. A figura 1 mostra os dados sobre membros ativos: a participação no BTF está aumentando rapidamente e constantemente nos poucos meses desde a criação em agosto de 2016. O número de membros registrados como ativos passou de 105 em setembro de 2016 para 3210 em dezembro de 2017.



Figura 1. Membros ativos no BTF

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

Se uma pessoa é membro ativo não significa que cada mês efetua transações no BTF. A tabela 1, a seguir, mostra a porcentagem de membros ativos que compraram ou venderam pelo menos um bem ou serviço em cada mês, ao longo do ano 2017 (os dados relativos ao ano 2016 não estão disponíveis):

Mês	%
Janeiro	20,34
Fevereiro	24,66
Março	29,92
Abril	25,55
Maio	25,41
Junho	25,64
Julho	26,46
Agosto	24,96
Setembro	23,89

Outubro	25,10
Novembro	23,93
Dezembro	22,34

Tabela 1. Percentagem de membros que compraram ou venderam no BTF em 2017  
 Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

Podemos notar que o crescimento contínuo do número de membros não leva a aumentos nas percentagens de membros que fazem transação cada mês. Ao longo do ano de 2017, a percentagem de membros que compraram ou venderam no BTF permanece entre 20% e 30%, aumentando e diminuindo de maneira irregular.

Uma ulterior análise que pode ser feita é o estudo das horas utilizadas em cada mês seja considerando o número total, seja considerando o número médio que cada membro ativo tem utilizado. A figura 2 evidencia o fato que o número de horas totais utilizadas para transações aumentou quase constantemente ao longo do período analisado. Em setembro de 2016 o número de horas utilizadas foi 26, no começo do ano de 2017, em janeiro, foi 283 e no final do ano de 2017, em dezembro, foi 3.167.



Figura 2. Número total de horas utilizada no BTF

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

Considerando o fato que o percentual de membros que efetua transações ficou quase constante (tabela 1), podemos supor que o crescimento das horas totais utilizadas seja mais influenciado por parte de uma maior utilização dos serviços do BTF por parte de cada membro que por parte do aumento do número de membros. Essa suposição é também reforçada por meio da figura 3, na qual podemos observar quantas horas cada membro ativo utiliza cada mês em média.



Figura 3. Horas utilizadas em média por cada membro

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

O número médio de horas utilizadas por cada membro foi aumentando ao longo dos meses analisados: a média de horas utilizadas em setembro de 2016 foi 0,25, no começo do ano de 2017, em janeiro, foi 0,32 e no final do ano de 2017, em dezembro foi 0,99.

#### 4 | 4 | METODOLOGIA

O objetivo principal desse artigo é estimar qual é o valor dos bens e serviços que foram objeto de transações dentro do BTF. Considerando o fato que todas as transações dentro do BTF acontecem utilizando horas como meio de pagamento, o primeiro passo dessa análise é encontrar o valor de mercado de cada bem e serviço objeto de transação no BTF.

O valor de mercado é o preço corrente do bem ou serviço quando é vendido ou comprado no sistema econômico tradicional com a moeda como meio de pagamento.

Para obter esses valores foi necessário investigar qual seria o preço de uma hora do bem ou serviço ofertado no BTF se o mesmo bem ou serviço fosse ofertado no sistema econômico tradicional. Essa investigação foi desenvolvida por meio de contato direto com os membros do BTF ou por meio de pesquisa nas páginas web dos membros, quando o membro atua seja no mercado tradicional, seja no BTF. A tabela 2 apresenta o preço médio de mercado de uma hora dos principais serviços ou bens objetos de transação no BTF.

Bem ou serviço	Preço médio (R\$)	Bem ou serviço	Preço médio (R\$)
Massagem	80,00	Design gráfico	50,00
Limpeza casa	20,00	Idiomas	30,00
Astrologia	30,00	Transporte	40,00
Eletricista / Hidráulico	50,00	Medico	200,00
Horta - Jardim	20,00	Culinária	30,00
Yoga	45,00	Arquitetura	100,00

Terapia corporal	80,00	Vestuário	40,00
Estética corporal	25,00	Produto natural	20,00
Música	30,00	Pilates	100,00
Marketing	40,00	Reiki	50,00
Fotografia - Vídeo	50,00	Psicologia	100,00
Consultoria	50,00	Veterinária	100,00
Informática	40,00	Construção civil	30,00
Arte	30,00	Cuidado criança	20,00
Costura	25,00	Objeto	20,00
Alimentos	15,00	Locação espaço	20,00

Tabela 2. Preço médio de mercado de uma hora dos principais serviços ou bens

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

O valor atribuído a cada bem ou serviço é a média dos preços aplicados por parte dos vários membros que atuam como vendedores do mesmo produto.

Temos que evidenciar como limitação dessa metodologia o fato que ela considera somente o lado da oferta para obter os preços de mercado: os valores da tabela 2 são os preços pelos quais os vendedores ofertam um bem ou um serviço, sem considerar se os compradores aceitariam esses preços. Esta limitação é muito relevante quando os dados sobre os preços foram coletados de um vendedor que atua somente ou predominantemente no BTF.

O valor econômico das transações efetuadas cada mês no BTF foi calculado multiplicando os preços de uma hora de cada bem ou serviço (tabela 2) pelo número de horas que foram utilizadas para comprar cada tipologia de bem ou serviço cada mês. Os dados relativos ao número de horas de cada bem ou serviço no período de maio de 2017 até dezembro 2017 não estão disponíveis e, por isso, o valor econômico total relativo a esses meses foi estimado de acordo com a seguinte fórmula:

$$V_i = \{[V_{i-1} * (1+g_i)] + (pm * h_i)\} / 2$$

com V= valor econômico, i= mês, g= taxa de crescimento do número de horas totais do BTF no mês, pm= preço médio dos bens e serviços, h= total horas utilizadas no mês.

## 5 | 5 | VALOR ECONÔMICO DO BTF

Utilizando a metodologia explicada na seção anterior foi possível estimar o valor econômico dos bens e serviços objeto de transação no BTF em cada mês, a partir de setembro de 2016 e até dezembro de 2017.

A tabela 3 mostra os valores econômicos referentes a cada mês.

<b>Mês</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>setembro, 2016</b>	1.094,60
outubro, 2016	6.756,20
novembro, 2016	9.718,28
dezembro, 2016	15.905,11
janeiro, 2017	13.729,98
fevereiro, 2017	29.480,98
março, 2017	50.231,46
abril, 2017	50.877,50
maio, 2017	73.337,73
junho, 2017	78.915,34
julho, 2017	86.710,55
agosto, 2017	93.452,97
setembro, 2017	99.926,58
outubro, 2017	136.147,44
novembro, 2017	143.382,66
dezembro, 2017	141.881,85

Tabela 3. Valor econômico dos bens e serviços do BTF em cada mês

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

A partir da tabela 3 podemos notar o crescimento do valor dos bens e serviços totais objeto de transação ao longo do primeiro ano de vida do BTF. O valor supera os R\$ 100.000,00 no mês de outubro, consolidando-se nos meses seguintes entorno de R\$ 140.000,00.

O valor total considerando o período de setembro de 2016 até dezembro de 2017 é R\$ 1.031.549,23. Considerando somente o ano de 2017 o valor total é R\$ 998.075,04.

Uma ulterior análise que pode ser desenvolvida a partir dos dados sobre os valores econômicos mensais é relativa ao valor econômico médio das compras por parte de cada membro ativo no BTF. A tabela 4 apresenta o valor econômico médio por cada membro.

<b>Mês</b>	<b>Valor por membro (R\$)</b>
setembro, 2016	10,42
outubro, 2016	18,77
novembro, 2016	18,76
dezembro, 2016	22,85
janeiro, 2017	15,69
fevereiro, 2017	26,73
março, 2017	37,29
abril, 2017	32,82
maio, 2017	41,60
junho, 2017	41,04

julho, 2017	39,98
agosto, 2017	39,73
setembro, 2017	39,33
outubro, 2017	49,17
novembro, 2017	47,32
dezembro, 2017	44,20

Tabela 4. Valor médio gasto no BTF por parte de cada membro ativo

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

Podemos notar que, enquanto nos meses relativos ao ano de 2016 e no mês de janeiro de 2017 o valor médio está em um nível aproximado de R\$ 10-20, a partir de março de 2017 esse nível aumenta e alcança valores entre R\$30 e R\$50.

Um cálculo similar pode ser feito para obter o valor médio gasto no BTF por parte de cada membro que comprou no mínimo um bem ou serviço no mês (tabela 5). Esse cálculo pode ser executado somente considerando os meses do ano de 2017.

Mês	Valor
janeiro, 2017	77,13
fevereiro, 2017	108,39
março, 2017	124,64
abril, 2017	128,48
maio, 2017	163,70
junho, 2017	160,07
julho, 2017	151,06
agosto, 2017	159,20
setembro, 2017	164,62
outubro, 2017	195,90
novembro, 2017	197,77
dezembro, 2017	197,88

Tabela 5. Valor médio gasto no BTF por parte de cada membro que comprou no mínimo um bem ou serviço no mês

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

Os dados da tabela 5 indicam um crescimento do valor gasto em horas no BTF ao longo do ano de 2017. Podemos notar que os valores médios gastos na segunda parte do ano começaram a ser significativos para um sistema no seu primeiro ano de vida.

Utilizando os dados de setembro de 2016 até abril de 2017, foi também possível calcular quanto vale mediamente uma hora do BTF: o valor é R\$ 46,81.

Além disso, utilizando os dados do mesmo período, foram investigadas quantas transações ocorreram de acordo com a faixa de preços do bem ou serviço objeto da transação (tabela 6).

Faixa de preço	$p < \$50$	$\$50 \leq p < \$100$	$p \geq \$100$
Número de transações	1386	692	225

Tabela 6. Número de transações de acordo com a faixa de preços do bem ou serviço

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

Aconteceram mais transações de bens ou serviços na faixa mais baixa de preço (preço inferior a R\$50,00), que nas outras duas faixas somadas (preço superior ou igual a R\$50,00). De acordo com esse fato, podemos supor que, em geral, os membros se escrevem no BTF mais por motivos ideológicos (valores sociais), como, por exemplo, busca de sistemas econômicos socialmente justos, que por motivos econômicos, ou seja, não procuram no BTF vantagens ligadas ao fato de poder pagar bens e serviços caros com horas em vez que com moeda. Esse fato confirma os resultados sobre os bancos de tempo na literatura internacional, por exemplo, Seyfang (2003) e Collom (2007).

## 6 | 6 | CONCLUSÕES

O Banco de tempo é um sistema de troca de bens e serviços que pode ser considerado uma novidade dentro o panorama econômico e social do Brasil. Considerando o rápido crescimento do número de membros e da utilização do Banco de Tempo –Florianópolis no primeiro ano de vida, podemos supor que o interesse pelos bancos de tempo crescerá ulteriormente nos próximos anos.

A análise desenvolvida nesse trabalho é inédita seja considerando a literatura brasileira, que contem poucas pesquisas sobre os bancos de tempo em geral, seja considerando a literatura internacional, a qual considera vários aspectos dos bancos de tempo, mas transcura o lado econômico do sistema.

A análise desenvolvida no artigo estima que o valor econômico dos bens e serviços trocado no BTF ao longo de um ano e quatro meses é superior a um milhão de reais, que pode ser considerado um valor relevante dado o fato que o BTF está nos primeiros anos de vida. A mesma importância do BTF pode ser verificada com os números relativos à média do gasto por parte de cada membro.

Enfim, pude ser verificado que um número maior de transações aconteceu para compra de bens e serviços da faixa de preços inferior que da faixa de preço média e superior, levando à hipótese que os membros aderem ao BTF mais por motivos ideológicos que por motivos econômicos.

## REFERÊNCIAS:

ANNIE. E. CASEY FOUNDATION. 'Grace Hill's MORE; **Neighbors helping neighbors**, p.8, 2008

CAHN, E. **Time dollars: the new currency that enables Americans to turn their hidden resource-**

**time-into personal security & community renewal.** Emmaus, Pennsylvania: Rodale Press, 1992

COLLUM, E. Engagement of the elderly in time banking: The potential for social capital generation in an aging society. In: 100th Annual Meeting of the American Sociological Association, **Anais.** Philadelphia, PA, 2005

COLLUM, E. The motivations, engagement, satisfaction, outcomes and demographics of time bank participants: Survey findings from a U.S. system. **International Journal of Community Currency Research**, v.11, n.36–83, 2007

COLLUM, E. Engagement of the elderly in time banking: The potential for social capital generation in an aging society. **Journal of Aging & Social Policy**, v.20, n.4, p.414–436, 2008

KNAPP, M., BAUER, A., PERKINS, M. AND SNELL, T. Building community capacity: making an economic case. PSSRU Discussion Paper 2772, 2010

MARKS, M.B. Time banking service exchange systems: A review of the research and policy and practice implications in support of youth in transition. **Children and Youth Services Review** n. 34 p.1230–1236, 2012

NORTH, P. **Local money: How to make it happen in your community.** Foxhole, Dartington, UK: Transition Books, 2010

ROMANELLO, M. Time bank participation: using transaction data for evaluation of Banco de Tempo – Florianópolis. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 2. 2017a

ROMANELLO, M. Banco de Tempo – Florianópolis: uma análise das características socioeconômicas dos membros. In: II Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Anais. Matinhos, UFPR. 2017b

RYAN COLLINS, J.; STEPHENS, L.; COOTE, A. The new wealth of time: how timebanking helps people build better public services. London: New Economics Foundation, 2008

SEYFANG, G., & SMITH, K. The time of our lives: Using time banking for neighborhood renewal and community capacity building. London: New Economics Foundation, 2002

SEYFANG, G. Tackling social exclusion with community currencies: learning from LETS to Time Banks. *International Journal of Community Currency Research*. v.6 n.3, 2002

SEYFANG, G. “With a little help from my friends”: Evaluating time banks as a tool for community self-help. *Local Economy (UK)*, v.18, n.3, p.253–257, 2003

SHIH, P.C., BELLOTTI, V., HAN, K. AND CARROLL, J. *Unequal time for unequal value: implications of differing motivations for participation timebanking.* *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v.67, n.9, p.2047-2059, 2016

WILLIAMS, C.C.; ALDRIDGE, T.; LEE, R; LEYSHON, A.; THRIFT, N.; TOOKE, J. Bridges into work? An evaluation of local exchange and trading schemes (LETS). *Policy studies*, v.22, n.2, p. 119-32, 2001.

## OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PARALISAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE – SC

### Rosani Losi

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)

Taió – SC

### Márcia Fuchter

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)

Taió – SC

**RESUMO:** A região do Alto Vale do Itajaí, no qual está localizado o município de Mirim Doce, desenvolveu a mais de três décadas a atividade avícola. Fomentando a arrecadação do município e a vida das famílias. Desde o início da década de 80, a Perdigão exerceu parceria com os avicultores, mas paralisou suas atividades em novembro de 2012. Após a paralisação pela empresa, os avicultores ficaram um determinado espaço de tempo com os aviários fechados. Em seguida a então Empresa Tyson Multinacional Americana, firmou parceria com os avicultores. No fim de julho de 2014, a JBS anunciou acordo para compra dos negócios de aves da norte-americana Tyson Foods no Brasil e no México. Mas em fevereiro de 2016, a empresa anunciou definitivamente a paralisação das atividades na região do Alto Vale do Itajaí, devido a alguns fatores, principalmente referente a logística, o aumento dos custos no transporte e a inviabilidade da

produção de aves na região. Com esperança de conseguir rever a suspensão com o comprador de frangos, lideranças regionais pedem agilidade na construção de uma rodovia para baratear o transporte do milho e da soja. Outra alternativa seria a parceria com uma Cooperativa da região. A presente pesquisa terá como finalidade, investigar o impacto causado na vida das famílias e na arrecadação do município de Mirim Doce, em decorrência da paralisação das atividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avicultura, Paralisação, Alternativas.

**ABSTRACT:** The Upper Vale do Itajaí region, in which the municipality of Mirim Doce is located, has developed the poultry activity for more than three decades. Encouraging the collection of the municipality and the life of the families. Since the beginning of activities in the region in the 80's, Perdigão has partnered with poultry farmers, but stopped its activities in november 2012. After the stoppage by the company, the producers stayed a certain time with the closed aviaries. Then the then American Multinational Company Tyson, has partnered with poultry farmers. In late July 2014, JBS announced an agreement to purchase the poultry business of the North American Tyson Foods in Brazil and Mexico. But in February 2016, the company announced definitilly a halt in activities in the Alto Vale do

Itajaí region, due to some factors, mainly related to logistics, increased transport costs and the infeasibility of poultry production in the region. Hoping to be able to review the suspension with the buyer of chickens, regional leaders call for agility in building a highway to cheapen the transportation of corn and soybeans. Another alternative would be the partnership with a Cooperative of the region. The present research will have as purpose to investigate the impact caused in the life of the families and in the collection of the municipality of Mirim Doce, due to the paralysis of the activities.

**KEYWORDS:** Poultry farming, Stopping, Alternatives.

## 1 | 1 | INTRODUÇÃO

O município de Mirim Doce está localizado na região do Alto Vale do Itajaí. Sua população é de 2.513 habitantes (Censo/2010). Possui uma área de 336,3 km<sup>2</sup>, destas 331,7 Km<sup>2</sup>, compreende a área rural do município. Sendo que sua principal economia vem da agricultura, principalmente através do cultivo do arroz irrigado, dos aviários e do gado leiteiro. No ano de 2013, a região do Alto Vale do Itajaí, contava com 47 aviários destinados à criação de frangos. Em Mirim Doce havia oito estruturas em funcionamento. A produção média em cada um chegava a 13 mil aves.

No Alto Vale do Itajaí, a avicultura é praticada principalmente na região de Taió e Pouso Redondo, com destaque para a avicultura de corte. Esse fato deve-se à integração de produtores com a empresa Perdigão. O produtor investe nas instalações e equipamentos e a empresa integradora fornece os insumos e a assistência técnica. A produção é totalmente destinada à empresa, que estabelece os preços pagos aos produtores. A integração desenvolveu-se, principalmente, entre o final da década de 70 e início da década de 80 com a aplicação de recursos públicos para o desenvolvimento desse setor (BELATO, 1985).

Diante desse contexto, desde a década de 80, alguns donos de pequenas propriedades, deram início a atividade avícola no município, em parceria com a Empresa Perdigão. Foi um período de estímulo para a economia, bem como, para o sustento das famílias que exerciam essa atividade.

Mas após três décadas, a produção de milhões de frangos foi interrompida nos aviários do alto vale do Itajaí. A longa distância e a falta de logística para trazer os grãos do centro oeste aumentam os custos em 30%. Com isso, as indústrias preferem se transferir para o Paraná. Sendo este um dos principais motivos da paralisação.

Após o encerramento das atividades avícolas na região do Alto Vale do Itajaí, surgiu alguns questionamentos, referente a paralisação das atividades. Para isso será necessário ir a campo para entrevistar os proprietários dos aviários, bem como as autoridades envolvidas no contexto. A presente pesquisa terá como finalidade, investigar o impacto causado na vida das famílias e na arrecadação do município de Mirim Doce em decorrência da paralisação das atividades.

## 2 | 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento desse capítulo será apresentado o aporte teórico sobre os seguintes assuntos: Agronegócio e Agricultura Familiar, Avicultura, Histórico da Cadeia Produtiva Avícola, Sistema de Integração Avícola e Logística.

### 2.1 2.1 Agronegócio e Agricultura Familiar

O Brasil é um país de grande capacidade para o agronegócio, pois disponibiliza de recursos favoráveis como o clima diversificado, terra apropriada e mão-de-obra disponível, tornando-o altamente competitivo no mercado mundial como fornecedor de alimentos, fibras e energia.

De acordo com Marion (2010) há alguns anos o agronegócio era conhecido apenas como agricultura de subsistência, atualmente com a ampliação de seu conceito, pode ser entendido como todo negócio que abrange atividade rural ou engloba toda a cadeia produtiva, desde a produção, armazenamento, processamento, distribuição e comercialização do produto final. Simplificando, o agronegócio pode ser entendido como todo o conjunto de negócios que se relacionam com a agricultura.

Segundo dados publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2014), o agronegócio é responsável por 33% do PIB do Brasil, movimenta 42% das exportações totais brasileiras, além de garantir 38% de emprego em todo o território nacional. Destaca também que o Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de diversos produtos agropecuários que influenciam a economia brasileira, como: o café, o açúcar, os sucos de frutas, o álcool, a carne bovina e a carne de frango. Também lidera sendo o maior exportador de soja e couro.

O crescimento considerável é impulsionado pelo aumento da demanda de alimentos em nível mundial, que reflete significativamente em nossa balança de pagamentos, fazendo com que o setor seja o mais importante da nossa economia. Em virtude disso é visivelmente claro, que tamanha diversidade, mostra a vocação e o potencial que o Brasil possui no ramo de agronegócios. A avicultura apresenta-se como uma das principais atividades dentro da cadeia de valor do agronegócio responsável pela constante elevação das exportações.

A agricultura familiar é um importante segmento do agronegócio no País, sendo grande geradora de empregos no campo e responsável pela maior parte da produção que abastece o mercado interno, ou seja, cerca de 70% dos alimentos consumidos nos lares brasileiros. O Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado pelo Governo Federal, destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

A agricultura familiar representa 85% do total de estabelecimentos rurais do país. Além disso, contribui para o esforço exportador do Brasil, sendo responsável por cerca de 10% do PIB nacional. Ao todo, são aproximadamente 4,1 milhões de famílias gerando renda e respondendo por 77% das ocupações produtivas e dos

empregos do campo. Esses dados justificam os investimentos nesse setor que, além de produzir alimentos, gera trabalho e renda, ajuda a construir um padrão sustentável de desenvolvimento. (CASSEL, 2007).

O Estatuto da Terra (no artigo 4º, II), define propriedade familiar como o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

É importante verificarmos que a propriedade familiar tem o tamanho exato de um módulo rural, calculado de acordo com cada região do país e seu tipo de exploração. Se menor que um módulo, pode ser minifúndio, se maior latifúndio ou até mesmo empresa rural. Essa pressupõe elementos, tais como: titulação, que é o título de domínio em nome de algum dos membros da entidade familiar; exploração direta e pessoal, pelo titular do domínio e sua família que lhes absorva toda a força de trabalho; área ideal para cada tipo de exploração, conforme região; possibilidade eventual de ajuda de terceiros. Um dos fatores mais importantes para definir-se propriedade familiar, é a participação efetiva e indispensável ao trabalho direto do conjunto familiar.

Para deixar mais claro as diferenças entre os conceitos anteriormente utilizados e que representavam as pequenas propriedades, e a agricultura familiar, Abramovay (1998), cita que apesar de muitos acreditarem que agricultura familiar é apenas um novo nome para situações já conhecidas e caracterizadas em expressões como “pequeno produtor”, “agricultor de baixa renda” ou até “unidades de subsistência” o conceito que envolve a agricultura familiar é novo. A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

### **2.2 2.2 Avicultura**

A avicultura é um segmento agroindustrial que envolve as atividades de criação de aves com o intuito de produzir alimentos como carne e ovos, desenvolvidos nas propriedades rurais.

De acordo com os dados da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA (2015), a atividade avícola iniciou com a criação caseira de frango, praticando a tradicional avicultura familiar, apenas para subsistência das famílias. Ao longo da história, os Estados Unidos introduziram o hábito de abate e venda da carne, porém essa técnica surgiu no Brasil apenas na década de 70. Com o crescimento econômico e populacional foi surgindo as primeiras agroindústrias para atender a demanda, principalmente no Sul e Sudeste.

A avicultura apresenta como principal vantagem o fato de poder ser realizada em pequena área de terra a ser utilizada para implantação do aviário, além disso, a atividade é pouco influenciada pelos efeitos climáticos e permite empregar a mão-de-obra familiar, pois o trabalho é moderado. A avicultura como fonte de renda é outro

benefício, uma vez que, o ciclo de produção é considerado rápido, apresentando o retorno em um tempo relativamente curto. Em média são 13 mil frangos, que permanecem durante 45 dias em cada aviário. Esse ciclo se repete a cada 20 dias, tempo necessário para os avicultores deixarem o galpão com as condições necessárias para receber os pintinhos novamente.

De acordo com informações do MAPA (2015), a carne de frango conquistou os mercados mais exigentes, com isso a avicultura brasileira vem apontando altos índices de crescimento. Os bons resultados das últimas três décadas, é resultado das mudanças nos hábitos alimentares, colocando-a em elevados patamares no mundo todo. Ainda de acordo com os índices do MAPA (2015): “A taxa de crescimento de produção da carne de frango, por exemplo, deve alcançar 4,22%, anualmente, nas exportações, com expansão prevista em 5,62% ao ano, o Brasil deverá continuar na liderança mundial”.

A presença da carne de frango brasileira no mercado internacional é consequência de um trabalho intenso de todos os envolvidos na cadeia produtiva do setor. O resultado é um produto com qualidade, sanidade, sustentabilidade, que, aliadas a preços competitivos, levou o frango brasileiro a estar presente em mais de 150 países e, desde 2004, a ser o maior exportador mundial. (REVISTA AVICULTURA BRASIL, 2012, p.4).

A primazia em produção animal nos aviários brasileiros asseguram ao Brasil saltos produtivos que introduziram o país como terceiro maior produtor de carne de frango, atrás apenas da China e dos Estados Unidos, este o principal produtor. O resultado pode ser atribuído pelo crescimento da oferta e da procura por produtos de frango, aliadas ao surgimento de mercados que aqueçam a economia dos países produtores.

Para acompanhar o desenvolvimento do setor, o segmento passa por uma verdadeira revolução que vem aprimorando cada vez mais, cujo país vem inovando e modernizando. A avicultura inicial que era caracterizada pela baixa mecanização e pela mão-de-obra intensa, hoje com os avanços na tecnologia no campo, garante maior produtividade, praticidade, e qualidade reduzindo o esforço físico na atividade. As parcerias com as agroindústrias também somaram positivamente na redução de custos e no aumento da qualidade do produto, atendendo as expectativas do mercado.

O sucesso alcançado pela avicultura brasileira é fruto de características próprias de produção, que tem no sistema de integração entre produtores e frigoríficos um dos fatores preponderantes para manter a média de crescimento de quase 10% desde o ano de 2000, a ser um dos mais importantes do agronegócio nacional. Na base de produção estão 130 mil famílias de integrados, pequenos produtores avícolas que, graças a esse modelo de produção brasileiro – baseada na integração entre avicultores e agroindústrias – podem continuar em suas propriedades, evitando, assim, que essa massa se incorpore as populações marginais dos grandes centros. (REVISTA AVICULTURA BRASIL, 2012, p 6).

Atualmente a avicultura é uma das atividades mais representativas da agroindústria brasileira. Conforme a Revista Avicultura Brasil (2012, p. 6): “Os negócios que envolvem

o segmento avícola geram um movimento de R\$ 36 bilhões e participação de 1,5% no PIB”.

O setor tem hoje relevante importância social e econômica. São 3,6 milhões de empregos diretos e indiretos, que agregam produtores, frigoríficos, e exportadores, gerando mais de 300 mil empregos de fábricas. Os dados mostram que para cada milhão investido no agronegócio brasileiro são criados 212 novos postos de trabalho. Os investimentos realizados fazem com que haja geração de renda, pois a instalação e o desenvolvimento de agroindústrias elevam o Produto Interno Bruto (PIB), dos locais onde são implantadas. O setor conta ainda com mão-de-obra qualificada, abundância em grãos, condições climáticas favoráveis, recursos naturais, status sanitários e sustentabilidade. (REVISTA AVICULTURA BRASIL, 2012, p.6).

Apesar de o Brasil ser o maior fornecedor mundial dessa proteína animal, é fundamental ressaltar que, atualmente, dois terços da produção de carne de frango são destinados ao mercado interno, sendo este, o principal destino de sua produção. Segundo dados da UBABEF (2012), o Brasil produziu 13,058 milhões de toneladas de carne de frango em 2011, destes 9,1 milhões foram consumidos em mercado interno. Consumo que no ano de 2010 superou o dos Estados Unidos, principal exportados de frango.

Dessa forma, todos os fatores demonstram a importância econômica e social da atividade, não apenas para o país, mas também para o Estado de Santa Catarina e principalmente para o Município de Mirim Doce. Onde várias famílias dependeram dessa atividade durante décadas. Fomentando sua subsistência e a economia do município.

### **2.3.2.3 Histórico da cadeia produtiva avícola**

A avicultura industrial, no Brasil, pode ter seu início no final da década de 1950, quando substituiu a antiga avicultura comercial, que começara nos anos de 1920 e 1930. Essa atividade desenvolveu-se rapidamente, apresentando características próprias, como o alto grau de controle do processo biológico, que favorece o desenvolvimento do frango em condições adversas, não dependendo de solo e clima, diferentemente de outras atividades agropecuárias (FREITAS & BERTOGLIO, 2001).

Segundo os autores Freitas & Bertoglio (2001), outra característica da produção avícola de corte que a diferencia de outras atividades agropecuárias são as relações existentes entre a unidade produtiva e a indústria. Existem duas formas de integração.

Uma verifica-se principalmente no sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), onde a integração se dá por meio de contratos. O produtor recebe o pinto de um dia, responsabilizando-se pelo manejo de engorda e, quando o frango atinge a fase adulta, entrega-o para a empresa integradora (frigorífico), que abate, processa e comercializa o produto. Este método favorece a empresa integradora, pois elimina grande parte do risco existente, sem perder o controle em todas as etapas produtivas. Outra forma de integração é aquela feita pela verticalização da empresa, ou seja, todas as atividades desenvolvem-se sob o comando da empresa integradora, com

capital próprio e mão-de-obra assalariada.

Nas duas formas de integração, porém, existe controle total por parte da empresa integradora (o frigorífico). Geralmente, ela atua desde a produção da ração, dos pintos, até no abate, no processamento e na comercialização. A cadeia produtiva da avicultura de corte é, provavelmente, uma das cadeias produtivas brasileiras com maior nível de coordenação, conferindo-lhe grande competitividade no mercado mundial. Estima-se que 75% da produção nacional de frangos estejam sob a coordenação de grandes players mundiais ou nacionais (CARLETTI FILHO, 2005).

Entretanto, a garantia da sustentabilidade da cadeia passa pela distribuição dos ganhos por ela obtidos ao longo de toda a sua extensão, ou seja, todos os agentes econômicos envolvidos devem ser devidamente remunerados, para primeiro, permanecer na atividade e segundo, continuar a fazer os investimentos necessários ao aumento da competitividade da cadeia produtiva como um todo.

O desenvolvimento do setor avícola em Santa Catarina, segundo Canever et al (1997), ocorreu a partir da década de 60, quando as empresas que já possuíam negócios na produção de suínos e em cereais, se diversificaram atuando na produção e comercialização de carne de frango, impulsionadas pela oferta de créditos para investimentos de longo prazo associados à utilização de tecnologias importadas no que se refere aos segmentos da genética, da nutrição, sanidade e industrialização.

A estrutura fundiária regional encontrada e a predominância de uma colonização européia, com tradição na criação de pequenos animais, favoreceram a implantação de um modo de produção, de forma contratual, entre produtores e agroindústrias, a exemplo do que já ocorria nos Estados Unidos (TALAMINI e KIMPARA, 1994). Conhecido como “Sistema Integrado”, desenvolvido pela agroindústria, o sistema de integração foi também fator responsável pela conquista de bons resultados na avicultura.

### *2.3.1 Sistema de Integração Avícola*

O sistema de Integração Avícola compreende uma parceria entre a Agroindústria e o Produtor Rural que é denominado Integrado.

Na produção, o modelo implantado em Santa Catarina e a posteriori difundido no país concilia a eficiência de milhares de pequenos avicultores e a enorme capacidade de produção em escala e distribuição das empresas processadoras de carne. As atividades são divididas de maneira que os avicultores canalizem esforços somente para a criação.

Segundo Marion (2010, p.9), “Ocorre parceria quando o proprietário da terra contribui no negócio com o capital fundiário e o capital de exercício associando-se a terceiros em forma de parceria”. Dessa maneira, no sistema de parceria avícola compete ao integrado a construção de instalações físicas e aquisições dos equipamentos, além de toda mão-de-obra necessária para o desenvolvimento da atividade. Enquanto, a

indústria cabe fornecer os insumos e assistência técnica durante todo o processo de engorda das aves, garantindo a remuneração da mão-de-obra e processamento final da carne.

Assim, os produtores integrados recebem as aves (em idade de um dia), a ração e a assistência técnica da agroindústria, para as criarem e as entregarem com peso e idades pré-determinados. As empresas processadoras são responsáveis diretas pelas etapas seguintes, que envolvem o abate, o processamento, a distribuição e a divulgação da qualidade do produto (SOUZA, 2003).

De acordo com a União Brasileira de Avicultura – UBABEF (2012), o sistema de parceria favorece tanto a agroindústria que se beneficia ao se privar dos altos investimentos em instalações físicas e espaço, mantendo o controle e a garantia da qualidade, como beneficia o avicultor ao gerar remuneração proporcional a rentabilidade e a garantia de comercialização total das aves produzidas.

#### **2.4 2.4 Logística**

Entre as principais causas da paralisação das atividades avícolas na região do Alto Vale do Itajaí, onde está localizado o município de Mirim Doce, podemos citar a Logística.

De acordo com o Council of Logistics Management, Logística:

“refere-se ao processo de planejar, implementar e controlar eficientemente e eficazmente o fluxo e a armazenagem de bens e serviços, assim como as informações a eles relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às necessidades dos clientes e otimizar custos”.

A Logística passou a ser muito importante para a competitividade das empresas a partir da segunda metade de 90. No decorrer dos anos, a distância para levar a ração para o consumo das aves até os aviários, bem como, a distância entre os aviários e o abatedouro, fez com que se tornasse inviável para as empresas que desenvolviam suas atividades na região do Alto Vale, permanecerem atuando.

### **3 | 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa clareia quando o pesquisador consegue dizer, de forma operacional, quais etapas, quais passos, quais os procedimentos, quais as regras vão ser operacionalizados para desenvolver a pesquisa.

Nas investigações a serem construídas precisamos de um meio para trilhar um caminho e saber qual o rumo a ser seguido. Portanto, o uso do método é fundamental. Segundo Cervo e Bervian (1993, p,23), “[...] o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano

deve empregar na investigação e demonstração da verdade”.

### **3.1 3.1 Modalidade da Pesquisa**

Para o seu desenvolvimento optou-se por uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa foi utilizada a fim de estimular as pessoas a falarem a sua opinião sobre a temática. Segundo Fáveri, Blogoslawski e Fachini (2010, p. 32), a pesquisa qualitativa “é o tipo de pesquisa que descreve a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos experimentados por grupos sociais.

A pesquisa tem caráter descritivo, por buscar a resolução de problemas melhorando a prática por meio de análise e descrições objetivas, através de entrevistas e, assim, poder buscar informações, onde pudéssemos analisar com clareza e riqueza de detalhes, dos quais sempre precisam ser ambientados e formulados de maneira a garantir o que é necessário. Conforme Gil, (2002, p.42), que afirma “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Além disso, para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho o levantamento das informações será realizado por meio de fontes primárias, como: entrevistas com roteiro semiestruturados devido à flexibilidade na exploração das questões pertinentes ao estudo.

## **4 | 4 | ANÁLISE DOS DADOS**

Para alcançar os objetivos da pesquisa, houve a organização do material para a coleta de dados, através de entrevistas consentidas pelos avicultores e autoridades do município envolvidas no contexto. As perguntas elaboradas para a obtenção dos objetivos propostos foram:

### **4.1 4.1 Pergunta 01**

A quanto tempo exerceu a atividade avícola? E o que representou esta atividade em sua vida?

A maior parte dos avicultores, iniciou a atividade avícola na década de 80, em parceria com a Empresa Perdigão. E durante esse período, essa atividade representou: “Lucro, Fonte de Renda, Sustento da Família, Sobrevivência”. Também: “Representou um ótimo negócio, futuro promissor”. Percebe-se que todos gostavam da atividade que exerciam, e que foi por muito tempo, o sustento da família.

### **4.2 4.2 Pergunta 02**

Se os filhos permaneceram na propriedade, após a maioridade, exercendo

atividade?

Na maior parte dessas famílias, os filhos ajudaram na atividade avícola, até completarem a maioridade. Após, alguns foram morar e estudar em outros municípios. A média é de dois filhos por família entrevistada. Apenas três casos em que os filhos continuaram na propriedade e colocaram aviários para si, ou herdaram dos pais. E um caso, em que o filho saiu para estudar, mas retornou para a auxiliar o pai na propriedade.

#### **4.3 4.3 Pergunta 03**

Qual o impacto e qual o sentimento após a paralisação?

O maior impacto foi em relação a Renda, sendo necessário buscar outras alternativas para o sustento da família. Os principais sentimentos expressados pelos avicultores foram: “Sentimento de tristeza, abandono e desânimo, frustração, entre outros”. Sensação de impotência diante da paralisação das atividades.

#### **4.4 4.4 Pergunta 04**

Se ocorreu redução na renda, em função da paralisação?

A maior parte dos entrevistados disse que houve redução. Os avicultores que afirmaram que não houve, são os que já estão aposentados ou que possuem outro emprego. Já outros, desenvolvem outras atividades na propriedade, o que diminui um pouco o impacto quanto a renda familiar.

#### **4.5 4.5 Pergunta 05**

Qual foi o investimento realizado na propriedade em decorrência da atividade avícola?

O investimento realizado nas propriedades durante o período da atividade avícola foi de R\$ R\$ 150.000,00 a R\$ 300.000,00. Um valor elevado para estar com os aviários inativos e sem utilidade.

#### **4.6 4.6 Pergunta 06**

Se houve empréstimos em relação aos investimentos realizados na propriedade em decorrência da atividade avícola?

A maior parte dos avicultores, necessitaram de empréstimos, durante a atividade

avícola. Alguns já quitaram sua dívida, já outros necessitam terminar de pagar.

#### **4.7 4.7 Pergunta 07**

Se ocorreu comunicação entre a Empresa e os avicultores durante o processo de paralisação?

De acordo com a maioria dos entrevistados, houve comunicação entre a Empresa e os avicultores, principalmente por parte da Perdigão. Quanto as outras empresas, foram avisados apenas alguns meses antes, sendo que anteriormente esta mesma Empresa (JBS) havia pedido aos avicultores que fizessem investimentos e reformas nos aviários, vindo a paralisar as atividades logo em seguida.

#### **4.8 4.8 Pergunta 08**

Qual foi o posicionamento das autoridades durante o período da paralisação?

Segundo a maior parte dos entrevistados, houve sim, interesse por parte das autoridades, para encontrar uma solução para o problema. Se comprometeram em buscar alternativas. Pois a paralisação não afeta apenas os avicultores, mas também a região.

#### **4.9 4.9 Pergunta 09**

Se a propriedade possui outras alternativas de renda? Se sim. Quais?

São pequenas e médias propriedades rurais. Alguns avicultores desenvolvem outras atividades em sua propriedade, entre elas, destaca-se: Arrozais, Gado de Corte, Gado Leiteiro, Plantação de Milho, Reflorestamento de Eucalipto, Lagoa de Peixe, atividade de postura comercial criadas em gaiolas. (Poedeiras), fabricação de vinhos, produção de hortaliças e frutas (Agricultura Familiar). Percebe-se que ao longo do tempo, os avicultores, foram obrigados a buscar outras alternativas, para poderem continuar em suas propriedades e obter o sustento da família.

#### **4.10 4.10 Pergunta 10**

Se a propriedade não possui outras alternativas de Renda. O que poderia ser desenvolvido na propriedade? (Viabilidade)

A maioria dos avicultores tem esperança que a atividade avícola retorne. Mas dependendo do tempo que isso demorar para acontecer, será preciso fazer algumas reformas nos aviários mais antigos, pois há depreciação do galpão e dos equipamentos ao longo do tempo. Enquanto isso, alguns desses aviários servem como Depósitos. Sobre as alternativas de Renda na propriedade estão: criação de gado de corte, leiteiro

e confinado, lagoa de peixe, produção de frutas e hortaliças, atividade de postura comercial criadas em gaiolas (Poedeiras), pastagem e reflorestamento.

#### 4.11 4.11 IMPACTO NA ARRECAÇÃO DO MUNICÍPIO

Quanto a arrecadação no município, referente a atividade avícola, obtive junto à Secretaria da Agricultura, os seguintes dados:

ANO	VALOR	PORCENTAGEM
2011	R\$ 4.103.042,00	17,2%
2012	R\$ 3.748.757,75	12,1%
2013	R\$ 1.438.209,33	5,9%
2014	R\$ 2.357.982,25	7,1%
2015	R\$ 1.852.521,48	5,7%
2016	R\$ 469.422,22	3,1%

Fonte: Secretaria da Agricultura do Município de Mirim Doce – SC.

Durante os anos de 2011 a 2016, podemos perceber a expressiva diminuição na arrecadação do município de Mirim Doce, em decorrência da paralisação das atividades avícolas. No ano de 2011, quando a Perdigão ainda mantinha parceria com os avicultores, a arrecadação chegou a 17,2%. Já no ano de 2013, quando a mesma já havia paralisado as atividades, a arrecadação caiu para 5,9%. No ano de 2014, agora em parceria com a Empresa Tyson Foods, chegou a 7,1%. Neste ano alguns avicultores já não exerciam mais a atividade avícola, por isso a diferença em relação a arrecadação no ano de 2011. Sendo que o ano de 2016, arrecadou apenas 3,1%, pois os aviários estiveram em funcionamento apenas até o mês de março, quando a JBS paralisou as atividades definitivamente na região.

Em conversa com autoridades do município de Mirim Doce, obtive algumas informações a respeito, bem como, o que pensam as autoridades municipais, quanto a paralisação das atividades.

As autoridades municipais inseridas no contexto, expressam preocupação quanto a paralisação da atividade avícola, principalmente no que se refere a arrecadação do município. Pois, isso afeta indiretamente a prestação de serviços no município, o qual depende de impostos. Devido principalmente a queda na emissão das notas fiscais dos produtores, refletindo também no comércio local.

Percebe-se que houve interesse por parte das autoridades em mandatos anteriores, bem como, dos que exercem o cargo de Prefeito e Secretário da Agricultura atualmente, todos buscam uma solução para o problema, que afeta não apenas os avicultores e suas famílias, mas também a região.

## 5 | ALTERNATIVAS

Dentre as alternativas, podemos destacar: A Ferrovia do Frango, que iria ligar Chapecó ao Porto de Itajaí. A ligação asfáltica entre a região do Alto Vale do Itajaí e a região Norte de Santa Catarina. E a parceria com uma Cooperativa da região.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante mais de três décadas, a atividade avícola beneficiou não apenas os avicultores e suas famílias, mas era parte significativa na arrecadação dos municípios em que esta atividade era desenvolvida. Dentre eles o município de Mirim Doce.

Porém, a mais de uma década a então Empresa Perdigão, parceira dos avicultores de Mirim Doce e região, já expressava a sua dificuldade em transportar a matéria prima (rações e outros insumos) das fábricas até o município, e o produto final (frango) até a indústria em sua sede em Capinzal. A distância média de 200 km entre as granjas e a indústria, encarecia o produto final. A situação com a competitividade no mercado globalizado forçou a empresa em novembro de 2012, a abandonar as atividades na região e permanecer com os integrados mais próximos a sua sede em Capinzal.

Na procura por uma solução para os avicultores do Alto Vale, especificamente os do Vale Oeste entre os quais está Mirim Doce, as prefeituras locais e a sociedade civil organizada se mobilizaram na busca de uma alternativa para solucionar o problema, e em uma parceria com a empresa Gallus Avícola que até então geria uma cadeia de produção de ovos para fornecimento de pintinhos para a Perdigão, passou a integrar uma parceria entre a empresa internacional Tayson que tem uma unidade de industrialização no município de Itaiópolis e os avicultores. No fim de julho de 2014, a JBS anunciou acordo para compra dos negócios de aves da norte-americana Tyson Foods no Brasil e no México. Para a JBS, o negócio possibilitou a absorção de novas oportunidades decorrentes da expectativa de crescimento do mercado nacional de carne de frango.

No entanto, em fevereiro de 2016, a empresa anunciou a paralisação das atividades na região, mais uma vez, em razão da alta competitividade do mercado e a distância entre as granjas produtoras de aves e o abatedouro (indústria) de 227 km, o que inviabilizou o negócio e obrigou a paralisação. Também, a longa distância e a falta de logística para trazer os grãos do Centro Oeste aumentou os custos em 30%. Com isso, as indústrias preferem se transferir para o Paraná. O rompimento da parceria entre as empresas aqui mencionadas e os avicultores, trouxe impactos não somente aos produtores, mas a economia da região.

Avicultores que investiram muito dinheiro no negócio ao longo de 30 anos e que tinham promessas de instalação de um frigorífico agora não sabem o que fazer. Um dos problemas apresentados é a falta de asfalto que liga o Alto Vale com a BR 116 no Planalto serrado entre Santa Terezinha e Monte Castelo, que reduz o caminho de frente

em 110 km. Mas a obra é esperada há duas décadas. Com esperança de conseguir rever a suspensão com o comprador de frangos, lideranças regionais pedem agilidade na construção de uma rodovia para baratear o transporte do milho e da soja, além de subsídios para evitar a falência.

Entre as alternativas estão: A Ferrovia do Frango, que iria ligar Chapecó ao Porto de Itajaí. A ligação asfáltica entre a região do Alto Vale do Itajaí e a região Norte de Santa Catarina. E a parceria com uma Cooperativa da região. Mas enquanto, nada acontece, os aviários continuam inativos, com os equipamentos se deteriorando. Fazendo com que os avicultores necessitem ir em busca de outras alternativas de renda, para o sustento da família.

## REFERÊNCIAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal. Disponível em: [http://www.abpa.com.br/setores/avicultura\\_](http://www.abpa.com.br/setores/avicultura_) Acesso em 13 de abril de 2017.

BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2008. v. 1. 770 p.

BELATO, D. Os camponeses integrados. Campinas, 443 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1985.

BLOGOSLAWSKI, Ilso Paulo Ramos; FACHINI, Olímpio; FAVERI, Helena Justen de. **Educar para a pesquisa: normas para a produção de textos científicos**. 3ª ed. Rio do Sul: Nova Letra, 2010.

CARLETTI FILHO, Paulo de Tarso. 2005. **Divisão de custos e alimento estratégico de uma cadeia de suprimentos integrada verticalmente: o caso do frango brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. Piracicaba: USP.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1993.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/579280/planilha-para-ocalculodo-custo-do-produtor-de-frango-de-corte>. Acesso em 28 de abril de 2017.

FREITAS, L.; BERTOGLIO, O. **A evolução da avicultura de corte brasileira após 1980**. Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, nº13, p.1-38. Ago. 2001.

GALLUS AVÍCOLA. Disponível em: <http://www.gallus.com.br/empresa.html>. Acesso em 18 de abril de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2ª ed. São Paulo. Loyola, 2004.

LAZZARI, M. R., **Avicultura de corte no Brasil: uma comparação entre as regiões sul e centro-oeste**. Ind. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 31, nº 4, Fev. 2004.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov>.

br/animais/especies/aves. Acesso em 14 de abril de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7ª ed. São Paulo. Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica.** 12ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo. Saraiva, 1977.

REVISTA AVICULTURA BRASIL: **Uma publicação da União Brasileira de Avicultura - UBABEF.** São Paulo. Ed 1, nº 1. Agosto de 2012.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro. Record, 2001.

SOUZA, Celina. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, nº 51, p. 15-20. Fev. 2003.

TALAMINI, D.J.D.; KIMPARA, D.I. **Os complexos agroindustriais da carne e o desenvolvimento do oeste catarinense.** Revista de Política Agrícola, v. 3, nº 2, p. 11-14, 1994.

UBABEF – **União Brasileira de Avicultura.** Disponível em: <http://www.ubabef.com.br>. Acesso em 13 de abril de 2017.

VIEIRA, Norberto Martins; DIAS, Roberto Serpa. **Uma abordagem sistêmica da avicultura de corte na economia brasileira.** Artigo Científico. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

## PROGRESSO TÉCNICO INDUZIDO E A RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO CRESCIMENTO<sup>1</sup>

**Ediane Canci**

UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em  
Economia  
Porto Alegre – RS  
ediane.canci@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo investiga as variáveis que permeiam o progresso técnico induzido e o seu impacto no crescimento econômico. Utiliza-se a teoria clássica do progresso técnico induzido e modelos de crescimento econômico construídos com base em identidades das contas nacionais e aplicados a dados empíricos. O objetivo deste artigo é interpretar os efeitos do progresso técnico induzido sobre as participações relativas de capital e trabalho e identificar os padrões de progresso técnico por meio da Relação de Distribuição Crescimento. A análise do padrão de progresso técnico mostrou-se um valioso instrumento para interpretar os caminhos do crescimento econômico. Verificou-se que os capitalistas tendem a defender as suas taxas de lucro e adotar novas técnicas viesadas aveconomizar trabalho sempre que os custos trabalhistas elevarem-se em relação aos custos totais. Constatou-se que o progresso técnico com padrão Marx-viesado esteve presente

em países industrializados e em países em desenvolvimento. Os resultados consistentes com esse padrão de progresso técnico revelaram que a produtividade do trabalho e a taxa de salário real tendem a aumentar na mesma velocidade. Segundo este padrão a taxa de lucro é determinada pela técnica utilizada e pela distribuição do rendimento, de tal modo que a técnica será escolhida apenas se a taxa de lucro esperada for maior que a taxa de lucro atual, dada a taxa de salário real.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crescimento econômico. Relação de Distribuição Crescimento. Progresso técnico induzido. Teoria clássica.

**ABSTRACT:** The present article investigates as variables that permeate the induced technical change and its impact on economic growth. We use a classical theory of technical change and economic growth models based on national account identities and applied to empirical data. The purpose of this article is to interpret the effects of induced technical change on capital and labor stakes and to identify patterns of technical change through the Growth Distribution Schedule. An analysis of the technical change pattern has proven to be a valuable tool for interpreting the paths of economic growth. It has been found that capitalists tend to advocate as

1. Classificação JEL: O47; O30; O11.

their profit rates and favor new techniques biased to save labor even though labor costs rise in relation to total costs. Technical change with the Marx-biased pattern was reported to have been present in both industrialized and developing countries. The results consistent with this pattern of technical change have revealed that labor productivity and the real wage rate tend to increase at speed. According to the standard, a rate of profit and a measure of the technique used and the distribution of income, such that it is technical, is only an expected rate of profit for greater than the current rate of profit, given the real wage rate.

**KEYWORDS:** Economic growth, Growth Distribution Schedule, Induced technical change. Classical theory.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao se pensar sobre crescimento econômico defronta-se com a preocupação dos seus efeitos sobre a distribuição de renda. O crescimento econômico é determinado pelos seguintes fatores: crescimento da força de trabalho, acumulação de capital, crescimento do estoque de capital e progresso técnico. Souza (2005) mostrou que outras fontes de crescimento podem ser: economias de escala, decorrente do aumento do tamanho de mercado e do nível de produção; aumento da produtividade, pela transferência de trabalhadores e atividades de setores menos eficientes; e economias externas, geradas por reformas institucionais e pela difusão do conhecimento entre os agentes produtivos. O aumento da produtividade do trabalho e os efeitos da inovação são amplos. Entre eles, cita-se a redução nos custos totais de produção.

A economia capitalista tem experimentado mudanças da produtividade do capital e do trabalho ao longo do tempo. Foley e Michl (1999) lembram que um dos aspectos relevantes para a promoção do crescimento econômico é a mudança nos parâmetros estruturais da economia. Adam Smith (1776) já explicava o crescimento econômico pelas possibilidades de aumento da produtividade que a ampliação de mercados enseja ao permitir a especialização e a simplificação das funções produtivas. Tal especialização permitiria a melhora da eficiência produtiva por meio do aprendizado pela experiência do trabalhador, bem como a mecanização da função.

O impacto das taxas de lucro sobre o investimento e a acumulação de capital desempenha um papel crucial na determinação da taxa de crescimento de uma economia. O caminho de uma economia capitalista pode ser determinado pelas empresas que calculam a taxa de lucro de cada técnica de produção e escolhem a técnica mais rentável, dado o nível de salário real e a tecnologia existente. A fim de ganhar as taxas de lucro mais elevadas, as empresas tentam introduzir alterações técnicas que reduzem os custos de produção no nível atual dos salários reais e que levam a lucros elevados. Estas alterações técnicas são provocadas pela crescente acumulação de capital. No entanto, uma vez que a inovação técnica se torna generalizada, os preços são impulsionados para baixo e as taxas de lucro diminuem.

A acumulação de capital e a necessidade de inovar, que conduz o aumento das taxas de lucro, causam uma queda na taxa de lucro. A combinação do aumento da parcela salarial com uma quota de capital diminuindo produz uma queda na taxa de lucro que é seguido pela diminuição das taxas de crescimento econômico.

O *trade-off* entre salários e lucros, existente na economia capitalista, pode ser utilizado como uma ferramenta para explicar a análise do padrão do progresso técnico no crescimento econômico. Existem indícios em Foley e Michl (1999) que uma elevada parcela dos custos trabalhistas nos custos totais pode induzir a economia do trabalho para o progresso técnico. A teoria clássica afirma que os capitalistas tendem a defender as suas taxas de lucro e adotar novas técnicas viesadas a economizar trabalho.

O progresso técnico eleva-se com a adição de novas técnicas de produção à tecnologia ao longo do tempo. Um dos fatos estilizados sobre o crescimento econômico é que o progresso técnico não é neutro, no sentido de melhorar simetricamente a produtividade do trabalho e do capital. Como lembram os autores, para um grande corte transversal de países capitalistas e em períodos longos de tempo, o progresso técnico é inclinado para o trabalho. Isto é, enquanto a produtividade do trabalho cresce ao longo do tempo, a produtividade do capital estagna ou cai através do tempo. Este fato empírico corresponde à descrição de progresso técnico Marx-viesado.

O objetivo deste artigo é interpretar os efeitos do progresso técnico induzido sobre as participações relativas de capital e trabalho e identificar os padrões de progresso técnico por meio da relação de distribuição crescimento. O artigo faz uma revisão das concepções observadas na literatura recente sobre a teoria do progresso técnico induzido no contexto do crescimento econômico e investiga as razões pelas quais se pode esperar que o progresso técnico assuma uma forma particular.

Este trabalho está organizado em cinco seções. A segunda seção descreve o sistema de representação das contas nacionais, a relação de distribuição-crescimento e a percepção de como o crescimento econômico pode ser quantificado. Na terceira seção são representados os tipos de progresso técnico relevantes na literatura. Na quarta seção, são mencionados os estudos empíricos derivados da teoria clássica do progresso técnico Marx-viesado com as suas devidas adaptações. Na última seção as considerações finais são mencionadas.

## 2 | SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS

Uma forma de visualizar as contas nacionais é utilizando a relação de distribuição-crescimento. Esta ferramenta ilustra as mudanças técnicas de uma economia ao longo do tempo e o tipo de mudança técnica que está ocorrendo. A relação de distribuição-crescimento mostra como a economia aloca seu produto entre crescimento e consumo e revela as relações subjacentes de distribuição entre salários reais e lucros. Permite ainda comparar o padrão de crescimento e de distribuição entre duas economias.

Para comparar diferentes economias ou a mesma economia em diferentes

anos, define-se o produto bruto (X) em relação aos insumos de trabalho e de capital empregados na produção. O produto bruto é o valor da produção bruta medido a uma determinada moeda. Para os insumos de trabalho utiliza-se o símbolo L que pode ser medido em horas de trabalho ou em número de trabalhadores. Para os insumos de capital utiliza-se o símbolo K, sendo medido na mesma moeda que o produto.

A relação produto-trabalhador possui como unidade \$/trabalhador e é chamada produtividade do trabalho ( $x$ ). A produtividade do trabalho é calculada por:

$$x = \frac{X}{L} \quad (1)$$

A relação produto-capital, também chamada de produtividade do capital, é expressa como:

$$\rho = \frac{X}{K} \quad (2)$$

Para encontrar a expressão que mostra a intensidade do capital, calcula-se a relação capital-trabalho por:

$$k = \frac{K}{L} \quad (3)$$

A taxa de depreciação é a razão entre depreciação (D) e capital (K):

$$\delta = \frac{D}{K} \quad (4)$$

Mudanças nos parâmetros  $x$ ,  $\rho$ ,  $k$  e  $\delta$  representam mudanças técnicas e resultam em movimentos da relação de distribuição-crescimento. Esta, por sua vez, é uma linha reta definida por dois pontos:  $(0, x)$  – mínimo lucro e máximo salário-real;  $(p, 0)$  – máximo lucro e mínimo salário-real. Considera-se que a técnica de produção em uso determina a produtividade do trabalho e do capital, bem como a relação capital-trabalho ( $k$ ) da economia. Segundo Foley e Michl (1999) com o desenvolvimento econômico há uma tendência a diminuir a produtividade do capital e aumentar a produtividade do trabalho. Isto acontece porque o desenvolvimento econômico leva a métodos de

produção intensivos em capital e a mudança na produtividade do capital. Ou seja, tem-se progresso técnico quando, no processo de acumulação de capital, novas técnicas são introduzidas e reduzem a quantidade de trabalho empregado na produção de determinado bem ou serviço. A relação entre o estoque de capital ( $k$ ) e a produtividade do trabalho ( $x$ ) é forte e positiva. Mostra que o processo de crescimento econômico tenderá a incrementar o estoque de capital do trabalhador, ao mesmo tempo que aumenta a produtividade do trabalho. Posto isso, uma técnica de produção pode ser descrita como:

I.O capital necessário no início do período para equipar uma unidade de trabalho  $k$ ;

II.Quanto de produto foi produzido ao final do período,  $x$ , e

III.Quanto do capital foi depreciado,  $\delta$ . Em vista disso, uma mudança técnica pode ser descrita como uma combinação de mudança nos parâmetros produtividade do capital,  $\delta$ , e produtividade do trabalho,  $x$ .

Neste modelo de produção, o empresário contrata um trabalhador por um salário,  $w$  e escolhe a técnica de produção definida por  $(p, x, \delta)$ . Dada a técnica o empresário define o número de trabalhadores por período e paga como resíduo o lucro bruto para o capitalista no fim do período produtivo. Conforme abordado em Foley e Michl (1999), aumentos nos parâmetros da economia produtividade do trabalho “ $x$ ” e produtividade do capital “ $p$ ” são fundamentais para o crescimento econômico. As mudanças dos parâmetros  $x$  e  $p$  são definidos em termos de movimentos na relação de distribuição-crescimento. Desse modo, qualquer padrão de progresso técnico pode ser representado pela relação de distribuição-crescimento. Este instrumento representa graficamente a contabilidade nacional utilizando uma reta com um intercepto na vertical, para medir a produtividade do trabalho, e um intercepto na horizontal, para medir a produtividade do capital. Permite enfatizar informações relevantes e fazer comparações entre a distribuição e o crescimento em diferentes períodos de tempo de uma economia.

Toda economia enfrenta escolhas, de modo que a produção pode ser utilizada para o consumo ( $C$ ) ou para o investimento bruto ( $I$ ). A demanda nacional é dada pelo somatório do consumo e investimento bruto. Dessa forma, o produto bruto ( $X$ ) pode ser expresso como:

$$X = C = I$$

(5)

Foley e Michl (1999) argumentam que numa economia capitalista o produto pode ser distribuído na forma de salários e na forma de lucros entre duas classes sociais. Os capitalistas proprietários do capital recebem o lucro ( $Z$ ), e os trabalhadores detentores da força de trabalho recebem o salário ( $W$ ). O lucro bruto é, posteriormente, dividido em depreciação e lucro líquido. Logo, existe um *trade-off* entre salários e lucros, dado o valor do produto, expresso por:

$$X = W + Z \quad (6)$$

O salário real por trabalhador ( $w$ ) pode ser expresso em termos do número de trabalhadores ( $L$ ) pelo total de salário.

$$w = \frac{W}{L} \quad (7)$$

A taxa de lucro bruta ( $v$ ) é obtida dividindo-se o lucro pelo estoque agregado de capital ( $K$ ).

$$v = \frac{Z}{K} \quad (8)$$

A diferença entre a taxa de lucro bruta e a taxa de depreciação resulta na taxa de lucro líquida ( $r$ ).

$$r = v - \delta \quad (9)$$

Para melhor quantificar o produto as contas nacionais são examinadas de duas formas: pela ótica da renda e pela ótica da despesa. Pela ótica da renda, o resultado da medida do produto irá mostrar um trade-off entre salários e lucros que a sociedade deve distribuir. O salário-real é visto como o produto deixado após o capitalista ter recebido o seu lucro, podendo ser representado pela relação salário real-taxa de lucro

$$w = x - vk \quad (10)$$

A Figura 1 ilustra como ocorre a distribuição do valor da produção entre lucros e salários numa economia capitalista com dada produtividade do trabalho ( $x$ ) e do capital ( $p$ ). A proposição da relação salário real-taxa de lucro é que existe uma relação inversa entre o salário real e a taxa de lucro.

A inclinação da reta é representada por  $-k$ . Quando o salário real é igual ao produto por trabalhador ( $w = x$ ) a taxa de lucro ( $v$ ) é igual a zero. Quando o salário real é igual a zero ( $w = 0$ ) a taxa de lucro bruta é igual ao produto ( $v = p$ ) e está no seu máximo. Quando a taxa de lucro líquida é igual a zero ( $r = 0$ ) o salário real é igual ao

produto líquido ( $w = y$ ).

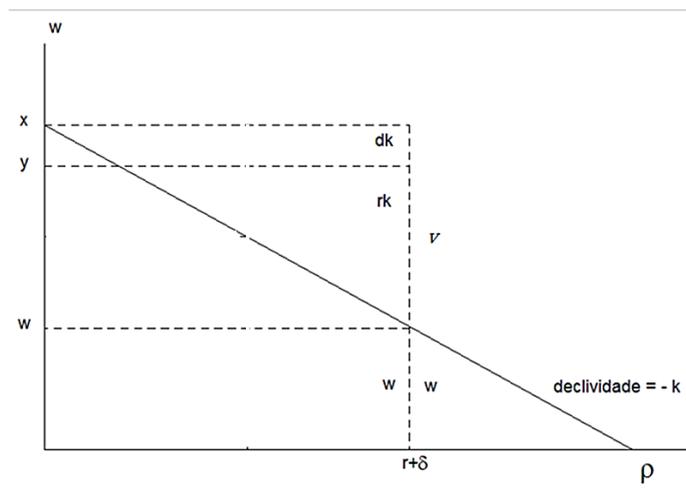


Figura 1 – Relação Salário Real - Taxa de Lucro

Fonte: FOLEY, D.; MICHL, T. R. Growth and Distribution. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1999.

Foley e Michl (1999) afirmam que o salário real é o princípio fundamental para a escolha da técnica maximizadora de lucro. De acordo com esta concepção é o salário real que determina a técnica utilizada. Qualquer mudança no salário acarretará mudança da técnica de produção já que quanto maior for o salário real menor a taxa de lucro para uma dada produtividade do capital e do trabalho.

Pela ótica da despesa o trade-off ocorre entre o consumo e o investimento. Esse é investigado a partir da relação consumo social-taxa de crescimento do capital ( $g_k$ ). A acumulação de capital provoca um aumento no estoque de capital que é fundamental para o crescimento. A taxa de crescimento representa a relação entre o investimento bruto e o capital, sendo expressa como:

$$g_k + \delta = \frac{I}{D} \quad (11)$$

O consumo social por trabalhador é a produtividade do trabalho menos o investimento por trabalhador. A relação consumo social-taxa de crescimento é expressa da seguinte forma:

$$c = x - (g_k + \delta) k \quad (12)$$

A taxa de crescimento do consumo social representa a distribuição da produção entre o consumo e o investimento bruto, e pode ser ilustrada na Figura 2.

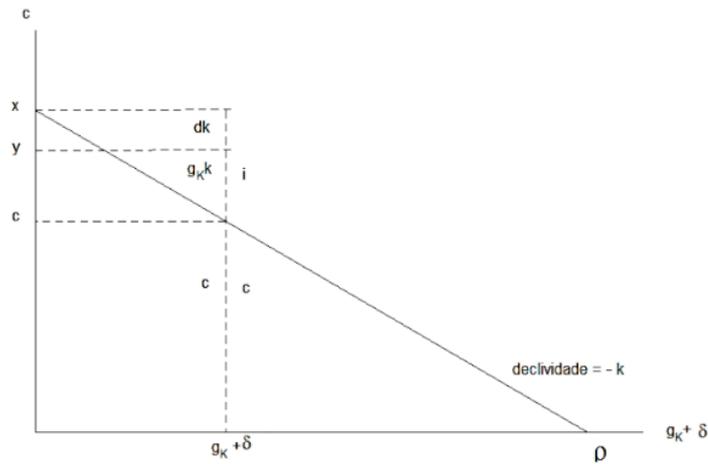


Figura 2 – Relação Consumo Social - Taxa de Crescimento

Fonte: FOLEY, D.; MICHL, T. R. Growth and Distribution. Harvard University Press, Cambridge, Masschusetts, 1999.

Para uma dada técnica a relação é uma linha reta com inclinação igual a  $-k$ . Se o consumo social for zero então  $g_k + \delta = -\rho$ . Se o investimento for zero tem-se  $x = x$ . Tanto a relação salário real-taxa de lucro quanto a relação consumo social-taxa de crescimento dependem de  $k$  (relação capital-trabalho),  $x$  (produtividade do trabalho) e  $\delta$  (depreciação).

A combinação da relação salário real-taxa de lucro e da relação consumo social-taxa de crescimento é ilustrada na Figura 3.

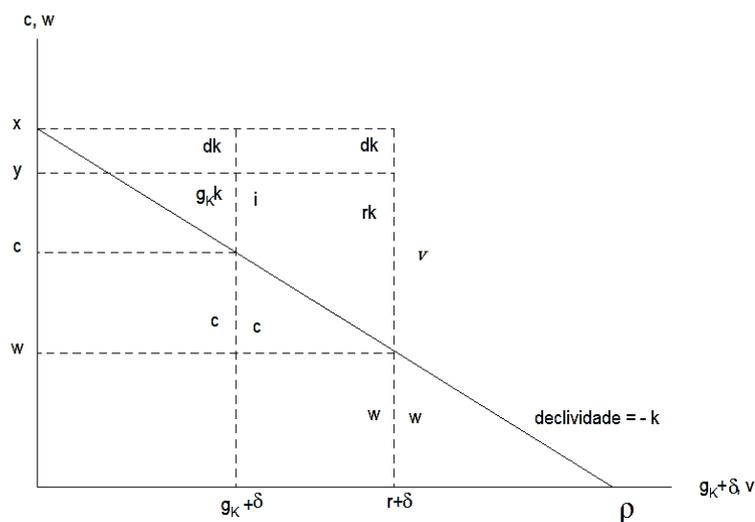


Figura 3 – Relação de Distribuição-Crescimento

Fonte: FOLEY, D.; MICHL, T. R. Growth and Distribution. Harvard University Press, Cambridge, Masschusetts, 1999.

Denomina-se relação de distribuição-crescimento, pois permite mostrar a renda

agregada dos produtos nacionais e as contas nacionais numa visão completa da dinâmica de crescimento na economia capitalista. A declividade é dada pelo negativo da relação capital-trabalho. Desse modo, quanto maior  $k$  maior a declividade da relação de distribuição-crescimento. De acordo com Foley e Michl (1999) a taxa de crescimento não é igual a taxa de lucro visto que uma parcela dos lucros é consumida. Da mesma forma, o consumo social por trabalhador excede o salário real devido à existência do consumo capitalista de parcela dos lucros. A partir da relação de distribuição-crescimento é possível visualizar a interdependência entre as variáveis no plano  $(x, \rho)$  e vários componentes do sistema de contas nacionais.

### 3 | 3 | CLASSIFICAÇÃO DO PROGRESSO TÉCNICO

A classificação do progresso técnico foi introduzida na literatura com o objetivo de interpretar os seus efeitos sobre as participações relativas de capital e trabalho. A tecnologia consiste de um conjunto de diversas técnicas que são conhecidas. Foley e Michl (1999) lembram que o progresso técnico pode afetar cada técnica diferentemente. Esta situação pode ser simplificada ao assumir que todas as técnicas de uma tecnologia sofrem o mesmo padrão de progresso técnico. As mudanças técnicas podem ser classificadas de acordo com os seus efeitos em aumentar, manter inalterado ou reduzir a razão do produto marginal do capital pelo do trabalho.

Ao se pensar em progresso técnico faz-se necessário compreender quais fatores causam o seu efeito. De acordo com Pichardo (2015) a taxa de crescimento da produtividade do trabalho ( $\lambda$ ) e a taxa de crescimento da produtividade do capital ( $\mu$ ) são determinantes na escolha do tipo de progresso técnico. A partir desta suposição os empresários decidem pela adoção de uma determinada técnica dados a taxa de salário e a taxa de lucro. O progresso técnico é adotado sempre que os capitalistas buscam reduzir os custos e aumentar a lucratividade. Uma vez que a distribuição de renda seja constante e que  $\lambda$  e  $\mu$  sejam definidos é possível encontrar vários tipos de progresso técnico.

Pode-se dar uma interpretação econômica simples e classificar o progresso técnico em três tipos de progresso técnico neutro, dependendo da variação da produtividade do capital do trabalho. Jones (1979) apresenta três tipos de progresso técnico: Hicks, Harrod e Solow. Conforme disposto por Jones (1979, p. 182): “a classificação Harrod compara pontos nos quais a relação capital-produto é constante em oposição ao procedimento de Hicks que compara pontos nos quais a relação capital-trabalho é constante”. Nota-se que ambos os progressos técnicos, segundo Hicks e Harrod, podem ser sistematizados em termos de efeitos sobre a distribuição de renda. Um terceiro tipo, chamado Solow-Neutro, é o progresso técnico puramente aumentador de capital. O progresso técnico puramente aumentador de capital compara os pontos na nova e na antiga função de produção, nas quais a produtividade do trabalho é

constante. As três classificações de progresso técnico neutro podem ser sumarizadas ao considerar que:

- Se todas as técnicas em uma tecnologia tiverem o mesmo aumento na produtividade do trabalho, haverá progresso técnico puramente poupador de trabalho ( $g_p = 0$ ), chamado de Harrod-Neutro. Esta forma de progresso técnico está representada na Figura 5.

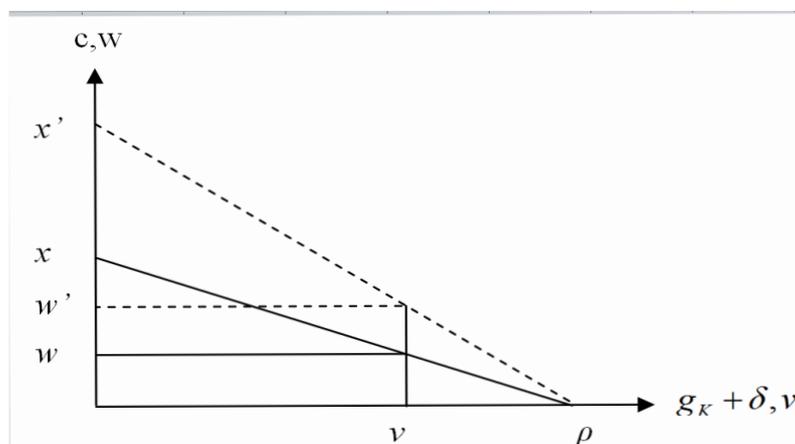


Figura 5 – Representação do progresso técnico Harrod-Neutro

Fonte: Elaborado pela autora com base em FOLEY, D.; MICHL, T. R. Growth and Distribution. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1999.

Para medir o progresso técnico Harrod-Neutro em termos da taxa de crescimento da produtividade do trabalho remete-se à equação:

$$g_x = \frac{x_{+1} - x}{x} \quad (16)$$

Logo, o progresso técnico puramente poupador de trabalho é representado por:

$$F'(K, N) = F[K, (1 + \gamma)N] \quad (17)$$

Onde:

$$\gamma = g_x \quad (18)$$

Em que  $\gamma$  mostra que todas as técnicas estão crescendo na mesma proporção.

- Se o mesmo grau de progresso técnico no capital ocorrer em todas as técnicas haverá um progresso técnico puramente poupador de capital ( $g_x =$

0), conhecido como Solow-Neutro. O progresso técnico Solow-neutro vai ocorrer sempre que houver aumento na produtividade do capital e a produtividade do trabalho permanecer constante. Esta forma de progresso técnico é representada na Figura 6.

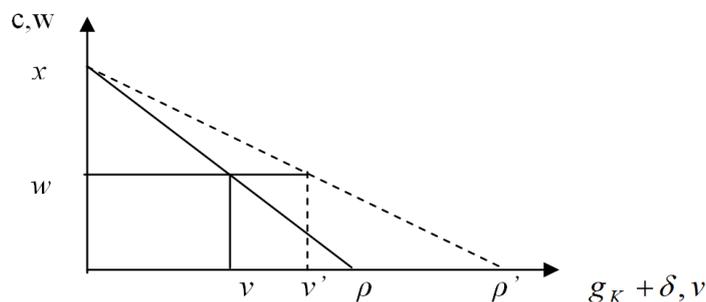


Figura 6 – Representação do progresso técnico Solow-Neutro.

Fonte: Elaborado pela autora com base em FOLEY, D.; MICHL, T. R. Growth and Distribution. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1999.

No caso do progresso técnico ser Solow-Neutro a taxa de crescimento da produtividade do capital denota-se:

$$g_{\rho} = \frac{\rho_{+1} - \rho}{\rho} \quad (19)$$

Neste caso o progresso técnico puramente poupador de capital toma a forma:

$$X' = F[(1 + \chi)K, N] \quad (20)$$

Onde:

$$\chi = g_{\rho} \quad (21)$$

- Se a relação capital-trabalho for constante e  $\gamma = \chi$  tem-se um progresso técnico Hicks-Neutro. O progresso técnico Hicks-Neutro é representado na Figura 7.

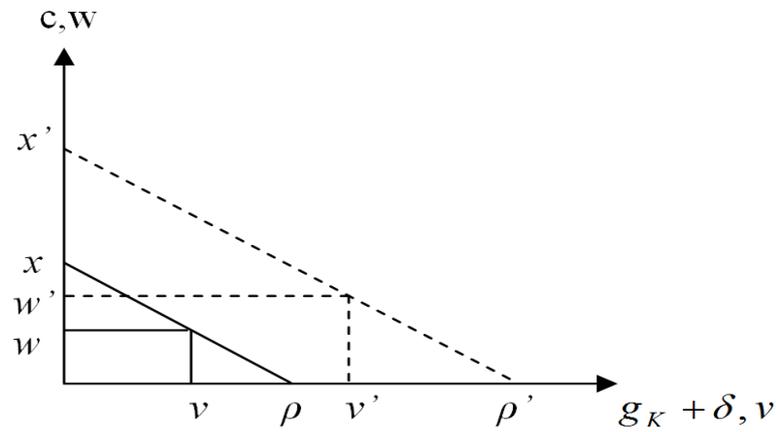


Figura 7 – Representação do progresso técnico Hicks-Neutro.

Fonte: Elaborado pela autora com base em FOLEY, D.; MICHL, T. R. Growth and Distribution. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1999.

A equação que confere o progresso técnico poupador de insumos é:

$$X' = F[(1 + \chi)K, (1 + \gamma)N] \quad (22)$$

Em que:

$$\chi = \gamma \quad (23)$$

O conjunto de técnicas de uma tecnologia experimenta o mesmo grau de mudança técnica. Neste caso  $\gamma = g_x$  e  $x = g_p$ , mas se as técnicas experimentam diferentes graus de progresso técnico então  $\gamma \neq g_x$  e  $x \neq g_p$ . Posto isto, um terceiro sistema de classificação, usualmente denominado progresso técnico Marx-viesado, vai ocorrer sempre que a produtividade do trabalho aumentar e a produtividade do capital diminuir como visto na Figura 8.

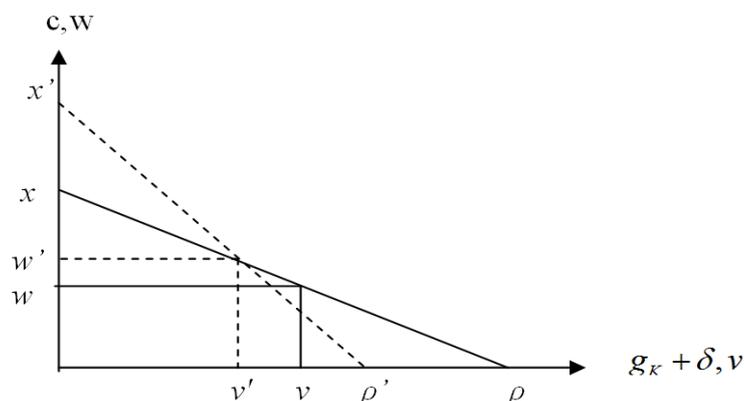


Figura 8 – Representação do progresso técnico Marx-viesado

Fonte: Elaborado pela autora com base em FOLEY, D.; MICHL, T. R. Growth and Distribution. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1999.

Segundo Pichardo (2015) para uma determinada distribuição de renda o progresso técnico do tipo Marx-viesado nem sempre irá gerar aumento da rentabilidade. A taxa de lucro é determinada pela técnica utilizada e pela distribuição do rendimento. A distribuição da renda afeta as decisões de poupança e de investimento, visto que a taxa de lucro influencia a taxa de acumulação de capital e a técnica escolhida. A técnica será escolhida se a taxa de lucro esperada ao salário vigente for maior que a taxa de lucro atual. Após escolher a técnica a acumulação de capital irá resultar no crescimento da produção e do emprego.

#### 4 | EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O PROGRESSO TÉCNICO MARX-VIESADO

Os modelos de crescimento de Duménil e Lévy e de Foley e Michl formalizam as tendências de longo prazo das economias capitalistas propostas por Marx. Para estes autores, em longos períodos as economias capitalistas desenvolvidas estão sujeitas ao progresso técnico Marx-viesado. Os modelos desenvolvidos por Foley e Michl (1999) e por Duménil e Lévy (2000) são muito semelhantes e pertencem ao grupo de modelos macroeconômicos agregados derivados das contas nacionais e da tradição clássica. Ambos assumem uma economia com duas classes (capitalistas e trabalhadores), que produz apenas um bem.

Duménil e Lévy (2000) têm chamado o progresso técnico com padrão Marx-viesado de “trajetórias à la Marx” e postulam teorias do salário real e da mudança técnica. Foley e Michl (1999) denominam este padrão como “um modelo clássico de crescimento com mudança técnica Marx-tendenciosa” e propõem que o salário real cresce à mesma taxa que a produtividade do trabalho e que tanto a produtividade do trabalho e a relação produto-capital (as variáveis técnicas) evoluem em determinadas taxas de crescimento.

Pichardo (2004) analisou as tendências da taxa de crescimento da produtividade do trabalho nas principais economias da América Latina (Argentina, Brasil, Chile,

Colômbia e México) e dos Estados Unidos durante o período de 1963-1998. No início dos anos 1980 estas economias entraram em uma desordem fortemente volátil e prolongada. Ocorreram quedas na produtividade do trabalho, nos salários reais e na taxa de crescimento do estoque de capital. Neste período as seis economias apresentaram taxas médias de crescimento da produtividade do trabalho positivas.

Depois de 1990, a divergência da produtividade do trabalho entre os países latino-americanos começaram a aparecer. Segundo Pichardo (2004), a produtividade do trabalho foi maior nos Estados Unidos do que nos cinco países latino-americanos, e entre esses países houve profundas diferenças na produtividade do trabalho. Entre os cinco países da América Latina, a Argentina alcançou um nível maior de produtividade do trabalho. A taxa de crescimento média da produtividade do trabalho de 1964-1980 é substancialmente maior do que a taxa de crescimento em 1981-1998. Em termos do crescimento da produtividade do trabalho, o Chile pode ser caracterizado como o líder da América Latina, enquanto a Colômbia é o retardatário.

No início de 1980 as economias latino-americanas passaram a seguir o progresso técnico Marx-viesado e o objetivo de recuperação da taxa de lucro. Este período marca a ruptura do desempenho da maioria dos países selecionados. Conforme disposto por Pichardo (2004) a tendência de progresso técnico Marx-viesado esteve presente nos Estados Unidos entre 1963 e 1998. Neste, a produtividade do trabalho era inversamente relacionada com a produtividade do capital. Uma participação constante nos lucros combinada com uma queda da produtividade do capital implicou na diminuição da taxa de lucro ao longo do tempo.

Duménil e Levy (1995) mostram que os Estados Unidos estavam sujeitos a um progresso técnico Hicks-neutro entre 1920 e 1960, pois ambos, produtividade do trabalho e do capital, estavam crescendo enquanto que o salário real e a taxa de lucro também aumentavam. Acredita-se que a economia americana tenha entrado numa trajetória diferente após 1990 e experimentado aumentos da taxa de lucro e de crescimento econômico.

As economias da América Latina, segundo Pichardo (2004), sofreram profundas mudanças nas políticas econômicas no início de 1980. As reformas econômicas implementadas não melhoraram a capacidade de crescimento da região perfazendo acentuadas quedas na taxa de crescimento do capital social. Na Argentina e no Chile tanto o índice de produtividade do trabalho e quanto do capital cresceram neste período, caracterizando o progresso técnico do tipo Hicks-neutro. No Brasil e no México constatou-se o padrão de progresso técnico Harrod-neutro quando a produtividade do trabalho cresceu enquanto produtividade do capital manteve-se praticamente constante. A Colômbia foi o único país latino-americano que experimentou progresso técnico Marx-viesado, de modo que a produtividade do trabalho cresceu, enquanto produtividade do capital diminuiu.

Pichardo (2007) afirma que a formalização das ideias de Foley e Michl e de Duménil e Levy sobre modelos de crescimento econômico representam uma poderosa

abordagem para explicar as tendências econômicas históricas e atuais. Estes modelos de crescimento foram construídos com base em identidades das contas nacionais e quando aplicados a dados empíricos podem identificar tendências estruturais de longo prazo e pontos de interrupção em economias específicas.

Um trabalho acerca da perspectiva clássica do desenvolvimento econômico é de Marquetti (2004) que segue uma longa tradição entre os economistas que vê o progresso técnico na produção capitalista expresso de uma forma viesada, de modo a economizar o insumo relativamente caro. O autor avalia econometricamente a hipótese de que o aumento do salário contribuiu para o surgimento de tecnologias poupadoras de trabalho. A relação empírica entre o salário real e a produtividade do trabalho é analisada em duas etapas. A primeira investiga se produtividade do trabalho aumenta a um ritmo semelhante ao dos salários reais, e segunda, analisa as relações causais entre os salários reais e a produtividade do trabalho.

Com base nos dados históricos dos Estados Unidos, Marquetti (2004) buscou averiguar a existência de uma relação de longo prazo entre salário real e a produtividade do trabalho. O método proposto é o teste de causalidade de Granger para análise de cointegração. A hipótese nula do teste é de que salário não Granger causa tecnologias poupadoras de trabalho. Com um grau elevado de confiança o autor rejeita essa assertiva, concluindo que aumentos de salários reais induziram um progresso técnico poupadora de trabalho. Há, portanto um movimento unidirecional de causalidade entre salários reais e produtividade do trabalho para a economia americana no período entre 1960 e 2001. Isto é explicado pelo fato de que os capitalistas tendem a adotar novas técnicas para defenderem suas taxas de lucro. Este resultado é consistente com uma longa tradição entre os economistas que acreditam que o progresso técnico é induzido pela busca na redução dos insumos de alto custo.

Marquetti (2004) investigou a evolução do trabalho e da produtividade do capital para seis países desenvolvidos (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Holanda, Alemanha, França e Japão) entre 1820 e 1992 por meio da relação distribuição-crescimento. O autor constatou que progresso técnico predominante foi o padrão Marx-viesado sendo que o Japão foi o único país que apresentou um padrão Marx-viesado em todo o período. Outro fato relevante foi a constatação da queda da taxa de lucro para o período analisado. Isto reforça a hipótese marxista de taxa de lucro declinante dada pela retração da produtividade do trabalho ao salário real vigente. Foram identificadas três fases de uma inovação técnica, sendo que a primeira e a terceira fase seguiram o padrão Marx-viesado. Os dados mostram ainda a existência de correlação negativa entre a produtividade do capital e da produtividade do trabalho no curso do desenvolvimento econômico.

A existência e a direção de causalidade de longo prazo entre os salários reais e a produtividade do trabalho também são examinadas em Souza (2014). Novas evidências consistentes com a teoria clássica são encontradas pelo autor, que analisa um painel de dados para as indústrias de economias desenvolvidas e em desenvolvimento. A

partir da realização de testes de co-integração os resultados apontaram tendências estocásticas comuns entre a produtividade do trabalho e os salários reais. Outro fator analisado foi se as indústrias modernas dos países em desenvolvimento possuem viés da mudança tecnológica no sentido de inovar à medida que expandem para poupar trabalho. Evidências preliminares apontaram que os mecanismos de vinculação da produtividade do trabalho com os salários reais, no longo prazo, também estão presentes no setor de manufatura nos países em desenvolvimento.

Voana (2011) investigou a interação entre a taxa de lucro, a distribuição de renda e o progresso técnico e estrutural. Identificaram-se os padrões da taxa de lucro comuns aos países da Dinamarca, Finlândia e Itália, que estão mais expostos à concorrência internacional e tiveram diferentes dinâmicas da taxa de lucro em relação aos países maiores. Em especial, a ligação destes países com a mudança estrutural e a distribuição de renda. Analisou-se ainda o impacto da taxa de lucro agregada no desenvolvimento setorial e na distribuição de renda, não apenas no progresso técnico. Múltiplos setores foram analisados com base nos dados produzidos pelas OCDE e pelas contas nacionais dos países selecionados.

Os resultados de Voana (2011) mostram que a relação capital-renda, tanto em termos reais quanto nominais, ficou estável na Dinamarca. Na Finlândia manteve-se estável até meados de 1980, aumentou até o início da década de 1990 e diminuiu subsequentemente. Na Itália, declinou até o final de 1980, aumentou até meados de 1990, e manteve-se estável até 2001, quando começou a aumentar de forma acentuada. Tudo somado, o rendimento por unidade de capital e as margens de lucro contribuíram de forma semelhante às alterações nas taxas de lucro. Isto significa que quando o rendimento por unidade de capital aumentou uma maior fração dessa renda foi para os lucros.

## 5 | 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação de que o progresso técnico é um fator fundamental para o processo de crescimento econômico levou a métodos de produção intensivos em capital. Neste artigo, verificou-se que o progresso técnico ocorre quando, no processo de acumulação de capital, novas técnicas são introduzidas e permitem reduzir a quantidade de trabalho empregado. Verificou-se que os capitalistas tendem a defender as suas taxas de lucro e adotar novas técnicas viesadas a economizar trabalho sempre que os custos trabalhistas elevarem-se em relação aos custos totais. Deste modo, as mudanças dos parâmetros estruturais da economia passam a ser definidas em termos de movimentos na Relação de Distribuição-Crescimento.

Numa visão dinâmica de crescimento na economia capitalista a Relação de Distribuição-Crescimento permitiu interpretar os efeitos do progresso técnico sobre as participações relativas de capital e trabalho e identificar vários padrões de progresso

técnico. Observou-se que os padrões de progressos técnicos, segundo Hicks e Harrod, são sistematizados em termos de efeitos sobre a distribuição de renda enquanto o padrão de progresso técnico Solow-Neutro é puramente aumentador de capital. Por sua vez, o progresso técnico com padrão Marx-viesado nem sempre irá gerar aumento da rentabilidade. Segundo este padrão a taxa de lucro é determinada pela técnica utilizada e pela distribuição do rendimento, de tal modo que a técnica será escolhida apenas se a taxa de lucro esperada for maior que a taxa de lucro atual, dada a taxa de salário real.

O padrão de progresso técnico Marx-viesado mostrou-se um valioso instrumento para interpretar os caminhos do crescimento econômico em economias capitalistas. Foram revisitados estudos empíricos derivados das contas nacionais e da tradição clássica do progresso técnico Marx-viesado. Contatou-se que o progresso técnico com padrão Marx-viesado esteve presente nos Estados Unidos entre 1963 e 1998, no Haiti entre 1990 e 2008, na Índia entre 1980 e 1990 e em 18 países industrializados (15 europeus) entre 1961-2005. Foram verificadas as tendências estruturais de longo prazo em várias economias capitalistas. Por fim, os resultados adicionaram novas evidências empíricas sobre a evolução do progresso técnico no crescimento dos países. Os resultados consistentes com o progresso técnico Marx-viesado revelaram que a produtividade do trabalho e a taxa de salário real tendem a aumentar na mesma velocidade. A experiência histórica sugere ainda que o progresso técnico com padrão Hicks-neutro pode ser apenas uma fase temporária de uma tendência de longo prazo do padrão de progresso técnico Marx-viesado.

## REFERÊNCIAS

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A Stochastic Model of Technical Change, Application to the US Economy (1869-1989)**, Metroeconomica, Vol. 46(3), pp. 213-245, 1995. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle1995b.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Keynesian and Marxian macroeconomics: Toward a synthesis.** Paris-Jourdan Sciences Économiques, texto para Discussão, Paris, 2011. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2011g.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. The classical-marxian evolutionary model of technical change. Application to historical tendencies. **The Classical Approach to Technical Change and Capital Accumulation**, Nova York, version march 16, 2009, january 3-5, 2009.

\_\_\_\_\_. **Technology and distribution: historical trajectories à la Marx.** Journal of Economic Behavior and Organization, Vol. 52, pp. 201-233, 2003. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2003e.htm/>> acesso em 17 de agosto de 2015.

FOLEY, D. K.; MICHL, T. R. **Growth and Distribution.** Harvard University, ISBN 9780674364202, Massachusetts, 1999

FOLEY, D. K. **Unholy Trinity: Labor, capital, and land in the new economy.** London: Routledge, 98 pages, index. 2003. Disponível em: <<http://www.econ-pol.unisi.it/pubdocenti/lec1.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Endogenous technical change with externalities in a classical growth model. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Vol. 52, ed. 2, pp. 167–189, Nova York, Outubro, 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167268103000209>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

HARROD, R. F. An Essay in Dynamic Theory. **The Economic Journal**, Vol. 49, nº. 193, Wiley-Blackwell, March, 1939. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Harrod1939.pdf>>. Acesso em: 22. Jan. 2015.

JONES, H. G. **Modernas teorias do crescimento econômico: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1979.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PICHARDO, G. M. **Economic Growth Models and Growth Tendencies in Major Latin American Countries and in the United States, 1963-2003**. Investigación Económica, LXVI, octubre-diciembre, 2007 Disponível em: :<<http://redalyc.org/articulo.oa?id=60126202>>. Acesso em: 03 abr. 2016. ISSN 0185-1667.

\_\_\_\_\_. **Growth Tendencies in Main Latin American Economies, 1963-1998**. Congrès Marx International IV, UNAM, Section Economie, October, 1, 2004. Disponível em: <<http://actuelmarx.u-paris10.fr/m4mendoz.htm>>. Acesso em 23 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Theoretical Technical Change Patterns and Technical Change during the Neoliberal Era (1980-2013)**. Paper proposed to be presented at 12th International Conference. Developments in Economic Theory and Policy, Bilbao, 2015.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, J. P. **Real wages and labor-saving technical change: evidence from a panel of manufacturing industries in mature and labor-surplus economies**. Department of Economics, University of Massachusetts-Amherst, 2014.

VOANA, A. **Profit rate dynamics, income distribution, structural and technical change in Denmark, Finland and Italy**. Structural Change and Economic Dynamics, v. 22, p. 247– 268, University of Verona, Palazzina 32 Scienze Economiche, Verona, Italy, 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0954349X11000403>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

## RELAÇÕES ENTRE A TAXA DE JUROS E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

**Wagner Eduardo Schuster**

PPG Economia Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)  
Porto Alegre – RS

**Marcos Paulo Albarello Friedrich**

Universidade Regional de Blumenau (FURB)  
Blumenau – SC

**Marco Antonio Montoya**

Universidade de Passo Fundo (UPF)  
Passo Fundo – RS

**RESUMO:** A definição da meta para a taxa básica de juros – SELIC – vem sendo utilizada como ferramenta pelo Governo Federal para controle e combate à inflação. Sendo que a maioria dos fundos de investimentos de renda fixa no Brasil têm sua remuneração atrelada a títulos públicos federais – e estes por sua vez são atrelados à taxa SELIC – o mercado de fundos de investimentos brasileiro sofre grande influência destas alterações na taxa básica de juros. Portanto, as mudanças na taxa de juros impactam diretamente sobre o Patrimônio Líquido (PL) dos fundos de investimentos. Desta forma, este trabalho analisa o comportamento do PL de quatro fundos de investimento de um banco comercial comparados com os índices da taxa SELIC. Verificou-se através das

correlações de Pearson que o PL dos fundos apresentou comportamentos distintos, com correlação negativa no período inicial e, logo após positiva, passando a oscilar de acordo com a Selic. Na análise feita ao fundo Master (maior fundo do banco em análise) verificou-se que existe uma correlação quase perfeita entre o PL do fundo e a taxa SELIC quando analisados separadamente períodos de alta e queda na taxa de juros. Para períodos de aumento na taxa SELIC (2013/03 a 2016/10) a correlação encontrada foi de 0,928, enquanto que para um período de queda na taxa de juros (2011/07 a 2013/03) a correlação foi de 0,919. Portanto, conclui-se a existência de forte relação entre a taxa de juros e o PL dos fundos de investimento analisados, em especial o fundo Master.

: Fundos de Investimento. Patrimônio Líquido dos Fundos de Investimento. Taxa de Juros.

**ABSTRACT:** The definition of the target for the basic interest rate (SELIC) has been used as a tool by the Federal Government to control and combat inflation. Since the majority of fixed income investment funds in Brazil have their remuneration tied to federal government securities - and these in turn are tied to the SELIC rate - the Brazilian investment funds market is heavily influenced by these changes in the basic interest rate. Therefore, changes in the interest rate have a direct impact on

Shareholders' Equity (PL) of the investment funds. In this way, this work analyzes the behavior of the PL of four investment funds of a commercial bank compared to the indexes of the SELIC rate. It was verified through the Pearson correlations that the PL of the funds presented different behaviors, with negative correlation in the initial period and, soon afterwards, starting to oscillate according to the Selic. In the analysis made to the Master fund (the largest fund of the bank under analysis) it was verified that there is a near perfect correlation between the PL and the SELIC rate when separately analyzed periods of high and falling SELIC. For periods of increase in the SELIC rate (2013/03 to 2016/10) the correlation was 0.928, while for a period of fall in the interest rate (2011/07 to 2013/03) the correlation was 0.919. Therefore, it is concluded that there is a strong relationship between the interest rate and the PL of the investment funds analyzed, especially the Master fund.

**KEYWORDS:** Investment Funds. Shareholders' Equity of the Investment Funds. Interest rate.

## 1 | INTRODUÇÃO

Com implantação do Plano Real no Brasil em 1994 o Governo Federal obteve sucesso no controle da inflação e conseguiu reduzi-la, fazendo uso, principalmente, de três instrumentos macroeconômicos conhecidos como tripé da política econômica: política fiscal voltada para a redução da dívida pública, câmbio flutuante e a criação do regime de metas para inflação (OREIRO; MARCONI, 2016). O regime de metas para inflação criado em 1999 propôs uma meta para o índice de preços e passou a monitorá-lo através da regra proposta por Taylor (1993) utilizando-se para tanto do controle através da definição da taxa básica de juros, conhecida como taxa SELIC (GOMES; SILVA, 2016).

Ao atingir uma determinada estabilidade econômica com a inflação controlada, o governo passou a reduzir a meta da taxa de juros, permitindo que a indústria pudesse ter acesso a investimentos com menor custo e buscando tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado exterior. Essas alterações no panorama econômico nacional provocam mudanças em diversos setores da economia apresentando efeitos positivos e negativos, conforme a análise de seus investidores.

O mercado de fundos de investimentos brasileiro sofre grande influência destas alterações na taxa básica de juros, uma vez que esta é a principal remuneração dos títulos públicos federais, os quais compõem as carteiras da maioria dos fundos de investimentos de renda fixa do país e que, portanto, com a redução da taxa, tiveram não só seus papéis desvalorizados como também apresentaram uma consequente redução na sua rentabilidade nos últimos anos (MAESTRI; MALAQUIAS, 2017).

Da mesma forma que o investidor tem facilidade de acesso ao mercado financeiro e, principalmente, aos fundos de investimento, ele também sai facilmente deste mercado, podendo migrar seus recursos para outros ativos gerando uma oscilação

no Patrimônio Líquido (PL) desses fundos e uma maior dificuldade na gestão dos seus ativos por parte dos bancos e administradoras de recursos de terceiros. Essa volatilidade do PL dos fundos representa grande preocupação para as instituições administradoras de recursos de terceiros, pois sua principal remuneração é a taxa de administração representando uma queda das receitas da instituição e, portanto, o estudo do comportamento e tendências do patrimônio líquido do fundo ao longo do tempo passa a ser ainda mais relevante para o banco (MARTINS; OLIVEIRA; MALAQUIAS, 2016).

Nesse sentido, este estudo se propõe a caracterizar e avaliar as mutações do Patrimônio Líquido (PL) dos fundos de investimentos de um banco comercial no estado do Rio Grande do Sul. Os fundos analisados foram: Master - DI, Super, VIP e FI Ações, no período entre outubro de 2004 e novembro de 2016.

Este objetivo geral remete a outros específicos como a análise da tendência que este patrimônio apresenta ao longo do tempo, verificar a existência ou não de correlação entre o patrimônio líquido e a taxa de juros no período e como se comporta o patrimônio líquido dos fundos em períodos de alta e em períodos de queda da taxa SELIC. Espera-se que, de acordo com as características dos fundos e a relação de suas carteiras para com ativos remunerados pela taxa básica de juros, o patrimônio líquido destes fundos apresente correlação positiva com a taxa SELIC, ou seja, aumentos na taxa de juros tendem a gerar aumentos no volume de recursos do fundo e diminuições na taxa tendem a diminuir o patrimônio líquido.

Esta avaliação faz-se necessário na medida que, o gestor tendo condições de prever o comportamento dos fundos, pode gerenciar de maneira mais eficiente seus investimentos e acompanhar melhor a variação nos patrimônios líquidos dos fundos, uma vez que são a partir daí que são calculadas as taxas de administração dos fundos, que são a principal remuneração das instituições.

Para isso, após esta introdução, foram trazidos alguns conceitos teóricos sobre os assuntos a serem pesquisados com base em normas, leis e autores considerados mais alinhados com os objetivos propostos. Como terceira parte definiu-se a metodologia utilizada para obter e analisar os dados. Em seguida fez-se o estudo de caso propriamente dito, tentando trazer o maior número de informações possíveis para enriquecer a pesquisa e alcançar o objetivo e, por fim, são expostas as considerações finais após a análise dos dados.

## **2 | REVISÃO TEÓRICA**

Este capítulo irá apresentar os principais conceitos que serviram como arcabouço teórico para fundamentação da pesquisa e para definição das referências utilizadas para analisar e classificar os resultados encontrados de modo a contextualizar o problema a ser trabalhado e facilitar a sua compreensão e relevância.

Segundo Furlani (2009) o Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser definido como um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas governo) superavitários para os deficitários. Basicamente, “é o mercado de emprestadores e tomadores de empréstimo, sendo que o valor da remuneração dos empréstimos é chamado de juro ou, em termos percentuais, de taxa de juros” (MELLAGI FILHO; ISHIKAWA, 2003, p. 17).

No Brasil, a taxa básica de juros da economia é representada pela Selic. Foi criada em 1999 após o Governo Federal, através do Banco Central, extinguir o sistema de bandas de juros passando a adotar apenas uma taxa para sinalizar os juros de toda a economia nacional criando uma taxa referencial única chamada de Selic (FALCÃO, 2003). Selic é uma sigla para o Sistema Especial de Liquidação e Custódia, que foi criado em 1980, pelo Banco Central pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Abertos (ANDIMA), com objetivo de tornar as negociações com títulos mais transparentes e seguras. Conforme Mishkin (2000), uma taxa de juros é o custo de se fazer um empréstimo ou o preço pago pela utilização de fundos. Já Assaf Neto (2008), afirma que a taxa de juro reflete o preço pago pelo sacrifício de poupar, ou seja, a remuneração exigida por um agente econômico ao decidir postergar o consumo, transferindo seus recursos a outro agente.

Na verdade, o Selic é um sistema computadorizado on-line que registra todas as operações com títulos públicos e permite a atualização diária das posições das instituições financeiras permitindo maior controle das reservas bancárias. Além disso, o Selic representa também a taxa de juros que é obtida a partir do cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais negociados com os bancos (FORTUNA, 2005).

De acordo com Faria (2003) a Selic é como se fosse o teto para os juros pagos pelos bancos nos depósitos a prazo e, portanto, serve como base para que eles definam os juros que serão cobrados nas operações de empréstimos. Sendo assim, serve como instrumento da política monetária que permite o controle dos meios de pagamento e, portanto, da inflação, sendo estabelecida em função das prioridades econômicas e da situação do país. Ainda segundo o autor:

Ao primeiro sinal de alta na taxa inflacionária, por qualquer razão, o Copom aumenta a taxa Selic que, por ser a taxa básica, induz os agentes financeiros a subirem imediatamente suas taxas ativas, o que costumam fazer com muita rapidez, encarecendo o custo do dinheiro e inibindo o consumo (FARIA, 2003, p. 75).

Observa-se, portanto, que a taxa Selic definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) não é a taxa efetivamente praticada, mas sim uma meta para esta.

## 2.1 Fundos de Investimentos

Segundo Fortuna (2005), um fundo de investimento é uma espécie de condomínio

ou aplicação em conjunto na qual, mesmo com os investidores podendo resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem e sempre fica uma soma disponível para aplicar em títulos diversificados.

Investindo através desta reunião de recursos, o montante aplicado é maior e assim os cotistas conseguem reduzir os custos, taxas de corretagem e tarifas obtendo melhor rentabilidade que quando investem individualmente além de reduzir risco, devido ao poder de diversificação na compra com maior volume de recursos.

A soma destes investimentos constitui o Patrimônio Líquido (PL) do fundo e esse por sua vez, principalmente em fundos abertos que permitem o resgate das cotas a qualquer momento, pode apresentar volatilidade em períodos em que a economia e seus indicadores apresentam oscilações.

A regulação dos fundos de investimentos é feita pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que não só normatiza como também fiscaliza os fundos de modo a proteger os investidores, trazendo mais transparência e segurança as operações. Atualmente é regida pela Instrução Normativa CVM 409 de 18 de agosto de 2004 que flexibilizou algumas regras para os fundos de investimento, facilitando a autorregulação deste mercado. (CVM, 2004).

No Brasil, a principal instituição autorreguladora que é formada pelos participantes do mercado interessados em criar regras para tornar mais seguras suas operações é Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O Código de autorregulação da indústria de Fundos de Investimentos, criado em 2000, estabelece parâmetros para as atividades da indústria de fundos de investimentos, e seu principal objetivo, de acordo com a Associação, é estabelecer concorrência leal, qualidade e disponibilidade de informações; elevação dos padrões fiduciários e promoção de melhores práticas de governança (ANBIMA, 2016).

De modo a trazer mais segurança ao investidor no momento da sua escolha por um tipo de fundo, a CVM em sua Instrução Normativa 409, classifica os fundos conforme o prazo de seus títulos, o percentual de títulos públicos, de ações, o *benchmark*, entre outros indicadores e obriga aos fundos trazerem no seu prospecto e regulamento esta classificação, assim, mesmo que o investidor não conheça a composição da carteira do fundo, saberá quais suas características. Desta forma, eles ficam então classificados em: Curto Prazo, Referenciado, Renda Fixa, Ações, Cambial, Dívida Externa e Multimercado.

Fundos de Curto Prazo são aqueles que investem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou privados de baixo risco de crédito. Estes títulos podem ser pré-fixados ou indexados à taxa Selic, ou ainda a outra taxa de juros ou títulos indexados a índices de preços. Investem em papéis com prazo máximo de 375 dias e sendo que o prazo médio da carteira deve ser inferior a 60 dias. Por estas características, são considerados os mais conservadores, indicados para investidores com objetivo de investimento de curtíssimo prazo, pois suas cotas são menos sensíveis às oscilações das taxas de juros, mas produzem baixíssimos rendimentos, muitas vezes inferiores

aos da poupança.

Fundos Referenciados são fundos que apresentam em seu nome o indicador de desempenho que sua carteira tem por objetivo acompanhar. Para obter tal rendimento deve investir no mínimo 80% em títulos públicos federais ou em títulos de renda fixa privados, classificados na categoria baixo risco de crédito. Além disso, no mínimo 95% de sua carteira é composta por ativos que acompanham a variação do seu indicador de desempenho, o chamado benchmark. Os fundos referenciados mais conhecidos são os DI, fundos que buscam acompanhar a variação diária das taxas de juros (Selic/CDI), e poderão se beneficiar em um cenário de alta de juros.

Os Fundos de Renda Fixa devem aplicar no mínimo 80% de seus ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, ao fator de risco de renda fixa pré-fixado ou pós-fixado. Além disso, usam instrumentos de derivativos com o objetivo de proteção (hedge). Nos fundos de Renda Fixa ocorre o oposto dos fundos Referenciados DI, pois poderão se beneficiar em um cenário de redução das taxas de juros.

Já os Fundos de Ações investem no mínimo 67% de seu patrimônio em ações negociadas em bolsa. Dessa forma, estão sujeitos às oscilações de preços das ações que compõem sua carteira. Alguns fundos desta classe têm como objetivo de investimento acompanhar a variação de um índice do mercado acionário, tal como o Ibovespa ou o IBrX. São mais indicados para quem tem objetivos de investimento de longo prazo e aceitar assumir riscos maiores.

Por fim, os Fundos Multimercado: são fundos que possuem políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Além disso, utilizam-se ativamente de instrumentos de derivativos para alavancagem de suas posições, ou para proteção de suas carteiras (hedge). O regulamento destes fundos poderá autorizar a aplicação em ativos financeiros no exterior, no limite de 20% de seu patrimônio líquido. São fundos com alta flexibilidade de gestão, por isso dependem da estratégia do gestor na escolha do melhor momento de alocar os recursos, na seleção dos ativos da carteira e no percentual do patrimônio que será investido em cada um dos mercados.

### 3 | METODOLOGIA

O presente trabalho é um estudo de caso sobre os fundos de investimento de um banco comercial, no qual, em um universo de mais de 30 tipos diferentes de fundos, foi analisada uma amostra de quatro, escolhidos por amostragem não-probabilística, sendo um de ações (Fundo FI Ações), um referenciado ao DI (Fundo Master), um de curto prazo (Fundo Super) e um de renda fixa (Fundo VIP). Foram escolhidos estes fundos, pois os mesmos possuem dados históricos públicos em todo o período em que se pretende fazer a análise, de outubro de 2004 a novembro de 2016 e, pois, possuem

uma composição de carteira diferente um do outro.

Realizou-se uma pesquisa exploratória que envolverá dados bibliográficos e documentais de modo a caracterizar e analisar as oscilações do patrimônio líquido destes fundos e suas possíveis causas. Fez-se, também, uma análise das tendências das mutações do PL de cada fundo através da análise gráfica onde se verificou se seu comportamento se assemelha ou não com o da taxa de juros do Brasil no mesmo período.

Os dados utilizados foram coletados diretamente na página da internet da instituição financeira e da página do Banco Central do Brasil, em que são expostas as séries históricas da taxa Selic e onde foi buscado o valor do patrimônio líquido dos fundos nas mesmas datas das reuniões do COPOM.

Em um segundo momento, realizou-se estudo de correlação entre o patrimônio dos fundos e a taxa Selic de modo a verificar se as oscilações do patrimônio líquido têm parte de seu comportamento explicado pela variação da taxa de juros no país. Por fim, foi realizada análise dos coeficientes de correlação entre o patrimônio líquido dos fundos, de modo a verificar o comportamento do mercado em relação aos fundos que o banco apresenta, isto é, de que modo investe seus recursos e em que momento.

Embora se observe que existem diversos indicadores econômicos que têm impacto sobre os dados analisados como a inflação, a renda, o consumo, o nível de investimento do país, desemprego, etc. escolheu-se a taxa Selic para a pesquisa, pois é considerada a taxa básica de juros do país e remunera alguns dos títulos públicos do Brasil os quais estão presentes em praticamente todas as modalidades fundos de investimentos.

Para fins de cálculo e classificação das correlações, coeficiente utilizado foi o de correlação linear, também chamado de coeficiente de correlação de Pearson, calculado através da seguinte equação:

$$r = \frac{Cov_{x,y}}{\sigma_x \sigma_y}, \quad r \in (-1; +1) \quad (1)$$

Onde:

$Cov_{x,y}$  é a covariância das variáveis x e y;

$\sigma_x$  é o desvio padrão da variável x e

$\sigma_y$  é o desvio padrão da variável y.

Após o cálculo dos coeficientes de correlação, será realizada classificação da

correlação de acordo com o valor do coeficiente como mostra a Tabela 1:

Coeficiente	Correlação
$r = 1$	Perfeita positiva
$0,8 \leq r < 1$	Forte positiva
$0,5 \leq r < 0,8$	Moderada positiva
$0,1 \leq r < 0,5$	Fraca positiva
$0 < r < 0,1$	Ínfima positiva
0	Nula
$-0,1 < r < 0$	Ínfima negativa
$-0,5 < r \leq -0,1$	Fraca negativa
$-0,8 < r \leq -0,5$	Moderada negativa
$-1 < r \leq -0,8$	Forte negativa
$r = -1$	Perfeita negativa

Tabela 1: classificação das correlações a partir do coeficiente de correlação

Fonte: Souza (2008)

Portanto, o coeficiente de correlação de Pearson varia entre -1 e 1. Para valores positivos indica que as variáveis possuem a mesma direção e quanto mais próximo de 1, maior será a correlação entre elas. Já para valores negativos, as variáveis em análise apresentam comportamentos contrários, ou seja, se uma variável está crescendo a outra estará diminuindo e vice-versa, e quanto mais próximo de -1 maior será a correlação. Quanto o coeficiente for 1 ou -1 indica-se que a correlação entre as variáveis é perfeita (FIGUEIREDO FILHO et al., 2014).

#### 4 | 4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na Figura 1 estão representadas as os dados obtidos para os fundos: Master DI, Super, VIP e FI Ações. Foram analisadas as variações dos Patrimônios Líquidos de cada fundo junto com a variação da taxa SELIC para o período entre Abril de 2004 até Novembro de 2016.

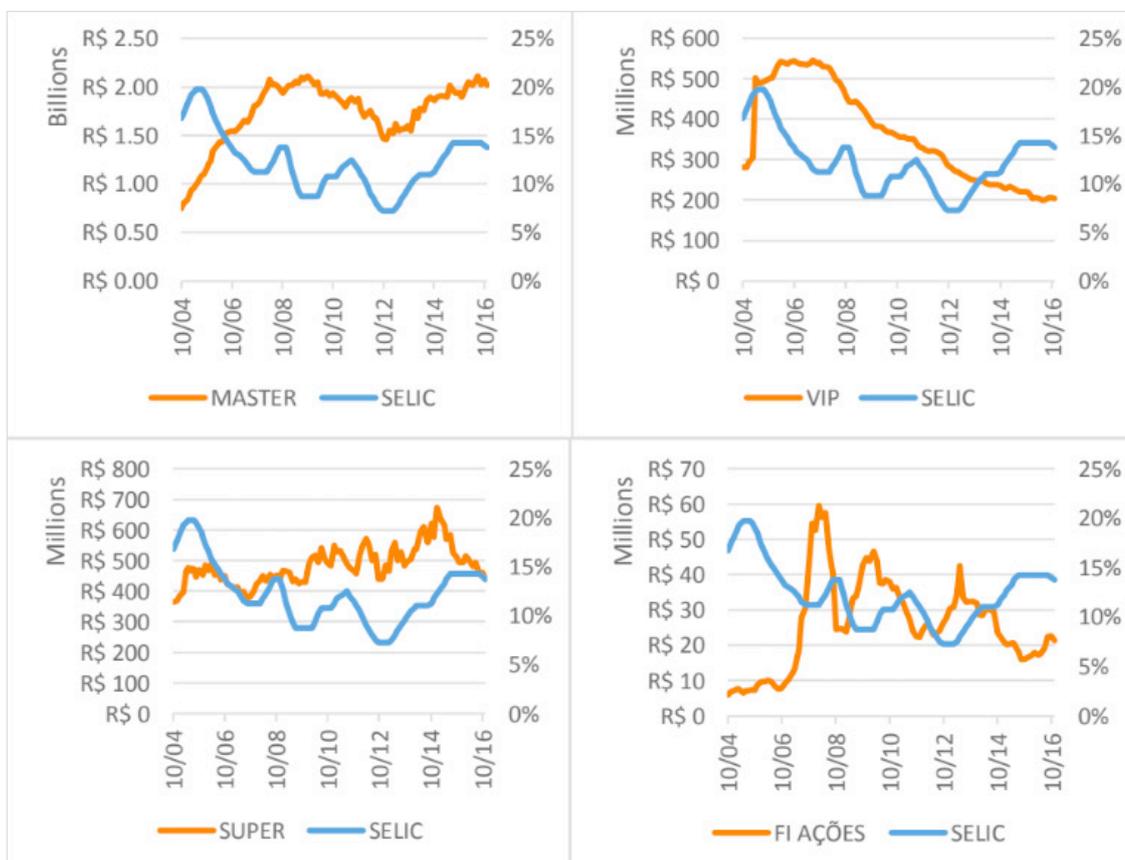


Figura 1: Selic x patrimônio líquido dos fundos no período de 2004 a 2016.

Fonte: dados da pesquisa

O patrimônio líquido do fundo Master apresenta até o início de 2008 crescimento constante, independente das oscilações na taxa Selic e refletindo o aquecimento do mercado neste período. Como a taxa de juros está atrelada ao CDI e este fundo tem 95% da sua carteira investida em títulos que acompanham a variação deste indicador, neste período em que a taxa estava em patamares elevados, a rentabilidade do fundo também estava atraindo investidores constantemente. Com a queda da taxa de juros, o crescimento do PL perdeu força e no período de 2008 a 2016, seu comportamento apresenta uma tendência a acompanhar a taxa de juros.

O fundo Super apresenta uma volatilidade em seu PL em curtos períodos de tempo, porém com uma tendência crescente até janeiro de 2015, após este período o patrimônio do fundo apresenta fortes diminuições convergindo ao mesmo patamar do período de março de 2013. O desenho da curva e a volatilidade do PL do fundo, que se diferenciam dos demais, pois apresentam pequenas oscilações constantes, positivas e negativas, durante todo o período analisado, podem ser explicados pelo fato de que este fundo possui resgate automático, sendo vinculado a conta corrente dos investidores, tanto pessoas jurídicas como físicas, que têm seu investimento resgatado a qualquer tempo para saldar eventuais retiradas ou saques pelos clientes. Deste modo, o comportamento do patrimônio do fundo não está associado à taxa de juros, pois é fortemente influenciado pela movimentação das contas correntes que apresentam oscilações de saldo dentro do mês e, portanto, tornam os investimentos nesse fundo de curto prazo.

O fundo VIP tem uma grande valorização de seus ativos ou grande aporte de recursos entre 2004 e 2005, chegando a duplicar seu PL que, nos anos seguintes, demonstra estabilidade entre 2005 e 2008 e uma forte tendência de queda deste período em diante, com seu comportamento tendendo a acompanhar a curva da taxa Selic no período até outubro de 2012 quando a taxa SELIC apresentou um ponto de inflexão porém o PL do fundo continuou a cair chegando a níveis inferiores inclusive àqueles do início da série analisada.

Por fim, o fundo de ações, no período entre 2004 a 2013 apresentou grandes oscilações no seu patrimônio conforme esperado para um fundo de ações. Apesar de manter seu patrimônio num patamar constante durante este período, o fundo apresentou fortes quedas de 2013 em diante, período em que a bolsa de valores obteve fortes quedas consecutivas no período anterior ao processo de impeachment ocorrido no país. Deste período em diante o fundo apresenta uma tendência de crescimento. Nota-se que este fundo não tem forte relação com a variação da taxa de juros uma vez que sua carteira é composta 67% de ações, as quais não apresentam fortes correlações com taxas de juros e sim com ciclos econômicos sentidos pelos analistas de mercado.

#### 4.2 4.2 Estudo de Correlação

Na tabela 2 são apresentados os coeficientes de correlação calculados entre a taxa SELIC meta e os Patrimônios Líquidos dos fundos do banco e as respectivas classificações para as correlações encontradas considerando o período de 20 de outubro de 2004 até 30 de novembro de 2016, abrangendo 103 reuniões do COPOM:

Fundo	Coeficiente de correlação de Pearson (r)	Intervalo	Correlação
Master DI (conservador)	-0,59840944	-0,8 < r < -0,5	Moderada negativa
Super (conservador)	-0,265676554	-0,5 < r < -0,1	Fraca negativa
VIP (conservador)	0,260602757	0,1 < r < 0,5	Fraca positiva
FI Ações (arrojado)	-0,704800223	-0,8 < r < -0,5	Moderada negativa

Tabela 2: coeficientes de correlação

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os coeficientes calculados, foi verificado que, assim como visto nos gráficos, existe correlação entre o patrimônio líquido dos fundos e a taxa de juros com uma predominância de correlações negativas, indicando que, no período analisado, enquanto a taxa Selic apresentava oscilação positiva, o patrimônio líquido dos fundos se reduzia e vice-versa.

Um dos possíveis motivos para as correlações negativas é a existência de títulos pré-fixados na carteira de praticamente todos os fundos analisados. Um exemplo do que ocorre nestes casos é o seguinte, enquanto um título tem uma rentabilidade pré-fixada de 10% a.a. e a Selic-meta está em 8% a.a. ele representa um ótimo investimento, ampliando o seu valor e, por consequência, o PL do fundo. Mas, se a taxa Selic passa a 12% a.a. outros papéis passam a ser mais atrativos e este perde seu valor de mercado, reduzindo o PL do fundo, mesmo sem ter sua rentabilidade alterada.

Pode-se verificar também, a partir das correlações negativas encontradas, que em um momento de elevação na taxa de juros, fundos como os de renda fixa e referenciados (Super e Master) se tornam mais atrativos ao investidor devido a melhor remuneração de seus papéis pós-fixados. Por outro lado, estas situações de volatilidade na taxa de juros exigem uma manobra de grande habilidade de seu gestor para impedir ou amenizar esse impacto sobre o PL, através de compra de títulos pós-fixados e venda de títulos pré-fixados, captação de novos recursos junto a investidores, etc.

Infere-se, portanto, que independente de fatores como o tipo de fundo, a composição de sua carteira e a credibilidade da instituição ou a habilidade de seus gestores frente ao momento vivido pela economia mundial, o comportamento do consumidor desses fundos analisados, pode rapidamente alterar o modo de oscilação de seu patrimônio líquido.

Embora alguns fundos não apresentem correlação muito forte, tomamos como base o fundo Master para fazer uma comparação entre distintos períodos. A escolha por este fundo em particular justifica-se na medida em que trata-se do principal e maior fundo de investimentos do banco em questão, sendo que seu Patrimônio Líquido representa mais de 3 vezes o PL dos outros 3 fundos somados.

Neste sentido, separamos 2 momentos de comportamento distinto da taxa SELIC. Num primeiro momento, em um período de queda da taxa que ocorreu entre julho de 2011 à março de 2013 quando a taxa saiu de 12,50% a.a. para sua mínima histórica de 7,25% a.a. como pode ser percebido na Figura 2. Neste período, o PL do fundo apresentou também forte queda, passando de R\$ 1,89 bilhões para cerca de R\$ 1,52 bilhões, representado um coeficiente de correlação de 0,919885 o que representa uma correlação considerada forte (entre 0,8 e 1) e indica que o patrimônio líquido do fundo teve uma grande redução, quase idêntica à ocorrida com a taxa SELIC, indicando que os investidores tendem a retirar suas aplicações de investimentos conservadores em períodos de queda dos juros e buscar outros tipos de investimentos.

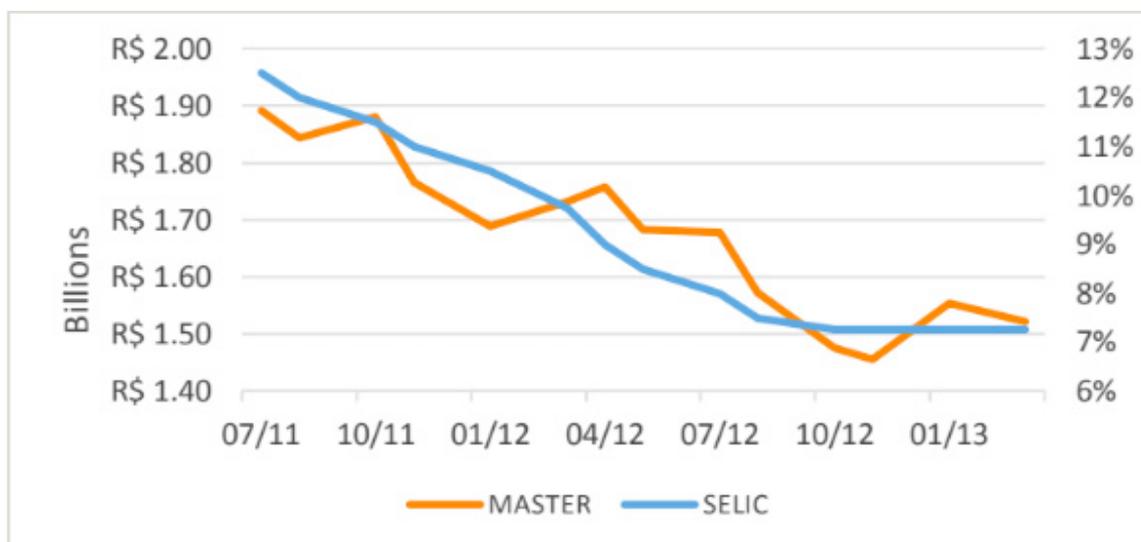


Figura 2: Selic x PL do Fundo Master no período de 2011 a 2013.

Fonte: dados da pesquisa

Paralelo a isso, quando analisamos outro período distinto do comportamento da taxa de juros – desta vez um período de alta na taxa – corroboramos a análise feita acima, uma vez que neste período quando a taxa subiu de 7,25% a.a. em março de 2013 e chegou a 14,25% a.a. em agosto de 2016, o PL do fundo saltou de R\$ 1,52 bilhões para mais de R\$ 2 bilhões (Figura 3), o que representa um elevado coeficiente de correlação, de cerca de 0,928004 que é considerado como forte correlação. Isto indica que, como esperado, em um período de elevação na taxa de juros, os investidores tendem a migrar novamente seus recursos para aplicações de renda fixa.



Figura 3: Selic x PL do Fundo Master no período de 2013 a 2016.

Fonte: dados da pesquisa

Portanto, o comportamento da taxa básica de juros está fortemente relacionado ao comportamento do Patrimônio Líquido dos fundos, em especial ao fundo Master, uma vez que na medida em que a taxa de juros cai o patrimônio líquido do fundo também cai e quando a taxa sobe, o PL do fundo acompanha este crescimento,

demonstrando a importância para os gestores do acompanhamento desta variável, pois impacta diretamente – e com forte correlação – no Patrimônio Líquido de seus fundos de investimentos e por consequência na rentabilidade dos mesmos.

## 5 | 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os bancos e administradoras de fundos de investimentos têm sua receita principalmente proveniente das taxas de administração que incidem sobre o patrimônio líquido dos fundos, conhecer o comportamento deste patrimônio ao longo do tempo torna relevante este estudo que teve como objetivo, de modo geral, caracterizar e avaliar as mutações do patrimônio líquido dos fundos do banco de modo que os resultados encontrados permitam ao administrador do fundo ter um maior conhecimento sobre o comportamento do PL dos fundos e, por consequência, do impacto sobre suas receitas, podendo adotar diferentes alternativas de gestão.

A partir da análise gráfica, verificou-se que os fundos analisados apresentaram comportamentos distintos dentro dos períodos analisados. No período de 2004 a 2007, que se chamou período inicial deste estudo, concluiu-se que o mercado financeiro estava bastante aquecido, pois o patrimônio de todos os fundos apresentou variação positiva considerável. Entretanto, devido às incertezas do mercado geradas pela crise mundial, a curva do PL dos fundos apresentou certa estabilidade e até mesmo queda em alguns momentos entre 2008 a 2013.

Desta análise concluiu-se que a taxa de juros elevada atrai capital especulativo e aquece o mercado financeiro fazendo com que o PL dos fundos cresça, porém de maneira lenta e progressiva. Por outro lado, quando o mercado entra em uma crise ou apresenta um cenário de incertezas quaisquer, altera rapidamente seu comportamento fazendo com que o patrimônio dos fundos cesse seu crescimento, tendendo a acompanhar as oscilações da taxa de juros.

O estudo de correlação de Pearson entre o patrimônio líquido dos fundos e a taxa Selic demonstrou que essas variáveis estão correlacionadas, porém de maneira negativa, a exceção do Fundo VIP. Esse resultado permitiu concluir que a reação do mercado às mudanças na taxa de juros é lenta quando posterior a um cenário de alta na taxa e mercado aquecido, por isso resultou em correlações negativas no período em que a taxa se reduz e o PL dos fundos cresce. Porém, após um momento de incertezas no mercado financeiro e taxa de juros baixa, as correlações dos fundos com a Selic foram positivas e o PL dos fundos, no médio e longo prazo passou a acompanhar as oscilações na taxa Selic

Por fim, o estudo das correlações de Pearson para períodos distintos da taxa de juros apresentou correlação quase perfeita com o patrimônio líquido do fundo Master. No período de aumento na taxa SELIC, ocorrido entre março de 2013 a junho de 2016, quando a taxa passou de 7,25% a.a. para 14,25% a.a. a correlação encontrada foi de 0,928. Para um período de queda na taxa de juros, entre 2011/07 a 2013/03,

a correlação também foi positiva e forte, conforme esperado, chegando a 0,919. Portanto, conclui-se a existência de forte relação entre a taxa de juros e o patrimônio líquido dos fundos, em especial o fundo Master.

Conclui-se, portanto, que as significativas correlações encontradas nas diferentes análises realizadas neste estudo demonstraram forte relação entre a taxa de juros básica do Brasil (SELIC) e o patrimônio líquido dos fundos do banco, em especial ao seu principal fundo (Master-DI). Deste modo, a principal implicação deste trabalho é a possibilidade de auxiliar o gestor dos fundos no planejamento antecipado para tomada de decisão, antevendo as reações do mercado e gerenciado a carteira dos fundos de maneira mais assertiva possível para ampliar as receitas da instituição e os rendimentos dos investidores.

É importante lembrar-se que este estudo apresentou como limitação o fato de considerar apenas uma das variáveis (taxa de juros) que têm impacto sobre o patrimônio líquido dos fundos e de maneira isolada. Sugere-se para estudos futuros expandir-se essa análise com a inclusão de outros indicadores ou variáveis econômicas na busca por resultados ainda mais concretos.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas** e valor. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento**. 2016. Disponível em: <<http://www.anbima.com.br/data/files/49/E6/2A/13/B600A510C81C5B9569A80AC2/Codigo-de-Fundos-01072016.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BACEN, Banco Central do Brasil. **COPOM: Histórico das Taxas de Juros**. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BANRISUL, Banco do Estado do Rio Grande do Sul. **Fundos de Investimentos**. 2017. Disponível em: <[http://banrisul.com.br/bob/link/bobw05hn\\_fundos\\_lista.aspx?secao\\_id=808](http://banrisul.com.br/bob/link/bobw05hn_fundos_lista.aspx?secao_id=808)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. Instrução **CVM 409 de 18 e agosto de 2004**. 2004. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/400/inst409consolidsemmarcas.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

FALCÃO, G.J. **Consideração sobre a base legal para criação do comitê de política monetária (COPOM) e a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que rege o sistema financeiro nacional**. 2003. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1568/consideracao\\_copom\\_falcao.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1568/consideracao_copom_falcao.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 17 jun. 2013.

FARIA, R.G. **Mercado financeiro: instrumentos e operações**. São Paulo: Prentice Hall. 2003.

FIGUEIREDO FILHO, D.B.; ROCHA, E.C.; SILVA JÚNIOR, J.A.; PARANHOS, R.; NEVES, J.A.B.; SILVA, M.B. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson: O retorno**. Leviathan—Cadernos de Pesquisa Política, 8. ed., p. 66-95. 2014.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2005.

- FURLANI, J.R.A. **Como funciona o Sistema Financeiro Nacional**. In Programa de Educação Financeira: BC e Universidade. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Como%20Funciona%20o%20Sistema%20Financeiro%20Nacional%20%5BModo%20de%20Compatibilidade%5D.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2013.
- GOMES, C.E.; SILVA, C. Regime de Metas para a Inflação no Brasil: Uma Abordagem Histórica de 1999 a 2012. **A Economia em Revista-AERE**, v. 24, n. 1, p. 65-86. 2016.
- MAESTRI, C.O.N.M.; MALAQUIAS, R.F. Exposição a fatores de mercado de fundos de investimentos no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 61-76. 2017
- MARTINS, M.F.; OLIVEIRA, K.G.; MALAQUIAS, R.F. Relação entre Taxas de Administração Divulgadas e Efetivas em Fundos de Investimento. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 4, n. 1, p. 27-45. 2016.
- MELLAGI FILHO, A.; ISHIKAWA, S. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2003
- MISHKIN, F.S. Moedas, bancos e mercados financeiros. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2000.
- OREIRO, J.L.; MARCONI, N. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 167-179. 2016.
- SOUZA, A. **Coefficiente de Correlação Linear de Pearson**. 2008. Disponível em: <[http://www.aurea.uac.pt/pdf\\_MBA/coef\\_correl\\_Pearson.pdf](http://www.aurea.uac.pt/pdf_MBA/coef_correl_Pearson.pdf)>. Acesso em: 10 ag. 2013.
- TAYLOR, J.B. Discretion versus policy rules in practice. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, v. 39, p. 195-214. 1993.

## REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA: BERÇO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS QUE INFLUENCIARAM TODA A HUMANIDADE

### **Eduardo Cezar de Carvalho Souza**

Bacharel em Ciências Econômica/ UFAM. E-mail: eduardo-cezar@hotmail.com

### **Michele Lins Aracaty e Silva**

Doutora em Desenvolvimento Regional/ UNISC. Docente do Curso de Ciências Econômica – UFAM. E-mail: michelearacaty@ufam.edu.br

**RESUMO:** Pretende-se neste artigo abordar aspectos que circundam o entendimento acerca da primeira Revolução Industrial na Inglaterra e seus desdobramentos de cunho econômico, político e social, bem como a visão de economistas a respeito dos acontecimentos deste período. Nota-se que em meados do século XVIII a Inglaterra vivenciou mudanças de caráter primordialmente econômicas que viriam a afetar os mais diversos aspectos da história em um momento conhecido como a Revolução Industrial. Neste período, inovações tecnológicas no âmbito industrial e agrícola na Inglaterra. A inserção de máquinas no processo produtivo gera progressivos ganhos de produtividade, tornando seu bem final altamente competitivo nos mais diversos mercados. Entretanto, a inserção da política de cercamentos, bem como o surgimento do capitalismo industrial influem diretamente no êxodo urbano, e consequente inchaço populacional nas grandes cidades. A inserção da

maquinofatura traz alternância com amplitudes tangíveis a aspectos sociais, especificamente no escopo psicológico do trabalhador, que perde sua autoridade, conhecimento e arbitrariedade dentro do processo produtivo, tornando-se estritamente vinculado a um capitalista que o insere em uma linha de produção, deturpando seu conhecimento e o vinculando a uma única e repetitiva tarefa em péssimas condições de trabalho, sem direitos e a uma remuneração baixíssima. Portanto, entende-se que a Revolução Industrial representa uma ruptura total com diversos pontos produtivos e econômicos, tornando-se primordial para o estabelecimento do capitalismo industrial e para impactos profundos na relação entre o trabalhador e o capital e, desta forma, de evidente importância no debate do capitalismo industrial e história econômica geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolução Industrial. Inovações. Transformações Socioculturais.

**ABSTRACT:** This article aims to address aspects that surround the understanding of the first Industrial Revolution in England and its economic, political and social developments, as well as the economists' view of the events of this period. It is noted that in the middle of the eighteenth century England experienced primarily economic changes of character that would affect the most diverse aspects of history

at a time known as the Industrial Revolution. In this period, technological innovations in the industrial and agricultural scope in England. The insertion of machines in the productive process generates progressive gains of productivity, making it's final good highly competitive in the most diverse markets. However, the insertion of the enclosure policy as well as the emergence of industrial capitalism directly influence the urban exodus, and consequent population swelling in the big cities. The insertion of "maquinofatura" brings alternation with amplitudes tangible to social aspects, specifically in the psychological scope of the worker, who loses his authority, knowledge and arbitrariness within the productive process, becoming strictly linked to a capitalist who inserts him into a production line, Distorting his knowledge and linking him to a single and repetitive task in bad working conditions, without rights and very low remuneration. Therefore, it is understood that the Industrial Revolution represents a total rupture with diverse productive and economic points, being essential for the establishment of industrial capitalism and for deep impacts on the relation between the worker and the capital and, therefore, of evident importance in the debate of industrial capitalism and general economic history.

**KEYWORDS:** Industrial Revolution. Innovation. sociocultural transformations

## INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial caracteriza-se como um conjunto de mudanças de caráter produtivo e econômico ocorridas na Europa, principalmente na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, especificamente entre a década de 1760 a um período entre 1820 e 1840. O ponto mais relevante dentre as diversas mudanças no período supracitado é a substituição do trabalho de caráter artesanal por um trabalho assalariado e com o auxílio de máquinas e equipamentos.

A produção econômica europeia em um período anterior a Revolução Industrial está veementemente vinculada ao setor agrário. o acúmulo de capital representava uma forma de detenção do poder por parte da classe burguesa. Desta forma, com o intuito de acumular riquezas por meio da produção nas indústrias, as consequentes inovações técnicas passam a gerar uma grande demanda por trabalhadores que se deslocam em direção aos grandes centros urbanos, onde passaria a se concentrar a produção nas grandes indústrias.

Desse modo, com a utilização de novas técnicas na produção como a divisão do trabalho e novas tecnologias como máquinas movidas a vapor, os ganhos de produtividade e a capacidade produtiva da Inglaterra cresceram exponencialmente em um curto período de tempo.

## METODOLOGIA

Quando aos aspectos metodológicos, considerados como um instrumento necessário ao pesquisador uma vez que compreende a análise da pesquisa e a busca

do conhecimento. Para tanto, esta pesquisa foi de caráter bibliográfico e documental com características descritivas e exploratórias.

Em relação aos procedimentos utilizamos o método histórico, o qual reconstrói o passado, sistematicamente, verificando evidências e delineando conclusões. Exibindo os acontecimentos históricos, políticos e econômicos provenientes da Revolução Industrial inglesa no século XVIII. Para tanto, utilizou-se de autores clássicos e contemporâneos que analisaram a Revolução Industrial sobre o olhar social, econômico e político.

### **1.1 1.1 Contextualização Histórica**

Segundo HOBBSAWM, (1977) no período anterior ao surgimento do capitalismo industrial - por volta do ano de 1740 - o mundo era majoritariamente rural. Os portos representavam o maior meio de escoação de pessoas e produtos para outras regiões do mundo, que possuía vastos territórios desconhecidos e poucas possibilidades de deslocamentos. Portanto, dentre as mudanças ocasionadas pela Revolução Industrial; a principal delas se caracteriza pela alteração drástica das relações entre o homem e o trabalho.

Para SAES, SAES, (2013, p. 147), a Revolução Industrial transforma o homem, que anteriormente era um agricultor, com o auxílio de energias humana e animal, que tinha parcela total de seu subsídio advindo do campo, para um homem manipulador de máquinas movidas por energia inanimada, localizado em grandes centros urbanos e em condições de vida totalmente diferentes.

Na concepção de Dobb, (1987, p. 148), as cidades possuíam modos de produção predominantemente artesanais ou manufatureiros, com destinação de venda em mercados locais ou coloniais. No âmbito artesanal, na maioria dos casos, todas as etapas do processo de produção eram realizadas por uma única pessoa. Desta forma, o artesão era conhecedor de todas as etapas da confecção do produto, além de ser o detentor das ferramentas para a produção e ter acesso às matérias primas necessárias.

Na manufatura, um grupo de trabalhadores é reunido dentro de um espaço comum, geralmente uma oficina. Sabe-se que apesar do processo produtivo ser estritamente manual, cada um dos artesãos ficaria responsável por uma específica etapa dentro do processo produtivo, caracterizando a divisão técnica do trabalho.

Naquele novo cenário, caracterizado pela produção industrial, novas técnicas produtivas eram inseridas em alguns ramos da manufatura, notadamente em período inicial no setor têxtil. Nota-se que duas mudanças foram primordiais neste momento: a introdução das máquinas e a inserção da energia inanimada, por meio da energia hidráulica e a vapor, em detrimento da energia humana e animal anteriormente utilizadas em primazia. Conceitualmente, trata-se do surgimento da grande indústria como local para a nova forma de produção capitalista. Neste contexto, a máquina passa a representar a posição central, por isso entende-se amplitude do impacto da inovação tecnológica neste período. (SAES; SAES, 2013, p. 151-154).

No escopo das inovações tecnológicas durante a Revolução Industrial caracterizam-se principalmente a inserção de máquinas no processo produtivo tanto no âmbito industrial, com maior relevância produtiva, como no viés agrícola. Dentre as diversas inserções tecnológicas na industrial surge a Spinning-Jenny, responsável pela tecelagem de fios em maior quantidade e metragem, assim como a Water Frame, responsável por auxiliar o processo de produção de tecidos, e por ser movida a energia hidráulica diminuía consideravelmente seus custos de produção.

Figura 1: Spinning-jenny

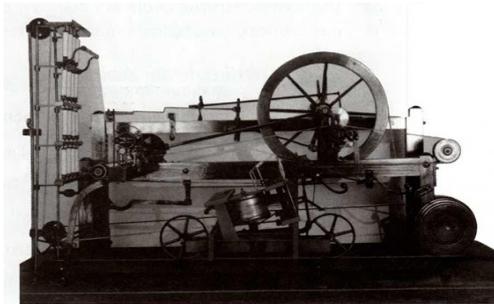


Figura 2: Water frame



Fonte da figura 1: <http://histoblogsu.blogspot.com.br/2009/06/as-maquinas-simplificando-o-trabalho.html>

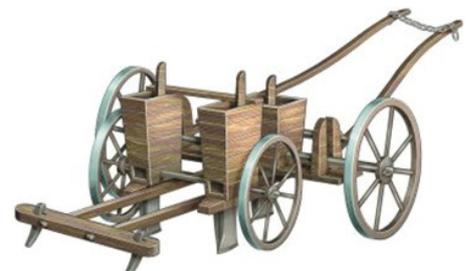
Fonte da figura 2: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:18C\\_\(late\)\\_Arkwright\\_Water\\_](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:18C_(late)_Arkwright_Water_)

Na agricultura as grandes inovações tecnológicas são a máquina de debulhar e a semeadeira, onde a primeira fazia com muito mais rapidez a separação entre os grãos e a parte da plantação a ser descartada, trabalho feito manualmente em um período anterior, já a segunda era responsável por semear em menor período as mudas a serem plantadas e posteriormente cultivadas, além de otimizar o aproveitamento espacial do terreno, com mudas mais próximas, gerando consecutivo aumento no volume produtivo.

**Figura 3: Máquina de Debulhar**



**Figura 4: Semeadeira**



Fonte da figura 3: [http://viticodevagamundo.blogspot.com.br/2010\\_09\\_01\\_archive.html](http://viticodevagamundo.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html)

Fonte da figura 4: <http://invencoesseculoxix.blogspot.com.br/2015/05/semeadeira.html>

## 1.2 Aspectos Políticos, Sociais e Econômicos

### Aspectos Políticos

De acordo com Collyer, (2015), ainda que a Revolução Industrial viesse a eclodir no período correspondente ao século XVIII, alguns acontecimentos em momentos anteriores, principalmente no viés político, influenciaram no surgimento e força da Revolução das máquinas. Fatores como a ascensão da classe burguesa e seu consequente poder em relação a outras nações despontam como impactos essenciais nos aspectos políticos da revolução.

Em 1649, Oliver Cromwell assume o governo português e se torna o responsável pela proclamação da República inglesa. Dois anos mais tarde, em 1651, Cromwell promulga o Ato de Navegação, responsável por impactar negativamente a economia holandesa daquele período, tendo em vista sua economia fortemente vinculada ao comércio de caráter marítimo e sua especialidade em tal. (COLLYER, 2015).

O primeiro importante acontecimento neste viés foi o Ato de Navegação, que preconizava que todos os países europeus deveriam somente importar mercadorias transportadas por navios ingleses, tal medida atacou fortemente o comércio naval, o qual era dominado pela Holanda, tendo em vista que a maior parte do capital acumulado pela Holanda advinha deste ramo. No ano seguinte, o ato foi ampliado, delimitando que o capitão do navio, dos países que promoviam a importação, bem como três quartos da tripulação deveria ser composta de cidadãos britânicos.

A maioria dos países europeus envolvidos direta e indiretamente neste comércio não apoiaram a decisão inglesa, entretanto não possui força e capacidade para revidar tal ato. A Holanda, por sua vez, caracterizando-se como a principal afetada por tal ato, possuía capacidade e então revidou o ato inglês por meio de um confronto bélico com a Inglaterra que perdurou até o ano de 1654 com a vitória inglesa. (COLLYER, 2015).

Por meio do Tratado de União de 1707, que foi responsável pelo estabelecimento da Grã-Bretanha, incorporando o Reino da Inglaterra e Escócia, a Inglaterra passa a ter uma maior estabilidade política dentro deste período. Ainda neste momento, o governo inglês passa a estreitar suas relações com suas colônias na América do Norte, garantindo assim, uma maior obtenção de matérias primas advindas desta região, bem como aumento da exportação de mercadorias manufaturadas, obedecendo ao princípio de comprar barato e vender caro. (COLLYER, 2015).

Neste mesmo momento, guerras contra a França possibilitam a expansão da economia inglesa em territórios franceses, gerando maior domínio do comércio inglês no cenário europeu, além da expansão do mercado marítimo na Índia e Canadá no decorrer do século XVII. (COLLYER, 2015).

## Aspectos Sociais

A partir do século XVIII, com o advento das indústrias, desenvolvimento e inserção de máquinas no processo produtivo, além da substituição da energia animal por energia inanimada, as novas técnicas de divisão do trabalho, além da excessiva busca por altos índices de produtividade e lucro por parte do capitalista se perfazem como as principais mudanças no âmbito produtivo deste período. Com isso, o capitalista passa a exercer um papel cada vez mais impositivo dentro do processo de produção industrial. (SAES, SAES, 2013, p. 148-149).

A Revolução Industrial está estritamente relacionada à desestruturação do antigo estilo de vida tradicional dos trabalhadores ingleses. Naquele momento, o operário detinha apenas seu salário como meio de subsistência, sendo este seu único vínculo com seu patrão; diferentemente do trabalhador pré-industrial, que geralmente tinha algum acesso a meios de produção, o que lhe garantia alguma renda adicional; a relação antes mantida com seu superior, apesar da subordinação imposta a ele, era ainda assim mais complexa e próxima do que neste momento. (SAES, SAES, 2013, p. 148-149).

Nesse contexto, existia uma rígida disciplina imposta ao trabalhador, a imposição de um trabalho repetitivo, monótono, retirando qualquer autonomia do trabalhador, e que, além disso, não agregava conhecimento técnico algum devido à técnica de divisão do trabalho também imposta pelo capitalista. (SAES, SAES, 2013, p. 200-201).

O fato de estas grandes fábricas se situarem em grandes cidades também ocasionavam uma abrupta mudança no modo de vida do trabalhador, por razões como as precárias condições de habitação e a decomposição de laços. (SAES, SAES, 2013, p. 198-199).

As injustiças sofridas pelos trabalhadores com as mudanças ocorridas no caráter da exploração capitalista: a ascensão de uma classe de mestres, sem qualquer autoridade ou obrigações tradicionais; a distância crescente entre os mestres e os outros homens; a transparência da exploração na mesma fonte de sua nova riqueza e poder; a perda de status e, acima de tudo, da independência do trabalhador; reduzido à total dependência dos instrumentos de produção do mestre; a parcialidade da lei; a ruptura da economia familiar tradicional; a disciplina, a monotonia, as horas e condições de trabalho; a perda do tempo livre e do lazer, a redução do homem ao status de “instrumento”. (THOMPSON, 1987, p. 27).

## Aspectos Econômicos

Para Hobsbawm, (1977, p. 47). Com a concentração de uma maior possibilidade de acumulação de capital centrada nos grandes centros urbanos, onde as indústrias se localizavam em sua maior parte, assim como mudanças em questões de divisão de terras, como a lei dos cercamentos<sup>1</sup>, diretamente responsável pela retirada de terras

---

<sup>1</sup> Fenômeno de divisão de terras no setor agrário inglês iniciado no século XVII

antes utilizadas pela população agrícola, e que, a partir desta nova determinação, passaria a pertencer ao governo inglês, a população residente em áreas rurais estava, em sua maioria, sem possibilidade de exploração de terra, e assim, sem nenhuma fonte de renda.

Devido a estes fatores, bem como progressivo aumento da demanda por trabalhadores por parte das indústrias, grande parte da população rural deslocava-se para as grandes cidades inglesas, em busca de trabalho no setor secundário e melhores condições de vida. (HOBBSAWM, 1977, p. 52).

Este grande deslocamento populacional em direção as cidades possibilitou a inserção de mais trabalhadores nas indústrias, entretanto, apesar do número maior de trabalhadores empregados e maior desenvolvimento da indústria e comércio inglês, a menor taxa de desemprego não gerou melhoria na qualidade de vida da população, tendo em vista que, ao aumentar o contingente de trabalhadores, a remuneração média dos trabalhadores diminuía, tendo em vista que, com a elevada quantidade de trabalhadores, o capitalista dizia não ter possibilidade de melhoras na remuneração.

Desta forma, a economia inglesa se desenvolvia exponencialmente, tendo em vista que, com a possibilidade da transformação da matéria prima em produto final por meio da utilização de suas desenvolvidas indústrias, a economia inglesa era capaz de adquirir matérias primas, por meio de um processo de importação destes insumos com valor irrisório, transformação destes bens em produto pronto para comercialização, e pôr fim a venda destes bens com um valor final de mercado alto, adotando a iniciativa de comprar barato e vender caro.

### 1.3.1 Adam Smith (1723-1790)

Adam Smith foi filósofo, economista e professor universitário. Além disso, é considerado o mais importante economista liberal. O grande teórico do liberalismo econômico e da política de *laissez-faire*<sup>2</sup> é considerado o fundador da ciência econômica moderna. Autor da obra “A Riqueza das Nações”, na qual objetivava demonstrar que a riqueza das nações resultava em grande proporção da atuação dos indivíduos de uma sociedade, bem como do auto interesse (*self-interest*)<sup>3</sup> destes promovendo a inovação tecnológica e conseqüente crescimento econômico.

Para Smith, segundo Fufeld, (2003, p. 41), o auto interesse em uma sociedade livre é primordial para uma nação alcançar o progresso e crescimento. Ao poupar, as pessoas aumentam os recursos de capital e, conseqüentemente, seu poder de consumo, com isso, as pessoas utilizam este capital de maneira mais lucrativa possível para produzir as mercadorias demandadas por outras pessoas.

Nos termos de Smith (1776), aquele que oferece a outro a troca de qualquer

---

<sup>2</sup> Expressão símbolo do capitalismo, cujo significado determina que a economia deve funcionar livremente, ou seja, sem interferências estatais.

<sup>3</sup> Expressão cuja ideia consiste que cada pessoa deve agir de acordo com seu próprio interesse, de forma a maximizar a economia e seu bem-estar.

espécie se mostra disposto a fazer o mesmo. Dê-me aquilo que quero, e você terá o que quer, é o significado dessas ofertas; e é dessa maneira que obtemos uns dos outros a maior parte de tudo aquilo que precisamos.

Na visão de Smith, o maior obstáculo ao progresso econômico era o governo. Só cabiam ao Estado três funções legítimas, seriam elas: o estabelecimento e manutenção da justiça, a defesa nacional e “a criação e manutenção de certas obras e instituições que nenhum indivíduo ou grupo teria interesse em criar e manter”, por exemplo: as estradas, porém os custos deveriam recair, por meio de uma cobrança de tarifas ou pedágios, somente aos beneficiários desta obra. Conseqüentemente, qualquer outra obra governamental, na opinião de Smith, seria mais prejudicial do que benéfica. (FUSFELD, 2003, p. 42).

Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade (SMITH, 1996, p. 170).

### 1.3.2 Karl Marx (1818-1883)

Para Fufeld, (2003, p. 80), Karl Marx, nascido em 1818, foi filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista. Nascido e criado em uma das partes mais economicamente desenvolvidas da Alemanha Marx mostrava, ainda em sua adolescência, possuir grande capacidade intelectual.

Marx acreditava que as relações econômicas são a força motriz de qualquer sociedade. Conquanto, no capitalismo, as pessoas são motivadas por seus próprios interesses, ideia antes exposta por Smith. Para Marx, em um prefácio extraído de sua obra *Uma contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859): “Na produção social que os homens realizam, eles estabelecidas relações definidas, que são necessárias e independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a uma etapa determinada no desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (FUSFELD, 2003, p. 83).

A totalidade dessas relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade – a verdadeira base sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas definidas de consistência social. O modo de produção da vida material condiciona o caráter geral do processo social, político e espiritual da vida”. Em uma sociedade capitalista, os dois maiores interesses se

perfazem no do capitalista e trabalhadores. (HUNT; LAUTZENHEISER, 2003, p. 301-303).

Entretanto, na visão de Marx, estas duas classes sociais opõem-se uma à outra, visto que o capitalista só pode prosperar com a exploração do trabalhador, por meio da produção. Conclui-se, segundo Marx, que o capitalismo finaliza-se apenas como a última série de organizações sociais onde uma classe explora ou prospera em função de outra. (HUNT; LAUTZENHEISER, 2003, p. 297-300).

A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, lorde e servo, mestre de corporação e jornaleiro, em uma palavra, opressor e oprimido. (...) A moderna sociedade burguesa que germinou das ruínas da sociedade feudal não se livrou do antagonismo de classes. Não fez mais que criar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas. (MARX, 1848, p. 7-8).

Na visão de Marx o capitalista explora o trabalhador, ou seja, a mão de obra, no momento em que não paga em sua totalidade o valor dos bens e serviços produzidos. O capitalista emprega seus funcionários à taxa salarial fixa e os faz trabalhar o máximo de horas possíveis, assegurando que o valor final do produto supere os custos salariais.

Marx definia que a diferença entre o valor final do produto e os custos salariais consistia na “mais-valia”<sup>4</sup>. Esta exploração pode ser intensificada por meio da contratação de mulheres e crianças, que lograriam menos custos salariais, bem como os esforços do empregador em aumentar as jornadas de trabalho e reduzir os salários. (HUNT; LAUTZENHEISER, 2003, p. 297-298).

Além do sentido econômico, Marx alertava quanto à exploração no sentido psicológico, pois via o trabalho como uma contínua interação entre o produto do trabalho, as pessoas e a natureza, considerando o trabalho um elemento primordial no processo de desenvolvimento da personalidade humana. Desta forma, a realização pessoal no trabalho era primordial para o desenvolvimento rico e completo das relações dos trabalhadores com o seu meio produtivo. (FUSFELD, 2003, p. 84).

Contudo, no capitalismo o trabalhador era separado dos bens finais, frutos de seu empenho, bem como das ferramentas necessárias para produção, opondo-se a momentos anteriores, onde no processo manufatureiro, o trabalhador era detentor das ferramentas produtivas, bem como conhecedor de todo o processo produtivo, possuindo uma interação direta com os bens e o meio produtivo que a concernia. (FUSFELD, 2003, p. 84).

### *1.3.3 Joseph Schumpeter (1883-1950)*

Os estudos Schumpeterianos estão diretamente relacionados ao estudo da inovação tecnológica e a forma pela qual a mesma pode afetar o desenvolvimento econômico de determinada região. Em sua primeira obra, Teoria do Desenvolvimento

4 Termo criado por Karl Marx que consiste na diferença entre o valor final de uma mercadoria e a soma dos valores de todos os meios de produção e remuneração do trabalhador nela empregados. Esta diferença representaria a base de lucro do sistema capitalista.

Econômico, 1912, o autor analisa a função do empreendedor como um ser inovador e de fundamental importância no progresso e na criação do avanço econômico, devido a sua inerente função indutiva. (FUSFELD, 2003, p. 223).

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente (SCHUMPETER, 1985, p. 47-48).

Mesmo partindo de objetivos individuais, os efeitos das inovações tecnológicas possuem amplitude elevada e ocasionam reorganizações na atividade econômica, gerando uma demanda por produtos tecnologicamente atualizados e inovadores, fator que garante o aspecto instável do sistema capitalista e o torna dependente da realização de inovações.

Na visão Schumpeteriana, as inovações caracterizam-se pela introdução de novas combinações produtivas ou mudanças na função de produção. Schumpeter classifica essas mudanças em cinco aspectos, sendo eles: a introdução de um novo bem em um mercado; a introdução de um novo método ainda não antes utilizado dentro deste ramo produtivo em que tal inovação não decorre; a abertura de um novo mercado; o estabelecimento de uma nova fonte de matéria prima ou de bens semimanufaturados e por fim, a criação de uma nova organização de qualquer indústria.

Neste contexto o empreendedor possui o papel de indução das melhoras técnicas, enquanto os consumidores são os induzidos, que devido a essas mudanças, passam a demandar produtos novos e com novos modos de produção nele inseridos.

#### *1.3.4. Whitman Rostow (1916-2003)*

O pensamento Rostowiano está veementemente vinculado ao contexto do crescimento econômico sob as circunstâncias da pobreza e do atraso econômico em um país com possíveis condições de crescimento, a exemplo das principais potências europeias antes de alcançarem o desenvolvimento econômico. O instrumento metodológico utilizado por Rostow para medir o grau de desenvolvimento de uma região é a “decolagem”. (MOREIRA, 2012, p. 6).

A “decolagem” define-se como um aumento sustentado do volume e produtividade da inversão em uma sociedade pela renda real per capita, o que acarreta na passagem de uma região preponderantemente agrícola para uma economia industrializada. Desta forma, a “decolagem” se ramifica em três subdivisões inter-relacionadas: O incremento na taxa de investimento produtivo; o desenvolvimento de um ou dois setores manufaturados básicos e o aproveitamento dos impulsos expansionistas do setor externo, de modo a acompanhá-lo internamente.

Entretanto, o fator mais influente na possibilidade de desenvolvimento econômico é a inovação tecnológica, que contribui para o aperfeiçoamento da alta produtividade

da indústria aliada ao baixo custo produtivo e que culmina no aumento da produtividade em outros setores e reinvestimentos em elevadas proporções.

## 1 | 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nota-se que a Revolução Industrial foi fortemente alavancada por um processo de inovações tecnológicas, que possibilitaram expressivos ganhos de produtividade, além de consecutivas reduções em custos intermediários. Portanto, faz-se estritamente necessária uma abordagem sobre o surgimento destes equipamentos capazes de, por meio da produção em massa por eles proporcionados, gerar ganhos economicamente exponenciais tornando a Inglaterra um grande centro e principal economia no ciclo sistêmico de acumulação de capital naquele período.

Apesar das mais conhecidas e expressivas máquinas surgirem nas grandes indústrias a agricultura também foi beneficiada com o surgimento de máquinas que, capazes de substituir a mão de obra do trabalhador, tornavam a produção mais barata e eficaz. Nota-se que com a economia inglesa voltando-se para a produção e transformação do algodão em tecido, este será o mercado produtivo mais beneficiado pelo surgimento de inovações tecnológicas.

No setor agrícola, mudanças como o surgimento de adubos, construção de grades e arados melhores e mais resistentes possibilitaram uma maior e melhor qualidade no produto gerado pelo campo, com o seu ganho de qualidade os produtos passam a tornar-se mais atraentes e conseqüentemente demandados em mercados domésticos e internacionais de tecido.

Com o intuito de tornar a produção agrícola mais rápida e eficaz, devido aos expressivos aumentos de demanda por matéria prima para a produção em massa de tecido nas grandes indústrias inglesas surge a semeadeira. Em 1701, Jethro Tull cria uma máquina capaz de espalhar as sementes em uma distância correta uma das outras tornando capaz de otimizar o número de algodoeriras em uma certa metragem de terreno e a uma profundidade específica. Em períodos anteriores a esta invenção as sementes eram jogadas em qualquer lugar com perda de espaços cultiváveis, e conseqüentemente, perda do nível de produção de algodão.

Criada por Obed Hussey, um inventor e fabricante de equipamentos mecânicos destinados a agricultura, foi a pioneira e mais importante máquina criada para auxiliar o processo de exploração do campo foi a máquina de debulhar de 1792. Anteriormente o algodão era manualmente colhido e devido a expressiva amplitude de terras cultivadas para a produção do algodão esta colheita demorava muito tempo. Desta forma, a máquina de debulhar foi desenvolvida com o intuito de substituir esta mão de obra manual, além de tornar a colheita do algodão mais rápida e eficaz.

Nas grandes indústrias se concentraram as maiores invenções de caráter produtivo na Inglaterra durante a Revolução Industrial. Como citado anteriormente,

o mercado de tecidos foi fortemente alavancado com o surgimento destas máquinas, tendo em vista que com a crescente produção de algodão na área rural a Inglaterra especializou-se na geração deste bem.

A primeira invenção no viés da produção de caráter industrial é a Lançadeira volante criada em 1733 por John Kay. Anteriormente, a lançadeira deveria ser passada manualmente de um trabalhador para outro, tornando a largura do tecido limitada a uma dada metragem. Com o surgimento deste equipamento, a lançadeira poderia ser deslocada para qualquer lugar devido a introdução de rodas em uma ranhura de madeira, tornando possível a produção de tecidos de qualquer largura e com maiores profundidades.

Uma importante invenção, que possibilitou um notável ganho de produtividade nas indústrias inglesas foi a Spinning-Jenny. No ano de 1764, James Hargreaves cria uma máquina capaz de aumentar a produção de fios devido a um maior número de fusos neal contidas, estes fusos estavam diretamente relacionados a possibilidade de produção de tecidos, tendo em vista que os mesmos eram responsáveis pela fiação do algodão. Entretanto, apesar de possibilitar um ganho do volume produtivo, estes fios tornavam-se mais frágeis e quebradiços, dificultando o processo de tecelagem e diminuindo a qualidade dos produtos finais.

Em 1769, Richard Arkwright aprimora a máquina de James Hargreaves e patenteia a Water Frame, capaz de produzir fios mais grosso, e conseqüentemente, menos quebradiços. Além disso, esta máquina passaria a ser movida por energia hidráulica, tornando o equipamento mais econômico. Portanto, findava-se que a produção de tecidos, agora aprimorada, conseguia produzir mais fios, sendo eles mais grossos e resistentes com um menor custo intermediário e maior volume final de produção.

O início do século XIX teve relevância para o surgimento de inovações para escoamento de produtos, por meio do surgimento do barco a vapor de Robert Fulton em 1807, assim como a Locomotiva de George Stephenson em 1814. Com isso, o transporte de produtos que antes era feito de forma lenta e precária, passa a dar lugar para um transporte mais rápido, seguro e com possibilidade de escoamento de uma maior expressividade de produtos, abastecendo os mais distantes mercados.

Dada a sua ampla importância no cenário histórico e econômico a Revolução Industrial figura-se como um tema extremamente abordado por diversos economistas das mais diversas escolas, além de servir de embasamento teórico para comparações com situações atuais no viés econômico. Desse modo, é estritamente necessária uma abordagem a respeito do pensamento dos principais economistas a respeito desta conjuntura, além da exposição das influências de seus pensamentos no âmbito do capitalismo industrial que progredia na Europa no período supracitado.

Por viver no local e período onde as inovações tecnológicas e o capitalismo industrial eclodiram Smith possui um arcabouço teórico valioso a respeito da Revolução Industrial. Smith aborda temas acerca do aumento de produtividade com a aplicação de técnicas de divisão de trabalho, gerando ganhos de produtividade, além de ressaltar

a importância do estabelecimento de fortes produtos e mercados domésticos para a geração de desenvolvimento econômico.

Smith preconizava que diferentemente de um período anterior ao surgimento do capitalismo industrial, onde por meio de um modo de produção manufatureiro, o artesão produzia bens em pequena escala na indústria, já com a aplicação das técnicas de divisão do trabalho em que cada trabalhador estaria responsável por uma fatia do processo produtivo, a produção se tornava mais dinâmica e os ganhos de produtividade eram expressivamente maiores, gerando maiores lucros devido a aplicação de políticas de comprar barato e vender caro. Desta forma, na visão de Adam Smith seria possível tangenciar o desenvolvimento econômico por meio da dominação de mercados externos com seu forte produto no mercado.

Para galgar maiores patamares de desenvolvimento, na visão de Smith eram necessários alguns esforços de caráter econômico. Com um crescente investimento e consequente inovações tecnológicas na Inglaterra os produtos passavam a apresentar custos intermediários menores e de produção, proporcionando menor valor no bem final. Desse modo, com uma elevada oferta de bens, e ainda, com a facilitação no escoamento de produtos, devido ao surgimento das locomotivas e os barcos a vapor, a Inglaterra passaria a se desenvolver com sua produção em larga escala e grande exportação de produtos no mercado externo.

Portanto, por preconizar que o desenvolvimento de uma nação está diretamente relacionado a sua capacidade produtiva, assim como sua força mercantil, as ideias de Adam Smith, de certa forma, aplicaram-se no contexto da Revolução Industrial, tornando seu pensamento inteiramente abordável a respeito deste tema.

Importante crítico da Revolução Industrial, Karl Marx possui relevante importância para o entendimento do contexto social que circundava esse período. O uso da mais-valia, assim como a alienação do trabalhador ao capital e o total vínculo e subordinação do mesmo ao empresário industrial, que ao possuir o capital e a matéria prima explorava o trabalhador que apenas detinha sua mão de obra como bem.

Marx desdinhava o processo produtivo em três fatias, sendo elas: o capital fixo; representado pelas máquinas e equipamentos; o capital variável; que perfazia-se na mão de obra do trabalhador; e a mais valia; que consistia na renda destinada ao lucro, gastos com adiantamentos para o investimento e pagamento de juros, também parte que representava a exploração da mão de obra do trabalhador no seu ponto de vista. Ao analisar a jornada de trabalho dos operários, Marx observou que as horas gastas para a produção de bens em valor correspondente aos salários pagos aos trabalhadores representava apenas uma pequena parcela do total de horas trabalhadas pelos mesmos.

No âmbito social, Marx acreditava que com o surgimento do capitalismo industrial e a produção em larga escala, o artesão da produção manufatureira que antes detinha o conhecimento e os meios de produção, além da autoridade no processo produtivo, agora estaria vinculado a um capitalista, que o separa da matéria prima, deturpa seu

conhecimento ao vinculá-lo a uma única e repetitiva tarefa e o introduz em uma escala com jornadas e condições desumanas de trabalho, inclusive por meio da exploração de crianças e mulheres, causando desdobramentos que segundo Marx diminuiriam o trabalhador como ser humano e o afetaria em âmbitos psicológicos.

Importante pensador e economista, além de possuir importância no estudo do desenvolvimento econômico Joseph Schumpeter também foi capaz de contribuir fortemente para o pensamento econômico, além de abordar temas pertinentes e presentes no contexto econômico que envolveu a Revolução Industrial. Schumpeter via na inovação tecnológica a melhor forma de, por meio da renovação, produzir mais e melhor e assim alcançar o desenvolvimento de uma região.

Schumpeter evidenciava que os incentivos a criação de novas tecnologias produtivas eram estritamente importantes para o desenvolvimento econômico. Esta medida foi adotada pela Inglaterra, que ao investir em diversas áreas, foi capaz de alavancar sua produção e diminuir seus custos intermediários. Desta forma, ao potencializar sua indústria doméstica, assim como acreditava Schumpeter, a Inglaterra foi capaz de prosperar e se desenvolver economicamente até atingir o nível de maior economia naquele período e detentora de uma acumulação sistêmica de capital. Portanto, nota-se a importância do pensamento de Schumpeter para o entendimento do crescimento econômico da Inglaterra neste período.

Dos economistas contemporâneos que retratam temas relevantes e que se fazem presentes na Revolução Industrial encontra-se Rostow. Abordando temas como a possibilidade de crescimento econômico de um país emergente por meio do aprimoramento do setor industriário doméstico somado a política de substituição de importação, Rostow preconiza que um país emergente é sim capaz de alcançar o desenvolvimento por meio de um pequeno processo conhecido como “decolagem” ou “arranco” que está diretamente relacionado às medidas tomadas pela Inglaterra no século XVIII.

Em um primeiro momento destaca-se a sociedade tradicional, caracterizada por modos arcaicos de produção, tendo como principal atividade econômica a agricultura, posteriormente surgem as pré-condições para a decolagem, onde a sociedade começa a assimilar os conhecimentos e desenvolvimentos tecnológicos e científicos, a decolagem se perfaz como terceiro passo e caracteriza-se com um elevado aumento no nível de investimento na produção doméstica, o próximo passo é a marcha para a maturidade que consiste em elevadas taxas de investimento, onde a renda nacional ultrapassa o crescimento demográfico. Por fim, temos o consumo em massa que se caracteriza pelo alto nível de vida da sociedade em questão.

Portanto, observa-se que são analisadas diversas óticas de um mesmo acontecimento, em que certos autores se enfocam em aspectos de nível de produção, impactos sociais e até em aspectos macroeconômicos como o desenvolvimento de uma nação por meio das inovações tecnológicas ou por incentivos na indústria doméstica somada a políticas de substituição de importação. De qualquer forma, os

temas abordados por estes autores são relevantes para o entendimento da amplitude das alterações causadas com o surgimento da Revolução Industrial.

Assim como alterações em aspectos políticos e econômicos a Revolução Industrial também gerou desdobramentos no âmbito social. Com o surgimento do capitalismo industrial as relações de trabalho, assim como as formas de produção se tornam ligeiramente diferentes e impactam diretamente no modo de vida da sociedade de baixa renda naquele período. Estas alterações estão vinculadas a diversas revoltas por melhorias nas condições de vida e trabalho dos operários que passariam a exercer cargas horárias desumanas, principalmente nas grandes indústrias têxteis.

No modo de produção manufatureiro, que correspondia o período anterior ao nascimento do capitalismo industrial, era caracterizado por uma produção artesanal, onde em uma pequena oficina o artesão produzia diariamente pequenas quantidades de produtos com sua matéria prima e mão de obra, com o crescimento da demanda os capitalistas passaram a observar a oportunidade de empregar diversos artesãos em uma oficina e disponibilizando a matéria prima com o intuito de aumentar a produção. A partir deste momento o artesão já respondia a um capitalista e era parcialmente desvinculado da autoridade sobre a produção.

Com a ascensão das indústrias, assim como com o surgimento das máquinas e equipamentos que auxiliavam esta produção em massa, o capitalista passa a dominar totalmente o processo produtivo, tendo em vista que o mesmo passa a deter o capital e os meios de produção. Desta forma, o trabalhador tornava-se totalmente vinculado ao capitalista, além de ser separado dos utensílios necessários para a produção, matéria prima e produto final gerado por aquela indústria, o trabalhador também era submetido a uma jornada de trabalho de até 16 horas diárias e sem qualquer tipo de direitos, ocasionado em um período posterior diversas revoltas de cunho trabalhista por melhores condições de trabalho.

A primeira revolta de cunho trabalhista conhecida neste período é conhecida como Ludismo, liderado por Ned Ludd, um suposto trabalhador operário, influenciava grupos de trabalhadores descontentes com os avanços e a inserção de máquina na produção. Os ludistas protestavam principalmente contra a substituição da mão de obra operária pelo uso de máquinas, ameaçando os capitalistas e destruindo as máquinas por acreditarem que estas eram um mal a sociedade, pois eram diretamente responsáveis pelo desemprego dos trabalhadores, assim como suas condições irrisórias de remuneração.

Em 1830 surge outro importante movimento trabalhista que galgava alcançar alguns direitos antes inexistentes para a classe trabalhadora. Movimento conhecido como Cartismo, este tratava-se da mobilização de trabalhadores que buscavam objetivos inicialmente políticos. O voto era restrito a quem obtivesse renda alta, impossibilitando os votos por parte dos operários de acordo com a Lei de Reforma Eleitoral, além disso o trabalhador também não poderia ser eleito por não possuir propriedades. Logo, o objetivo deste grupo de operários era possibilitar seu voto,

assim como a possibilidade de ser eleito, objetivando maior notoriedade no âmbito social e assim melhores condições de vida a sua classe.

Portanto, observa-se que os impactos sociais causados pela Revolução Industrial são relevantes, e inicialmente repercutiam em mudanças negativas para a classe trabalhadora, que era separada do conhecimento produtivo, e vinculada as vontades do capitalista e seu capital, responsável por determinar quem subordinava e quem era subordinado naquele modo de produção. Desta forma, em última instância ocasionava maior distinção social entre o capitalista e o operário da indústria.

O surgimento da Revolução Industrial ocorreu primeiramente na Inglaterra devido a condições favoráveis como o elevado montante de capital acumulado, além de fatores de produção como terra e capital em primazia, somadas a oportunidade da inserção do modo de produção capitalista. Desta forma, surgem as inovações tecnológicas como mola propulsora para os ganhos de produtividade e posterior desenvolvimento econômico da região supracitada. Não obstante, é necessário o entendimento a respeito dos impactos causados pela inserção do modo capitalista industrial de produção em aspectos políticos, sociais e econômicos naquele período.

No âmbito político no ano de 1707 é promulgado o Ato de Navegação que determina que todos os países deveriam importar bens por meio de navios ingleses, tornando a Inglaterra o grande centro do comércio naval e grande potência no escoamento de produtos naquele período. Em 1707 o Tratado de União é estabelecido nele informando a incorporação do Reino da Inglaterra e Escócia, findando em uma maior estabilidade política em um período anterior a eclosão da Revolução Industrial, ainda neste momento a Inglaterra estreita suas relações com a

América do Norte, garantindo maior montante de matérias primas, além de abrir espaço para um novo mercado consumidor.

Os aspectos sociais são fortemente afetados com o emergir do capitalismo industrial, tendo em vista que com essa nova forma de produção, a obsoleta produção em manufaturas é substituída por uma produção em larga escala e com a aplicação da divisão de trabalho. Desta forma, temos que o artesão que antes produzia seu bem manualmente e em pequena escala passa a estar vinculado a um empresário que o insere em uma linha de produção e limita seu conhecimento técnico sobre a produção, além de limitar sua remuneração a valores irrisórios e fixos. Portanto, obtêm-se elevados ganhos de produtividade, todavia as desigualdades sociais se tornam mais perceptíveis com os baixos salários aplicados.

No viés econômico as inovações tecnológicas nos diversos ramos da economia foram responsáveis pelo barateamento da produção, além do crescimento da possibilidade produtiva da Inglaterra naquele período. Com o estabelecimento de maquinários no setor têxtil, metalúrgico, assim como em mercados de transportes, obtinha-se conseqüentemente quedas nos custos de produção e transporte e larga oferta de produtos, tornando a Inglaterra o principal país exportador de bens e com um produto extremamente competitivo no mercado internacional. Portanto, observava-se

no longo prazo um notável desenvolvimento econômico que financiou a estruturação de toda sua forte capacidade econômica.

Portanto, compreende-se que o principal momento para elevar a magnitude da Revolução Industrial foram as inovações tecnológicas nela empregadas, facilitando e otimizando a produção de diversos mercados ingleses. As inovações técnicas e tecnológicas significaram a ascensão da economia inglesa, assim como a importância do debate deste tema no âmbito da ciência econômica, principalmente por seus diversos desdobramentos de cunho, político, social e econômico, além de possuir importância para a construção do arcabouço teórico de diversos economistas clássicos, também servindo de conhecimento no entendimento das decisões e suas respectivas consequências não cenário econômico atual.

## 1 | 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Industrial na Inglaterra caracterizou uma mudança jamais vista em diversas áreas, abrangendo também a ciência econômica, pois representou a ruptura com um modo de produção artesanal e de baixa escala para a inserção do capitalismo industrial, que preconiza o elevado contingente de trabalhadores em uma fábrica produzindo bens em larga escala em com tecnologias e técnicas produtivas a fim de otimizar a produtividade. Esta revolução de máquinas afetou direta e indiretamente a política, mas principalmente a economia e a sociedade inglesa em um primeiro momento, e em última instância todo o mundo.

No âmbito político, a Revolução Industrial inglesa representou principalmente uma maior estabilidade política para o país. Além deste fato, outros aspectos secundários trouxeram relevância direta para a consolidação econômica inglesa, como o Ato de Navegação que representou o domínio inglês das rotas de escoamento marítimo de produtos, assim como o Tratado de União que anexou a Escócia ao reino da Grã-Bretanha, trazendo maior estabilidade política e estreitando relações com suas colônias, possibilitando assim o alcance de outros mercados externos para exportar e extrair mão de obra e matéria prima.

Ao se estabelecer a produção em larga escala somada às técnicas de divisão do trabalho, incorpora-se o capitalismo industrial, rompendo com o antigo modo de produção manufatureiro em que a todo o processo produtivo era executado por um único artesão em sua oficina, tornando-o assim o conhecedor de todo o processo produtivo e o desvinculando de qualquer subordinação. No capitalismo industrial, ao ser inserido em uma escala produtiva, o operário era afastado do bem produzido, dos meios de produção, matéria-prima e ainda passava a não obter o conhecimento do processo técnico de fabricação, vinculando-o a uma única e repetitiva tarefa de alimentar as máquinas, fator causador diversas revoltas no escopo trabalhista.

Em termos econômicos, as inovações tecnológicas proporcionaram expressivos

ganhos em produtividade, além de melhorias na qualidade de seus bens e menores custos produtivos, fatores culminantes para tornar o tecido inglês altamente competitivo no mercado externo. Com o domínio das rotas de escoamento marítimas, a Inglaterra detinha todos os fatores necessários para se estabelecer como potência econômica mundial, como o fez. Os avanços tecnológicos na produção de tecido, como a lançadeiras capazes de aumentar a largura dos tecidos, as inovações no campo, como as máquinas de debulhar que colhiam em grande escala a lã, e até mesmo tecnologias inseridas no transporte como as ferrovias caracterizaram estas inovações.

O estudo sobre a Revolução Industrial nos induz a entender o pensamento econômico naquele período, assim como a concepção de desenvolvimento ou de técnicas para alcançá-lo nos dias atuais e o entendimento de que forma tais formas se assemelham as utilizadas naquele período. Os economistas clássicos e contemporâneos, ainda que pertencentes a escolas econômicas distintas, são extremamente necessários para o entendimento dos acontecimentos de caráter econômico na Inglaterra durante este período de elevado desenvolvimento econômico por meio da inserção de inovações técnico-produtivas e tecnológicas.

Adam Smith é um economista clássico que possui grande contribuição para o pensamento econômico, além disso é possível observar alguns ideais deste autor sendo aplicados ou dissociados durante este período. Smith preconizava que uma produção organizada de modo a cada trabalhador se tornar responsável por uma fatia do processo produtivo elevava em grandes proporções a produtividade daquela empresa em sua denominada técnica de divisão do trabalho. Smith ainda possui relevância ao preconizar que para o desenvolvimento de uma economia, cada pessoa deveria seguir o seu próprio interesse, de forma que a aquecer o mercado e estimular a produção, findando no desenvolvimento econômico.

Karl Marx avaliava a Revolução Industrial sob a ótica social, analisando principalmente as condições trabalhistas daquele período. Marx criticava a busca pelo lucro da forma como era feita, ao deturpar o conhecimento do trabalhador, vinculá-lo a uma máquina ou um processo produtivo repetitivo, além de erradicar sua possibilidade de ascensão social. A mais-valia absoluta e relativa é utilizada como argumento de Marx para evidenciar a exploração do operário, onde a mais-valia absoluta representava o aumento da carga horária gerando aumento no nível de produção, e a mais-valia relativa preconizava as inovações técnicas que gerava uma produção em menor tempo, tornando o trabalho do operário cada vez mais desvalorizado.

Joseph Schumpeter também contribuiu para o pensamento econômico, assim como para o entendimento dos fatos ocorridos durante a Revolução Industrial com sua teoria de desenvolvimento econômico. Para Schumpeter, o desenvolvimento econômico poderia ser alcançado de forma mais eficaz por meio das inovações tecnológicas, que garantiriam um aumento na produção e tornariam o bem em questão fortemente competitivo no mercado externo. Portanto, nota-se a semelhança dos pensamentos de Schumpeter com o ocorrido na Inglaterra no período supracitado, onde o setor

têxtil inglês, por meio de suas inovações, gerou um produto altamente demandado no mercado internacional, alavancando a economia inglesa.

Walt Whitman Rostow também possui sua parcela de contribuição para o pensamento econômico contemporâneo, assim como possui pensamentos que se relacionam com os ocorridos durante a Revolução Industrial inglesa. Rostow preconiza que o desenvolvimento econômico pode ser alcançado por países em desenvolvimento com a utilização de alguns passos. As etapas do processo de Rostow caracterizam-se por um de incentivo a indústria interna de um país, e por meio de um processo denominado “alavancagem” atinge-se o desenvolvimento econômico ao estimular a inovação tecnológica e a produção interna com o intuito de criar uma indústria doméstica forte e um produto competitivo.

Portanto, as formas de se observar os acontecimentos histórico-econômicos na amplitude da Revolução Industrial são os mais diversos. Desta forma, torna-se necessário entendimento acerca dos desdobramentos de cunho político, econômico e social, assim como entender a influência do pensamento econômico para este acontecimento, bem como a influência das inovações tecnológicas nos aspectos microeconômicos na Inglaterra durante o período da Revolução Industrial. Desse modo, é possível compreender a importância deste momento histórico para a inserção e estabelecimento do modo de produção capitalista até o presente momento.

## REFERÊNCIAS

COLLYER, Francisco Renato Silva. Revolução Industrial: aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 20, n.4242, 11 de fev. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31268>>. Acesso em: 17 out. 2016.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

FUSFELD, Daniel R. *A Era do Economista*. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2003.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HUNT, E. K. e LAUTZENHEISER, Mark. *História do Pensamento Econômico – Uma perspectiva Crítica*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2013.

MOREIRA, Sandrina. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. [Editorial]. *Revista de Economia*, v. 38, n.2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione– *História Econômica Geral*. 1ª Edição – São Paulo: Saraiva, 2013.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

## VANTAGENS E DESVANTAGENS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO BRASIL

### **Michel Richard Costa de Quadros**

Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA  
Santana do Livramento-RS

### **Nelson Guilherme Machado Pinto**

Universidade Federal de Santa Maria-UFSM,  
Departamento de Administração  
Palmeira das Missões-RS

### **Daniel Arruda Coronel**

Universidade Federal de Santa Maria-UFSM,  
Departamento de Economia e Relações  
Internacionais  
Santa Maria-RS

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho consistiu em abordar as principais vantagens e desvantagens da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Brasil, fazendo uma discussão sobre os mais de 15 anos dessa legislação. O presente trabalho apresentou um levantamento bibliográfico, no qual foram analisados estudos sobre a temática, visando identificar as vantagens e desvantagens da LRF diagnosticadas durante sua vigência. Entre as principais vantagens estão: o comprometimento dos gestores, a transparência das contas públicas e o incentivo a participação popular. Já como desvantagens podem ser citadas: a não consideração das peculiaridades dos municípios, a ausência de mecanismos de auxílio à arrecadação de receita, a fragilidade no controle das despesas

e a incapacidade de evitar crises municipais e estaduais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Pública; Lei de Responsabilidade Fiscal; Brasil.

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to discuss the main advantages and disadvantages of the Brazilian Fiscal Responsibility Law (FRL), in a discussion about the more than 15 years of this legislation. The present work presented a bibliographical survey, in which studies on the subject were analyzed, aiming to identify the advantages and disadvantages of the LRF diagnosed during its validity. Among the main advantages are: the commitment of the managers, the transparency of the public accounts and the incentive of popular participation. However, the disadvantages can be mentioned: the lack of consideration of the peculiarities of the municipalities, the absence of mechanisms to aid revenue collection, the fragility in controlling expenditure and inability to avoid municipal and state crises.

**KEYWORDS:** Administração Pública; Lei de Responsabilidade Fiscal; Brasil.

### 1 | 1 | 1 | INTRODUÇÃO

O planejamento e o controle das contas tornaram-se pontos de constante debate dentro

da administração pública como um todo. Além disso, esses tópicos ganham mais força na medida em que momentos de dificuldades são atravessados pelas diversas organizações públicas.

Diante desse contexto, alguns mecanismos e aspectos de controle passam a ser essenciais para o melhor andamento da máquina pública. Ainda mais quando são levados em consideração aspectos políticos, visto que pode ocorrer de gestões públicas utilizarem de maneira indevida seus recursos para passar um cenário de dificuldades ao seu sucessor, caso este seja de oposição.

Ademais, o endividamento é um problema recorrente dentro do cenário da gestão pública. Este se caracteriza quando as despesas públicas são superiores as receitas. Dessa forma, é evidente que restrições orçamentárias rígidas devem existir para equalizar as contas públicas (MACEDO; CORBARI, 2009).

Assim, como forma de tentar solucionar diversos problemas existentes dentro das contas públicas nacionais, principalmente, a nível municipal, é que surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que busca enfatizar o equilíbrio das contas públicas, tornando-se um marco para a administração pública brasileira. Baseada nos princípios de planejamento e transparência para utilização de recursos, essa legislação trouxe uma definição de metas, limites e condições para uma execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos (RONCALIO et al., 2012). A importância deste presente trabalho consiste em uma análise das vantagens e desvantagens desta lei, considerada um marco para a administração pública.

Pode-se classificar a LRF como uma tentativa de ajustar as finanças públicas brasileiras. Assim, o objetivo dessa lei é assegurar o equilíbrio entre as receitas e despesas públicas, com especial atenção ao limite e controle dos gastos e despesas com pessoal (MEDEIROS et al., 2017).

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho consistiu em abordar as principais vantagens e desvantagens sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil, fazendo uma discussão sobre os mais de 15 anos dessa legislação. A fim de atingir esses objetivos, o presente artigo está estruturado, além desta introdução, em quatro seções. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico; na seção seguinte, os procedimentos metodológicos utilizados; na quarta seção, os resultados são analisados e discutidos e, por último, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Administração Pública**

O principal desafio da administração pública é promover o desenvolvimento econômico e social, de maneira sustentável e rentável para as próximas gerações. Sendo assim, esse desafio impõe a necessidade de uma reflexão em relações às questões como governança, eficiência e ética no cenário da administração pública, em

especial no que diz respeito aos agentes responsáveis pela gestão pública (MATIAS-PEREIRA, 2007). Segundo Braun e Mueller (2014), a administração pública tem buscado um caminho semelhante ao utilizado pelo privado, no que tange à gestão; de maneira a buscar novos modelos que ampliam a forma de implementar, monitorar e aprimorar ações, visando trazer indicadores e resultados para a gestão.

A administração “pura” trata da interpretação de objetivos, visando transformá-los em ações concretas, através da direção, organização, controle e planejamento. Seguindo esta temática, para Abrucio (1997), a administração pública deve ser considerada como o conjunto de ideias, atitudes, normas, processos e procedimentos, que juntos determinam a forma de distribuição e como será exercida a autoridade política, de forma a se atender aos interesses públicos da sociedade.

Para atingir seus objetivos, que justificam sua razão de existir, a administração pública segue alguns princípios. Conforme o Art. 37, Parágrafo I da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além desses princípios explícitos, a administração pública também possui dois princípios implícitos e considerados como pilares dos princípios citados na CF/1988, visto que os demais princípios da administração pública são desdobramento desses “supraprincípios”. Trata-se da Supremacia do Interesse Público e da Indisponibilidade do Interesse Público (KOHAMA, 2014).

Diante desse contexto, Matias-Pereira afirma que (2007, p. 25) “a percepção de que é preciso melhorar o desempenho da gestão pública é cada vez mais evidente no Brasil”. Isso deixa claro que é necessária uma melhor adaptação da administração pública às mudanças na sociedade atual, de maneira que o desempenho e a eficiência sejam maiores. A partir disso, é necessário um melhor planejamento, atrelado aos princípios que norteiam a administração pública e a uma maior responsabilidade dos gestores pode ser um caminho para uma administração pública que melhor atenda aos anseios e interesses da coletividade (PAULA, 2005).

Além disso, para Abrucio (1997), é preciso evitar ações que comprometam a existência futura do bem público, visto que a administração pública, diferente da administração privada, possui uma particularidade: as organizações e entes públicos nunca deixam de existir. No geral, a maioria das administrações públicas possui modelos de gestão que envolve a ética, formado por regras e procedimentos que, no caso de serem infringidos, é configurado crime. Em relação a isso, coexiste nos países da América Latina, incluindo o Brasil, uma variedade de órgãos com a função de zelar pelo cumprimento dessas normas, que geralmente variam conforme a esfera de poder e o nível de governo, na sua especificidade (MATIAS-PEREIRA, 2007).

A responsabilidade inerente ao administrador público está diretamente ligada à ética por ele aplicada quando age, e em caso de desobediência, é configurado crime, e o mesmo responderá perante aos órgãos competentes. Ainda nessa perspectiva,

é preciso que se crie na administração pública meios de coibir práticas ilegais e que prejudiquem o ente público, pois no momento em que este é atingido por qualquer prática que lhe lese, os principais atingidos são os seus dependentes diretos, no caso a sociedade e a coletividade (MATIAS-PEREIRA, 2007). Bons gestores públicos são pessoas com habilidades e temperamento necessários para organizar, motivar e orientar ações das demais pessoas que sejam ou não parte da administração municipal, mas que auxiliem na criação e execução de objetivos que visem satisfazer as necessidades da população. (PRESTE; CERQUEIRA-ADÃO, 2016).

Referente a sua estruturação, a administração pública se divide em duas partes, que são a administração direta e indireta. A administração direta ou centralizada compreende a estrutura administrativa dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e é exercida pela união, estados, Distrito Federal e municípios através dos ministérios (caso da união) e secretarias (estaduais, no caso dos estados e Distrito Federal; e municipais, no caso dos municípios). Diante a isso, Couto e Ckagnazaroff (2016) afirmam que visto que a União e os estados, em razão de sua grande extensão territorial, não são capazes de administrar e atender as necessidades sociais e econômicas da sociedade, estendem aos uma maior autonomia, para que estes possam gerir suas realidades e trabalhar visando atender de uma forma mais eficaz.

Segundo Rosa (2006), a administração direta compreende a organização administrativa Estado, que se divide organizacionalmente em unidades e subunidades, mas que estão sempre ligadas diretamente ao chefe do poder executivo. Já a administração indireta ou descentralizada surge em decorrência da enorme intervenção do Estado nas mais variadas atividades econômicas e sociais, seja assumindo iniciativas onde o empresariado privado não teria forças para investir, ora emprestando-lhe o capital e com ele se associando para desenvolver algumas atividades.

## 2.2 Lei de Responsabilidade Fiscal

No Brasil, a gestão fiscal das receitas e despesas públicas para muitos órgãos e entes da administração pública apresentou-se de maneira desequilibrada e com regulamentações falhas durante um longo período. Nesse sentido, as diversas reformas implementadas depois da abertura política na década de 1990, trouxeram para discussão o equilíbrio das contas públicas e é nesse contexto que surge a Lei de Responsabilidade Fiscal (CRUZ; MACEDO; SAUERBRONN, 2013).

Sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Lei Complementar N° 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas, direcionadas para a responsabilidade na gestão pública e estabelece alguns termos e normas, visando um equilíbrio na administração. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada e justificada como um programa de estabilização fiscal, sendo que seu contexto econômico está ligado aos

códigos de boas práticas de gestão espalhados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que incluiu essa e outras exigências como condição para conceder empréstimos ao Brasil (Araújo et al. 2015).

Historicamente os estados e municípios brasileiros possuem um comprometimento elevado de gastos com pessoal. Dessa forma, esse é um dos principais pontos que a LRF vem a regularizar e punir as unidades administrativas que não cumpram com requisitos mínimos necessários. Isso porque, despesas elevadas com o funcionalismo público implicam em redução de receitas de serviços públicos básicos e em restrições de investimento em infraestrutura (MEDEIROS *et al.*, 2017).

A aprovação da LRF exigiu a adequação dos gestores aos seus princípios, buscando assim estabelecer normas nas finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal dos entes da administração pública. Isso exigiu e exige, segundo Santos e Alves (2011), novas competências dos gestores públicos para o gerenciamento dos órgãos públicos.

Diante desse contexto, Martins (2010) afirma que a Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser dividida em quatro princípios: planejamento, transparência, controle e responsabilização. Na fase de planejamento que serão firmadas as metas, limites e situações para o uso de receitas e realização das despesas. E é neste princípio que se insere três importantes fatores da LRF: o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Segundo Santos e Alves (2011), a LRF direciona aos municípios um espírito inovador de gestão responsável, onde não se admite mais o déficit causado pela superestimação da receita no orçamento. Além disso, os ajustes financeiros e orçamentários sofreram um impacto relevante, visto que as distorções evidenciadas na elaboração das receitas acabavam comprometendo o desempenho real das finanças públicas.

Em função dos esforços demonstrados rumo a um controle fiscal das contas públicas e indo contra a política de aplicação de dinheiro público em ações imediatistas, a LRF tornou-se um divisor de águas de uma nova cultura de responsabilidade fiscal a nível nacional. Assim, a partir de suas prioridades há o impedimento de adoções de práticas populistas irresponsáveis que tragam consequências negativas para as finanças públicas (MEDEIROS *et al.*, 2017).

### **3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho apresenta uma técnica indireta de tratamento de dados, pois, por meio do levantamento bibliográfico, foram elaboradas as análises do estudo. No que se refere ao procedimento, utilizou-se o método monográfico e comparativo. Quanto à sua natureza, a pesquisa apresenta um caráter aplicado a fim de adquirir conhecimentos para aplicação em um tema específico (MARCONI; LAKATUS, 2007).

Além disso, a pesquisa caracteriza-se pelo cunho exploratório e qualitativo, visto que objetiva estabelecer uma maior familiaridade e percepção para com o tema (GIL, 2008).

As etapas da pesquisa podem ser observadas conforme Figura 1.

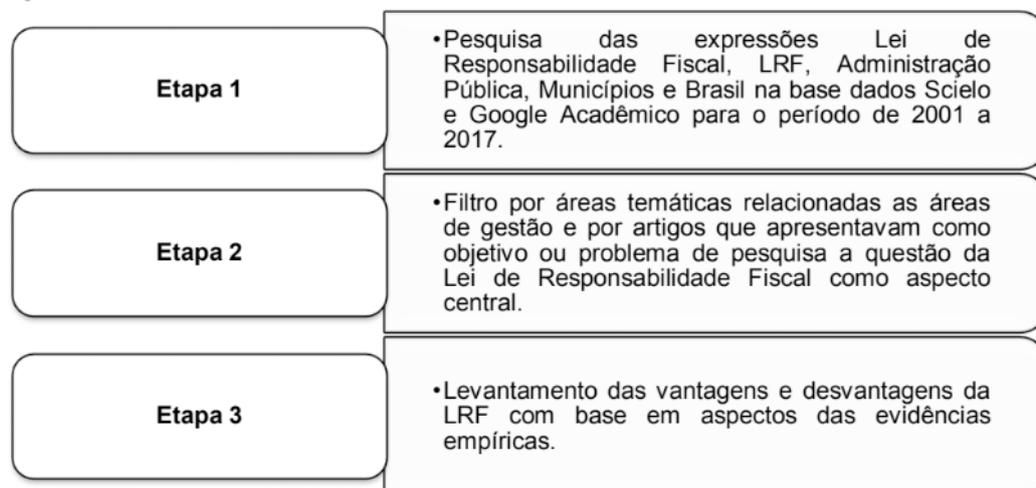


Figura 1–Etapas da pesquisa realizada

Fonte: Elaborado pelos autores.

Portanto, a pesquisa é caracterizada por uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, foi realizado um levantamento das principais vantagens e desvantagens da LRF baseado nas evidências relacionadas ao assunto, buscando assim um maior conhecimento sobre o tema, e o diagnóstico das vantagens e desvantagens, através de estudos que abordaram esta temática.

#### 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que a mesma foi um marco na gestão pública, visto que trouxe limites e uma série de obrigações no que diz respeito às finanças, dentre as quais é possível citar receitas e despesas e limitações em percentuais referentes à despesa com pessoal. Vale salientar que as premissas e disposições da LRF se estendem aos três níveis de poder do executivo: federal, estadual e municipal.

Diante desse contexto, durante seus mais de 15 anos de existência é possível apontar vantagens e desvantagens da LRF, conforme Figura 2.



Figura 2 – Vantagens e desvantagens da LRF

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa forma, podem ser colocadas como vantagens da LRF o comprometimento dos gestores, a transparência das contas públicas, a limitação nos gastos com pessoal, a obrigatoriedade de relatórios de gestão trimestrais e o incentivo a participação popular. Já como desvantagens são apontadas a não consideração das peculiaridades dos municípios, a ausência de mecanismos de auxílio à arrecadação de receita, a fragilidade no controle das despesas, a baixa adesão ao controle social e a incapacidade de evitar crises municipais e estaduais, como, por exemplo, o caso do Rio Grande do Sul.

#### 4.1 Vantagens

A importância da LRF como marco histórico para as finanças públicas encontra-se no fato de que a administração pública exige uma transparência em seus atos. Com isso, busca-se um cenário no qual o gestor público trabalhe encarando a administração pública como um processo contínuo, sendo que o objetivo principal é a busca de ações visando melhorias de condições para a sociedade (BRUDEKI, 2007).

Essas modificações dizem respeito também às maneiras de permitir à administração pública uma maior eficiência e eficácia na sua execução, de forma que haja viabilidade na prestação de serviços e não ocorram situações como um administrador público entregar ao seu sucessor uma situação financeira carente de recursos. Além disso, ferramentas que trazem mais transparência aos atos da gestão pública apontam para uma administração tributária mais eficiente e de fácil entendimento (MARTINS, 2010).

No que tange aos gastos com pessoal, a LRF estipulou um limite superior para gastos com pessoal, em 60% da receita corrente líquida. Além disso, foram definidas metas fiscais anuais e a obrigatoriedade de relatórios trimestrais de acompanhamento,

criando assim mecanismos de controle das finanças públicas, principalmente em anos eleitorais. Visto que a lei fixa limites para despesas com pessoal, para dívida pública e ainda determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas, isso traz um senso de responsabilidade maior por partes dos gestores.

Referente às despesas com pessoal, a LRF trouxe limites para os entes da Administração Pública. No caso dos municípios, o limite estipulado, de acordo com o Inciso I do Art.19 da Lei Complementar 101/2000, é de 60%, assim divididos: 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município (apenas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro possuem Tribunal de Contas do Município, e desde a CF-88 é vedada a criação de novos tribunais municipais), quando este existir, e 54% para o Executivo. Além do Limite Legal de 54% em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), foram estipulados os Limites Prudencial (95% do Limite Legal) e de Alerta (90% do Limite Legal).

Em suma, a necessidade de se cumprir metas e limites percentuais aos gastos empenhados com pessoal é uma prerrogativa e questão primordial para os entes da administração pública. Porém, também há a necessidade de uma consciência e responsabilidade dos gestores, pois sabe-se que do orçamento público é que se originam recursos para investimentos e custeios de melhorias para a sociedade.

A LRF criou mecanismos norteadores capazes de trazer grandes avanços na política de planejamento brasileira, trazendo um elo entre orçamento, programação financeira e fluxo de caixa. Além disso, pode ser considerado um instrumento de acompanhamento e avaliação em relação ao que foi planejado e orçado e realmente empenhado, evidenciando assim novas visões de como trabalhar com os recursos públicos nos níveis de União, estados e municípios (GERICK; CLEMENTE, 2010). O propósito dessa lei é elevar o grau de transparência na gestão pública, permitindo que os mecanismos de mercado e o processo político sirvam como instrumento de controle e até mesmo punição.

Pode-se afirmar que a LRF trouxe um acréscimo de responsabilidades aos gestores públicos, mas também com ela adveio vantagens que tornaram os processos da administração pública mais transparentes e coerentes. É possível citar algumas:

- Informações sobre as contas públicas com maior detalhamento: dados financeiros e questões referentes a orçamentos tiveram um processo de especificação maior, e riqueza maior de detalhes;

- Maior comprometimento dos gestores: como citado anteriormente, a LRF trouxe maior senso de responsabilidade no que tange aos atos e decisões dos atos públicos;

- Transparência das contas públicas: a LRF trouxe maior transparência, e nesse sentido deixou de ser um luxo de gestões específicas e passou a ser uma obrigatoriedade na administração pública, seja em nível de Federação, Estados ou Municípios; e

- Participação popular: essencial a colaboração da LRF no sentido de trazer a sociedade para o debate em pautas relacionadas à orçamento e execução financeira.

Com isso, foi criado um instrumento de maior interação entre a administração pública e a sociedade, a qual é atendida com serviços prestados pelo ente público.

## 4.2 Desvantagens

Em relação às desvantagens referentes à criação da LRF e sua posterior aplicação, percebe-se que ainda não há uma grande divulgação sobre a participação popular, em especial no que tange às audiências públicas, seja pela questão dos horários de sua realização, seja pela falta de uma divulgação maior (MARTINS, 2010). Além disso, as audiências públicas atualmente se configuram em “pequenas reuniões” nas quais praticamente inexistente a participação da sociedade em certas realidades.

Ademais, cita-se que o acesso à internet não é disponível a todas as camadas da sociedade, de maneira que deve ser criado outro meio pelo o qual seja possível o acesso às contas públicas, além das audiências públicas. Trata-se de pontos que abrem a possibilidade de serem corrigidos, e caso o sejam, trarão ao controle social uma maior eficácia.

A LRF trouxe consigo a responsabilidade aos gestores, de maneira que os mesmos devem estar atentos à uma série de índices e que, em especial, tenham um olhar mais atento às despesas e receitas. Entretanto, não foi claramente definida uma métrica, e isso acarreta na tomada de decisões com foco ao curto prazo, em prejuízo a investimentos de longo prazo como, por exemplo, em infraestrutura (DALMONECH; TEIXEIRA; SANT’ANNA, 2011).

Além disso, ressalte-se as discrepâncias dentre as características dos municípios entre si e dos Estados entre si, de maneira que fica prejudicada a avaliação de desempenho do gestor público, avaliação esta que deve ser fator preponderante para que se analise uma gestão ou um gestor. Percebe-se que a lei não trouxe grandes mudanças no endividamento, pois antes mesmo de sua vigência a grande maioria dos municípios-capital do Brasil já apresentavam índices abaixo do máximo permitido (COSTA, 2008).

Diante das diferenças culturais e econômicas às quais o Brasil apresenta entre seus municípios, a LRF não avança com acuidade, no sentido de desconsiderar detalhes intrínsecos a cada prefeitura ou governo estadual, em seu ambiente e com suas particularidades. Devido a fatores como inexistência de receitas ou até mesmo falhas em processos de licitação e afins, é percebido que muitas vezes há o descumprimento de projetos e obras.

Em relação às dificuldades no orçamento e na execução do mesmo, há de se ressaltar que grande parte do orçamento público trata-se de execuções obrigatórias, restando apenas uma pequena parcela para investimentos e essa questão torna-se complexa ao passo de que grande parte dos projetos dependem de investimentos realizados no decorrer de anos, tornando sua interrupção quase improvável. Além disso, no que tange aos municípios, as transferências vindas dos estados e da união

podem vir a atrasar, o que inviabiliza o empenho de despesas previstas no orçamento (LIMA, 2003).

Nessa perspectiva é que consta a importância de mecanismos visando um processo de previsão de receitas mais eficiente e condizente com a realidade, o que não se percebe atualmente, visto que muitos municípios apresentam uma previsão de arrecadação e no ingresso efetivo de receitas com erros que comprometem o empenho de despesas, feito justamente levando em consideração as previsões de receitas.

Ainda no âmbito das receitas, percebe-se uma falha na LRF no que tange à criação de mecanismos que auxiliem na arrecadação por parte dos municípios, visto que os mesmos acabam deixando de arrecadar receitas que são de seu direito. Já na dimensão das despesas, é ressaltada a necessidade de dispor de meios para que haja um controle das despesas mais rígido.

Além disso, a gestão da LRF precisa se mostrar mais eficiente, de maneira que os municípios (nesse caso específico) cumpram realmente com as premissas expostas, e que de fato a LRF seja um marco mais positivo e marcante para a administração pública. Sabe-se da dificuldade dos municípios do Brasil, que no geral dependem de transferências intragovernamentais para sua continuidade como ente público.

Não basta apenas estipular metas e índices a serem alcançados. É necessário o auxílio com ferramentas eficazes visando o alcance das premissas expostas na LRF e em caso de descumprimento, uma punição severa, visto que deve haver responsabilidade na gestão pública, que possui como premissa a continuidade. Do contrário, cenários de dificuldades financeiras serão mais comuns, caso do estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, no qual o governador do estado na gestão 2015-2018, José Ivo Sartori, tomou medidas drásticas, como a extinção de fundações e companhias, além da fusão entre algumas secretarias visando reduzir seu número.

Essa situação financeira advém de problemas estruturais desde os anos 1970, sendo que nessa década e na seguinte o governo gaúcho viu na contratação de dívida pública a solução para o desequilíbrio fiscal. Porém, o processo de endividamento ocorreu de maneira desenfreada, e culmina em uma crise financeira, uma das mais graves em nível estadual. Em meio a isso, o problema central acaba não sendo apenas o fluxo entre receitas e despesas, e sim o alto impacto que a dívida pública causa às finanças. Nesse sentido, segundo Nova e Marquetti (2009), o que ocorreu é o alto comprometimento das receitas para o pagamento da dívida, o que inviabiliza a execução e aplicação de recursos financeiros em ações e projetos que visem melhorias para a sociedade gaúcha.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um dos grandes avanços da gestão pública brasileira, principalmente no que tange a aspectos de governança e controle dos

gastos públicos. Apesar das diversas vantagens trazidas desde a sua criação, há mais de uma década, nota-se que existem algumas desvantagens na aplicação dessa legislação que podem avançar a fim de qualificar ainda mais a LRF dentro do contexto nacional.

A partir disso, o presente estudo abordou as principais vantagens e desvantagens sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil. Dentre as vantagens cita-se o comprometimento dos gestores, a transparência das contas públicas, a limitação nos gastos com pessoal, a obrigatoriedade de relatórios de gestão trimestrais e o incentivo a participação popular. Essas vantagens representam os alicerces que embasaram a criação e o impacto que a LRF trouxe para a gestão dos entes públicos, modificando vários vícios estruturais que ocorriam dentro da administração pública.

Entretanto, apesar dos avanços trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal existem alguns pontos que podem ser melhorados, abordados aqui como desvantagens da LRF. Assim, são apontadas como desvantagens a não consideração das peculiaridades dos municípios, a ausência de mecanismos de auxílio à arrecadação de receita, a fragilidade no controle das despesas, a baixa adesão ao controle social e a incapacidade de evitar crises municipais e estaduais. Nesse último exemplo, cita-se o caso de estado do Rio Grande do Sul, sendo que existem outros estados e diversos municípios em situações semelhantes.

Esse estudo fica limitado aos pontos abordados dentro dessa temática que elucidam alguns pontos da LRF, porém, diversos outros pontos podem ser abordados referentes a essa legislação. Para trabalhos futuros, sugere-se tratar a Lei de Responsabilidade Fiscal de forma empírica a fim de confirmar ou refutar as vantagens e desvantagens trazidas nesse estudo que foram tratadas apenas de maneira teórica.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. **O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** Cadernos ENAP, n.10, p.01-50, Brasília, 1997.
- ARAÚJO, A. H.; SANTOS FILHO, J. E. S; GOMES, F.G. **Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10.** Revista de Administração Pública, v.49, p. 739-759, mai/jun, 2015.
- BRAUN, C. C.; MUELLER, R. R. **A gestão do conhecimento na administração pública municipal em Curitiba com a aplicação do método OKA — Organizational Knowledge Assessment.** Revista da Administração Pública, v. 48, n.4, p. 983-1006, jul/ago, 2014.
- BRUDEKI, N.M. **Gestão de serviços municipais.** 1.edição. Curitiba: Editora Ibpex, 2007.
- COSTA, J. F. **Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18º, 24-28 ago. 2008, Gramado. Anais dos trabalhos científicos.
- COUTO, F. F., CKAGNAZAROFF, I. B. **Prefeituras priorizam o desenvolvimento local? Um estudo qualitativo do caso de Montes Claros/MG de acordo com a visão de gestores públicos locais.**

Revista Administração Pública e Gestão Social, v. 8, n.4, p. 225-234, out/dez, 2016.

CRUZ, C. F. da; MACEDO, M. A. da S.; SAUERBRONN, F. F. **Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características.** Revista de Administração Pública, v. 47, n. 6, p. 1375-1399, 2013.

DALMONECH, L.F.; TEIXEIRA, A; SANT'ANNA, J.M.B. **O impacto ex-post da lei de responsabilidade fiscal no 101/2000.** Revista de Administração Pública, v.45, p. 1173-1196, jul/ago, 2011.

GERICK, W; CLEMENTE, A. **O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios: o caso do Paraná.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v.4, n. 3, p. 44-69, set/dez, 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública.** 14.edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014.

LIMA, E.C.P. **Algumas observações sobre Orçamento Impositivo no Brasil.** Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, p. 05-15, jun/dez, 2003.

MACEDO; J. de J.; CORBARI, E. C. **Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 20, n. 51, p. 44-60, set/dez, 2009.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6.edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007.

MARTINS, D.C. **A Importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, voltada ao Princípio da Transparência,** 2010. Monografia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Faculdade de Ciências Econômica-FCE para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea.** 1.edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MEDEIROS, K.R.; ALBUQUERQUE, P.C.; TAVARES, R.A.W.; SOUZA, W.V. **Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 26, n.6, p.1759-1769, jun, 2017.

NOVA, A.D.; MARQUETTI, A.A. **A crise das finanças públicas no Rio Grande do Sul: origem e evolução no período 1999-06.** Ensaios FEE, v.30, Número Especial, p.303-326, 2009.

PAULA, A.P.P de. **Por uma nova gestão pública.** 1.edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PRESTE, R. D.; CERQUEIRA-ADÃO, S. A. R. Contribuição do curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA para a modernização da Administração Pública em Santana do Livramento/RS. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, v. 9, n. 4, p. 45-69, e. e, 2016.

RONCALIO, M.P.; BORGERT, A.; ALBERTON, L.; AMARAL, E. **Adoção De Controles De Custos Pelos Municípios Catarinenses, Segundo A Lei De Responsabilidade Fiscal.** Revista Catarinense da Ciência Contábil, v.11, n.33, p.9-21, ago/nov, 2012.

ROSA, M.F.E. **Direito Administrativo.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

SANTOS, S.R.T dos; ALVES, T.W. **O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios do Rio Grande do Sul de 1997 a 2004.** Revista de Administração Pública, v. 45, p. 181-208, jan/fev, 2011.

## AMBIENTE EXTERNO E INTERNO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO SUL

Luis Augusto Araujo

Filiação: Epagri/Cepa;

Claudimir Rodrigues;

Souza Cruz;

Elizabete Catapa;

EGC/UFSC.

Reney Dorow

E-mail: [laraujo@epagri.sc.gov.br](mailto:laraujo@epagri.sc.gov.br)

**RESUMO:** Os agricultores buscam construir o seu futuro a partir da prática de gestão e de suas decisões. O objetivo deste artigo é apresentar e discutir a percepção de agricultores familiares sobre um conjunto de variáveis do ambiente externo e interno de estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul. Fez-se a opção pela abordagem de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com amostra selecionada intencionalmente. Os dados foram obtidos da aplicação de questionário, concebido para obter a avaliação dos agricultores sobre as variáveis do ambiente, previamente definidas. Os resultados demonstraram o predomínio da percepção de ameaças, em relação às variáveis associadas ao ambiente externo. Entre as variáveis percebidas como maior ameaça estão os preços dos insumos, as alterações na legislação tributária, a entrada de novas unidades de produção e as alterações na legislação trabalhista. Por outro lado, em

relação as variáveis do ambiente interno prevaleceram a percepção de fortaleza, e entre as mais intensamente percebidas como fraqueza estão a participação em atividades de educação ambiental, as condições climáticas na propriedade, o uso do computador para a gestão, o uso da internet para a gestão e a situação das vias de acesso. Presume-se que as ameaças e fraquezas associadas as fortalezas e oportunidades, influenciam a criação de estratégias e as práticas de gestão. Entende-se que a abordagem da Visão Baseada em Recursos (VBR) e do viés cognitivo na tomada de decisão, representam possibilidades de aprofundamento de estudos a partir da percepção dos agricultores. De forma mais abrangente, deduz-se que pensar novas estratégias e produzir inovações, a partir de seus recursos internos e das transformações do ambiente externo em que operam, são desafios dos agricultores na busca pela prosperidade dos estabelecimentos agropecuários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ambiente externo; Ambiente interno; Agricultura familiar; Percepção.

**ABSTRACT:** Farmers seek to build their future from management practice and their decisions. The objective of this article is to present and discuss the perception of family farmers about a set of variables of the external and internal

environment of agricultural establishments of Rio Grande do Sul. The option was chosen for the qualitative, exploratory and descriptive research approach, with selected sample intentionally. The data were obtained from the application of a questionnaire, designed to obtain the farmers' evaluation of previously defined environmental variables. The results demonstrated the prevalence of perceived threats, in relation to the variables associated with the external environment. Among the variables perceived as the greatest threat are input prices, changes in tax legislation, entry of new production units and changes in labor legislation. On the other hand, in relation to the variables of the internal environment the perception of strength prevailed, and among the most intensely perceived weaknesses are participation in environmental education activities, climatic conditions on property, computer use for management, use the internet for the management and the situation of access routes. The threats and weaknesses associated with strengths and opportunities are presumed to influence the creation of management strategies and practices. It is understood that the Resource Based View (VBR) approach and the cognitive bias in decision making represent possibilities for deepening studies based on farmers' perceptions. More broadly, one can deduce that thinking about new strategies and producing innovations, based on their internal resources and the transformations of the external environment in which they operate, are challenges for farmers in the quest for the prosperity of agricultural establishments.

**KEYWORDS:** External environment; Internal environment; Family farming; Perception.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os agricultores familiares buscam por uma estratégia que promove a prosperidade do estabelecimento agropecuário. Nessa busca, emergem alguns questionamentos: Será que as estratégias se devem a uma variedade de pequenas ações e decisões tomadas por várias pessoas? São essas decisões e ações responsáveis por grandes mudanças de direção no estabelecimento agropecuário? Por certo, o caminho escolhido deve representar o entendimento do agricultor do que deve ser feito para que o estabelecimento agropecuário sobreviva. É sobre esse entendimento e percepção dos agricultores que trata este artigo.

A agricultura brasileira desenvolve um setor econômico de desenvolvimento produtivo ímpar, mas socialmente problemático. De acordo com o último Censo Agropecuário Brasileiro, em 2006, existiam 5,17 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, dos quais 84% enquadram-se na categoria de agricultores familiares e são responsáveis por 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (cerca de 12,3 milhões de pessoas). Nessa mesma perspectiva, o sistema familiar de produção agrícola do Rio Grande do Sul encontra-se inserido em um contexto socioeconômico delicado, dado que, se por um lado, os estabelecimentos agropecuários têm papel social inquestionável, por outro lado, a sua capacidade de reprodução para o futuro é incerta.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), existem 440 mil

estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul, ocupando 1,2 milhão de pessoas, em uma área de 20,3 milhões de hectares. Em relação ao total de estabelecimentos, 378.546 estabelecimentos agropecuários familiares sul-rio-grandense (86% do total), enquadram-se como agricultura familiar, ocupando 6,172 milhões de hectares. Além disso, é o terceiro estado brasileiro com maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar, representando 9,4% da população total estimada e 17,3% do total da população estadual ocupada naquele ano. O último Censo Demográfico, referente a 2010, apontou uma população rural de aproximadamente 1,6 milhão de pessoas no Estado (IBGE, 2011).

Os estabelecimentos agropecuários buscam crescer de forma sustentável, aumentando sua viabilidade e preparando sua transição para a próxima geração. Existe uma série de fatores que afetam significativamente o desempenho desses estabelecimentos e para lidar com essa complexidade se exige capacitações gerenciais. A ausência da capacidade de gestão provoca impactos negativos no desenvolvimento desse segmento e, conseqüentemente, na sua integração aos mercados mais dinâmicos (LOURENZANI, 2006).

A prática da gestão dos estabelecimentos agropecuários e as escolhas estratégicas são determinantes para construir o seu futuro, tendo maiores possibilidades de sucesso quanto maior for a aderência às novas realidades do ambiente interno e externo em que atuam. É dentro dessa perspectiva que se introduz uma reflexão sobre a possibilidade de identificarmos os fatores chaves de sucesso, associados às oportunidades advindas do seu ambiente externo, e das competências distintas, associadas às variáveis de seu ambiente interno. Assim, as principais questões norteadoras do estudo relacionam-se a identificar a percepção dos agricultores sobre: (a) quais são as ameaças e as oportunidades do estabelecimento agropecuário? (b) quais são as fortalezas e as fraquezas do estabelecimento agropecuário familiar?

Neste contexto, objetiva-se no presente artigo apresentar e discutir as percepções de gestores de estabelecimentos agropecuários familiares localizados no Estado do Rio Grande do Sul, sobre um conjunto de variáveis de seu ambiente externo e interno que são influentes nas decisões, na criação de estratégias e nas práticas de gestão.

O estudo orientou-se pelos princípios da pesquisa qualitativa e quantitativa, de cunho exploratório e descritivo, com seleção intencional da amostra. Na próxima seção, apresenta-se fundamentação teórica relacionando o tema da prática da gestão e da estratégia no contexto do estabelecimento agropecuário.

## **2 | A PRÁTICA DA GESTÃO**

Na atividade rural, os agricultores precisam estar atentos a tudo o que os rodeia e sempre procurar novas tecnologias e o aprimoramento de suas técnicas de produção para poderem competir no mercado (SILVA et al., 2010). Da mesma forma, as funções administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar nas distintas áreas

do estabelecimento agropecuário (produção, marketing, recursos humanos e finanças) deverão ser igualmente consideradas e analisadas como um todo sistêmico em uma propriedade rural.

Deste modo, pode-se dizer que a gestão rural é um conjunto de atividades que orienta a produção rural dentro das especificações estabelecidas ou desejadas, seja pelo controle de qualidade ou mercado comprador, utilizando os recursos naturais, tecnológicos e humanos disponíveis da melhor maneira possível (SILVA et al., 2010). O processo de planejar “envolve um modo de pensar; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionamentos sobre o que fazer, como, quanto, quem, por que, por quem e onde”. Planeja-se por meio de “técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz” (OLIVEIRA, 2006, p. 34-35).

A gestão dos estabelecimentos agropecuários familiares está focada nos fatores que influenciam em suas atividades agrícolas, zootécnicas e agroindustriais, concentrando técnicas de produção e conceitos operacionais das atividades especificamente desenvolvidas.

Qualquer atividade econômica deverá possuir um estilo de gestão compatível com suas características organizacionais para que esta estrutura possa garantir padrões de competitividade dentro da indústria (agroindústria) ou comércio na qual ela atua. A eficiência de uma administração dentro de qualquer negócio depende, dentre vários fatores, de um suporte capaz de prover informações contábeis relevantes para as diversas decisões gerenciais, atualizando de maneira sistemática os diversos usuários destas informações. Este processo se dá através de um sistema gerador do perfil real da situação financeira e contábil da empresa (CALLADO; CALLADO, 1999).

A prática da gestão do estabelecimento agropecuário familiar revela contradição com a lógica burocrática e os protocolos formalizados presentes em organizações da sociedade, sendo difícil compreendê-la em sua essência, porque é um fenômeno complexo e multidimensional. Portanto, em decorrência de sua complexidade, o desenvolvimento de ferramentas e técnicas de gestão que contemplem as particularidades do agricultor familiar e as formas pelas quais ele pode se inserir de forma competitiva e sustentada no mercado são bem-vindas. Em seguida, algumas reflexões sobre a estratégia do agricultor no contexto do estabelecimento agropecuário.

### **3 | ESTRATÉGIA NO CONTEXTO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO**

Mintzberg et al. (2011), em metáfora referente ao trabalho de uma oleira, propõe que os gestores são os artífices e a estratégia sua argila. Entendeu que a mente da oleira está voltada para a argila, mas por se situar entre um passado de capacidades empresariais e um futuro de oportunidades de mercado, sabe o que

funcionou e o que não funcionou no passado. Além disso, ela leva para seu trabalho um conhecimento íntimo dos materiais que utiliza, onde palavras como experiência, dedicação, envolvimento com a argila, toque pessoal, senso de harmonia, senso de integração e domínio dos detalhes estão presentes no trabalho da artesã. Da mesma forma, os gestores dos estabelecimentos agropecuários se envolvem, são sensíveis, conhecem sua organização e seu setor de atuação pelo toque, quando formulam suas estratégias.

O termo SWOT vem do inglês e representa as iniciais das palavras *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). A análise de SWOT tem por objetivo avaliar os pontos fortes e fracos da organização e verificar as ameaças e as oportunidades que podem vir a interferir na atividade. A análise se divide em duas partes: o ambiente interno à organização, que é composto pelos pontos fortes e os pontos fracos da organização, e o ambiente externo, que trata das oportunidades e ameaças do mercado (BIANCO, 2013; STROCHON, 2013).

A vantagem competitiva sustentável não pode ser criada simplesmente pela análise ambiental das oportunidades e ameaças para, em seguida, conduzir os negócios somente através das grandes oportunidades e das ameaças inexpressivas. Para Barney (1991), “Ao contrário, a criação da vantagem sustentável depende de recursos únicos e de capacidades que a firma possui para a competição em seu ambiente” (BARNEY, 1991, p.61).

Na mesma direção, em seu artigo, “*The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation*”, Grant (1991) argumentou que os recursos internos ao invés do ambiente de mercado devem fornecer a base para a estratégia de uma empresa. Como contribuições à gestão estratégica, cita a aplicação da “visão baseada em recursos da empresa” fornecem visões esclarecedoras sobre as fontes de rentabilidade e a natureza da estratégia competitiva.

Ferreira, Serra, Pereira e Moritz (2010) apontam que os avanços mais formais do pensamento estratégico viessem a ocorrer a partir da década de 60, muito embora já na década de 30, Chester Barnard estudou os fatores limitadores e estratégicos do desempenho das organizações. Os estudos sobre estratégia evoluíram de uma fase inicial, onde a ênfase recaiu sobre os aspectos externos às organizações, para mais recentemente recair sobre os recursos e aspectos internos, em como explorar e prospectar novas competências e aprendizagem.

Para Mintzberg (2010) a Visão Baseada em Recursos pode servir de mecanismo de correção, ao mirar as capacidades internas enraizadas na cultura e questiona oportunamente: “de fora para dentro” é melhor do que “de dentro para fora”? Segundo o autor, a análise SWOT permitiria equilibrar, não indo de um lado e depois para o outro lado, mas garantindo que as fortalezas e fraquezas internas sejam consideradas junto com as oportunidades e as ameaças externas.

É preciso reconhecer que muito pouco tem sido feito em termos de desenvolvimento de técnicas de gestão (de entender sua prática e de como escolhem suas estratégias,

observação dos autores) que contemplem as particularidades da agricultura familiar e as formas pelas quais ela pode inserir-se de forma competitiva e sustentada no agronegócio nacional. Embora inseridas em lógicas produtivas locais, circunscritas a territórios determinados, a agricultura familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais. Assim, independente dos mercados aos quais destinam a sua produção ou dos canais de comercialização que utilizam, os agricultores familiares devem contar com ferramentas de apoio à decisão, adequados à sua cultura 'organizacional' e limitações em termos de educação formal e condições gerais do meio no qual estão inseridos. Essas ferramentas não são apenas úteis, mas cada vez mais indispensáveis para a competitividade sustentada dos seus empreendimentos (BATALHA et al., 2005)

Muitas vezes o principal problema dos agricultores familiares não se encontra nas técnicas agropecuárias que, dentro da realidade de cada produtor, estão plenamente disponíveis. Ele reside, sobretudo, na compreensão do funcionamento dos mercados, que impõe articulação com os segmentos pré e pós-porteira, novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo. Além disso, é necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre a articulação com os agentes da cadeia de produção e a conseqüente perda de poder decisório, em troca da maior rentabilidade e estabilidade (BATALHA et al., 2005).

O gestor do estabelecimento agropecuário é o mais próximo da ação e supostamente quem mais influenciará a elaboração da estratégia. Apesar disso, considera-se que qualquer membro da família e do grupo de famílias daquela comunidade, com capacidade de síntese e sabedoria, poderão influenciar a opção por determinada estratégia. A experiência, a habilidade e a própria inteligência são integradas no cérebro de qualquer indivíduo e utilizados para conceber e escolher uma estratégia, dentro dos limites de acesso a informação e conhecimento disponíveis ao agricultor.

## 4 | METODOLOGIA

O estudo realizado teve como referência os princípios da pesquisa qualitativa e quantitativa, a partir de levantamento bibliográfico e aplicação de questionário a agricultores de 79 estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul, nos municípios de Toropi, Gramado Xavier, Santa Cruz do Sul e Canguçu, selecionados intencionalmente e que são participantes do Programa Propriedade Sustentável<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O Programa Propriedade Sustentável resulta de parceria estabelecida entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG/RS), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e a empresa Souza Cruz. Este programa objetiva avaliar e qualificar os processos de gestão dos agricultores familiares assistidos, por meio do uso de ferramenta eletrônica de contabilidade desenvolvida pela EPAGRI (denominada Contagri). Atualmente são assistidos 240 estabelecimentos agropecuários localizados nos três estados da região Sul do país, distribuídos em 12 núcleos (compostos por aproximadamente 20 propriedades cada).



Figura 1 – Localização dos polos do Rio Grande do Sul abrangidos pelo presente estudo e demais polos localizados em Santa Catarina e no Paraná.

Fonte: Elaboração dos autores.

O questionário contemplou três tópicos principais: (1) caracterização e identificação; (2) variáveis relacionadas ao ambiente externo da unidade; (3) variáveis relacionadas ao ambiente interno. Cada variável era classificada pelos entrevistados como ameaça ou oportunidade (no caso do ambiente externo) e, depois, solicitava-se a manifestação dos mesmos em relação ao grau de importância da variável nas práticas de gestão na sua unidade: (1) Sem importância; (2) Pouco importante; (3) Importante; (4) Muito importante.

No processo de gestão de estabelecimento agropecuário existem uma multiplicidade de fatores envolvidos. A partir de questões amplamente apontadas como determinantes pela bibliografia que tratam do tema, identificou-se um conjunto de variáveis relacionadas ao ambiente externo e do ambiente interno, buscando-se fazer as adequações para o público objeto de estudo. Todas as variáveis analisadas neste estudo foram agrupadas em dimensões. A lista de variáveis externas é composta por cinco dimensões: (1) mudanças na sociedade; (2) mudanças governamentais; (3) mudanças econômicas; (4) mudanças tecnológicas; e (5) mudanças nos mercados. Por sua vez, a lista das variáveis internas é composta por seis dimensões: (1) marketing e comercialização; (2) gestão de pessoas; (3) gestão da informação; (4) finanças e custos; (5) gestão ambiental; e (6) gestão da produção.

As respostas de cada variável foram ponderadas multiplicando-se as mesmas por valores de 0 a 3, de acordo com o grau de importância: Sem importância (x0); Pouco importante (x1); Importante (x2); Muito importante (x3). Os gráficos apresentados neste artigo indicam o grau de importância total de cada variável e a composição desse grau (ameaça e oportunidade ou fraqueza e fortaleza). Para fins de análise, considerando-se o total de questionários analisados e a ponderação realizada, o máximo a ser obtido em cada variável foram 237 pontos.

## 5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente delinea-se o perfil dos membros das famílias e das características principais dos estabelecimentos agropecuários. Em seguida, apresentam-se as percepções dos agricultores sobre variáveis do ambiente externo e do ambiente interno. Por último, faz-se uma discussão mais geral apontando possibilidades para estudos futuros.

### 5.1 Perfil socioeconômico e dos estabelecimentos agropecuários

O número total de membros das famílias participantes da pesquisa foi 284, dos quais, em relação a questão de gênero, 148 são do sexo masculino e 130 do sexo feminino (seis deles não responderam).

A estrutura etária do conjunto de membros das famílias dos estabelecimentos agropecuários consta da Figura 2, com o predomínio de pessoas adultas entre 26 a 60 anos (55,7% do total). A faixa etária mais jovem, até 25 anos, contempla 34,8% do total de pessoas, enquanto as pessoas com mais de 60 anos aparecem apenas em 9,6 % do total. Para os próximos anos, esta última faixa etária deverá receber a mais intensa ampliação (crescimento em termos relativos).

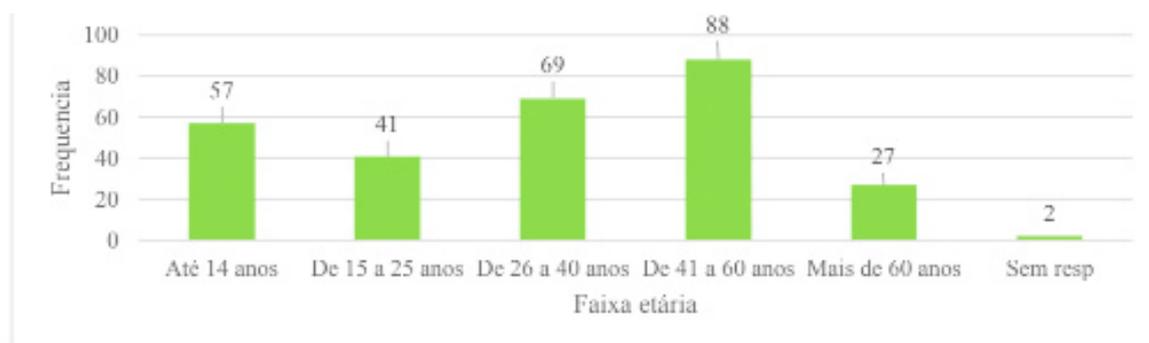


Figura 2 – Faixa etária dos membros das famílias.

Fonte: Pesquisa de campo (2016). Elaboração dos autores (2017).

Em relação ao tipo de atividade exercida, admitem dedicação exclusiva a atividades agropecuárias 61,0%, dedicação parcial às atividades agropecuárias 9,7%, e, dedicação exclusiva às atividades não agropecuárias 2,5% do total dos membros das famílias. Além disso, 16,6% deles eram estudantes, 5,4% aposentados e 4,7% enquadrarem-se em outra situação.

Os perfis em termos de grau de instrução do total de membros das famílias dos estabelecimentos agropecuários podem ser observados na Figura 3.

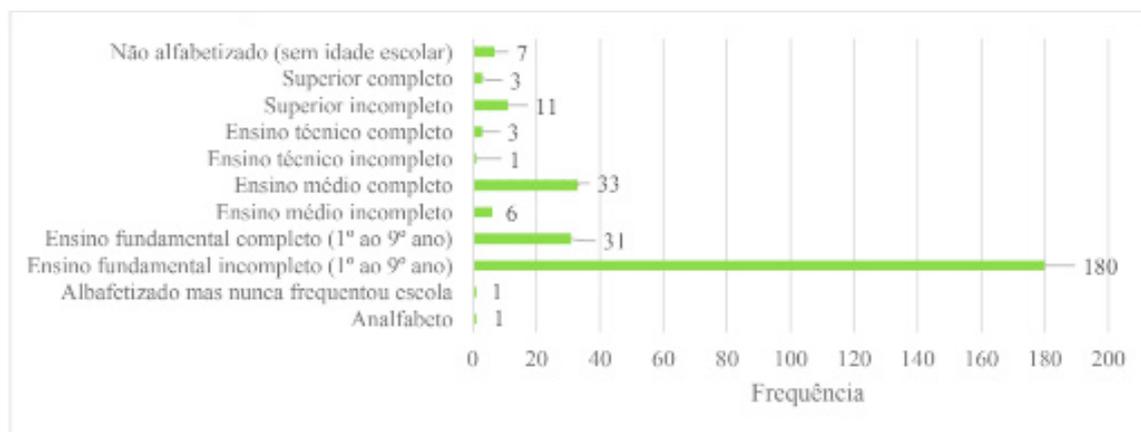


Figura 2 – Faixa etária dos membros das famílias.

Fonte: Pesquisa de campo (2016). Elaboração dos autores (2017).

A categoria “ensino fundamental incompleto” tem a maior presença, 65% do total de membros das famílias, e a categoria de “ensino médio completo” aparece em segundo lugar, com 11,9%, seguida da categoria “ensino fundamental completo (1º ao 9º ano)”. Apenas três pessoas, 1,1%, admitem possuir ensino superior completo.

Do total de membros das famílias (284), 43% deles admitem utilizar a *internet*. Em relação a disponibilidade física de computador, 92,3% dos estabelecimentos agropecuários admitem possuir um ou mais computadores na sua unidade, sendo que 20,5% admitem possuir dois ou mais computadores no seu estabelecimento.

Os estabelecimentos agropecuários participantes da pesquisa estão localizados no estado do Rio Grande do Sul, em distintos contextos regionais, apresentando diferenças em termos de dimensões da exploração agrícola, disponibilidade de força de trabalho e da composição e valor do capital total. Os indicadores médios de uso dos fatores de produção terra, trabalho e capital das unidades de produção agropecuária constam da Tabela 1.

	Média*	
<b>Dimensão da exploração</b>		
Área Total (ha)	19,75	
- Superfície Agrícola Útil (ha)	12,76	
- Área Adicional Total (ha)	0,77	
<b>Trabalho</b>		
Uth <sup>2</sup> Total	2,47	
Uth Familiar	2,3	
- Uth Assalariada	0,17	
<b>Capital/UTH</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
Total	92.280,00	100
Terra	45.278,00	49
Maquinas e equipamentos	17.912,00	19
Giro	11.761,00	13
Construções	11.243,00	12
Animais	6.041,00	7
Culturas permanentes	45,00	0

Tabela 1 – Indicadores de uso dos fatores de produção terra, trabalho e capital dos estabelecimentos agropecuários por estrato de participação do lucro.

\* a “Média” corresponde à média do total de unidades participantes do estudo.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa

Na tentativa de delinear as características dos estabelecimentos agropecuários, destacam-se quatro constatações principais:

1. Em relação à dimensão de exploração, os estabelecimentos possuem área total de 19,75 ha das quais 12,76 ha são explorados (superfície agrícola útil);
2. No tocante às variáveis relacionadas à dimensão trabalho, os estabelecimentos revelaram a presença de 2,3Uths, em termos de disponibilidade de unidades de trabalho homem familiar.
3. Com relação à dimensão capital, os números sugerem uma estrutura produtiva com semelhanças entre os grupos, em que pese apresentarem diferenças em sua composição;

Quanto a composição da renda da renda dos estabelecimentos pesquisados sobressai cinco constatações sobre os produtos com maior peso na sua composição: O tabaco de estufa compõe 64% na renda total do universo pesquisado; O tabaco de galpão ocupa o segundo lugar em termos de contribuição para a renda bruta total (11%); A bovinocultura contribuiu com 6% da renda bruta total; O milho produzido contribui com 5% na renda total; Por último, a soja produzida compõe 3% da renda total.

Em seguida, apresenta-se as percepções dos agricultores sobre as variáveis do ambiente externo que afetam a gestão das unidades.

2 Uma unidade de trabalho homem (Uth) corresponde a um adulto que trabalha 8 horas por dia, durante 300 dias por ano. Equivale ao aporte de trabalho de uma pessoa adulta em tempo integral, no estabelecimento agropecuário, durante um ano. (Araujo, 2009, p. 61).

## 5.2 Percepção dos gestores sobre o ambiente externo

A análise do ambiente externo tem por objetivo identificar as oportunidades e ameaças que se colocam diante dos agricultores num determinado momento, que está fora do seu controle. Diferentemente de outros trabalhos baseados no método SWOT, a abordagem utilizada para obter as percepções dos gestores partiu de um conjunto pré-definido de variáveis e coube aos gestores avaliá-las enquanto ameaça ou oportunidade e seu grau de importância.



Figura 4 – Grau de importância das dimensões do ambiente externo<sup>3</sup>,

numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

A Figura 4 apresenta o peso atribuído pelos gestores às cinco dimensões que compõem o ambiente externo, e sua composição em termos de ameaça ou oportunidade. A dimensão que obteve a maior pontuação média foi “Mudanças nos mercados e fornecedores”, sendo este percebido quase majoritariamente como ameaça. Numa posição intermediária de grau de importância aparecem as “Mudanças tecnológicas”, “Mudanças econômicas” e as “Mudanças governamentais”, sendo esta última percebida em 77,9% como ameaça. Relativamente às demais dimensões, “Mudanças na sociedade” obteve a menor pontuação.

De forma geral, os gestores percebem as variáveis do ambiente externo preponderantemente como ameaças, percepção que representa 57,7% do grau de importância total atribuído. Os resultados sugerem também que os gestores consideram importantes todas as dimensões formuladas, uma vez que todas obtiveram pontuações médias elevadas.

No âmbito da dimensão “Mudanças na sociedade”, a variável “Crescimento da urbanização” foi a mais valorizada, sendo percebida como uma oportunidade para 53,5% das respostas ponderadas. A influência das mudanças nos padrões de consumo na sociedade sobre a gestão dos estabelecimentos obteve valorização intermediária

<sup>3</sup> Para cada tema, os agricultores eram solicitados a classificá-lo como ameaça ou oportunidade e fraqueza ou fortaleza. Na sequência, atribuíam um valor àquele tema de (0 a 3), segundo o seu grau de importância.

no âmbito desta dimensão, sendo fortemente percebida como oportunidade, em 73,9% das respostas ponderadas.

Em outro rumo, a tendência de envelhecimento da população e o aumento populacional em taxas decrescentes foi majoritariamente percebido como uma ameaça, em 81,4% das respostas ponderadas, obtendo a menor valorização em termos de importância. Zuanazzi e Bandeira (2013), em estudos de projeção da população total do Rio Grande do Sul, apontam que esta deve continuar crescendo por um período curto (a taxas cada vez menores) e, então, passar a diminuir. Projeta uma população máxima de 10,87 milhões de habitantes ao redor do ano 2020, em um cenário com redução mais breve. Em outro extremo, projeta uma população máxima do RS ocorreria por volta de 2030, atingindo 11,40 milhões de habitantes. No âmbito desta dimensão, cabe perguntar: como deveriam se defender da ameaça do envelhecimento da população e do aumento populacional em taxas decrescentes?



Figura 5 – Grau de importância e a percepção sobre as variáveis relacionadas às mudanças na sociedade, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

De forma geral, a dimensão mudanças no governo revelou percepção majoritariamente negativa, sendo considerada uma ameaça em 77,9% das respostas ponderadas, conforme apresentado na Figura 6.



Figura 6 – Grau de importância e a percepção sobre as variáveis relacionadas às mudanças governamentais, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Entre as variáveis da dimensão “Mudanças no governo” mais valorizadas, e fortemente percebidas como ameaça, estão as alterações na legislação trabalhista e previdenciária. Em seguida, a “responsabilidade nas contas públicas”, “legislação tributária” e “legislação ambiental” aparecem majoritariamente como ameaça, certamente influenciada pela crise econômica e política no momento da entrevista. Os resultados relacionados à legislação ambiental não causam surpresa, tendo em

vista ser esperado no meio rural predominar uma percepção negativa em relação a essa variável, em decorrência de restrições de uso dos recursos naturais e conflitos históricos associados à mesma.

Agora em outra direção, as alterações nas políticas agrícolas e programas governamentais são percebidos majoritariamente como oportunidade (60,9% das respostas ponderadas), mas com uma valoração relativamente semelhante às últimas três dimensões comentadas. As ações regulatórias do governo e de suas políticas induzem mudanças nas práticas e estratégias estabelecidas pelos gestores.

Em relação as variáveis relacionadas às mudanças na economia, o “Crescimento econômico mundial” e o “Crescimento da demanda mundial de alimentos” foram percebidos, respectivamente, por 94,1% e 89,3% como oportunidades. Interessante notar que a variável demanda mundial de alimentos recebeu o menor grau de valoração entre as variáveis da dimensão “Mudanças na economia”, talvez pelo fato de que dentre os agricultores entrevistados predominar como principal fonte de renda o cultivo do tabaco, com finalidades não alimentares.

Em outra direção, todas as demais variáveis são percebidas majoritariamente como ameaças, sendo a “Taxa de juros” e a “Taxa de desemprego”, respectivamente, as mais valorizadas. A variável “Taxa de juros” foi percebida quase unanimemente como ameaça atingindo 86,2% de avaliação negativa, devendo-se registrar que no momento da aplicação do questionário, a taxa Selic era de 14,25% a.a., uma das mais altas do mundo, o que certamente contribuiu com tal percepção. A taxa de desemprego foi percebida como oportunidade em 44,4% das respostas ponderadas, provavelmente explicada pela necessidade de contratação de trabalho temporário (que, com o aumento do desemprego, tende a ter seu valor reduzido). Por fim, as variáveis “crise econômica” e “Taxa de câmbio” foram percebidas como ameaça, respectivamente, por 89,7% e 70,2% das respostas ponderadas. O câmbio desvalorizado no momento da entrevista tem relação com tal percepção, dado que o tabaco é um produto predominantemente destinado à exportação e parte dos insumos utilizados na sua produção advém do exterior.



Figura 7 – Grau de importância e a percepção sobre as variáveis relacionadas às mudanças na economia, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Em linhas gerais, a dimensão “Mudanças na economia” foi percebida como

ameaça pela maioria das respostas ponderadas (54,3%), sendo que o cenário econômico do país no momento da pesquisa ajuda a explicar tal resultado.

Contrariamente às dimensões anteriormente analisadas, “Mudanças tecnológicas” foi percebida pela quase totalidade dos respondentes (próximo de 98,2 % dos respondentes) como oportunidade, recebendo o segundo maior grau de importância entre as dimensões do ambiente externo. Além disso, salienta-se que às inovações nas tecnologias de informação e de conhecimento foi atribuído uma valoração similar àquela destinada às novas tecnologias de produção.

Nesse ambiente de percepção fortemente positiva relacionada às mudanças tecnológicas, emergem duas questões: como desenvolver pesquisas e sistemas de inovação que garantam aos estabelecimentos agropecuários um fluxo contínuo de inovações para o mercado? Que estratégias de extensão rural e de assistência técnica deveriam ser implementadas para favorecer a prosperidade desses estabelecimentos agropecuários?

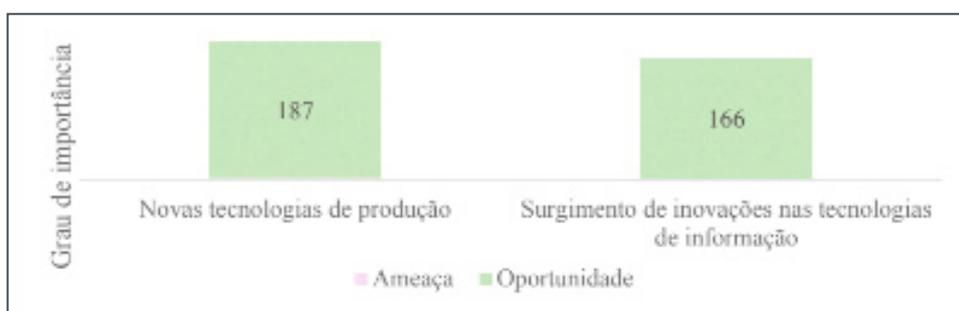


Figura 8 – Grau de importância e a percepção sobre as variáveis relacionadas às mudanças tecnológicas, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Os respondentes percebem a entrada de novas unidades de produção no seu ramo de atuação fortemente como ameaça, alcançando 92,7% da pontuação ponderada para essa variável. Essa percepção manifestada pelos agricultores não surpreende por estarem operando num mercado bastante competitivo para as principais atividades de seu sistema de produção e também sugere o predomínio do sentimento de competição em relação ao de cooperação, com ampla margem.



Figura 9 – Grau de importância e a percepção sobre as variáveis relacionadas às mudanças nos mercados, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Numa economia de mercado, o sistema de preços é o principal sinalizador para a tomada de decisões. Os respondentes julgam as variações de “Preços dos insumos agrícolas” como uma ameaça muito importante, de forma quase unânime (em 97,5%). Em alternativa, os “Preços dos produtos agrícolas” são apontados também como uma ameaça, agora por 51,5% das respostas ponderadas.

A avaliação positiva para quase a metade das respostas ponderadas para a variável “Preços dos produtos agrícolas”, pode ser explicada pelos seguintes pontos: (1) à presença do tabaco nas unidades, uma vez que essa cultura é comumente tida como de alta densidade econômica, não obstante outras características que possam ser associadas à mesma; (2) na comercialização da safra 2015/16, o preço médio pago ao produtor aumentou 37% no tabaco Virgínia e 48% no tabaco Burley, em relação à safra passada (EPAGRI, 2016); e, (3) os diferentes contextos regionais parecem colaborar na explicação dos resultados: nos municípios de Gramado Xavier e Santa Cruz, esta variável foi percebido mais como uma ameaça; em contrapartida, nos município de Toropi e Canguçu, a percepção foi outra, os gestores percebem esta variável mais como oportunidade (especialmente em Canguçu).

Em sentido oposto, o surgimento de “Novas possibilidades de comercialização” foi percebido por 88,0% dos respondentes como sendo uma oportunidade, além de ter sido a variável menos valorizada desta dimensão. No caso dos agricultores aqui analisados, como já detalhado anteriormente, no que diz respeito a contribuição na renda bruta, predomina as cadeias tradicionais do tabaco estufa, tabaco galpão, bovinocultura de leite e milho.

Finalmente, a combinação e as sutilezas das forças de mercado que operam no setor agropecuário sempre sofrem a influência do contexto regional. Além disso, entre as pressões a que estão submetidos os estabelecimentos agropecuários estão aquelas associadas aos novos entrantes nesse segmento e às associadas ao poder de negociação dos fornecedores e dos compradores.

### *5.3 Percepção dos gestores sobre o ambiente interno*

A análise do ambiente interno tem por objetivo identificar as forças e fraquezas inerentes as unidades de produção num determinado momento. O ambiente interno é caracterizado como sendo o conjunto de variáveis, capacidades e competências da organização, e que estão sob seu controle direto. De forma geral, os gestores percebem as variáveis do ambiente interno preponderantemente como fortalezas, percepção que representa 79,6% do grau de importância total atribuído. Além disso, atribuem o maior grau de importância as dimensões “Marketing e comercialização” e “Gestão da produção”, relativamente as demais dimensões.

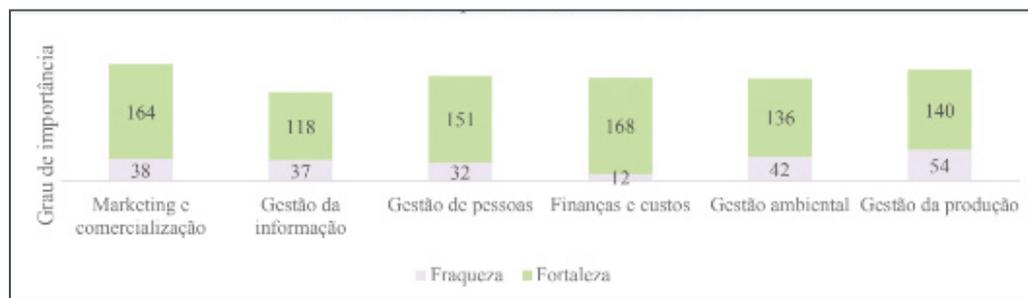


Figura 10 – Grau de importância médio das dimensões do ambiente interno, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

No âmbito da dimensão “Marketing e comercialização”, a variável “Forma (s) de venda (s) do (s) produto (s)” é percebida como fortaleza por 98% dos respondentes, associado a comercialização garantida junto a integradora. A Figura 11 detalha as cinco variáveis da dimensão “Marketing e comercialização”, sendo que a variável “Volume de produção” tem percepção de fraqueza de 39% das respostas ponderadas.

Ainda cabe destaque para as variáveis percebidas como fortalezas dessa dimensão: a “diversidade de produtos da unidade” e “Preços obtidos pelos produtos”, considerado por 85% e 97% dos respondentes.

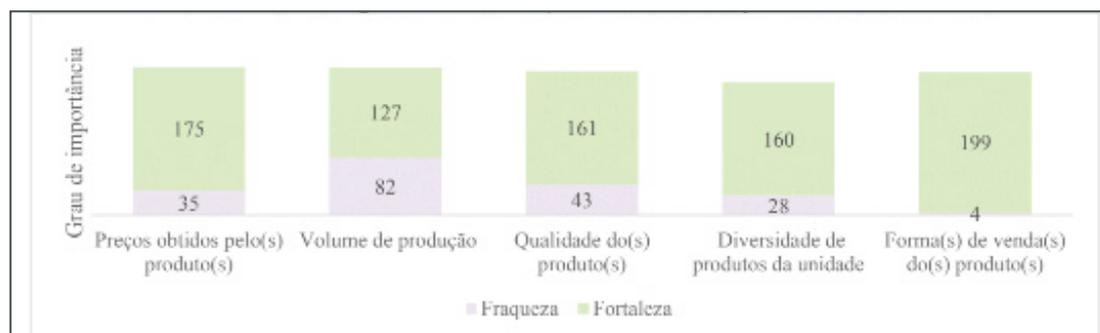


Figura 11 – Grau de importância médio e a percepção sobre as variáveis relacionadas a dimensão Marketing e comercialização, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

A dimensão “Gestão da Informação” apresenta as variáveis “Uso de computador para gestão” e “Uso da internet para a gestão” como fraqueza percebida por 55% dos respondentes, cabendo destacar ainda a dificuldade de acesso à internet e familiaridade com softwares como limitantes para estas variáveis. Por outro lado, as variáveis que se apresentam como fortalezas dessa dimensão são “acesso a informação por meio de técnicos de ATER” e “Distribuição de tempo do responsável principal” atribuídos por 98% e 93% dos respondentes respectivamente. A Figura 12 apresenta maior detalhe as variáveis que compõem essa dimensão.

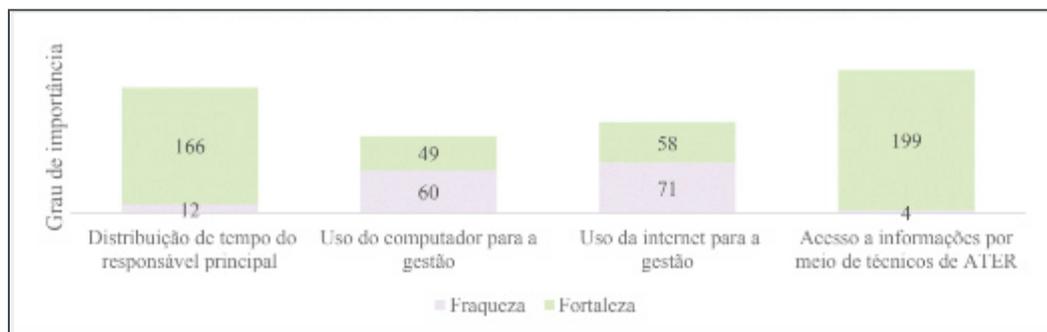


Figura 12 – Grau de importância médio e a percepção sobre as variáveis relacionadas a dimensão Gestão da informação, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

A dimensão “Gestão de pessoas”, compreende um conjunto de oito variáveis, detalhadas na Figura 13. Do total, as variáveis “Envolvimento da família na execução das atividades”, “Gestão participativa da unidade de produção”, “Desenvolvimento educacional da família”, “Capacitação para a gestão” e “Capacitação sobre técnicas de produção” se apresentam como sólidas fortalezas das unidades de produção, com 92% de percepção positiva. Observa-se que nas variáveis seis e sete que tratam respectivamente da disponibilidade de mão de obra e perspectiva de sucessão na propriedade, verifica-se como fortaleza em 56% dos respondentes, retratando fragilidades de disponibilidade de mão de obra e da preocupação com a sucessão da propriedade.

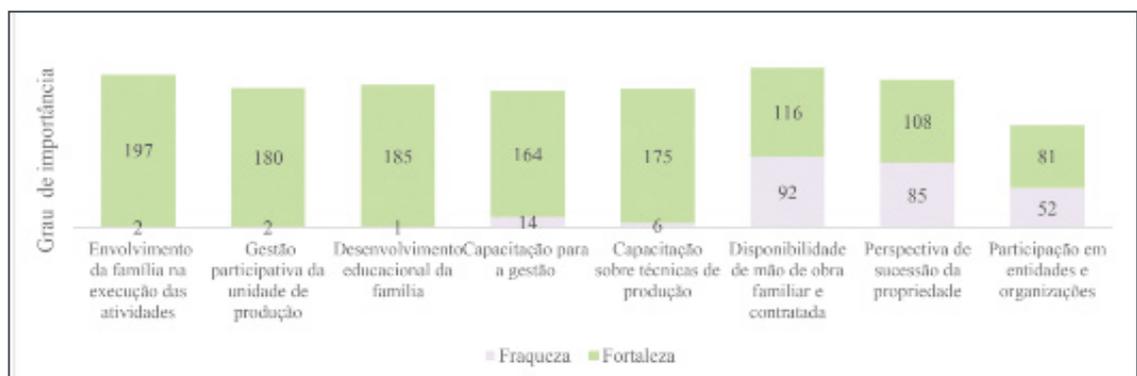


Figura 13 – Grau de importância médio e a percepção sobre as variáveis relacionadas a dimensão Gestão de pessoas, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Quanto a dimensão “Finanças e custos” (Figura 14), as 8 variáveis avaliadas obtiveram uma percepção como fortaleza por 77% ou mais das respostas ponderadas. Esta percepção está claramente relacionada ao permanente acompanhamento contábil realizado nas unidades de produção avaliadas. No sentido contrário, merece destacar “Uso de sistema de contabilidade eletrônica” que aparece com percepção de fraqueza em 23% das respostas ponderadas.

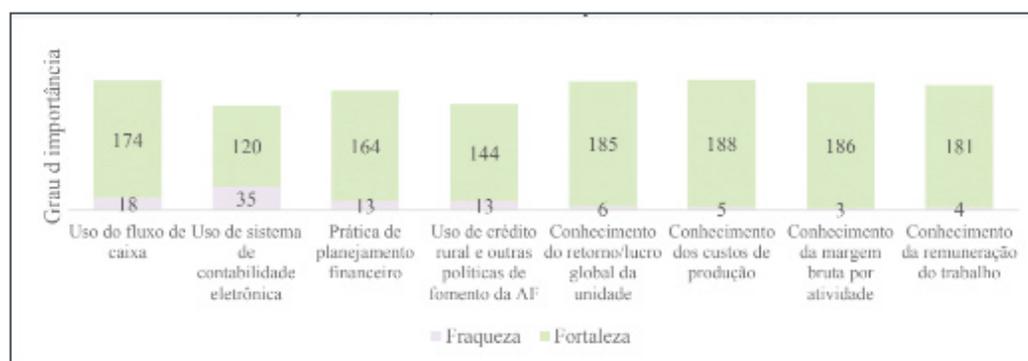


Figura 14 – Grau de importância e a percepção sobre as variáveis relacionadas a dimensão Finanças e Custos, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

O meio ambiente afeta diretamente as unidades de produção agropecuária e por isso, a percepção de fortaleza ou fraqueza é relevante. A dimensão “Gestão ambiental” está dividida em 8 variáveis apresentadas na Figura 15. As variáveis “Adequação à legislação ambiental” e “Armazenamento e Destinação de resíduos perigosos” se apresentam como fortaleza por mais de 98% dos respondentes, resultado de um permanente investimento em ações visando a sustentabilidade das unidades produtivas. Chama atenção a variável “Participação em atividades de educação ambiental”, avaliada como fraqueza por 85% das respostas ponderadas, o que se expressa como uma demanda a ser desenvolvida futuramente.

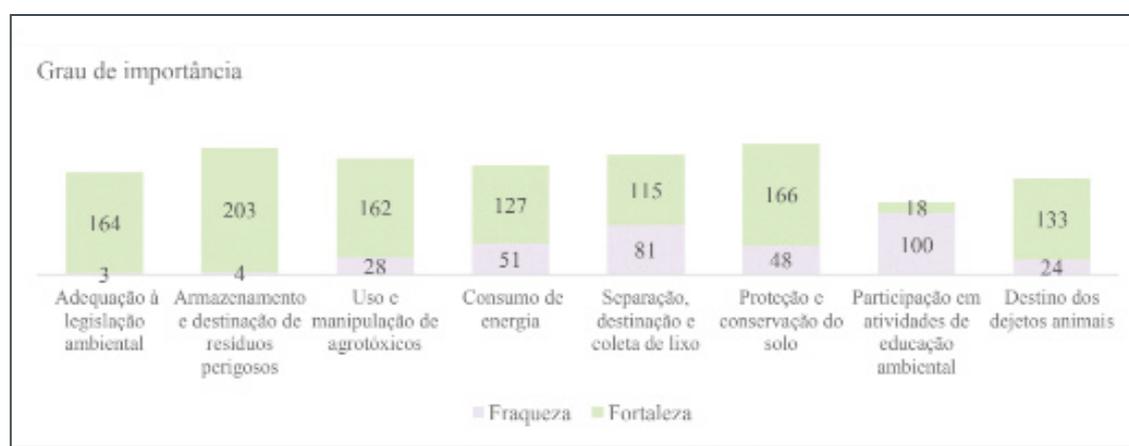


Figura 15 – Grau de importância médio e a percepção sobre as variáveis relacionadas a dimensão Gestão ambiental, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

A dimensão “Gestão da produção” detalhada na Figura 16, apresenta ao longo de suas 13 variáveis avaliadas um conjunto amplo de fortalezas nas unidades avaliadas. Observa-se que 61,5% das variáveis são avaliadas como fortaleza por mais de 73% dos respondentes.

No grupo de variáveis relacionadas às condições naturais do estabelecimento, a variável “Condições climáticas na propriedade” desponta como percepção de fraqueza. Na sequência, aparecem a “Quantidade e qualidade de água disponível” e as “Condições de solo”, mas aqui com forte predomínio de percepção positiva. Em

termos de estrutura produtiva, o “Tamanho da propriedade e da área explorável” foi percebido por 27% das respostas ponderadas como fraqueza, surgindo em seguida, “Disponibilidade de máquinas e equipamentos”, com 23% de percepção negativa.

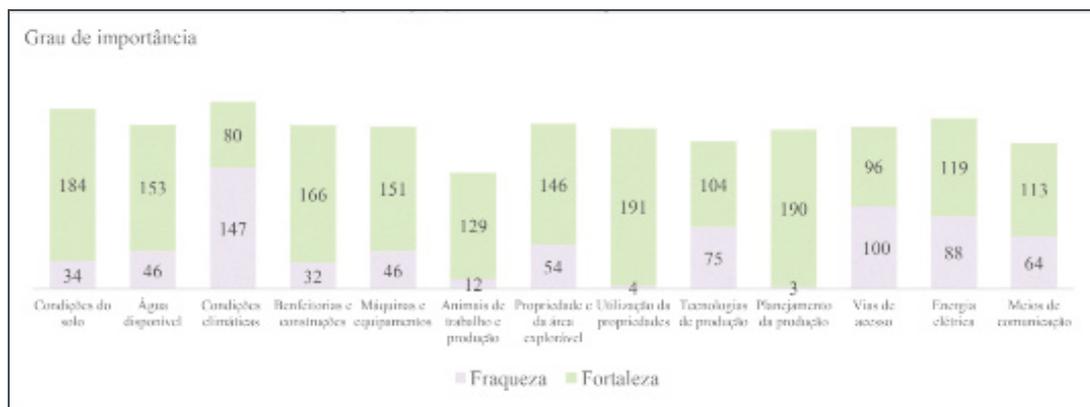


Figura 16 – Grau de importância e a percepção sobre as variáveis relacionadas a dimensão Gestão da produção, numa escala ponderada de 0 a 237.

Fonte: Elaboração dos autores (2016).

Das variáveis relacionadas à forma de utilização do estabelecimento agropecuário, destaca-se a “Utilização de tecnologia de produção” como percepção de fraqueza, por 42% das respostas ponderadas. Por último, das variáveis relacionadas à infraestrutura de apoio à produção, aparece “Situação das vias de acesso” que se apresentam como fraqueza por 51% das respostas ponderadas. Nesse mesmo sentido, aparecem “Disponibilidade de energia elétrica” e “Disponibilidade de meios de comunicação”, respectivamente, com 43% e 36% de percepção de fraqueza.

Vale considerar que para o conjunto de fraquezas apresentadas, as variáveis mais sensíveis às unidades, merecem atenção por parte dos agricultores, dos profissionais que prestam assistência técnica, da extensão rural, da pesquisa socioeconômica e agropecuária, e das políticas públicas, visando sua mitigação.

## 5.4 Discussão

Como podemos dar sentido às percepções manifestadas pelos agricultores a esse conjunto de dimensões do ambiente externo e interno, bem como para suas variáveis componentes? Entende-se que duas ferramentas de gestão, que possuem contribuições da economia, psicologia e de outras áreas, representam possibilidades de aprofundamento de estudos nesse enquadramento: (1) Visão Baseada em Recursos (VBR); e, (2) viés cognitivo na tomada de decisão.

A primeira ferramenta analítica, a Visão Baseada em Recursos (VBR), tem por base o entendimento de como os estabelecimentos agropecuários aplicam seus recursos tangíveis e intangíveis visando explorar as oportunidades que surgem no mercado (BIRKINSHAW, 2017). Dessa forma, para estabelecer a estratégia que melhor explora os recursos em relação às oportunidades externas, é necessário avaliar o

potencial de renda desses recursos e capacidades. Para isso, precisa-se identificar e classificar as capacidades e os recursos do estabelecimento agropecuário, avaliar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças, o que constitui o fundamento da Visão Baseada em Recursos.

Portanto, os resultados apresentados nesse artigo contribuem significativamente para essa avaliação, mas precisa-se ir além. Nesse seguimento, utilizando-se do referencial da VBR, duas abordagens se revelam interessantes para estudos futuros: (1) analisar a associação existente entre as capacidades percebidas e a renda de agricultores familiares, considerando o conjunto dos recursos tangíveis e intangíveis do estabelecimento agropecuário; e, (2) analisar a associação existente entre as capacidades percebidas sobre determinado recurso (ou variável) e a renda. Para esta última abordagem, cita-se por exemplo a seguinte questão central de estudo: Qual a associação existente entre as capacidades percebidas para usar a informação e a renda de agricultores? Observe-se que nesse caso o estudo se revela mais pontual, mas que não deixa de ser relevante.

A segunda ferramenta analítica, viés cognitivo na tomada de decisão, volta sua atenção para os aspectos comportamentais que vão influenciar o processo decisório, que em sua maioria não é tão racional quanto seria de se esperar (BIRKINSHAW, 2017; KAHNEMAN, 2012). Essa abordagem visa entender porque as pessoas, via de regra, tomam decisões irrefletidas e porque outras superam essas tendências para tomar decisões eficazes, que são contributivas para a prosperidade do estabelecimento agropecuário.

Viés cognitivo corresponde a um modo não completamente racional de analisar e interpretar informações e agir com base na interpretação dessas informações; é um termo empregado para descrever o funcionamento da mente humana que pode levar a distorção perceptiva, interpretação ilógica ou discernimento impreciso (BIRKINSHAW, 2017). Particularmente para as avaliações sobre a importância e a percepção dos agricultores sobre um conjunto de variáveis externas e internas, visualiza-se possibilidades de estudos futuros utilizando-se do viés cognitivo para aprofundar aspectos como: (1) entender de que forma os agricultores desenvolvem seu ponto de vista sobre esse conjunto de variáveis; e, (2) influenciar a tomada de decisão nos estabelecimentos agropecuários, evitando-se tomar decisões equivocadas em razão de discernimento impreciso.

Dessa forma, ainda em relação ao viés cognitivo, destaca-se o predomínio de percepção de fortaleza às variáveis associadas ao ambiente interno. Assim, suspeita-se que os resultados e os valores atribuídos em termos de grau de importância estão sujeitos a um viés cognitivo, dado que os fatores do ambiente interno são mais conhecidos e com mais controle direto por parte do agricultor. Isto favorece um olhar mais otimista, havendo uma tendência de sobrevalorizar os pontos fortes e subvalorizar os pontos fracos dos estabelecimentos agropecuários. Por fim, o contrário revelou-se em relação às variáveis associadas ao ambiente externo, ou seja, o predomínio de

percepção de ameaça, sendo que, pelo mesmo motivo, suspeita-se da tendência de sobrevalorizar a percepção de ameaça e subvalorizar as oportunidades percebidas.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estabelecimentos agropecuários familiares do Rio Grande do Sul se encontram inseridos em um contexto socioeconômico que experimenta uma agricultura cada vez mais rarefeita de vida social rural. Admite-se que a construção de seu futuro dependerá das práticas de gestão e de como criam estratégias aderentes às *novas realidades do ambiente* em que atuam e, isto, por sua vez, dependerá da capacidade de interpretar as variáveis que influenciam os resultados de suas ações.

Em termos de grau de importância atribuído pelos agricultores, os resultados sugerem que as variáveis isoladamente não capturam a essência da gestão dentro do contexto que envolve o estabelecimento agropecuário, sendo necessário considerá-las no seu conjunto. Parece razoável afirmar que os agricultores percebem as variáveis do ambiente externo mais como ameaças e entre as variáveis percebidas como ameaça de forma esmagadora foram: preços dos insumos (97,5%); alterações na legislação tributária (97,0%); entrada de novas unidades de produção (92,7%); e, alterações na legislação trabalhista (90,1%). Assim como, parece razoável afirmar que predomina percepção de fortaleza em relação às variáveis do ambiente interno. Por outro lado, existem variáveis que foram mais intensamente percebidas como fraqueza: participação em atividades de educação ambiental (84,7%); condições climáticas na propriedade (64,7%); uso do computador para a gestão (55,0%); uso da *internet* para a gestão (55,0%); e, situação das vias de acesso (51,0%). Esses números percentuais representam ameaças e fraquezas, que limitam e restringem a prosperidade do estabelecimento agropecuário. Portanto, esses números não significam só dados.

As variáveis e os recursos dos estabelecimentos agropecuários são estrategicamente relevantes se permitirem ao agricultor desenvolver e implementar uma estratégia que gere desempenho superior, ou que contribua para a prosperidade, no seu sentido mais amplo. Dentro deste contexto, adiciona-se duas importantes questões para futuros estudos, que se enquadram na VBR: (1) quando determinadas capacidades e recursos de um estabelecimento agropecuário são valiosos e quando não são valiosos?; e, (2) por que alguns estabelecimentos agropecuários superam outros no desempenho econômico? Essas questões são especialmente relevantes, inclusive, por contribuir na discussão estabelecimentos agropecuários familiares e variabilidade de desempenho econômico. Enfatiza-se que os agricultores participantes da presente pesquisa possuem acompanhamento contábil de seu estabelecimento agropecuário, o que facilita sobremaneira a abordagem da VBR e o aprofundamento dessas questões, em estudos futuros.

Por fim, entende-se que a busca pela resposta à pergunta “o que fazer agora? ”,

passa pela mente dos agricultores dos estabelecimentos agropecuários e de eventuais discussões coletivas realizadas nas distintas localidades do Sul do Brasil. Acredita-se que pensar novas estratégias e produzir inovações são desafios dos gestores dos estabelecimentos agropecuários, na busca por sua prosperidade na continuidade deste Século 21.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. A.; DE ARAUJO, A. R. M.; CATAPAN, E. **As capacidades percebidas de gestão e a renda de agricultores do sul do Brasil: um enfoque da visão baseada em recursos**. International Congress of Knowledge and Innovation - Ciki, [S.l.], v. 1, n. 1, sep. 2017. ISSN 2318-5376. Available at: <http://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/284> Date accessed: 20 mar. 2018.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of management**. Mar 1; 17(1), p99-120, 1991.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. BATALHA, M.O. e SOUZA FILHO, H.M. de (org). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos. EdUFSCar, 2005.

BIANCO, Jader et al. Fatores críticos à competitividade da soja: a questão dos transgênicos. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/1027.pdf> Acesso em 17 de junho de 2013.

BIRKINSHAW, Julian; MARK, Ken. **25 ferramentas de gestão**: um guia sobre os conceitos mais importantes ensinados nos melhores MBAs do mundo. São Paulo: HSM, 2017. 200 p.

CALLADO, A, A, C; CALLADO, A, L, C. **Custos um desafio para a gestão no agronegócio**, VI Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 29 de junho a 2 de julho de 1999.

CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

EPAGRI (2016). Boletim agropecuário. n. 38, p. 20-21, jul/2016. Disponível em: [http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/Boletim\\_agropecuário/boletim\\_agropecuário.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Boletim_agropecuário/boletim_agropecuário.pdf). Acesso em: 27 jul. 2016.

FEIX, Rodrigo Daniel; LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul – 2015**. Porto Alegre: FEE, 2015.

FERREIRA, M. P. et al. **Estratégia em diferentes contextos empresariais: fundamentos, modelos e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2010.

FRANCISCHETTI JÚNIOR, S. C.; ZANCHET, A. **Perfil contábil administrativo dos produtores rurais e a demanda por informações contábeis**. V. 6, N. 11, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/369> Acesso em: 4 abr. 2018.

GRANT, Robert M. "The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation." **California management review** 33.3 (1991): 114-135.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acesso em: 14 de abr. 2016.

- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KINPARA, D. I. **Administração rural e administração urbana**. Embrapa/2003. Disponível em: <[www.midiaindependente.org/pt/blue/2835.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2835.shtml) - 31k ->.
- LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v8, n.3, p. 313-322, 2006
- MINTZBERG, Henry. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Bookman, p 270, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Management não é o que você pensa**. Bookman Editora, 2011.
- NANTES, J. F. D. **Gerenciamento da empresa rural**. In: BATALHA, Mário Otávio. (coord.). *Gestão Agro-Industrial*. V. 1. São Paulo: Atlas, 1997.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, M, Z; RECH, L, C E RECH, G, M. Estudo sobre as práticas de gestão utilizadas no gerenciamento das pequenas propriedades rurais de Guaramirim. *Ciências Sociais em Perspectiva* (9) 17: 258, p 57 – 74, 2010
- STROCHON, A. T. Produtor rural ou empresário rural? Estudo de caso sobre a utilização da análise de SWOT como ferramenta de diagnóstico de um empreendimento agrícola no Distrito Federal. 2013. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) — Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2013.
- VALLE, F. *Manual de contabilidade agrária*. São Paulo: Atlas, 1987.
- WRIGHT, P. et al. *Administração estratégica: conceitos*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ZUANAZZI, P.T; BANDEIRA, M.D. Projeções populacionais do Estado do Rio Grande do Sul para o período 2015-2050. *Indicadores Econômicos FEE*, Apr 1;40(3), 2013.

## MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

**Luis Augusto Araújo**

Epagri/CEPA- laraujo@epagri.sc.gov.br

**Antônio Marcos Feliciano**

Epagri/CEPA – feliciano@epagri.sc.gov.br

**Marcelo Alexandre de Sá**

Epagri/CEPA – marcelodesa@epagri.sc.gov.br

**Léo Teobaldo Kroth**

Epagri/CEPA – leokroth@epagri.sc.gov.br

**RESUMO:** As mudanças nos padrões alimentares das pessoas estão ocorrendo em todo o mundo, impactando significativamente a agricultura, os mercados e comércio de alimentos globais, e, com consequências para o bem-estar e a saúde humana. Este artigo objetiva apresentar uma perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil sobre as mudanças em andamento no padrão de consumo alimentar da sociedade. Fez-se a opção pela abordagem de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Os dados foram obtidos utilizando-se da técnica de grupo focal e de questionário estruturado. As mudanças nos padrões de consumo são fortemente percebidas como oportunidade pelos agricultores. Em decorrência da aplicação de grupo focal, se permitiu aproveitar da tendência humana de formar opiniões, quando da interação entre os agricultores durante as sessões realizadas. Além disso, pelo fato das discussões terem

sido conduzidas com diferentes grupos, se identificou também as narrativas mais presentes e as tendências na percepção sobre os assuntos abordados nas reuniões. A partir da narrativa dos agricultores emergiram cinco categorias intermediárias de análise sobre as mudanças nos padrões de consumo: (1) mercado; (2) qualidade; (3) alimentos orgânicos; (4) tecnologia; e, (5) tabaco. Sinteticamente, entre as principais evidências reveladas, constam: a preocupação com a necessidade de acompanhar o mercado e de produzir para atender a sua demanda; a necessidade de entregar qualidade para atender as expectativas do mercado, como um meio para ter renda e sobreviver; a produção de alimentos orgânicos, entre as tendências e projeções do consumo de alimentos; a valorização e a percepção sobre as mudanças tecnológicas em andamento como uma oportunidade, evidenciando a necessidade da modernização tecnológica; e, a justificativa da opção pelo cultivo de tabaco, em decorrência de trabalharem num contexto de pequenas propriedades rurais. O entendimento de como os agricultores percebem as mudanças no consumo alimentar é relevante para se estabelecer estratégias e se definir as ações a serem implementadas, especialmente, no âmbito dos estabelecimentos agropecuários e nas cadeias de produção em que operam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Padrão de consumo

alimentar; Agricultura familiar; Grupo focal.

**ABSTRACT:** Changes in food consumption patterns are occurring around the world, significantly impacting agriculture, global food markets and trade, and with consequences for human well-being and health. This article aims to present a family farmers perspective of the South of Brazil on the changes food consumption pattern in society. We chose are qualitative, exploratory and descriptive research. The data were obtained using the focal group technique and structured questionnaire. Changes in consumption patterns are strongly perceived as opportunities by farmers. As a result of the focus group application, it was allowed to take advantage of the human tendency to form opinions, by interacting with the farmers during the sessions. In addition, as the discussions were carried out with different groups, we also identified the most present narratives and trends in the perception of the topics addressed in the meetings. From the narrative of the farmers emerged five analysis intermediate categories on the changes in consumption patterns: (1) market; (2) quality; (3) organic food; (4) technology; and (5) tobacco. Synthetically, the main evidences revealed are: the concern with the need to follow the market and produce to meet its demand; the need to offer quality to meet market expectations, as a way to obtain income and survive; the production of organic foods, among the trends and projections of food consumption; valorization and perception of technological changes in progress as an opportunity, evidencing the need for technological modernization; and the justification of the option to grow tobacco as a result of working in a context of small rural properties. Understanding how farmers perceive changes in food consumption is relevant for the strategies establishment and definition of actions to be implemented, especially within the framework of agricultural establishments and the production chains in which they operate.

**KEYWORDS:** Food consumption pattern; Family farming; Focus group.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em 1506, o sobrinho de Leonardo da Vinci, que estava com seus cinquenta anos, perguntou ao seu tio como era o mundo quando nasceu. Da Vinci respondeu que ninguém nascido depois de 1460 poderia compreender o mundo quando ele nasceu. Meio milênio depois, de maneira semelhante, explicar a um jovem de dezoito anos como era o mundo antes do computador, do celular e da internet talvez seja algo bem difícil de se realizar. A sociedade está em meio a uma transição em que o novo terá que ser criado, desde sempre (MACIARIELLO, 2016, p. 160).

Entre as mudanças em curso, e que afetam toda a sociedade, as recentes transformações estruturais identificadas na agropecuária fomentam a gênese de um “novo período” na história rural, um momento de inflexão histórica que vem animando diversas mudanças, as quais retratam a ruptura com tendências e processos anteriores. O núcleo central dessas transformações é a condição essencialmente distinta do processo de acumulação de capital, que gradualmente vem assumindo características inéditas e determinadoras de um novo padrão agrícola e agrário, marcado, em especial,

por suas manifestações financeiras (NAVARRO, 2016, p. 25).

Mais particularmente, as mudanças nos padrões alimentares estão ocorrendo de maneira generalizada em todo o mundo, com consequências para a saúde humana. De forma simultânea e intrincada às mudanças nos padrões de dieta alimentar, as tendências do crescimento populacional a taxas decrescentes, do envelhecimento da população e da urbanização representam novos desafios para a obtenção de um *status* de adequada nutrição. Além disso, as mudanças nos padrões alimentares decorrentes do aumento da população em taxa decrescente e da intensificação do processo de urbanização têm efeitos significativos sobre o fornecimento, mercados e comércio de alimentos globais (KEARNEY, 2010).

Nas últimas décadas, várias tecnologias no setor agroalimentar foram dirigidas a ampliar a oferta de alimentos chamados funcionais, que aportam benefícios nutricionais aos consumidores, e outras inovações, que agregam produtividade a agricultura e pecuária, como por exemplo, a manipulação genética. Em consequência dessas ofertas tecnológicas, também ocorreram mudanças no padrão alimentar dos consumidores (ÁVILA; HERRERA e ESPINEL, 2009). Além disso, essas mudanças nos padrões alimentares foram potencializadas pelo surgimento de novos nichos de mercados e pelo estabelecimento de novos padrões sanitários.

Especificamente no campo da prática da gestão de agronegócios familiares, ainda são incipientes os estudos sobre a percepção dos agricultores sobre as transformações que ocorrem na sociedade com relação às mudanças de padrão de consumo alimentar, e de como elas se concretizam. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar uma perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil sobre as mudanças em andamento no padrão de consumo alimentar das pessoas. Para atender tal objetivo, utilizou-se da abordagem de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, sendo que os dados foram obtidos pelo método grupo focal e com a aplicação de questionário estruturado.

Diante do exposto, o presente artigo pretende responder a seguinte questão: como os agricultores percebem as mudanças no padrão de consumo alimentar e sua influência na prática da gestão de seu negócio familiar?

## **2 | O FUTURO QUE JÁ CHEGOU: AS DETERMINANTES DAS ALTERAÇÕES DE PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR**

O esforço para se prever o futuro é diferente daquele para se identificar as tendências emergentes. Com os fundamentos dessas tendências emergentes, é que se busca distinguir os padrões das verdadeiras transformações. Por outro lado, na falta dessas evidências concretas, o futurólogo busca prever o futuro. Tendo em consideração essas distinções, o importante para quem faz a prática da gestão é identificar “o futuro que já chegou”, ou ainda, identificar as mudanças que já aconteceram

(MACIARIELLO, 2016, p. 169).

Na tentativa de antever o futuro, três agendas se revelam para os próximos 25 anos (2017-2042): (1) os crescentes custos de produção que estão relacionados ao trabalho, a aspectos ambientais, às operações logísticas e, mais especificamente, à complexidade tributária, aos custos da energia elétrica e do diesel, da burocracia do Estado, entre outros; (2) as mudanças estruturais da agricultura do futuro que estão relacionadas ao aumento da volatilidade de preços na agricultura e pecuária mundial, aos riscos devido às mudanças climáticas regionais e globais e maiores pressões na área de sustentabilidade, às interferências das políticas governamentais, ao portfólio tecnológico e acesso à tecnologia, ao aumento na concentração do valor bruto da produção agrícola, às mudanças no comportamento do produtor, e ao maior acesso à informação; e, (3) as tendências do consumidor, do marketing e da estratégia em alimentos e agronegócios que estão relacionadas ao crescimento da importância dos rótulos e outras fontes de informação, ao crescente interesse do consumidor pelo conhecimento em culinária, cozinhas *gourmet*, utensílios, cozinhar em casa e refeições especiais, ao mundo urbano que encara um *boom* em proteínas e procura fontes de proteína além das tradicionais carne e leite (NEVES, 2016).

A última preocupação apontada por Neves (2016), aquela relacionada às tendências do consumidor, do marketing e da estratégia em alimentos e agronegócios, é de particular interesse para o desenvolvimento deste artigo. Assim sendo, para facilitar a sua compreensão e servir de suporte teórico para as análises seguintes, abordaremos mais detalhadamente alguns dos fatores impulsionadores das mudanças no padrão de consumo de alimentos, bem como suas principais implicações.

## **2.1 Fatores impulsionadores e consequências das alterações de consumo alimentar**

Em todo o mundo, as mudanças nos padrões de dieta alimentar estão ocorrendo largamente, com consequências para a saúde, nem sempre benéficas. A natureza dessa transição nutricional pode ser o resultado de diferenças nos fatores condutores desse processo, tais como, sócio demográficos, características do consumidor, urbanização, marketing da indústria alimentar e políticas de liberalização do comércio. Entre as consequências do processo de transição alimentar em curso, do lado do consumo está, por exemplo, o aumento das taxas de obesidade e doenças crônicas cardiovasculares e câncer e, do lado da oferta, a perda de biodiversidade e dos efeitos sobre o meio ambiente (KEARNEY, 2010).

Os principais responsáveis pelas tendências de consumo alimentar, em termos de seus fatores impulsionadores e de suas consequências, podem ser examinados na Figura 1.

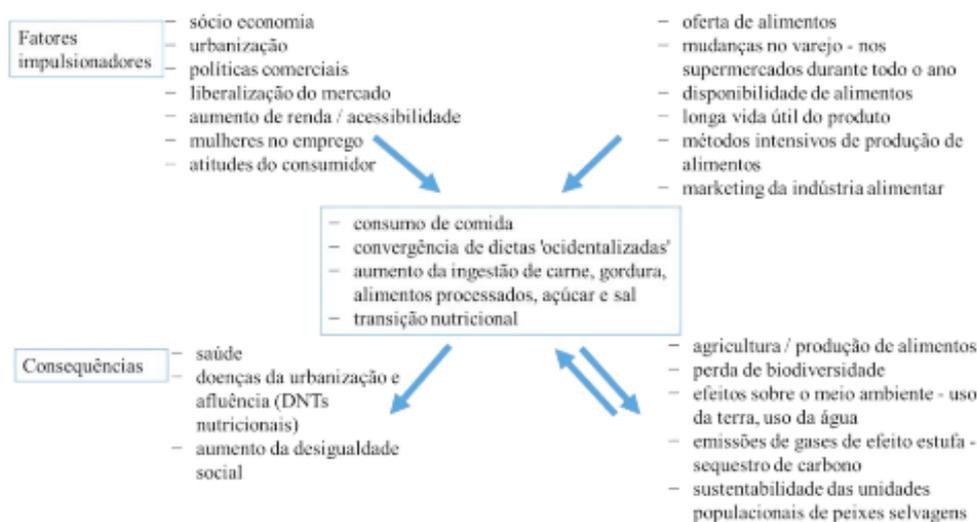


Figura 1 - Os fatores impulsionadores e as consequências do consumo de alimentos mudam com o desenvolvimento econômico.

Fonte: Kearney (2010).

A renda e a urbanização são fatores determinantes nas escolhas alimentares dos indivíduos. A renda determina a qualidade dos alimentos adquiridos, indicando que quanto maior a renda mais apto se encontra o indivíduo para adquirir uma variedade maior de alimentos. Em que pese essas observações, ter mais renda não garante uma melhor nutrição. De outro lado, na primeira década do século 21, a população urbana brasileira aumentou em mais de 23 milhões, enquanto que a população rural reduziu em mais de 2 milhões. Nessa transição, a urbanização cria um ambiente propício para supermercados e lojas maiores tomarem o lugar dos mercados tradicionais. Assim, o acesso a alimentos pré-cozidos, salgados, açucarados e gordurosos foi facilitado pelo surgimento das grandes redes de supermercados (MORATOYA, CARVALHAES, WANDER, ALMEIDA, 2013).

As mudanças no padrão de renda da população tendem a afetar de forma diversa os distintos tipos de produtos. O aumento da renda, por exemplo, tende a elevar o consumo domiciliar de produtos como queijos e carne bovina de primeira e diminuir o consumo de produtos básicos, como arroz e feijão. Além disso, a composição etária, a presença da mulher na força de trabalho, o aumento do grau de escolaridade e outras transformações estruturais também determinam a composição da cesta de consumo alimentar. Em decorrência das mudanças nesses determinantes, são impostos novos desafios aos agricultores, à agroindústria, ao setor de distribuição de alimentos e ao governo (COELHO; AGUIAR; FERNANDES, 2009).

Nos últimos 50 anos, as mudanças nas práticas agrícolas aumentaram a capacidade mundial de fornecer alimentos à população através de aumentos de produtividade, da maior diversidade de alimentos e da menor dependência sazonal. O aumento dos níveis de renda e a queda dos preços dos alimentos também contribuíram para aumentar a disponibilidade de alimentos. Essas mudanças do lado da oferta

agrícola, por sua vez, numa via de mão dupla, resultaram em mudanças consideráveis no consumo de alimentos (KEARNEY, 2010).

Dessa forma, a oferta agrícola no espaço rural brasileiro é distante de ser homogênea. Os fatores demográficos, as capacidades institucionais, as formas de ocupação da terra, os sistemas de posse, as noções culturais de propriedade, os tipos de ação governamental, além dos aspectos naturais e físicos que são essencialmente diferentes entre si, específicos da localidade ou região. Esse conjunto de elementos e fatores distintos necessariamente produzem a heterogeneidade, quando se concretiza o chamado “modelo da agricultura moderna” (NAVARRO, 2016, p. 42).

### 3 | MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa assume características de estudo qualitativo, exploratório e descritivo. A abordagem qualitativa e a pesquisa exploratória justificam-se em função de permitirem maior entendimento acerca do problema de pesquisa e maior conhecimento dos aspectos que não podem ser facilmente observados e medidos de forma direta, como os pensamentos, as intenções e os sentimentos (AAKER; KUMAR; DAY, 2010).

O público da pesquisa foi composto por 237 estabelecimentos agropecuários da Região Sul do Brasil, distribuídos em 12 municípios polo. Em Santa Catarina (SC), os municípios com estabelecimentos agropecuários participantes que compuseram a amostra foram: São Miguel do Oeste, Braço do Norte, Canoinhas e Rio do Sul; no Rio Grande do Sul (RS): os municípios de Canguçu, Toropi, Santa Cruz do Sul e Gramado Xavier; e, no Paraná (PR): os municípios de Irati, Laranjeiras do Sul, São Jorge do Oeste e Piên.

A amostragem foi intencional baseando-se no critério de que os estabelecimentos agropecuários estivessem participando do programa “Propriedade sustentável”<sup>1</sup>.

#### 3.1 Questionário

Os dados primários foram coletados em dois momentos, sequenciais: (1) por meio de questionário aplicado aos 237 agricultores e suas famílias, visando identificar a sua percepção sobre as mudanças nos padrões de consumo alimentar, entre outras variáveis de seu ambiente externo e interno; e (2) por meio da aplicação do método de grupo focal ao conjunto de agricultores participantes deste estudo.

---

1 O programa “Propriedade sustentável” resulta de parceria estabelecida entre a Secretaria da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina (SAR), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), as Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), do Paraná (FETAEP), do Rio Grande do Sul (FETAG) e a empresa Souza Cruz.

Na aplicação do questionário, os entrevistados avaliaram as mudanças em curso como ameaça ou oportunidade, no caso do ambiente externo. Além disso, as respostas para cada variável foram ponderadas multiplicando-as por valores de 0 a 3, de acordo com o grau de importância. Na obtenção dos resultados quanto a percepção manifestada pelos agricultores, dado o total de questionários e os critérios estabelecidos de ponderação, o grau de importância máximo atribuído em cada variável foi 711 pontos (237 agronegócios familiares que responderam o questionário multiplicado por 3).

### **3.2 Grupo focal**

As metodologias de pesquisa participativa surgem de uma insatisfação com os métodos de pesquisa clássicos. Em particular, o caso da pesquisa-ação remete a promoção de maior articulação entre a teoria e a prática na produção de novos saberes, assim como na necessidade de envolver diretamente os grupos sociais na busca de soluções para seus problemas (FERRAZ DE TOLEDO; JACOBI, 2013; THIOLENT, 2011; BARBIER, 2002; EL ANDALOUSSI, 2004).

Nesse contexto de insatisfação, a aprendizagem social fundamentada nos pré-requisitos da participação, do diálogo e da produção de saberes entre os agricultores (os tomadores de decisão) e os pesquisadores, têm se revelado eficaz diante de situações complexas a serem enfrentadas (FERRAZ DE TOLEDO; JACOBI, 2013; PAHL WOST; HARE, 2004).

A teoria de Lewin (1965) contribui para que se possa compreender a dinâmica dos processos de mudança, estabelecendo modelos que despertem a atenção para certo tipo de variáveis que necessitam de observação. Nesse sentido, Lewin concebeu um método para analisar relações causais e estabelecer condições de descrever estas mesmas relações, sustentando que o exame do ambiente como um todo se faz necessário para decidir qual a melhor forma de realizar uma mudança (COLOSSI et al., 2001, p. 52).

A pesquisa-ação desenvolvida por Lewin inaugurou uma nova estratégia para a intervenção científica no campo social e grupal. A pesquisa-ação é uma intervenção social que não se limita apenas em descrever e teorizar sobre um problema social do cotidiano real das pessoas, mas em resolvê-lo. Nesse processo, “sociedade, grupo e sujeito já não se encontram mais em oposição, e teoria e prática não se separam, mas se reconstruem em uma unidade que paradoxalmente não era visível” (DE MELO et al., 2016, p. 159).

Na pesquisa-ação a produção do conhecimento e as intervenções se inter-relacionam, sendo recomendável um equilíbrio na definição de objetivos práticos e de conhecimento. Os objetivos de conhecimento são aqueles voltados para a tomada de consciência e para a produção de conhecimentos considerados relevantes não

apenas para o grupo investigado. Por outro lado, os objetivos mais instrumentais são aqueles voltados para a resolução de um problema prático. Tendo-se o devido respeito aos contextos socioculturais, esses objetivos podem e devem ser alcançados simultaneamente para conduzir as ações transformadoras (THIOLLENT, 2011, apud DE MELO; MAIA FILHO, 2016, p. 158).

Foram realizadas doze reuniões para aplicação das sessões de grupo focal, sendo quatro no Rio Grande do Sul, quatro em Santa Catarina e quatro no Paraná, com uma média de 19,75 pessoas em cada grupo. Os depoimentos coletados nessa fase foram armazenados em gravações de áudio, assim como na forma de texto, que expressa a transcrição desses áudios.

Cada grupo focal contou com pelo menos um moderador para incentivar a participação de todos, procurando não divergir dos temas previamente definidos sob formas de perguntas abertas. A pergunta de interesse foi “Como as mudanças na sociedade (como o crescimento e envelhecimento da população, a urbanização, a busca por alimentos e práticas mais saudáveis) influenciam na gestão de sua propriedade rural?”. Por oportuno, 36,7% das respostas dos agricultores estiveram relacionadas com as mudanças nos padrões de consumo alimentar.

Entre as regras da sessão de grupo focal pactuadas com os agricultores no início da reunião constaram os seguintes pontos: (1) as perguntas deviam ser respondidas individualmente; (2) antes de responder cada pergunta, o agricultor identifica-se pelo nome; (3) o respondente que não tivesse opinião formada sobre a pergunta, deveria manifestar-se dessa forma; (4) a qualquer momento os agricultores poderia solicitar maiores explicações sobre as perguntas; e, (4) que a sessão seria gravada e as informações utilizadas não permitiriam identificar o autor.

### 3.3 Análise de conteúdo

Os dados obtidos com o grupo focal são de natureza qualitativa, assim como sua análise. Nesse contexto, existem duas formas básicas para se proceder à análise que não são excludentes entre si: (1) o sumário etnográfico que enfatiza as citações textuais dos participantes; e (2) a codificação dos dados através de análise de conteúdo que salienta a descrição numérica de como determinadas categorias explicativas aparecem ou não das discussões (IERVOLINO e PELICIONI, 2001).

Fez-se a opção pelo uso da técnica de análise de conteúdo para avaliação dos dados resultantes dos grupos focais. A definição pelo uso dessa técnica permitiu a análise do discurso dos atores sociais, os agricultores participantes da pesquisa, e ofereceu a possibilidade da identificação e frequência de elementos comuns nas suas respostas, permitindo a interpretação qualitativa de tais identificações. O método de análise de conteúdo foi usado para compor os resultados da aplicação do questionário e da aplicação do método de grupo focal nos doze polos do Sul do Brasil.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os aspectos relacionados as mudanças que ocorrem na sociedade, a urbanização foi aquela que evidenciou mais manifestações por parte dos agricultores, 58,6%. Em segundo lugar, emergiram as mudanças no padrão de consumo alimentar, com 36,7%, especialmente tratada neste artigo. E, por último, a tendência de crescimento e envelhecimento da população apresentou 4,6% das manifestações dos agricultores.

Os dados e resultados relativos às manifestações dos agricultores sobre as mudanças no padrão de consumo alimentar estão descritos e discutidos a seguir.

### 4.1 Percepções sobre as mudanças nos padrões de consumo

Na perspectiva dos agricultores, a influência das mudanças nos padrões de consumo sobre a gestão obteve valorização intermediária (grau de importância total 502) no âmbito das variáveis relacionadas às mudanças da sociedade, com atribuição de 86,9% do grau de importância como oportunidade. A Figura 2 apresenta o grau de importância total e a percepção sobre as mudanças nos padrões de consumo atribuído pelos agricultores do Sul do Brasil, em termos de ameaça ou oportunidade.

Os agricultores do Rio Grande do Sul percebem esse fenômeno mais como ameaça (grau de importância 41), relativamente a Santa Catarina (16) e Paraná (9). A explicação para essa percepção mais negativa evidenciada pelos números dos agricultores do Rio Grande do Sul vai além dos objetivos deste artigo.

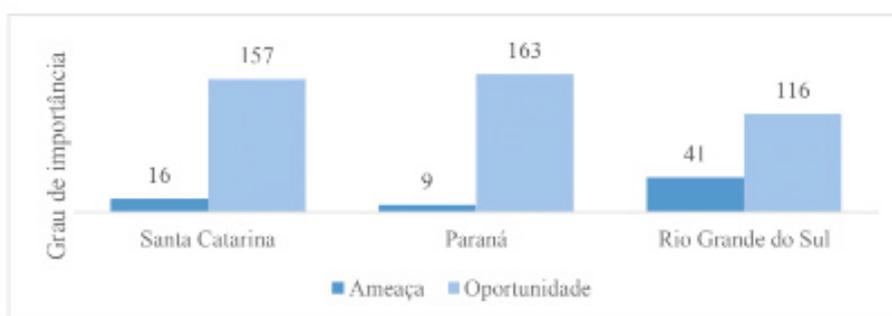


Figura 2 - Percepção e grau de importância sobre as mudanças nos padrões de consumo atribuídas pelos agricultores da Região Sul do Brasil, por estado da federação.

Fonte: elaborado pelos autores (2018).

Com o objetivo de revelar a construção progressiva das categorias de análise, que emergiram da coleta de dados, a partir da narrativa dos agricultores, o Quadro 1 sintetiza esse esquema para as mudanças nos padrões de consumo.

<b>Categorias iniciais</b>	<b>Categorias intermediárias</b>
1. Acompanhamento do mercado	i. Mercado
2. Produzir para atender a demanda	
3. Planejamento	
4. Contexto local (município)	
5. Atender as expectativas do mercado	ii. Qualidade
6. Manter a qualidade e preço menor	
7. Alternativa para ter renda e sobreviver	
8. Produzir em quantidade e entregar qualidade	
9. Uso de agrotóxico	iii. Alimentos orgânicos
10. Saúde	
11. Produzir cada vez mais e melhor para ter renda (menos serviço e produzir mais)	iv. Tecnologia
12. Investir em si mesmo	
13. Buscar inovar, mudar o ritmo e fazer diferente	
14. A pressão do governo e da sociedade	v. O tabaco
15. Produzir outras culturas (alimentos mais saudáveis abre uma janela)	
16. Pequena propriedade e a renda do tabaco	

Quadro 1 – Categorias de análise relacionadas às mudanças nos padrões de consumo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4.1.1 Mercado

Comparativamente às demais dimensões do ambiente externo (mudanças da sociedade, econômicas, tecnológicas e governamentais), as mudanças que ocorrem nos mercados foi a mais valorizada e evidenciou predomínio de percepção de ameaça por parte dos agricultores, com 63% do grau de importância atribuído (ARAÚJO et al., 2017).

Em linhas gerais, na categoria intermediária mercado, os agricultores explicitam a preocupação com a necessidade de acompanhar o mercado e de produzir para atender a sua demanda. Adicionalmente, inclusive para atendimento dessa preocupação, indicam a necessidade da prática de planejamento e de respeitar o contexto do local, do município e da região.

#### 4.1.2 Qualidade

No final da década de 1990, ainda que de forma muito restrita, se percebia uma nova preocupação com a saúde e, em decorrência disto, com a qualidade do alimento. A massificação dessa preocupação ocorreu em dois sentidos, “por um lado, a procura por alimentos de fácil preparo e, por outro, a necessidade, ainda tímida, de cuidar melhor das escolhas alimentares, buscando produtos de maior qualidade” (BLEIL, 1998, p. 23).

Em que pesem estas preocupações apontadas do lado do consumo, na perspectiva da produção (dos agricultores), a palavra qualidade foi (mais intensamente) referenciada denotando a necessidade de: atender as expectativas do mercado; manter a qualidade do produto oferecido, mas ofertar com um preço menor; ser um meio para o agricultor ter renda e sobreviver do negócio agrícola; e, de produzir em quantidade, mas também entregando qualidade. Ou conforme a manifestação de alguns agricultores, é “como se fosse entregar para a sua família”.

Cabe ressaltar que os agricultores pesquisados revelam uma percepção otimista quanto à qualidade do produto entregue, em que 85,6% do grau de importância é atribuído por eles como sendo uma fortaleza de seu estabelecimento agropecuário (ARAÚJO et al., 2017).

#### *4.1.3 Alimentos orgânicos*

Entre as tendências e projeções do consumo de alimentos para 2050, tanto a nível mundial como para as diferentes regiões do mundo, aparecem a produção de alimentos orgânicos, de alimentos funcionais e de alimentos geneticamente modificados (KEARNEY, 2010). Entretanto, nas sessões de grupo focais realizadas, a narrativa dos agricultores se concentrou unicamente em relação a produção de alimentos orgânicos.

A agricultura orgânica tende a melhorar a biodiversidade e a sustentabilidade dentro das comunidades rurais, sendo que a produção de alimentos orgânicos coloca uma forte ênfase em proteção ambiental e bem-estar animal (WILLER e YUSSEFI, 2007). Um dos agricultores referência à questão ambiental, no sentido de que “não adianta eu pequeno tentar mudar e o meu vizinho grande, não mudar, porque fica com agrotóxico ali do lado da minha propriedade”. Apesar disso, as manifestações dos agricultores salientaram o uso de agrotóxicos e a importância da alimentação orgânica para o consumidor, revelando uma preocupação e valorização mais do ponto de vista da saúde. Houve relatos como: “produzir orgânico é bom para saúde”; e, “... Mas para minha casa, nosso consumo, eu planto sem agrotóxico”.

#### *4.1.4 Tecnologia*

As mudanças tecnológicas e na prática agrícola aumentaram a capacidade de os agricultores fornecerem alimentos à população, ofertando uma quantidade maior, uma diversidade maior e uma dependência sazonal menor, conforme observado anteriormente (KEARNEY, 2010).

As mudanças tecnológicas em andamento são muito valorizadas e percebidas pelos agricultores fundamentalmente como sendo uma oportunidade (ARAÚJO et al., 2017). Entre as narrativas dos agricultores que ocorreram com mais intensidade, estão aquelas que evidenciam a necessidade de se produzir “cada vez mais e melhor”, no sentido da modernização tecnológica, para ampliar a renda dos estabelecimentos agropecuários. Com esse mesmo propósito, apontam para a necessidade de inovação, de mudar o ritmo, de fazer diferente e, para isso, precisam investir em si mesmos.

#### 4.1.5 Tabaco

Entre as questões relacionadas às estruturas produtivas dos agricultores participantes dessa pesquisa, o tamanho e a área explorada foi a que apresentou percepção mais negativa (ARAUJO et al., 2017). Num contexto de pequenas propriedades rurais, esse argumento foi verbalizado pelos agricultores para justificar a opção pelo cultivo do tabaco em suas unidades de produção, como: “Eu tiro o meu sustento do tabaco, porque minha propriedade não é muito grande, então o que resta para mim é retirar a renda do tabaco”.

Por outro lado, na narrativa dos agricultores emerge também a preocupação com as pressões do governo e da própria sociedade, com a adoção de medidas contrárias ao tabagismo. Entre essas medidas, aparecem o fomento e os estímulos à produção de outras culturas, incluindo aquelas que contribuem para uma alimentação mais saudável.

A análise das categorias permitiu identificar as percepções dos agricultores sobre uma questão que possui relação com sua atividade, entretanto, essa relação nem sempre é vista de forma direta. A produção de alimentos enquanto atividade econômica é influenciada por dinâmicas e oscilações de toda ordem, incluindo movimentos globais, e os agricultores participantes da pesquisa assim comprovaram, manifestando preocupações, percebendo oportunidades para seus negócios, a partir das mudanças no padrão de consumo alimentar.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço principal deste artigo consistiu em sistematizar analiticamente a percepção e a narrativa de agricultores, gestores de agronegócios familiares da Região Sul do Brasil, relacionadas às mudanças no padrão de consumo alimentar.

A interferência das mudanças nos padrões de consumo sobre a gestão é fortemente percebida pelos agricultores como sendo uma oportunidade. Porém, obteve uma valorização intermediária no âmbito das demais tendências (relativamente menos valorizada que a tendência à urbanização e, por outro lado, mais valorizada que a tendência de crescimento e envelhecimento da população), conforme demonstramos. Apesar dessa perspectiva mais positiva por parte dos agricultores, essas outras tendências (de crescimento populacional a taxas decrescentes, do envelhecimento da população e da tendência à urbanização) pressionam e representam novos desafios para a obtenção de um padrão de consumo alimentar saudável.

A partir da narrativa dos agricultores sobre as mudanças nos padrões de consumo, emergiram cinco categorias intermediárias que foram objeto de análise: (1) mercado; (2) qualidade; (3) orgânico; (4) tecnologia; e, (5) tabaco.

Nesse seguimento de análise, sendo este artigo relacionado com a percepção, se considera a cognição a plataforma para entender como se desenvolvem as ações

humanas no estabelecimento de estratégias e na tomada de decisões, no contexto das mudanças que estão em andamento no mundo. Portanto, o entendimento de como os agricultores percebem as mudanças que ocorrem na sociedade, se faz necessário para se estabelecer estratégias e definir as ações a serem implementadas. Nesse intuito, e considerando a dinâmica própria da vida dos agricultores imersa na complexidade da realidade rural, são pertinentes novas premissas metodológicas para a pesquisa de aspectos sociais que complementam as dimensões econômicas e tecnológicas (GUILLÉN, FERNÁNDEZ, PIRE, ÁLVAREZ, 2008).

Nesse propósito, e em decorrência da aplicação do grupo focal, foi valorizada a tendência humana de formar opiniões, por ocasião da interação com os demais participantes durante as sessões realizadas. Além disso, pelo fato das discussões terem sido conduzidas com diferentes grupos, foi possível também identificar as narrativas mais presentes e as tendências na percepção sobre os tópicos de estudos definidos.

Por certo, podemos afirmar que os agricultores não são atores sociais e econômicos passivos, percebem mudanças e buscam, de alguma forma, atuar sobre elas. Dessa forma, compartilhamos que os agricultores produzem localmente, mas percebem globalmente.

Por fim, o texto buscou esboçar uma proposta de análise das mudanças que ocorrem nos padrões de consumo alimentar, a partir da perspectiva de quem faz a prática da gestão dos estabelecimentos agropecuários, os agricultores e seus familiares. Tendo em conta os resultados apontados e as discussões realizadas, espera-se abrir novos caminhos de pesquisa em ciências sociais aplicadas, especialmente voltadas a compreender as transformações em andamento no mundo rural.

## REFERÊNCIAS

AAKER, D.; KUMAR, V.; DAY, G. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAUJO, L. A. et al. **Agronegócios familiares do Sul do Brasil**: percepções do agricultor sobre o seu ambiente. Florianópolis, SC: Epagri, 2017. 60p. (BT, 181). Disponível em: [http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/publicacoes/Agronegocios\\_familiares\\_Sul\\_Brasil.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Agronegocios_familiares_Sul_Brasil.pdf) Acesso em: 5 fev. 2018.

ÁVILA, J; HERRERA, P.; ESPINEL, R. Tendencias de los consumidores y mercados de productos agrícolas: un enfoque cualitativo. In: **CONFERENCIA XLIV Asamblea Anual de CLADEA**, Guayaquil-Ecuador 2009 Nov 4. Disponível em: [www.researchgate.net/profile/Jorge\\_Avila9/publication/228361831\\_Tendencias\\_de\\_los\\_consumidores\\_y\\_mercados\\_de\\_productos\\_agricolas](http://www.researchgate.net/profile/Jorge_Avila9/publication/228361831_Tendencias_de_los_consumidores_y_mercados_de_productos_agricolas) Acesso em: 15 jan. 2018.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília, DF: Plano, 2002.

BLEIL, S.I. **O padrão alimentar ocidental**: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debate*, v. 6. n.1, p.1-25, 1998.

BUAINAIN A.M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**. A formação de um novo padrão agrário e agrícola, Brasília-DF, Embrapa, Brasil. 2014.

COELHO, A.B.; AGUIAR, D.R.D.D.; AND FERNANDES, E.A. Padrão de consumo de alimentos no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 2, p.335-362, 2009.

COLOSSI, N; CONSENTINO, A; DE QUEIROZ, EG. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista da FAE**, v. 4, n. 1, p. 49-58, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/458/353> Acesso em: 20 dez. 2017.

DE MELO, A.S.; MAIA FILHO, O.N.; CHAVES, H.V. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 153-9, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/Fractal/article/view/1162> Acesso em: 5 mar. 2018.

EL ANDALOUSSI, K. **Pesquisas-ações**: ciências, desenvolvimento, democracia. São Carlos: Edufscar, 2004.

FERRAZ DE TOLEDO, R.; JACOBI, PR. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educação & Sociedade**, v.34, n. 122, p. 155-173, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/873/87326413014/> Acesso em: 20 dez. 2017.

GUILLÉN, L.; FERNÁNDEZ, S.; PIRE, A; ÁLVAREZ, C. Percepción de los agricultores sobre el manejo integrado de plagas en el cultivo de tomate. **Revista de la Facultad de Agronomía**, v. 25, n. 2, p. 223-242, 2008. Disponível em: [produccioncientifica.luz.edu.ve/index.php/agronomia/article/view/12354](http://produccioncientifica.luz.edu.ve/index.php/agronomia/article/view/12354) Acesso em: 18 jan. 2018.

IERVOLINO, S.A.; PELICIONI, M.C.F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 2, p. 115-21, 2001.

KEARNEY, J. Food consumption trends and drivers. **Philosophical transactions of the royal society B: biological sciences**, v. 365, n.1554, p.2793-2807, 2010.

MACIARIELLO, J.A. **Um ano com Peter Drucker**: 52 semanas de *coaching* para tornar um líder eficiente. – 1ª ed. – São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.

MORATOYA, E.E.; CARVALHAES, G.C.; WANDER, A.E.; AND ALMEIDA, L.M.D.M.C. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. **Revista de Política agrícola**, v. 22, n.1, p.72-84, 2013.

NAVARRO, Z. S. de. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. Y. de. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília, DF: Ipea, p. 25-63, 2016. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/145922/1/160725-agricultura-transformacao-produtiva-cap-01.pdf> Acesso em: 5 mar. 2018.

NEVES, M. F. **Vai agronegócio! 25 anos cumprindo missão vitoriosa**. – 1ª ed. – São Paulo: Canaeste, 538 p., 2016.

PAHL WOST, C.; HARE, M. Processes of social learning in integrated resources management. **Journal of Community and Applied Psychology**, New York, v. 14, p. 193-206, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WILLER, H.; YUSSEFI, M. The world of organic agriculture, statistics and emerging trends. Bonn, Germany: International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM); Frick, Switzerland: Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), 2007. Disponível em: <https://shop.fibl.org/CHen/mwdownloads/download/link/id/785/?ref=1> Acesso em: 5 mar. 2018.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES** – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGE/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGE/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; e Perita Judicial na Justiça Estadual.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-015-5



9 788572 470155